XANGÔ REZADO BAIXO: UM ESTUDO DA PERSEGUIÇÃO AOS TERREIROS DE ALAGOAS EM 1912

Ulisses Neves Rafael

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Peter Henry Fry

Rio de Janeiro

Junho de 2004

XANGÔ REZADO BAIXO: UM ESTUDO DA PERSEGUIÇÃO

AOS TERREIROS DE ALAGOAS EM 1912

Ulisses Neves Rafael

Orientador: Peter Henry Fry

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em sociologia e Antropologia.

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Peter Henry Fry

_____

Profa. Yvonne Maggie

_____

Profa. Beatriz Maria Alasia Heredia

_____

Profa. Patrícia Birman

_____

Prof. Moacir Palmeira

Rio de Janeiro

Junho de 2004

Rafael, Ulisses Neves.

Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912/ Ulisses Neves Rafael. - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

vii., 266f.: il.; 31 cm.

Orientador: Peter Henry Fry

Tese (doutorado) – UFRJ/Instituto de filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2004.

Referências Bibliográficas: f. 261-267.

1. Perseguição. 2. Xangô. 3. Alagoas. 4. 1912. I. Fry, Peter Henry. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Título

RESUMO

XANGÔ REZADO BAIXO: UM ESTUDO DA PERSEGUIÇÃO AOS TERREIROS DE ALAGOAS EM 1912

Ulisses Neves Rafael

Orientador: Peter Henry Fry

Resumo da tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia , Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Sociologia e Antropologia

Na Alagoas de 1912, verificar-se-ia um dos episódios mais violentos de que se tem notícia na história dos chamados cultos afro-brasileiros, no caso, a "operação xangô", como ficou também conhecido o quebra-quebra liderado por integrantes da Liga dos Republicanos Combatentes, associação civil de caráter miliciano, e que implicou na destruição das principais casas de culto da capital e de municípios circunvizinhos.

O mote inicial da campanha, foram as suspeitas de que entre o Governador Euclides Malta e aquelas casas de culto existia um estreito relacionamento, de modo que depois da deposição daquele político, que já se mantinha no poder por quase doze anos, a ira da população se voltou contra os terreiros, que foram temporariamente calados, dando razão para que na seqüência dessa destruição surgisse uma modalidade exclusiva de culto: o "xangô rezado baixo"

Palavras-chave: Perseguição, Xangô, Alagoas

Rio de Janeiro

Junho de 2004

ABSTRACT

XANGÔ REZADO BAIXO: UM ESTUDO DA PERSEGUIÇÃO AOS TERREIROS DE ALAGOAS EM 1912

Ulisses Neves Rafael

Tutor: Peter Fry

Abstract of the doctorate thesis submitted to the Post-graduate Program in Sociology and Anthropology, Social Sciences and Philosophy Institute of the Federal University of Rio de Janeiro, as part of the necessary requisites for the acquisition of the doctor title in Sociology and Anthropology.

In Alagoas 1912, one of the most violent episodes would be verified than news is had in the history of the Afro-Brazilian cults, in the case, the “Operação Xangô” ", as it was also known the riot led by members of Republicanos Combatants' League, civil association, and that it implicated in the destruction of the main houses of cult of the capital and of adjacents districts. The initial motto of the campaign was the suspicion that enters Governor Euclides Malta and those cult houses a strait relationship existed, so that after the deposition of that political one, that stayed in the power for almost twelve years, the anger of the population turned against the “Xangô”, that they went temporarily quiet, giving reason so that in the sequence of that destruction an exclusive modality of cult appeared: the "Xangô Rezado Baixo”.

Kew-words: Persecution, “Xangô” e Alagoas

Rio de Janeiro

June 2004

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 01

INTRODUÇÃO 04

CAPÍTULO 1 – OPERAÇÃO XANGÔ: UMA ETNOGRAFIA DA PERSEGUIÇÃO ÁS CASAS DE XANGÔ DE ALAGOAS 17

a) Incursões teóricas pelo tema 34

b) Revisão da literatura 47

CAPÍTULO 2. A ERA DOS MALTAS EM ALAGOAS 61

a) Apresentação: Euclides Malta e suas múltiplas faces 61

b) Um Bacharel anacrônico 63

c) Euclides Malta e o "Tempo de Política" 67

d) Implicações do empréstimo externo 93

d) O papa do Xangô alagoano e suas Incursões pela Religião 105

CAPÍTULO 3 – OS NEGROS NA VIDA SOCIAL DE ALAGOAS 140

a) Pouca História e muitos silêncios 140

b) Deu no jornal: notas sobre as religiões negras 173

c) Casa de detenção: notas sobre prisão de negros 178

d) Folga negro: aspectos do carnaval de Maceió 187

CAPÍTULO 4 – A LIGA DOS REPUBLICANOS COMBATENTES: A FACE ESCURA DA PERSEGUIÇÃO 201

a) Histórico da formação da Liga e suas principais proezas 201

b) O anjo da guarda da Liga dos Republicanos Combatentes 216

c) Explanação sobre o conflito entre combatentes e xangozeiros 229

CONCLUSÃO 239

ANEXOS 251

FONTES 260

BIBLIOGRAFIA 261

Para Caio e Hugo

AGRADECIMENTOS

Durante a execução desse trabalho, inúmeras pessoas concorreram para que ele chegasse a um bom termo. Muitas delas deixarão de ser aqui referidas, muito mais pelos problemas de memória que já enfrento, do que pelo grau de importância da colaboração que cada um prestou. Entre os nomes que agora me ocorrem, consta inicialmente o do Professor Peter Henry Fry, orientador que desde nossos primeiros encontros se mostrou sempre muito sensível à problemática que o tema suscitava, acompanhando com atenção o desenvolvimento deste trabalho com uma dedicação admirável, tendo também sido sempre muito fiel ao compromisso assumido inicialmente, de partilhar comigo tantos os picos de entusiasmo como os de hesitação. Sem o seu estímulo esta tese não teria adquirido a forma que agora possui, embora eu deva esclarecer que as possíveis lacunas nela encontradas são de minha inteira responsabilidade.

Outros docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao qual me vinculei, também se apresentam nessa lista de colaboradores, alguns indiretamente, através dos cursos por eles ministrados que eu freqüentei, quais sejam, Gláucia Villas Boas, Marco Antonio Gonçalves e José Reginaldo Santos Gonçalves; outros de modo mais direto, como é o caso de Regina Célia Reys Novaes e Maria Laura Viveiros de Castro, a cuja apreciação esse trabalho foi submetido, numa das jornadas internas do Programa. Contudo, foram Yvonne Maggie e Beatriz Maria Alasia Heredia que sob este aspecto, mais efetivamente contribuíram com este trabalho, através das críticas e sugestões apresentadas por ocasião da qualificação do projeto. Vale também lembrar o nome do professor Moacir Palmeira, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional que concordou em ler o projeto de pesquisa

inicial, quando eu ainda não havia decidido pelo programa em que iria ingressar. A partir dessa sua leitura foram feitas indicações preciosas de fontes e enfoques que certamente foram contemplados aqui.

Ainda no IFCS pude contar com a amizade da "turma dos 3 coelhos", formada sobretudo pelos "sociólogos" Marcelo, Cristiano, Elaine e Marília, e pelas "antropólogas" Luciana, Adriana e Vera, de cujos encontros resultaram em alguns *insights* que estão distribuídos pelo corpo do texto.

Em Maceió dispus da interlocução de um grupo batuta de cientistas sociais da Universidade Federal de Alagoas, que estabeleceram com este trabalho um importante canal de interlocução. Estou falando dos também amigos Raquel Rocha, Bruno César, Edson Bezerra, Clara Suassuna e Evelina Antunes e Siloé, cuja expectativa com relação ao resultado final da pesquisa serviu como apreciável estímulo para que ele viesse à baila.

Na Universidade Federal de Sergipe contei com a colaboração do professor Francisco José Alves, do Departamento de História, que se dispôs a ler o projeto de pesquisa, apresentando sugestões importantes que também constam deste trabalho. Além dos professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais no qual sou lotado, todos, também muito prestativos.

Durante a pesquisa, senti a necessidade de entrevistar alguns dos pais e mães de santo mais antigos de Maceió. Sua generosidade em me atender, possibilitou um rumo diverso à pesquisa, não previsto inicialmente. Entre eles quero destacar os nomes de Mãe Netinha e dona Pastora, de cujos depoimentos prestados encontram-se alguns trechos transcritos adiante.

Os funcionários do Arquivo Público de Alagoas e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas tiveram que aturar a minha presença ali por muitos meses, o que

fizeram com paciência e atenção. Sou-lhes grato por isso, como também a Ana Márcia, que corrigiu a versão final deste trabalho.

Ribeiro foi um leitor atento e importante interlocutor, nos momentos em que eu não conseguia mais raciocinar sobre o assunto. Foi também companheiro e amigo nos momentos em que problemas de ordem extra-acadêmicos ameaçavam o andamento dos trabalhos, sobretudo na fase final da confecção da tese.

Como sempre, Caio e Hugo seguraram “a barra mais pesada que tivemos”, privando-se de minha companhia sem maiores queixas. A eles dois dedico esse trabalho com um pedido de desculpas: “perdoem a cara amarrada...os dias eram assim”.

INTRODUÇÃO

Na noite do dia 1º de fevereiro de 1912, nas ruas de Maceió, pequena capital voltada ainda ao provincianismo das intrigas e fofocas domésticas, verificou-se um dos episódios mais violentos de que foram vítimas as casas de culto afro-brasileiro de Alagoas. O acontecimento extraordinário, que ficaria conhecido como Quebra-quebra, culminou com a invasão e destruição dos principais terreiros de Xangô[1] da capital do estado, por elementos populares capitaneados pelos sócios da Liga dos Republicanos Combatentes.

Por estar cercado de tantos mistérios é que esse episódio tornou-se para nós objeto de interesse e investigação. Portanto, as razões da perseguição contra esses cultos religiosos em Alagoas constituem o objeto principal deste trabalho. Além de expormos os contornos da "Operação Xangô", outro nome pelo qual também ficou conhecido o mesmo episódio, discutiremos os motivos por que isso teria acontecido, bem como sobre o manto de silêncio que sobre ele teria caído.

Esse interesse pelo assunto, remonta à época da nossa pesquisa de mestrado, cujo tema era a constituição do campo religioso de Quebrangulo, pequeno município do interior de Alagoas. Quando nos ocupamos em localizar o material etnográfico disponível sobre os chamados cultos afro-brasileiros no Estado, deparamo-nos com essa imensa lacuna com a qual até hoje nos debatemos. No meio do parco material encontrado sobre o assunto, porém, vimo-nos às voltas com esse importante documento organizado por Abelardo Duarte, *Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança* onde pela primeira vez tivemos

[1] Esta é a expressão pela qual os cultos afro-brasileiros são conhecidos nos estados de Pernambuco e Alagoas, embora, como nos chama a atenção Yvonne Maggie, tais categorias não refletem a dinâmica das classificações fornecidas pelos próprios informantes, já que muitas vezes, numa única entrevista, percebemos a utilização de todas essas expressões por um informante para referir-se ao mesmo conjunto de práticas rituais. Até mesmo quanto ao termo "Afro-brasileiro" que aqui utilizamos, seu uso deve estar cercado de precauções, como nos alerta Beatriz Góis Dantas, devido a propalada carga ideológica a ele associada, mas que, como ela, continuamos utilizando, na falta de um outro mais satisfatório. Em tempo, sempre que o termo xangô aparecer relacionado à entidade religiosa, como é o caso quando dela utiliza-se para referir-se às casas de culto naqueles Estados, a expressão aparecerá grafada com a letra inicial maiúscula, enquanto que, quando tratar-se da prática em si, o termo aparecerá grafado sem maiúscula. (Cf. Maggie, Yvonne, *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975;.Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai Branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988),

conhecimento desse episodio que tem sido até agora nosso objeto de investigação[2].

Chamou-nos a atenção inicialmente a existência de tão pouco material sobre um fato com tais características e que tanto efeito teve sobre a dinâmica dessa modalidade de culto em Alagoas. A lacuna causa mais espanto ainda, se levarmos em conta a tradição antropológica alagoana, que conta com nomes consagrados como Manoel Diégues Júnior, Théo Brandão e Arthur Ramos, para citarmos apenas aqueles que alcançaram maior projeção fora do Estado. Notadamente o tema do silêncio ocupará uma posição central em nossas discussões, ainda mais se considerarmos o fato de que, essa mesma atitude a que se recolheu a intelectualidade alagoana com relação ao assunto, reflete o modelo cerimonial reservado que passou a predominar nos próprios terreiros, obrigados a alterar a dinâmica dos seus cultos, adotando uma modalidade distinta de cerimonial, marcadamente discreta e fechada.

Gonçalves Fernandes em visita a Alagoas, anos depois do ocorrido, testemunhou a existência ainda dessa modalidade de culto que ele designou, entre outros termos, de "Candomblé em silencio", tendo dedicado ao assunto, todo o primeiro capítulo do seu livro *O Sincretismo Religioso no Brasil*, intitulado, "Uma nova Seita Afro-brasileira – O Xangô-rezado-baixo", onde trata da sua incursão a algumas casas de culto de Maceió em junho de 1939, portanto, quase trinta anos depois da fatídica "Operação Xangô". Convém esclarecer que o título desta tese se inspira na expressão cunhada por esse pesquisador pernambucano, a qual passou a ser referida na literatura sobre o assunto em Alagoas, sem o uso do hífen, do mesmo modo como aqui utilizamos.

O misterioso silêncio que paira sobre o episódio do Quebra-quebra, faz-nos lembrar as assertivas do historiador Michel Pollak quando esse autor percebe em movimentos de conflito e competição entre memórias concorrentes, a presença de lembranças traumatizantes que, apesar de aparentemente confinadas, parecem se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas, as quais por sua vez compartilham essas mesmas lembranças comprometedoras, motivo pelo qual também preferem guardar silêncio. Diga-se de passagem, que a memória e o esquecimento são temas que têm gerado grande

[2] Duarte, Abelardo. *Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

discussão no campo da história, da qual essa pesquisa muito se aproxima, até pela própria temporalidade em que se inscreve, razão pela qual, sempre que a situação se apresentar, estaremos recorrendo ao cabedal teórico fornecido por aquela disciplina. Convém destacar ainda que, como o silêncio acerca desse episódio, contagia também de forma decisiva a intelectualidade alagoana, faz-se necessário inferir teoricamente sobre essa atitude, lançando mão do debate sobre esquecimento e desconsideração, que se traduzem como essência do insulto moral, tal como discutido por Luis Roberto Cardoso de Oliveira em seu mais recente trabalho *Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos*

Mas essa não é a única particularidade que o evento guarda. O episódio do Quebra tem sua gênese nas prolongadas disputas entre a elite política local pela dominação dos dispositivos e mecanismos do poder e que na seqüência se desdobram em tensões e conflitos mais localizados, atingindo aquelas situações microscópicas do social, que envolvem grupos4 familiares, de trabalho e vizinhança, onde se observa o mesmo sistema de disputas e cismas, a partir do qual conflitos e inimizades pessoais se intensificam. A discussão de processos com tais características têm encontrado nas ciências sociais, uma atenção especial, sobretudo naquele campo que mais recentemente se convencionou denominar de antropologia da política, o qual tem se voltado para as representações, rituais e narrativas políticas. Considerando, pois que o tema por nós desenvolvido envolve um complexo processo político em conexão com outras modalidades de relações sociais, não há como prescindir do farto material etnográfico que tem sido produzido nos últimos anos por diferentes investigadores em diferentes regiões do país, bem como da renovação teórica que estes dados possibilitam. Merecem destaque nesse debate as concepções de “tempo político” apresentadas por Moacir Palmeira, a qual utilizamos para demarcar o período da

atuação de Euclides Malta à frente da máquina administrativa de alagoas, entre os anos de 1900 e 1912.

Com relação à questão dos confrontos entre indivíduos ou grupos concretos vamos encontrar na antropologia clássica uma vasta produção, que busca dar conta dessas situações em que um complexo jogo de acusações permeia as relações pessoais. Evans-Pritchard consagra-se entre os estudiosos do assunto, como um dos mais perspicazes na análise desse tipo de processo. Em sua clássica obra *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande,* ele se volta para aqueles fenômenos em que os conflitos estão amparados em crenças de idioma místico. Dito de outro modo, o grande traço dessa sociologia do conhecimento apresentada por esse autor, consiste na exposição da relação entre o pensamento social zande, que tem na bruxaria o sistema básico de explicação para os infortúnios, e a realidade social daquela comunidade, onde a contigüidade residencial cria inúmeras oportunidades de atrito entre indivíduos e grupos. Para ele não se trata apenas, de um sistema absurdo de crenças, mas sim, de um modelo de pensamento respaldado pelo grupo e que atua sobre ele como uma verdade inquestionável[3].

Através do seu esquema teórico, Evans-Pritchard alcança uma explicação plausível não só para a aparente contradição do sistema de crença zande, como para a lógica do pensamento humano como um todo. Se ampliarmos as referências desse autor para o contexto sobre o qual nos debruçamos, teremos condições de demonstrar a abrangência da sua teoria da bruxaria, já que sua explicação universaliza-se para alcançar todos os sistemas que se orientam por esse modelo de crença. No caso por nós estudado, também assistimos a um processo de acusação de bruxaria, sendo que em Alagoas, apesar da ação derivar também de inimizades pessoais, assistimos a ampliação da lógica segundo a qual quanto mais

[3] Evans-Pritchard, *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

próximo os vizinhos estiverem uns dos outros, mais suscetíveis eles estarão às intempéries da bruxaria provocada pelos inimigos. Além dos conflitos de interesses envolvendo grupos estruturalmente inferiores, envolvidos numa relação de contigüidade espacial que reunia numa mesma área de residência, indivíduos pertencentes à mesma condição social, a acusação feita por estes também recaía sobre representantes dos interesses dominantes, fato incomum entre os azande.

Assim sendo, a partir de conflitos entre iguais, como aquele que se verificou entre grupos dominantes que disputavam o poder, justificados, portanto, pelas disputas políticas e por relações de ódio recíprocas, o processo de acusação se alastra por outras camadas da sociedade, sobretudo entre a população pobre, cujo acirramento reverte-se em imputações e insultos contra aqueles, com os quais os contatos não são tão estreitos e estão orientados por noções de hierarquia. Desse modo, em Alagoas, a inveja e as brigas tomam a forma de uma imputação que culmina com os ataques ao próprio Governador do Estado, Euclides Malta, a princípio, desenvolvidos pelos seus inimigos políticos, com os quais se encontrava numa relação de relativa igualdade de *status*, e na seqüência, pelo grosso da população, espalhado pelos bairros pobres da cidade.

Embora na seqüência do trabalho apresentemos elementos suficientemente concretos que concorreram para a derrocada de Euclides Malta do poder, não podemos desprezar o peso que a oposição emprestou a essa sua suposta ligação com os terreiros de Maceió. Isso nos faz pensar novamente nas contribuições de Evans-Pritchard, para quem os azande eram detentores de um sofisticado e inteligente sistema de crença, que não entra em contradição com as explicações que nós normalmente classificamos de científicas. Mesmo dispondo de modelos explicativos que partiam de suposições metafísicas, como a “segunda lança”, isto não podia ser considerado um sistema absurdo de crença, mas um modelo de

pensamento respaldado pelo grupo e que atua sobre ele como uma verdade inquestionável. Em Alagoas, tanto quanto entre os azande, a crença na bruxaria apresenta-se como um sistema básico de explicação para os infortúnios e reflete uma realidade social extremamente marcada por tensões e conflitos, onde interesses antagônicos são acentuados pelas acusações de feitiçaria. Sendo que o infortúnio naquele caso não se reduz ao desabamento de um celeiro corroído pelas térmitas, mas a desventura de estar submetido por tanto tempo às intempéries de um governo oligarca, ainda mais num contexto político altamente transitório, onde ele conseguiu manter-se por tanto tempo no poder, graças à proteção adquirida nas casas de Xangô da cidade, segundo a oposição[4].

Assim como entre os azande, a crença no poder da feitiçaria em Alagoas nunca é posta em questão, pelo contrário, sua eficácia é totalmente confirmada quando se atribui aos pais de santo a responsabilidade pela permanência prolongada de Euclides Malta no poder. O que se condena nesse caso, é o uso indevido que se faz da magia e dos poderes malignos dos "xangozeiros"[5], que promovem o infortúnio, atingindo uma grande parcela da população submetida à sua administração. Desse modo, a crença na bruxaria em Alagoas, e por que não dizer no Brasil, tanto quanto entre os azande, funciona como um valioso corretivo contra impulsos supostamente anti-sociais, sem que jamais se ponha em cheque sua verossimilitude. Exemplo disso é a conservação de alguns objetos rituais apreendidos durante a invasão aos terreiros e que hoje constituem a *Coleção Perseverança.*[6].

[4] Sempre que nos referirmos à entidade Xangô, a palavra aparecerá grafada com maiúscula, inclusive quando associada às casas ou terreiros onde o culto religioso era realizado. Contudo, a prática em si, também conhecida em Alagoas por Xangô, aparecerá sempre grafada com minúsculo.

[5] O termo aqui utilizado, apesar do aspecto pejorativo, visa reproduzir a forma como os praticantes dos cultos afro-brasileiros em Alagoas foram tratados pelos seus desafetos, razão pela qual sempre aparecerá entre aspas.

[6] Esses objetos foram inicialmente doados à Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, e depois recuperada por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde se encontra até hoje. (Cf. Duarte, Abelardo. *Catálogo ilustrado da Coleção perseverança*. Maceió: IHGAL, 1974. Para

O fato das acusações de bruxaria recaírem sobre um representante do Estado, fato bastante incomum em processos dessa natureza, concorre para tornar o caso de Alagoas ainda mais particular. Enquanto que em outros lugares a acusação jamais é feita por pessoas colocadas em condição de desvantagem hierárquica contra chefes políticos, ali o Governador estava no centro dos ataques. Junte-se a isso o fato de que em outros locais do Brasil, a repressão aos cultos afro-brasileiros sempre se deu com o aval do Estado, seguindo, portanto, a orientação de quem se achava à sua frente.

Ainda comparando o caso alagoano, com outras situações verificadas no país em períodos distintos, veremos que desde a colônia, mas de modo mais efetivo durante a Primeira República, o Estado interviu de forma sistemática nesse sistema de crença, desenvolvendo mecanismos reguladores de combate aos feiticeiros, conforme se depreende das contribuições de Yvonne Maggie, cujo estudo *O medo do Feitiço*, detém-se sobre o modo como esta entidade se imiscuiu nos assuntos da magia. O que se deduz das contribuições de Maggie é que o controle dessas atividades mágico-religiosas sempre esteve sob a responsabilidade das autoridades legais. Isso torna o caso alagoano singular, pois além dessas práticas terem gozado durante os sucessivos mandatos de Euclides Malta, de grande liberdade de manifestação, no auge dos ataques contra sua administração, o Governador é incluído no rol das acusações como responsável, ou pelo menos, como incentivador daquelas práticas no estado. Esse dado vem apenas confirmar a fragilidade hipótese repressiva já que, como afirma Dantas, o que se verificou no Brasil, em termos de relação da sociedade envolvente com aquele tipo de prática religiosa, foi, por um lado, uma seleção dos cultos que "convinham à elevação moral do negro" e, por outro, a rejeição daquelas que concorriam

---

uma comparação desse material com a coleção do Museu da Polícia do Rio de Janeiro, ver Maggie, Yvonne. *Arte ou magia negra*? Relatório apresentado à Funarte, Rio de Janeiro, (mimeo.), 1979.

para desmoralizá-lo socialmente. Aliás, uma atitude que tem sua gênese nos meios intelectuais, se estendendo depois para as diversas esferas da vida social, sobretudo , no campo da política.[7].

A reconstituição desse episódio precisou ser feita através dos únicos documentos disponíveis. Na falta de processos judiciais ou de inquéritos policiais, utilizamos os principais jornais em circulação no estado entre os anos 1900 e 1912, período que marca a trajetória política de Euclides Malta como Governador, o qual ocupou esse cargo por três mandatos (1900/1903 e 1906/1912), devendo-se ainda considerar o período intermediário em que seu irmão Joaquim Vieira Malta o sucedeu no poder (1903/1906).

A principal fonte consultada foi o jornal *A Tribuna*, órgão oficial do Partido Republicano de Alagoas e responsável pela divulgação do expediente do Governo, ou seja, daqueles dados formais a partir dos quais é possível a recomposição de uma "memória oficial".

Para contrapor essa versão, consultamos também alguns jornais oposicionistas, aliás, o principal veículo utilizado pelos inimigos políticos do Governador. Entre os órgãos que se enquadram nessa condição, incluímos o *Jornal de Debates*, único periódico da oposição nos primeiros anos da administração de Euclides Malta e um dos primeiros a sofrer tentativas de empastelamento no período. Aos poucos esse jornal vai perdendo sua importância em função da criação, em 16 de setembro 1904, do *Correio de Alagoas*. Em junho de 1905, após inúmeras interrupções o proprietário do *Jornal de Debates* resolve suspender definitivamente sua publicação e segue para o Rio de Janeiro, cabendo ao *Correio de Alagoas*, a responsabilidade pelos ataques ao Governador de Alagoas no

[7] Maggie, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*.Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal,, 1988.

período. Este veículo surge naquela arena política com o patrocínio do Barão de Traipu, na época inimigo ferrenho do genro Euclides Malta, vindo a se tornar o principal instrumento de divulgação das idéias do recém criado Partido Republicano do Estado, versão oposicionista do Partido Republicano de Alagoas, até ser empastelado em julho de 1906.

Depois disso, o *Correio de Maceió* e o *Jornal de Alagoas*, tornam-se as principais fontes de consulta, sobretudo, o último deles, fundado em 31/05/1908 pelo jornalista pernambucano Luiz da Silveira, o "espantalho das oligarquias", designação pela qual ficou conhecido esse redator, por ter orientado a linha editorial desse periódico para uma crítica constante da administração de Euclides Malta. Esse veículo veio a tornar-se o órgão fundamental de oposição, abrindo espaço para a jovem intelectualidade local que também se opunha ao poder vigente. No *Jornal de Alagoas* é que fomos localizar a série de matérias sobre o Quebra-quebra, intitulada “Bruxaria”, e sobre a qual apoiamo-nos para compor a etnografia da perseguição.

Também nos foi útil nessa pesquisa, a consulta do diário vespertino *O Combatente*, que apesar de só ter circulado meses depois do Quebra-quebra, entre setembro e dezembro de 1914, tem seu significado político marcado pelo fato de ter sido criado sob a responsabilidade da Liga dos Republicanos Combatentes, em cujas páginas popularizaram-se os epítetos com que Euclides Malta e seus asseclas ficaram conhecidos.

Consultamos ainda várias obras escritas, as quais apesar de demonstrarem em grande parte uma certa benevolência para com o Governador, permitem-nos reconstituir o período estudado, a partir de informações esparsas fornecidas entre o cabedal de louvores ao biografado. Entre essas obras destacaríamos as contribuições de Guedes de Miranda que, em *Eu e o tempo,* admite sua dívida com Euclides Malta, responsável pela sua iniciação na vida pública; o livro *Alfredo de Maya e seu tempo*, escrito tardiamente pelo neto José

Fernando de Maya Pedrosa, sobre uma das figuras mais proeminente da política alagoana no último período da administração dos Maltas e a quem coube a defesa daquele governante pelo Jornal *A Tribuna*, quando da primeira polêmica séria em torno do 'Empréstimo Externo'; Abelardo Duarte, que no texto "Sobrevivência do Culto da Serpente (Dânh-gbi) nas Alagoas", rebate as acusações oposicionistas contra seu sogro, Euclides Malta, de manter ligações com as casas de Xangô alagoanas; e, por fim, Edu Blygher, pseudônimo com o qual o Eduardo Porto assina o livro de crônicas intitulado *Alagoas pitoresca*, onde narra inúmeros episódios da vida política de Alagoas no período, inclusive apresentando uma versão bastante original para o fato dos correligionários do Partido Republicano de Alagoas correligionários terem recebido a alcunha de Leba.[8].

Outras obras embora escritas por autores que não participaram ativamente daqueles acontecimentos ou porque tinham pouca idade ou porque nem tinham nascido, inscrevem-se no rol das análises mais desprendidas das paixões políticas e, portanto, apresentam-se aqui como fonte de interesse, por se referirem a pessoas e fatos da época. Entre eles destacaríamos as contribuições de Félix Lima Júnior e Douglas Apratto Tenório, cujas análises incluem os participantes dos dois grupos políticos em disputa, sem se furtar em fazer análises mais acerbas sobre o período como um todo. [9].

Como foi dito acima, grande parte da recomposição da "Operação Xangô" só foi possível a partir da série de matérias publicadas no *Jornal de Alagoas*, intituladas "Bruxaria". Com base nesse material, elaboramos a etnografia do episódio que consta na

[8] Miranda, Guedes de. *Eu e o tempo*. Maceió: DAC/SENEC, 1967; Maya, Pedrosa J. F. *Alfredo de Maya e seu Tempo*. Maceió: Gráfica S. Pedro, 1969; Duarte, Abelardo. "Sobrevivências do culto da serpente (Dãnh-gbi) nas Alagoas" **in** ***Revista do Instituto Histórico de A****lagoas.* Maceió: IHA. Vol. XXVI, ano 1940/1950 (1950).; Blygher, Edu. *Alagoas Pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951 e; Bivar, Costa. *A virgem da barraca*. Maceió: Casa Ramalho, 1924.

[9] Lima Júnior, Félix. *Episódios da História de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1975; e *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001; e Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997.

primeira parte do trabalho. Por se tratar de material produzido por uma vertente oposicionista do Governador desbancado é que as expressões utilizados para se referir a ele e as casas de Xangô de Alagoas, com as quais supostamente tinha uma ligação, estão eivados de depreciação, razão pela qual aparecem no texto entre aspas.

Concordamos que a compreensão inicial desse evento torna-se fundamental para que se possa estabelecer a relação entre os vários personagens e episódios que concorreram para que ele se efetivasse. Na seqüência dessa descrição, julgamos importante fazer uma incursão teórica sobre alguns dos aspectos fundamentais à compreensão desse episódio, dentre eles a análise do silêncio que se instalou na literatura sobre o assunto, fato que parece refletir o estilo ritualístico que os próprios grupos passam a desenvolver depois de 1912.

Contraditoriamente, as peças apreendidas durante a invasão dos terreiros conservadas e até hoje podem ser visitadas nos salões do instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. As razões dessa dupla relação com a crença, de condenação e de reparação dos danos a ela imputados terão que ser também consideradas. Para tanto, utilizaremos dois trabalhos fundamentais, no caso, o próprio catálogo da Coleção Perseverança, bem como o relatório já mencionado, organizado por Yvonne Maggie, sobre a coleção de objetos rituais do acervo do Museu da Polícia do Rio de Janeiro. Embora nenhum deles infira teoricamente sobre as razões por que tais peças foram conservadas, inclusive porque a preocupação maior era, no primeiro caso, a catalogação do material procedente dos antigos xangôs de Maceió e, no segundo, analisar os aspectos artísticos do acervo da Polícia, julgamos por bem fundamentar nossa discussão à luz de um trabalho que apesar de reduzido em número de páginas se coloca com um dos mais complexos textos da antropologia clássica. Estamos referindo-nos à contribuição de Lévi-Strauss, contida no

texto “O Feiticeiro e sua magia”, segundo o qual, os objetos, como a pluma Zuni, são dotados de significado, concorrendo num determinado sistema, para o reforço da crença coletiva, cuja confirmação reside na localização e conservação dos elementos que confirmem a sua existência[10].

No que se refere ao tema da perseguição, propriamente dita, também tivemos a preocupação de fazer uma revisão da bibliografia existente sobre o assunto, localizando na grande gama de estudos existentes, aqueles pontos de ligação entre os casos analisados pelos diversos autores apresentados e o episódio do Quebra-quebra. Nesse momento é que se demonstra a fragilidade da hipótese repressiva, sobre a qual já chamamos a atenção acima.

Por considerarmos que a “Operação Xangô” desenvolve-se nos moldes de uma tragédia, nos termos que a essa forma de apresentação de um relato nos empresta Tzevedan Todorov[11], é que dividimos o trabalho em capítulos, cada qual relacionamos a um grupo de personagens envolvidos nessa trama. No capítulo segundo, dedicaremo-nos à análise quase biográfica de Euclides Malta, espécie de pivô dos acontecimentos que estamos discutindo. Discutiremos nessa parte as manobras políticas por ele desenvolvidas para se manter por mais tempo no poder, bem como as principais medidas administrativas, entre as quais, o empréstimo externo, tido como uma das causas iniciais da insatisfação da população com seus sucessivos mandatos. Não poderíamos também deixar de incluir a relação de Euclides

[10] Cf. Duarte, Abelardo. *Catálogo ilustrado da Coleção perseverança*. Maceió: IHGAL, 1974; Maggie, Yvonne. *Arte ou magia negra*? Relatório apresentado à Funarte, Rio de Janeiro, (mimeo.), 1979. Levi-Strauss, Claude. “O feiticeiro e sua magia”. **In** *Antropologia estrutural I*. Rio de janeiro: Tempo e presença, 1985.

[11] O sentido que aqui nos é emprestado por Todorov refere-se não a características históricas, mas as qualidades dramatúrgicas e éticas do evento. Ou seja, aquelas ações encadeadas que se chamam e respondem umas às outras, de modo que o desfecho já é previsível: “a força de conexão entre os episódios é grande, e que provoca esse efeito paradoxal e propriamente trágico: com as melhores intenções do mundo, pode-se terminar no mais negro dos infernos”. Todorov, Tzvetan. *Uma Tragédia Francesa*. Rio de Janeiro: Record, 1997. pp. 138/139)

Malta com os cultos afro-brasileiros em Alagoas, esse sim, o fato mais explorado pela oposição, no auge dos ataques que culminaram com sua destituição.

No terceiro capítulo, trataremos da participação dos negros na vida social de Alagoas durante os primeiros anos daquele século. A importância desse segmento nesse episódio consiste no fato de que por estarem mais diretamente ligados àquelas práticas mágico-religiosas, foram as principais vítimas da perseguição ali verificadas, além de já carregarem historicamente o estigma de grupo marginal, razão pela qual, talvez, tenham sido preteridos pela farta historiografia produzida no Estado. Os motivos desse esquecimento serão também considerados nesse capítulo.

E por fim, temos no último capítulo a participação da Liga dos Republicanos Combatentes, facção paramilitar surgida em Maceió, em 1911, com a finalidade política de promover agitações populares na cidade, contra o então governador Euclides Malta, além de ter sido a principal responsável pela devassa nas casas de cultos afro-brasileiros e que se convencionou chamar de "Operação Xangô". Essa associação, segundo a crônica local, era composta em sua grande maioria por homens de cor, motivo pelo qual se faz necessária uma discussão sobre as causas que levaram ao confronto entre este segmento e os integrantes das casas de Xangô, com os quais estavam profundamente identificados não apenas pelas relações de contigüidade que mantinham, já que moravam e freqüentavam as mesmas áreas sociais, como por uma série de outras condições sócio-culturais semelhantes. Para tanto, nos amparamo-nos no debate sobre relações de conflitos entre indivíduos e grupos concretos que têm em Sidney Chalhoub um representante em potencial.

CAPÍTULO I: "OPERAÇÃO XANGÔ": UMA ETNOGRAFIA DA PERSEGUICAO

São Sebastião crivado,
nublai minha visão
na noite da grande
fogueira desvairada
Chico Buarque

Na noite do dia 1º de fevereiro, numa quinta-feira, mais ou menos por volta das dez e meia da noite, quando grande parte da população já dormia, como era costume na época, as ruas de Maceió foram palco de uma dos espetáculos mais trágicos de que se tem notícia nos anais da capital de Alagoas. Tudo começa nas primeiras horas daquela noite, quando um grupo de rapazes, na sua grande maioria empregados do comércio, foram se chegando ao número 311 da rua do Sopapo, no bairro da Levada, residência de Manoel Luiz da Paz e sede da Liga dos Republicanos Combatentes[12], misto de guarda civil e milícia particular criada há pouco mais de dois meses com a finalidade de fornecer suporte físico à campanha de estilo persecutório contra o governador Euclides Malta e onde também se realizavam os ensaio do tradicional Clube dos Morcegos, presença cativa nos carnavais de Maceió daqueles primeiros anos do século passado.

A trupe que integrava a Liga nos últimos dias vinha alarmando os moradores da capital, principalmente os correligionários do Partido Republicano, chefiado por Euclides

[12] Convém esclarecer que apesar do estudioso alagoano Abelardo Duarte ter identificado a rua Pernambuco como endereço da sede da Liga dos Republicanos Combatentes, onde também se localizava o terreiro de Chico Foguinho, outras fontes revelam que essa rua, a qual depois se chamaria Teixeira Bastos, assim denominada pela lei nº 129 de 28/09/1908, não se confunde com a rua do Sopapo, onde realmente se localizava a sede daquela associação. (Cf. Tavares, Bráulio Fernandes. *Relatório que sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao illustre Snr. Intendente desta capital, Dr. Luiz de Mascarenhas*. Maceió: Typographia Commercial, 1911. Sobre a localização da sede da Liga e do terreiro de Chico Foguinho, consultar Lima Júnior, Felix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001 e; Blygher, Edu. *Alagoas Pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951).

Malta, distribuindo boletins insultantes pela cidade, fechando repartições públicas, perseguindo e vaiando cidadãos respeitáveis nas principais ruas do centro e invadindo residências, forçando seus proprietários e familiares, a fugas constrangedoras pelos fundos das casas. Isso foi o que aconteceu com o intendente da capital, Luiz de Mascarenhas, que no dia 27 de dezembro de 1911, portanto dez dias após o surgimento daquela associação em Maceió, teve sua residência assaltada por populares e membros da Liga armados de rifle, obrigando-o a escapar com sua esposa, pulando o muro dos fundos de sua casa para ocultar-se na residência de um vizinho, em razão de que viria a renunciar do cargo que ocupava, como também faria o vice-intendente, Salvador Calmon, por também ter sua casa assaltada durante a alta madrugada. Consta que no mesmo dia, horas antes desse episódio, a turba ensandecida tentara contra o Palácio dos Martírios, sede oficial do Governo, encontrando ali, forte resistência por parte do Governador, de alguns dos seus correligionários mais fiéis e da Guarda do Palácio, os quais repeliram seus desafetos, armados de rifles e fuzis, resultando desse confronto vários feridos e algumas detenções. O sucesso dessa investida só veio a se verificar dois dias depois, quando uma nova ofensiva ao Palácio foi feita pelos mesmos manifestantes. Desta feita o aparato policial não foi suficiente para conter os esforços dos revoltosos, que desarmaram a guarda, mas não evitaram a fuga do Governador pelos fundos da residência oficial, de onde partiu para o bairro de Bebedouro, a fim de tomar um trem para a capital de Pernambuco.

Entre esses manifestantes encontravam-se alguns praças do Batalhão de Polícia do Estado que recentemente haviam desertado, devido à insatisfação com os atrasos constantes dos parcos 1$600 réis que eram o soldo recebido por um soldado na época. Junte-se a isso, a indisciplina de alguns deles que encontraram naquela situação de tumulto em que se achava a capital, a oportunidade para fugir ao serviço militar, no que eram auxiliados pelos

integrantes da Liga, que instituíra o "rasga farda". O miliciano que por aqueles dias passasse pela confeitaria "A Helvética", na rua do Livramento, esquina com o beco da lama, era convidado pelos "patriotas" a tomar uma "bicada". Depois do terceiro ou quarto copo, já em estado bem alterado, o soldado atendia à convocação dos manifestantes, de rasgar a camisa e jogar fora o quepe, o que fazia sob grande alarido e algazarra dos manifestantes, enquanto dava vivas ao candidato da oposição, Clodoaldo da Fonseca e morras aos integrantes da oligarquia maltina.

A palavra de ordem repetida para diversão de todos e escárnio geral na ocasião era: "rasga!". Essa exclamação que traduzia uma revolta quase generalizada na cidade, em questão de dias deixou de ser a favorita e foi substituída por outra mais aprimorada: "Quebra!". Quando este grito surgiu, com a tônica que lhe foi emprestada, uma multidão alucinada e confusa, como tomada por um êxtase coletivo deu início a uma imodesta festa, iniciada ali mesmo, no número 311 da rua de sugestivo nome, "do Sopapo", naquele que era um dos bairros mais movimentados da cidade em termos de manifestações culturais populares onde, no dizer do colunista do jornal *A Tribuna* concentrava-se, "todo um exército de bobagens"[13].

Era véspera de carnaval e o bando de clubes daquele bairro se agitava, acertando os últimos detalhes da festa: o clube Pretinho, clube Cor de Canela, o clube Rouxinho, o clube Caboclo, e muitas outras atrações que têm saído daquelas bandas desde épocas remotas, entre as quais, o clube dos Morcegos com sua maravilhosa orquestra de triângulos e presença cativa nos carnavais de Maceió, daqueles primeiros anos do século XX. Gente que ao meio-dia ganhava as ruas sem que o sol, a poeira, nem o suor a impedisse. Foi para um dos ensaios desse clube que aqueles tantos rapazes dirigiam-se naquela fatídica quinta de

[13] *A Tribuna*, "Máscaras e mascarilhas". Maceió, 16/02/1901 nº 1233. Ano VI, p. 2.

fevereiro e que, como tantos outros clubes da cidade, ensaiavam marchinhas, como a portuguesa "Vassourinhas" que prometia ser o grande sucesso do carnaval daquele ano de 1912, que aconteceria em pouco mais de uma semana.

Naquele final de semana em especial, o bairro estava muito mais movimentado do que nos dias comuns, não só pela aproximação do carnaval, mas também porque naquele período realizava-se uma das festas mais tradicionais promovidas pelos terreiros de Maceió, no caso, a festa de Oxum, cuja data coincidia com o dia da Imaculada Conceição, celebrada nos principais templos católicos da capital, entre os dias 23 de janeiro e 02 de fevereiro, pelo menos naquela época[14].

Enquanto os diversos clubes carnavalescos afinavam seus instrumentos, acertando os últimos acordes, outros sons se faziam ouvir pelo bairro naquele fim de semana. Ritmos africanos tirados dos atabaques se espalhavam pela rua do Sopapo e adjacências, confundindo os incautos com os "inevitáveis maracatus" que todo ano marcavam presença no carnaval de rua de Maceió, apesar da antipatia que inspiravam na elite.

Um dos lugares de onde partia aquela "zoeira" era a casa de Chico Foguinho, um dos mais afamados pais de santo de Maceió, desde o tempo em que, como devoto de Santa

[14] Diga-se de passagem, na Maceió da época, uma série de outros santos era cultuada, tais como Nossa Senhora das Graças, padroeira da Matriz do Jaraguá, também conhecida como Igreja Mãe dos Homens. Embora fosse também padroeira do bairro da Levada, nesta localidade a comemoração dava-se entre os dias 16 e 9 de março; Nossa Senhora das Candeias, correspondendo no hagiológico africano à mesma Oxum. Essa data era comemorada na Catedral como a festa da Purificação de Nossa Senhora, um dos três dias santificado associados à Virgem Maria (os outros são Assunção da Santíssima Virgem ou Nossa Senhora da Boa Morte [06 a 15/08]; e Natividade de Nossa Senhora [08/09]);. Bom Jesus dos Navegantes, entre os dias 28 de janeiro e 04 de fevereiro, também no Jaraguá; Senhor do Bomfim, celebrado no dia 31 de janeiro na capela do Poço e que nos terreiros de xangô correspondia a Oxalá, como em outros estados do Nordeste; e outras, cuja celebração, iniciava-se nos dias imediatamente posteriores, como Nossa Senhora da Guia, cujos festejos no bairro do Trapiche começavam no dia 03 de fevereiro, arrastando-se até o dia 13 do mesmo mês; e Santa Bárbara, comemorada no dia 04 de fevereiro, portanto poucos dias depois do episódio narrado. Em tempo, o dia de Nossa Senhora da Conceição também era comemorado em outras capelas e igrejas de Alagoas como no povoado de Rio Largo, no distrito de Fernão Velho e na velha cidade de Alagoas, antiga capital do Estado. Nessas localidades, os festejos eram realizados no dia 08 de dezembro, como em outros estados do país. (Cf. *A Tribuna*, Maceió, 25/03/1905, nº 2378, p.2; *Diário de Alagoas*. Maceió, 01/08/1907; *Correio de Alagoas*. Maceió, 15/11/1905; e 07/12/1905; Cf. também, Bastide, Roger. *Estudos afro-brasileiros*.. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973).

Bárbara, promovia a festa em sua homenagem no terreiro de Manuel Coutinho. Esses festejos "abrilhantados por uma orquestração de adufos, chocalhos e latas" e que eram integrados por devotos ardorosos e muito entusiasmados, já andaram incomodando o sossego dos habitantes das ruas Barão de Maceió e Dias Cabral, antiga do Reguinho, na qual se situava aquele terreiro em que Chico Foguinho atuava, conforme denúncia feita no jornal *A Tribuna* de 1903[15].

Embora nunca tenha sofrido qualquer tipo de constrangimento por parte da polícia, haja vista a proteção que desfrutava junto às principais autoridades da capital, o fato é que Chico Foguinho decidiu transferir seus negócios para o bairro da Levada, motivado por disputas internas no terreiro a que antes pertencia e que era chefiado por um dos mais antigos babalorixás de Alagoas, por nome Adolfo. Depois da morte deste, assumiu a direção da casa na rua do Reguinho o pai de santo Manoel Coutinho, o qual, segundo dizia-se, foi um dos poucos a herdar a coroa de Dadá, de Tia Marcelina.

Foi por ocasião da abertura de sua própria casa na rua Santa Cruz, nome pelo qual depois ficou conhecida a rua do Sopapo, que Chico Foguinho adquiriu maior respeito e notoriedade. Com a ajuda dos seus irmãos Cesário Tompson, Chico de Têça e Japyassu, este, um membro cativo e freqüentador assíduo do Palácio do Governo e dos poucos que se manteve fiel a Euclides Malta nos seus dias de derrocada política, conseguiu arrastar o Governador do Estado para a festa de inauguração de sua nova casa, ocasião em que essa autoridade teria sido aclamada representante máximo na terra do deus *Leba* e, portanto, o

[15] Os termos entre aspas foram retirados de uma denúncia feita em um ao jornal de alagoas (Cf. *A Tribuna*. "Rapsódias". Maceió, 18\03\1903. Ano VIII, n. 1810, p. 2).

papa do Xangô alagoano[16].

Naqueles dias os tambores tocavam para homenagear Oxum, a deusa das águas, devendo as comemorações prosseguirem nos dias seguintes, com a festa de Santa Bárbara ou Iansã, orixá dos ventos e das tempestades, provavelmente com o mesmo entusiasmo com que era realizada no antigo endereço. Por essa razão a casa de Chico Foguinho encontrava-se na ocasião em grande movimentação.

Sendo que desta feita, os ventos haviam mudado de direção. Os tempos não eram dos mais tranqüilos e a situação política exigia cautela e moderação, já que o papa do Xangô alagoano, grande protetor daquelas casas achava-se afastado de suas funções governamentais. Mas obrigação com orixá é coisa sagrada e quando entra na cabeça do devoto, não tem cristão que a demova. A vingança veio a cavalo e abateu-se sobre aquelas casas como uma tempestade. Os pais e mães de santo de Maceió pagaram caro pela sua ousadia. Nenhum deles pode rogar a proteção dos orixás e se o fizeram, estes não lhes valeram.

Quando ecoou o grito de guerra, "Quebra!", os cabras da Liga que a essa altura não deviam obediência a nenhuma autoridade, nem terrestre, nem mágica, caíram com toda sua fúria sobre os terreiros. O primeiro a ser atingido, pela proximidade em que se encontrava, foi o terreiro de Chico Foguinho, cujos seguidores foram surpreendidos no auge da cerimônia religiosa, alguns deles ainda com o santo na cabeça. A multidão enfurecida entrou porta adentro quebrando tudo que encontrava pela frente, fazendo jus à determinação do líder, e batendo nos filhos de santo que se demoraram na fuga. Diversos objetos sagrados, utensílios e adornos, vestes litúrgicas, instrumentos utilizados nos cultos,

[16] Foi com essa alcunha que os inimigos políticos de Euclides Malta passaram a se referir a ele e a seus correligionários. Em momento oportuno discutiremos o significado dessa categoria. As informações acima contidas foram recolhidas em Blygher, Edu. *Alagoas pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951. pp. 12/14.

foram retirados dos locais em que se encontravam e lançados no meio da rua, onde se preparava uma grande fogueira. Naquela via pública, entre rosários e colares de ofás, foi colocada ainda a imagem de um santo em forma de menino, que muitos afirmaram tratar-se de "Ali Baba", a qual ficou exposta a zombaria dos que passavam. Alguns objetos foram conservados para serem exibidos depois na sede da Liga, outros, em tom de zombaria no cortejo que se armou em direção a outras casas de Xangô nas proximidades.

Algumas delas estavam situadas ali perto, como era o caso dos terreiros de João Funfun (João Aristides Silva) e o de Pai Aurélio (Aurélio Marcelino dos Santos). O jornalista responsável pelas matérias até aqui referidas também localiza o terreiro de Tia Marcelina, numa "das ruas mais esconsas da Levada", embora a maioria dos autores consultados, citasse a rua da Aroeira como verdadeiro endereço dessa mãe de santo[17]. De qualquer modo, o terreiro de Tia Marcelina era um dos mais antigos de Maceió, e segundo se dizia um dos mais freqüentados por Euclides Malta no auge da campanha persecutória que contra ele armou a oposição. Era nesse terreiro que trabalhava noite e dia o seu "Xangô-bomim"[18] para livrá-lo dos inimigos que queriam destitui-lo do poder. Diziam que o Governador, poucos dias antes de ser deposto convocara aquela mãe de santo, para uma conferência no Palácio dos Martírios, a fim de reclamar da ineficiência dos seus trabalhos, os quais não estavam surtindo efeito esperado, haja vista o avanço que a oposição vinha obtendo ultimamente, e para exigir mais empenho nos trabalhos contra o candidato da oposição. Por essa época, teria visitado a casa daquela mãe de santo, para fazer-lhe uma

[17] Abelardo Duarte, um dos principais informantes sobre a localização desses terreiros no período, afirma que por ocasião do quebra-quebra, o terreiro de Tia Marcelina situava-se na rua da Aroeira, nas proximidades da praça Euclides Malta, hoje, Sinimbú. Essa informação é confirmada em outros trabalhos (Cf. Duarte, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: DEC/SENEC, 1974. p. 19; Lima Júnior, Felix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. p. 154/155; Almeida, Sávio. "Uma lembrança de amor para tia Marcelina" **in *Revista de Letras*.** Maceió: Edufal, 1980, p. 53).

[18] Sempre que o termo utilizado para se referir a entidade religiosa for desconhecido na hagiologia dos cultos afro-brasileiros, colocaremos-na entre aspas.

nova consulta, com o intuito de saber o que lhe reservavam os búzios. O santo teria aparecido na cabeça de Tia Marcelina e informado ao Governador que naquelas próximas eleições, o candidato vencedor seria o oposicionista Clodoaldo da Fonseca. Nas ocasiões em que freqüentava aquela casa, Euclides Malta não aparecia na sala em que o resto da audiência permanecia. Havia um quarto reservado com exclusividade para essa autoridade onde, além dos serviços religiosos, outros favores menos sagrados lhe eram prestados. Dizem que nesse quarto de mistérios, existia um altar velado por um cortinado de lençóis alvos, na verdade, uma cama confortável sobre a qual despencava languidamente um laço de fita vermelho preso no alto de uma cúpula repleta de ofás, disposta sobre a abertura anterior desse leito. O Dr. Euclides Malta, segundo as más línguas, dispunha, vez por outra, de uma filha de santo, na flor da idade, para os seus prazeres sexuais, sendo a mesma sacrificada a "Ali-babá", o ídolo da animação e do prazer em forma de menino. Além dessa imagem, havia uma outra mais expressiva, coberta com um pano vermelho e cingida por colares, que presidia as obrigações luxuriantes[19].

Na casa de Tia Marcelina as cerimônias religiosas tiveram início ainda pela tarde daquele primeiro de fevereiro. Tratava-se de um imóvel modesto, cuja sala principal, um cômodo pequeno que ocupava toda a parte anterior do edifício, estava decorada com arabescos "grosseiramente pintados" com tinta muito viva nas paredes, dispondo também de alguns "bancos de madeira tosca e denegrida" onde se acomodavam os tocadores de atabaque com suas "vestes exóticas". A assistência curiosa distribuía-se pelos bancos de madeira dispostos num canto desta "sala minúscula" onde se realizava a parte pública dos cultos, enquanto que no centro, os filhos de santo, dispostos em círculo sob o olhar curioso

[19] Conforme já alertamos antes, todas as referências a esse ritual e a perseguição que contra ele se desencadeia na seqüência, foram retiradas da série de matérias intituladas "Bruxaria", publicadas pelo *Jornal de Alagoas* entre os dias 04 e 08/02/1912, inclusive alguns os termos, ainda que pejorativos, são aqui reproduzidos.

da assistência, aguardavam o início das danças que só dependia da anuência da dona da casa. Tia Marcelina era “uma negra robusta” que na ocasião trajava vestes vermelhas e brancas, que são as cores de Xangô, seu orixá, além de vários rosários de contas no pescoço das mesmas cores, contrastando com as demais filhas de santo que em homenagem à entidade festejada naqueles dias, vestiam-se de amarelo e traziam nos braços e pescoços muitos adornos dourados.

A casa possuía também ainda um peji, o quarto dos mistérios do feitiço ou residência oficial dos orixás. Era um pequeno quarto sem ladrilho de onde exalava o cheiro úmido de terra batida. Na parede frontal desse ambiente havia um altar de tijolo com quatro degraus “toscamente construído”, que conduzia o devoto até a pintura de uma cruz de um metro e meio, em cima da qual se encontrava um quadro representando a Virgem Maria, tendo a forma de um pé. No centro desse pequeno cômodo ficava também um caixão de defunto iluminado por quatro velas e ladeado por uma grande quantidade de vasilhas para comida dos santos, como os pratos e moringas feitos de barro cozido, além dos fetiches de pedra, os chamados otás de orixás, dos quais, o principal era o de Xangô, dono da casa. Entre o caixão e o altar foi vista ainda uma oferenda ao santo, composta de louça branca, pratos da mesma cor e uma toalha de linho e renda. Havia ainda alguns objetos constituídos de lanças ou hastes conjugadas, presas a um pedestal de ferro e madeira, carcaças de animais sacrificados a Oxalá, além das esculturas de madeira que mais tarde comporiam o acervo da Coleção Perseverança, entre elas uma de Ogum-Taió, em torno da qual foram encontrados pedaços de papéis escritos a tinta e à lápis; uma de Oxalá,e outra do “Xangô-Dadá”.

Existiam ainda várias outras saletas, entre as quais o quarto da mãe de santo, a residência das iaôs, o quarto dos sacrifícios e, uma sala contígua ao salão principal, separada deste por um reposteiro que era onde, segundo se dizia, o Governador ficava quando de suas visitas àquela casa, guardado às vistas dos outros freqüentadores do terreiro.

A obrigação teve inicio com uma espécie de oração que precedia a todas as sessões realizadas em casas desse tipo, acompanhadas do toque do adjá, pequena campa trabalhada

em zinco e cobre, que era agitado por tia Marcelina sobre a cabeça dos devotos. À medida que a reza se desenvolvia, os filhos de santo se organizaram em círculo, e no momento seguinte já obedeciam ao toque dos ilus, ingomes, ganzás e agogôs que davam o ritmo às danças e cantorias:

Daiê, daiê daminda

Daiê, Daiê daminda.

Depois de tocada e cantada insistentemente essa toada, o culto interrompeu temporariamente suas atividades para que os filhos de santo pudessem receber as orientações da babalorixá, o que é feito em tom de cochicho. A seguir estão dadas as condições para a entrada do primeiro orixá, o Leba, a quem foi feita petição para que os trabalhos se desenvolvessem em harmonia e sem turbulência. Descrevendo círculos concêntricos e sempre ao toque dos instrumentos musicais e das cantigas monocórdias que eles entoavam, os filhos de santo com movimentos repetidos e trejeitos previsíveis, iam convocando as entidades uma a uma:

Alué, alué, alué, alué, aluô (repetido)

Ogum, daquê, ôquê, rauaiê (repetido)

Ogum palaxi, maruô, ossarô, ogum - ô.

Depois de insistentes invocações, finalmente a entidade cultuada baixa sobre a cabeça de uma "negrinha moça e franzina", que tomba agitando convulsivamente braços e pernas, numa verdadeira possessão. Foi quando alguém conhecido nos meios sociais da capital, um alto funcionário do Estado, aproximou-se da moça com o espírito incorporado e disse-lhe alguma coisa ao ouvido. Quando concluída a consulta, os demais filhos de santo cantaram para a entidade subir: *Arriba, arriba, capangueiro, ococoroco* (repetido). O consulente ajuda a moça a levantar-se e enxuga-lhe com uma toalha fornecida pela própria mãe de santo, o suor que lhe escorria em profusão pelo rosto. Terminada a cantoria, a mesma filha de santo que momentos antes estivera incorporada, depois de tomar uma xícara de xererê, percorre a audiência com uma salva na mão, a pedir: "ô, ô petinhô", no que era prontamente atendida com a doação de alguns níqueis, principalmente por aqueles mais abastados, como o já referido funcionário do Estado, espécie de Ogã da casa, cuja condição obrigava-o a contribuir mais do que o restante da assistência. Outros cânticos foram entoados, outros orixás penetraram na cabeça de mais filhas de santo e a sessão

desenvolveu-se sem muitas surpresas.

Já era quase meia noite, a função havia terminado e apenas alguns poucos filhos de santo permaneciam no lugar, quando de repente, a procissão errante, que agora se compunha de quase quinhentas pessoas invadiu o recinto, transformando aquilo num verdadeiro carnaval, formato que certas revoltas populares assumem em alguns eventos históricos. Móveis e utensílios foram destruídos no próprio lugar onde se encontravam, enquanto outros tantos paramentos e insígnias usados nos cultos foram arrastados para fora do terreiro, para arderem na grande fogueira montada ali.

Na confusão, alguns dos filhos de santo conseguiram escapar. Os que insistiram em ficar, acompanhando tia Marcelina, a qual resistiu ao ataque permanecendo no lugar, sofreram toda sorte de violência física, sendo a mais prejudicada a própria mãe de santo, a qual veio a falecer dias depois em função de um golpe de sabre na cabeça aplicado por um daqueles praças da guarnição que dias antes haviam desertado do Batalhão Policial. Contam que a cada chute recebido de um dos invasores, tia Marcelina gemia para Xangô (eiô cabecinha) a sua vingança e, no outro dia, a perna do agressor foi secando, até que ele mesmo secou todo[20].

Muitos dos objetos utilizados pelos filhos de santo nos cultos daquela casa perderam-se ou foram desviados em função do seu valor econômico, como pulseiras e braceletes de prata, e anéis de ouro cravejados de pedras semipreciosas, cujo paradeiro até hoje se desconhece. Outros objetos como esculturas e fetiches foram conservados e conduzidos para a sede da Liga dos Republicanos Combatentes, para serem expostos à visitação pública.

Com alguns dos instrumentos que minutos antes serviam ao embalo dos cultos e uma revoada de alfaias exibidos nas extremidades de varas, a turba desvairada percorreu inicialmente algumas ruas da Levada, em direção ao centro da cidade, agregando em seu cortejo novos adeptos, atraídos pelo ruído desusado e gargalhadas zombeteiras, confiante de que se tratava de uma das prévias dos Morcegos em adiantada hora da noite, quando parte da população já dormia. A presença de Manoel Luiz da Paz à frente daquele cortejo, com suas indefectíveis muletas, atestava a identificação da agremiação.

[20] Essa informação foi recolhida pelo prof. Luiz Sávio de Almeida, junto a um antigo pai de santo de Maceió, e esta exposta no seu artigo "Uma Lembrança de amor para Tia Marcelina" **in** *Revista de Letras*. Maceió: Edufal, 1980, p. 53.

Chegando nos fundos do teatro Deodoro, a procissão dobra à esquerda, na rua do Reguinho e alguns prédios adiante, ainda no oitão daquela casa de espetáculos, alcança o terreiro do famoso Manoel Coutinho, pai de santo dos mais afamados de Maceió, um dos poucos, juntamente com Manuel Guleiju, a receber a Coroa de Dadá, irmão mais moço de Xangô, importante distinção do rito nagô transmitida pela Tia Marcelina, que a adquirira originalmente da África, onde nascera. É provável que, pelo adiantado da hora, aquela casa já tivesse encerrado sua função, para prosseguir nos dias seguintes, como era comum na época e mais especificamente, nos famosos festejos em homenagem à Iansã.

Em seguida a turba ainda percorreu outras ruas do centro, entre elas a rua do Apolo, atual Mello Morais, local em que funcionava o terreiro de João Catirina, um dos mais entusiasmados pais de santos da época, que teve o desplante de montar seu xangô nas imediações do Palácio do Governo. Nesse local o santo entrava-lhe na cabeça provocando grande estardalhaço, para desespero dos moradores daquelas redondezas. Os manifestantes também alcançaram naquela movimentada noite, a Ladeira do Brito, ponto de ligação entre o centro da cidade e o Alto do Jacutinga, onde se localizava o terreiro de Manoel Inglês; "negro retinto e ótimo cozinheiro"[21] Nos áureos tempos da administração dos Malta, esse mestre de maracatu desfilava impávido e com desenvoltura seu folguedo durante o carnaval, caçoando das medidas repressivas do capitão Braz Caroatá,subcomissário daquele distrito. Esse atrevimento de Manoel Inglês era decorrente do prestígio adquirido junto às autoridades locais e que se fizera perceber quando foi incluído na comitiva que Euclides Malta levou para o Rio de Janeiro, ao assumir uma cadeira no Senado Federal em 1904, cargo para o qual fora eleito enquanto seu irmão o substituía no Executivo. É possível que na seqüência a procissão tenha se encaminhado naquela mesma noite para as bandas da praça Euclides Malta, nome pelo qual, desde 1903 ficou conhecida a hoje Praça Sinimbú, em cujas imediações, segundo alguns estudiosos, encontrava-se o terreiro de tia Marcelina, sobre o qual já tratamos acima.

Depois de terem percorrido os principais xangôs do centro da cidade, muitos dos Combatentes já cansados de tanta devassa retornaram à sede da Liga, acompanhando o presidente da entidade, para depositar os objetos apreendidos durante a devassa, os quais

[21] A adjetivação se encontra em Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. p. 154.

seriam expostos à visitação pública pelos próximos dias. Os demais manifestantes que residiam em áreas mais afastadas da cidade, sem dispor dos bondes que àquela hora já tinham interrompido seus serviços, iam por conta própria estendendo a quebradeira a esses locais mais afastados, enquanto se deslocavam para suas casas. Confiantes na falta de policiamento da cidade, decorrente do grande número de deserções na força pública que compunha o Batalhão Policial verificado nos últimos dias, iam perturbando o sossego dos moradores das ruas por onde passavam com gritos e exclamações sem termo, apavorando os donos de xangôs e obrigando-os a escapar na calada da noite para lugar incerto, deixando para trás, objetos sagrados que não podiam ser conduzidos em sua fuga. No Mutange, bairro constituído em grande parte por sítios e chácaras e, portanto, pouco habitado, foi invadido o terreiro de Manoel Guleiju; no bairro do Poço, o do Pai Adolfo, no Frexal de Cima, o de Maria da Cruz, e no Reginaldo, o terreiro de Manoel da Loló, entre tantos outros.

Quando chegaram em casa, vários desses manifestantes antes de dormir, muito contentes com os acontecimentos das últimas horas, provavelmente ficaram ainda a rir com as paredes, por ver a animação já se fazendo, aguardando com um pouco de ansiedade a chegada do novo dia, quando a folia teria continuidade. E foi o que aconteceu durante todo o fim de semana quando prossegue a caça a outros terreiros espalhados pela cidade.

Um dos mais atingidos na seqüência foi o do Mestre Félix, “negro mina de cara lanhada”, e um dos mais antigos pais de santo da capital. Seu terreiro situava-se na rua do Amorim, nº 11, ao lado da igreja Mãe dos Homens, matriz do Jaraguá. A influência desse babalorixá no vasto círculo governista era conhecida de todos, já que sua casa tornou-se ponto obrigatório de visitas por parte dos correligionários do Partido Republicano, sobretudo nos períodos de eleições. Na ocasião também devia estar fazendo toques à Santa Bárbara, a cuja irmandade o pai de santo pertencia.

O Quebra-quebra não se restringiu aos terreiros da capital, tendo se estendido também por povoados e distritos próximos como Pratagy, Atalaia, Santa Luzia do Norte,

Alagoas, antiga capital da província e Tabuleiro do Pinto. Assim sendo, por vários dias ainda se assistiria ao desfile de alfaias e imagens de santos pelas ruas do centro de Maceió, conduzidas por populares até a sede da Liga dos Republicanos, embora algumas dessas peças, como uma modelada em barro e cimento do deus Leba fossem antes conduzidas a redação do *Jornal de Alagoas,* na rua Boa Vista, onde permaneciam expostas por vários dias à curiosidade e escárnio dos transeuntes numa das janelas daquele edifício.

Enquanto isso, os Combatentes organizavam o grosso do material que sobreviveu a essa destruição para a exposição na sede da Liga, cuja principal sala foi transformada em Museu, dando ao lugar um aspecto festivo e alegre, semelhante ao de um presépio de natal, atraindo um grande número de curiosos que para aquela parte da cidade se dirigiu. A decisão de expor publicamente imagens e objetos ritualísticos, anteriormente reservados aos redutos sagrados dos terreiros, aparece na medida em que os ataques aos mais de trinta focos de xangô diminuíam. Desse modo, a exposição daqueles objetos sagrados se apresentou como um desdobramento da violência sofrida por aquelas casas.

As peças foram arrumadas e dispostas segundo a classificação feita por um filho de santo, dos muitos que foram visitar os valiosos despojos, o qual explicou aos organizadores da exposição o significado de cada objeto, fazendo-os escrever em pedaços de papel, os nomes em cada um deles. Entre as imagens que se encontravam expostas estavam as de "Xangô Bomim", um santo de madeira com cara preta que, segundo se dizia era o protetor de Euclides Malta na sua qualidade de chefe político e que no sincretismo religioso também podia ser tomado por Santa Bárbara. Havia também esculturas de "Ogum Taió", que trazia olhos de vidro e corrente de metal amarelo envolvendo os braços articulados, alem de uma chave de ferro no pescoço o que permitia a associação com São Pedro; "Nilê", um santo desfigurado, de muleta e filho ao braço, como que representando Santo Antônio, "Xangô Dadá", que completava a trilogia dos santos juninos, alem de outras esculturas (Oxês), como as de "Oxum-Ekum", cuja veste era ornada com búzios da costa e "Obabá", ambas correspondendo a Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da cidade; "Ogum China", "Xangô China", "Azuleiju", Omolu, "Oxalá" e Oyá.

Também encontrava-se exposta uma série de objetos e alfaias de uso variado nos terreiros, tais como: Coroas (Adês) de "Aloiá" e Xangô, um capuz de Ogum, capacete de Oxum, "Ogum China" e de Oxalá, cajados trabalhadas em madeira, assentos, abebês

(ventarolas) trabalhadas em latão, espadas e vários instrumentos como adjás (chocalhos), agogôs e pandeiros. Não foram conservados os ilus e ingomes, cujos sons anteriormente emitidos, provavelmente teriam sido uma das causas pelas quais a destruição teria sido desencadeada.

Na sexta-feira da semana seguinte, morria no Rio de Janeiro o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. Em sua homenagem o Presidente da República baixou um decreto adiando os festejos carnavalescos para o mês de abril seguinte. O povo, no entanto, não cumpriu a determinação do executivo, brincando os dois carnavais. Na época, o jornal carioca *A Noite* satirizou o episódio, publicando em suas páginas os versos seguintes: "Com a morte do barão/ tivemos dois carnavá/ ai que bom, ai que gostoso/ Se morresse o 'marechá'", para se referir ao Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República. É possível que em Maceió, na mesma época, a população tivesse evocado esses versos, acrescentando à quantidade de brincadeira da glosa original, mais um carnaval que eles haviam brincado uma semana antes.

A essa altura, já não mais se ouviam os atabaques na cidade, ausentes, inclusive, da exposição realizada na rua Pernambuco Novo[22]. Depois disso nunca mais se teve notícia da presença de maracatus nos carnavais de Maceió; seus mestres, confundidos não sem razão, com os babalorixás dos terreiros perseguidos, já não se encontravam mais na cidade. A grande maioria buscou refúgio nos estados vizinhos e até em locais mais distantes como a Bahia e o Rio de Janeiro. As manifestações populares integradas por negros, passaram a ser vistas com certa desconfiança, principalmente os xangôs, os quais continuaram a ser desenvolvidos pelos poucos remanescentes daquelas antigas casas, que insistiram em permanecer no local mantendo suas atividades religiosas; mais por temerem as punições dos orixás que as das autoridades policiais. Resultou daí essa nova modalidade de rito mais discreta, reservada e sem a exuberância de outrora, a qual se convencionou chamar de "Xangô rezado baixo", assim denominado por dispensar o uso de tambores e zabumbas.

Foi esse modelo de culto que durante anos predominou na capital de Alagoas, de

[22] A confusão entre logradouros reaparece aqui. O jornalista do *Jornal de Alagoas* fala da rua Pernambuco Novo, como o endereço onde ocorria exposição dos despojos do Quebra-quebra, a qual teria sido montada pelos integrantes da Liga dos Republicanos Combatentes, em sua sede, embora como já vimos acima, Félix Lima Júnior a localizasse "na rua do Sopapo, nº 311, esquina com a Comendador Teixeira Bastos", essa sim, era primitivamente chamada de Pernambuco Novo. Deduz-se, pois, que tanto num caso como em outro, o terreiro de Chico Foguinho situava-se nas proximidades da sede da Liga.

modo que vinte anos depois, o viajante que retornasse ao local, depois de um longo período de afastamento, mesmo que percorresse todas as ruas da cidade em busca dos toques dos terreiros, iria se deparar com um inquietante silêncio. Caso fosse conduzido por alguém de confiança a alguma daquelas casas ainda existentes verificaria um outro espetáculo. Fora-se o tempo das festas ostensivas e barulhentas, realizadas em latadas armadas na frente dos terreiros e enfeitadas de folhas de taioba que faziam a alegria das velhas africanas que vendiam feijão com arroz e azeite de dendê no mercado municipal. Ninguém podia suspeitar do que se passava no interior daquelas casas simples, de arquitetura tosca e fachadas humildes, mas que conservavam em suas salas apertadas um rico oratório trabalhado em madeira, onde se guardavam imagens inofensivas de santos católicos, mas aos quais os fiéis consagravam orações em língua africana. Esses cultos realizavam-se sem música, sem danças, sem toadas, tudo se passando como uma novena comedida, numa sala de visitas acima de qualquer suspeita, sem a presença dos objetos litúrgicos que sempre foram a marca desse tipo de cerimônia[23].

Os sacrifícios, embora mantidos como etapa fundamental na abertura da função, eram agora realizados como uma atividade doméstica qualquer, já que em vez da imagem de Exu, sobre a qual era despejado o sangue do animal morto, um prato de sopa qualquer é que recebia o líquido derramado, semelhante ao modo como qualquer dona de casa preparava uma galinha caipira a ser consumida nos dias de domingo.

Não havia mais também, a possessão. A mediunidade aparente foi suprimida em favor de um sentimento contido que dispensava manifestação. Restaram as orações sussurradas, acompanhadas de palmas discretas, como se tanto crentes como orixás tivessem vergonha de ainda precisarem se cruzar em situação tão vexatória.

Daqueles áureos tempos restaram apenas as peças que foram apreendidas durante o Quebra e que a Liga dos Republicanos Combatentes doou ao museu da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, velha agremiação dos caixeiros, que era como antigamente chamavam-se os comerciários, local em que ficaram por um bom tempo, esquecidas no porão do prédio daquela associação, que foi também o lugar que a memória local reservou ao episódio narrado.

[23] Os dados sobre o modelo ritualístico desenvolvido em Maceió no período em tela nos são fornecidos por Gonçalves Fernandes que em 1939 visitou o terreiro do babalorixá "Padre Nosso", cuja experiência esta descrita no seu precioso trabalho *Sincretismo Religioso no Brasil*. São Paulo: Gauíra, 1941. pp. 09/28.

A atitude dos estudiosos alagoanos sobre o episódio parece refletir essa tendência dos cultos afro-brasileiros em Alagoas pós-1912, já que, de um modo geral, peca pela superficialidade de informações, deixando em torno do assunto uma lacuna que aliás, deve ser interpretada como um sintoma desse "esquecimento" a que já nos referimos antes, ou seja, uma indiferença dissimulada, que não disfarça o desprezo por aquelas práticas e, por que não dizer, legitima seu ostracismo e todo tipo de ação repressora contra as mesmas.

a). Incursões teóricas pelo tema

A partir de depoimentos recolhidos entre pais e mães de santos mais antigos de Maceió, tivemos oportunidade de confirmar as informações fornecidas por Gonçalves Fernandes quando de sua visita aos terreiros da capital alagoana em junho de 1939, e nas quais nos amparamos para complementar a etnografia acima apresentada. Numa das entrevistas realizadas com Laura Maria da Silva, mais conhecida na cidade como Mãe Netinha, de 93 anos e mãe de santo do Centro Africano Nossa Senhora do Carmo, no bairro do Jacintinho, periferia de Maceió, foi-nos relatado o modo como as cerimônias religiosas de cunho afro-brasileiro realizavam-se na casa dos seus parentes, no período posterior à perseguição:

> Você chegava numa casa que você sabia que lá, colocava um búzio, uma carta, um negócio assim. Então, peji, não é peji como nós temos hoje esse peji, temos esse salão. Então era uma casa comum. Então num quartinho ali, então tinha, uma mesa de madeira, muito bem forrada com uma toalha de linho, muito bem engomada, muito bem forrada, então ali tinha, as estatuas.(...). Então tinha aquelas imagens de São Jorge, geralmente tinha São Jorge, Santa Bárbara, Nossa

> Senhora da Conceição e, outros assim, como o Senhor do Bomfim (...) Sempre tinha aquela mesa, tinha um quartinho e tinha essas estatuetas. Que sempre tinha São Lázaro, São Jorge, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e o Senhor do Bomfim. Então aquela toalha ali comprida, e embaixo é que tinha as oferendas. Então geralmente tinha pipoca, tinha um acarajé, um acaçá ...Então se alguém chegasse ali não percebia nada.Só tinha santo da Igreja Católica. Então diziam: "Disseram que aqui tinha uma macumba", que era o nome realmente esse, né?, "mas eu não to vendo nada. O que eu tô vendo aqui é o Senhor São Jorge.E os toques não eram de atabaque, era de palmas.

Semelhante ao que Veena Das verificou no trabalho de campo entre famílias urbanas punjabi, que sofreram as agruras da transferência após a Partição da Índia em 1947, nessa entrevista, cujo trecho citamos e em outras realizadas com pais e mães de santos de Maceió, não obstante a abundância de elementos na descrição dos ritos religiosos de antigamente, detectamos a mesma "pobreza de palavras" para se referir ao episódio da perseguição às casas de Xangô em 1912. Diante da indagação sobre se tinham conhecimento ou ouvido falar do Quebra-quebra, todos os entrevistados mostraram-se reticentes, o que nos faz lembrar das palavras escritas por aquela autora:

> *Nas famílias punjabi, histórias de discórdia e traição, bem como narrativas de violência entre parentes, têm de ser cuidadosamente manejadas por ocasião de casamentos, funerais e reuniões familiares – mas o silêncio envolve a violência feita contra e pelas pessoas no contexto da Partição. Não que as pessoas se recusem a contar, quando perguntadas, mas nenhum dos aspectos da* performance *ou esforços pelo controle da história, que caracterizam a narração de histórias na vida cotidiana, está presente. Ao contrário, os relatos da violência da Partição são como*

slides *congelados*[24]

E já que o tema é o silêncio em relação às narrativas do passado, devemos reportar-nos a outro autor que também se debruçou sobre assunto parecido. Estamos nos referindo a Michael Pollak, que no texto "Memória, esquecimento, silêncio" volta-se para a análise de três situações em que se verifica o que ele chama de "conflito e competição entre memórias concorrentes". Um desses casos em particular, chama-nos a atenção, por permitir-nos uma aproximação com o nosso caso estudado. Trata-se do caso dos sobreviventes dos campos de concentração, os quais, após a libertação, retornaram aos seus locais de origem, guardando silêncio sobre a experiência vivida. Segundo Pollak, essa estratégia estaria ligada à necessidade de encontrar uma forma razoável de viver entre os que sob a forma de um consentimento tácito, assistiram à sua deportação, sendo que essa atitude era ainda reforçada pela culpa que as próprias vítimas guardavam no fundo de si mesmas, pelo fato de que parte dessa comunidade, durante a ocupação nazista nos países em que antes habitavam, ter sido convocada a prestar importante colaboração na gestão de sua política anti-semita, como preparação das listas dos futuros deportados ou até mesmo controle de certos locais de trânsito ou a organização do abastecimento nos comboios, embora com a possibilidade de negociar melhores condições de tratamento dos membros da comunidade, atingidas pela política nazista:

> *Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio*[25]

Embora o caso alagoano refira-se a um tipo de violência de menores proporções,

[24] Veena, Das. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: Alguns temas wittgensteinianos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 14, n. 40. São Paulo. Jun. 1999

[25] Pollak, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 6.

parece plausível pensar que o silêncio que se guardou sobre o Quebra de 1912, está também associado a uma saída encontrada pelas vítimas e seus descendentes, diante da condição de convívio a que se viram forçados, com vizinhos e outros habitantes daquela comunidade, alguns dos quais tinham participado efetivamente do episódio da perseguição e com quem estavam fadados a manter vários tipos de relações. Sem contar o fato de que, até mesmo para os integrantes dessa modalidade religiosa, a relação com esse universo místico está cercada de embaraço, haja vista a identificação primordial com a Igreja Católica, através da associação em irmandades e da justificativa apresentada para a iniciação no culto dos orixás, a qual é apontada como uma exigência espiritual, cercada de ameaças de retaliação. Ou seja, na maioria das entrevistas realizadas nessa e em outras pesquisas anteriores, além de afirmarem sua religião como sendo católica, muitos dos filhos de santo alegam que permanecem ligados aos cultos afro-brasileiros atualizando as obrigações com seus orixás, por temerem as punições decorrentes de um relaxamento dessa obediência.

Em Alagoas essa situação de silêncio tem se verificado também em outro contexto e em período mais recente. Conforme pesquisas realizadas sobre o mundo canavieiro alagoano, mais especificamente sobre a vida dos assalariados rurais e de suas famílias no interior do complexo sucroalcooleiro da Mata Norte do Estado Alagoas, percebe-se por trás do quadro de extrema pobreza, das relações de trabalho e de dominação extremamente injustas, práticas de violência, cuja principal característica é a imposição do medo e do terror como forma de silenciar diante da verdade. No estudo sobre as múltiplas formas de linguagem engendradas pelos atores sociais na realidade canavieira de Alagoas, realizado por Geovani Jacó de Freitas, tem-se no silêncio, juntamente com outras formas discursivas como os boatos, os cochichos, os contos orais, as ações metaforizadas, “uma consciência possível dos agentes sociais dominados orientando um saber prático em conformidade com a

vontade de viver desses agentes". Assim, esses mecanismos funcionam como "estratégia de sobrevivência entre a integridade física e a possibilidade de convivência coletiva possível". Segundo esse autor:

> *O silêncio, tal como é experimentado e aparentado na realidade em discussão, não tem significado apenas de cumplicidade. Embora venha, a princípio, ocultar a realização do discurso na esfera pública, e seja decorrente, fundamentalmente, do medo de perder a vida, também tem se revelado com vários sentidos e como práticas que, em sua mudez, recria-se num sistema de linguagem alternativo capaz de nominar e julgar os fatos. Essa rede de comunicação alternativa se revelou como táticas*(sic) *que permitem exercitar um campo de articulação e circulação de linguagens e símbolos, além de práticas materiais que as acompanham, que têm contribuído na construção da identidade coletiva desses grupos sociais*[26]

Note-se que temos tomado até aqui, três concepções de silêncio que, embora distintas, não são divergentes. No primeiro caso, temos o silêncio como "*slides* congelados" ou "não-narrativas", no dizer de Veena Das; no segundo, vimos o silêncio como uma condição imposta em decorrência do grau de comprometimento que a lembrança traumatizante carrega e; por fim, o silêncio como estratégia de sobrevivência à violência a que as relações de trabalhos e as condições precárias de vida sujeitam a população canavieira. Como dissemos antes, são idéias diferentes, embora não discrepantes e caso possamos encontrar um eixo entre elas, talvez consigamos decifrar o enigma a respeito do silêncio sobre o Quebra entre os remanescentes daquelas casas perseguidas. No caso de Alagoas, a memória da perseguição sofrida nunca é acionada sem a presença de um estímulo, como a indagação sobre o episódio. Quando isso acontece, as vagas referências ao acontecido, assumem a forma de um relato remoto e sem a qualidade e o crédito que o

[26] Freitas, Geovani Jacó de. *Ecos da violência: Narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. pp. 251/252.

investigador espera encontrar. Assim sendo, a lembrança só desponta quando provocada, e quando narrada, vem destituída dos requintes que a situação exige. Tem-se uma história genérica e, exatamente por isso, indefinida, imprecisa e vaga. Os informantes sabem da existência do evento, mas o descaso que revelam nos comentários a seu respeito, relegam-no a uma condição de sobrepujamento e, portanto, apenas vagamente referido.

Quanto aos motivos que conduzem os informantes e seus antepassados a esse tipo de postura, podemos justificar sua atitude pelas duas outras concepções de silêncio vistas acima, ou seja, esse quase ocultamento tanto pode estar associado à necessidade de esquecimento por questões de polidez, já que se precisou encontrar uma maneira de viver e conviver com possíveis desafetos, como também, por questão de segurança, já que o silêncio sobre o assunto supostamente seria a garantia de que desmandos daquela natureza não se repetiriam. Essa atitude traduz-se nos cochichos e na pouca extravagância em que se transformaram as celebrações religiosas que passaram a realizar-se depois de 12, o que não foi suficiente para que aquelas casas fossem vítimas, futuramente de represálias parecidas. Mas isso é assunto para outra pesquisa.

O silêncio que pairou sobre os xangôs de Alagoas, mais especificamente de Maceió, parece ter se alastrado sobre a intelectualidade local, que não dedicou ao assunto a atenção que ele merecia. Em capítulo posterior, vamos analisar a contribuição dos estudiosos alagoanos para a compreensão do papel desempenhado pelo negro na vida social do Estado, assunto sobre o qual a produção desses autores se retrai. A categoria que melhor se aplica a essa atitude intelectual é a do “esquecimento”, fornecida por outro autor alagoano, Dirceu Lindoso, em seu estudo sobre as rebeliões dos negros nas matas do Tombo Real, na fronteira entre os estados de Pernambuco e Alagoas, para caracterizar essa contribuição, e que significa “essa redução do poder da oralidade associada à reduzida escrita restauradora [e

que] provocou uma descontinuidade na memória historiográfica". No caso da guerra insurrecional dos cabanos que ele analisa em particular, tal "esquecimento" funciona como uma elaboração da técnica da desmemória que alcançou toda a consciência social de uma região. Ou seja, para esse autor, a historiografia oficial, dita estamental, através daquilo que ele chama de "técnica gráfico-discursiva", tende a estender o espaço do empobrecimento ao espaço do esquecimento[27].

Essa categoria não difere muito da que outros autores vêm trabalhando, ainda que sob outra denominação, como é o caso da idéia de "desconsideração" e "insulto moral" que, no primeiro caso, tem significado a rejeição e desvalorização da identidade do outro; e, no segundo, relaciona-se àquilo que não pode ser traduzido na linguagem de uma agressão a direitos legais, que não pode facilmente ser transformado numa indenização moral, mas que possui o mesmo efeito desestabilizador, sobre a dignidade das vítimas. A obra que melhor sistematiza o uso dessas categorias é *Direito legal e insulto moral*, escrita por Luis Roberto Cardoso de Oliveira, na qual esse autor busca, a partir de contextos socioculturais diversos, como o Brasil, Estados Unidos e Quebec, uma articulação entre as dimensões legal e moral dos direitos, sendo que no caso da província canadense temos uma exacerbação do desrespeito à sua singularidade cultural, que resulta naquilo que o autor, inspirado em Charles Taylor, chama de *ato de desconsideração,* para se referir àqueles atos que se traduzem *"na rejeição ou na desvalorização da identidade do outro"*[28]. Vejamos como Cardoso de Oliveira define essa categoria: "Prefiro falar em desconsideração ao invés da

[27] Lindoso, Dirceu. *Utopia armada: Rebelião de pobres nas matas do Tombo Real (1832~1850).* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. pp. 18.
[28] Cardoso de Oliveira, Luis Roberto. *Direito Legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política, 2002. p. 50. Quanto ao conceito de *desconsideração* o mesmo autor utiliza-se de. Taylor, Charles. "The politics of recognition" **in** A. Gutmann (org.) *Multiculturalism and the politics of recognition.* Nova Jersey: Princeton University Press.1994.

falta de reconhecimento para enfatizar o insulto moral que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida"

Assim sendo, essa *desconsideração* da intelectualidade alagoana, ainda que inconsciente, refletida na sonegação dos fatos relativos ao Quebra quebra, bem como de todas as práticas associadas a um tipo de ator político específico, traduz-se numa forma de agressão que apesar de não se confundir com o ato físico, de caráter criminal, que deixa marcas indeléveis, também concorre para o aniquilamento de uma identidade *autêntica* sobre a qual pesam as mesmas conseqüências de uma atitude concreta.

Resta tratar ainda, de um último ponto relativo às conseqüências da perseguição às casas de Xangô de Alagoas em 1912 e que pode ser desenvolvido a partir de uma questão básica: Qual o sentido de conservar algumas peças recolhidas nos terreiros perseguidos, reunindo-as numa coleção que resiste ao tempo, em detrimento de outros objetos sagrados destruídos nos próprios locais onde foram encontrados?

Dois trabalhos consultados acerca do assunto, ou que pelo menos fazem referência direta à Coleção Perseverança, nome pelo qual ficou conhecido o acervo que sobreviveu a destruição dos terreiros, apesar de colaborarem para o acompanhamento do modo como ela se constituiu, bem como sobre suas características básicas em relação a outras coleções existentes, pouco nos auxiliam na resposta àquela indagação.

No primeiro caso, temos a contribuição de Abelardo Duarte, responsável pela organização do *Catálogo da Coleção Perseverança*, para atender uma solicitação do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas. Nesse trabalho, além da enumeração e descrição dos objetos e peças que compõem o referido acervo, esse autor realiza de forma peremptória a primeira e mais sistemática denúncia contra a ação iconoclasta da Liga dos Republicanos Combatentes. Depois de traçar

um esboço histórico do modo como a coleção se constituiu, apresentando os dados mais completos encontrados sobre o assunto em Alagoas, temos a nomenclatura dos pais e mães de santo do passado, bem como um mapa da localização dos antigos xangôs de Maceió. É justo reconhecer o valor desse material que se apresenta como importante documento, cujas pistas tornam-se imprescindíveis a qualquer pesquisador interessado no episódio. Contudo, nada encontramos nesse estudo que justifique ou explique a doação desse material à Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió e sua conservação por vários anos, a não ser o fato de que naquela associação já se encontravam outras coleções valiosas[29]. Aliás, é sob essa alegação, que a coleção, ainda sem nome, é transferida para o Instituto Histórico de Alagoas, uma vez que esse espaço se tornou, com o tempo, referência de museu público no Estado. Segundo Abelardo Duarte, somente depois que Gilberto Freyre notificou a existência desse material, numa palestra proferida nos Estados Unidos, despertando assim o interesse de pesquisadores americanos pela Coleção, é que os sócios do Instituto Histórico mobilizaram-se para recuperar as peças que, por sinal, encontravam-se abandonadas nos porões da antiga Sociedade Perseverança. Fica, porém uma dúvida, que antecede a todo esse movimento, e que diz respeito à questão levantada inicialmente: Por que apenas aquelas peças formam conservadas em detrimento de outras que sofreram a destruição?[30]

No trabalho seguinte, na verdade um relatório apresentado a FUNARTE, resultado de pesquisa sobre a arte nos cultos afro-brasileiros e sua relação com o Estado, observamos

[29] Esse museu foi inaugurado em 16/09/1897, passando de "Museu comercial" a museu geral, tornando-se famoso pelas suas coleções numismática, filatélica, de artefatos indígenas, etc.
[30] Duarte, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

também referências à Coleção Perseverança[31]. Depois de tratarem do acervo do Museu da Polícia do Rio de Janeiro, as coordenadoras da pesquisa passam a demarcar as diferenças entre as duas coleções. Nos dois casos, o material organizado foi obtido através da repressão, mas não exclusivamente policial, como a princípio deduz-se, já que em Alagoas, além da devassa aos terreiros ter se efetivado através da ação de grupos populares, como já afirmamos acima, as peças que sobreviveram à destruição dos terreiros foram parar em associações paraestatais de caráter beneficente e cultural, sucessivamente.

Seguindo as pistas encontradas no último trabalho citado, podemos inferir sobre um aspecto essencial relacionado a esse material e que diz respeito à organização das peças. Nos dois casos analisados, as coleções se aproximam por terem sido classificadas a partir de critérios religiosos fornecidos pelos próprios integrantes dos grupos que sofreram a repressão. Enquanto que no Museu da Polícia do Rio de Janeiro, essa classificação foi feita em período posterior por um detetive umbandista, em Alagoas, segundo o jornalista que cobriu o evento do Quebra-quebra, o material recolhido durante as invasões dos xangôs e que foi exposto na sede da Liga dos Republicanos Combatentes, também contou com a colaboração de um dos tantos filhos de santo que foram contemplar os "preciosos despojos" e que certamente integrava um daqueles terreiros destruídos, o qual "tudo explicou e a Liga fez escrever em pedacinhos de papel os diversos mistérios daquela aluvião de bugigangas"[32].

Ora, isso implica dizer, em primeiro lugar, que a diáspora de pais e filhos de santos em Alagoas depois do Quebra, não se deu de modo tão generalizado como, aliás, é fácil supor, já que as condições de existência dessa população, bem como os vínculos sócio-

[31] Maggie, Yvonne et. Al (orgs.). *Arte ou magia negra?* Relatório apresentado à Funarte. Rio de janeiro, (mimeo.), 1979.
[32] *Jornal de Alagoas*. "Bruxaria". Maceió, 07/02/1912, p. 1.

estruturais estabelecidos não lhes permitiam abandonar tudo de uma hora para outra. É possível que muitos deles se vissem obrigados a continuar convivendo nas mesmas condições de contigüidade com alguns seus algozes, o que mais uma vez nos faz lembrar do retorno dos sobreviventes dos campos de concentração aos seus locais de origem[33].

Em segundo lugar, apesar de terem sofrido toda sorte de represálias, nos dias que se sucederam às perseguições, esses filhos de santo não se furtaram de visitar a sede da Liga e até de opinar sobre a arrumação das peças expostas, inclusive, por solicitação dos próprios membros daquela associação, dado revelador da ambigüidade que orienta as relações entre grupos concorrentes, inclusive em momentos de crise aguda.

Voltando ao relatório mencionado, na montagem da exposição na sede da Liga temos "peças do vivido" que atestam uma ligação malévola entre a elite política dominante e os terreiros de Xangô, embora depois, no espaço do Instituto Histórico, esse mesmo material sofresse outro tipo de intervenção, desta feita, obedecendo aos critérios eruditos como mandava a tradição da instituição que acolheu as peças e, portanto, "distanciando-se do vivido". Nesse segundo momento, a classificação orienta-se pela procedência da peças, associadas a um passado africano e, portanto, remoto e distante[34]. Isso nos conduz a um terceiro argumento, qual seja, essa nostalgia do passado que orienta a classificação das peças pelos eruditos do Instituto Histórico e que também se apresenta nas crônicas sobre a época, escritas anos depois por autores que viveram esse período numa fase ainda tenra de suas vidas, não teria servido como critério na conservação de fetiches, imagens, indumentárias,

[33] Vide Pollak, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 6.
[34] Maggie, Yvonne et. Al (orgs.). *Arte ou magia negra?* Relatório apresentado à Funarte. Rio de Janeiro, (mimeo.), 1979. p. 62.

paramentos para os revoltosos da Liga[35]. A opção por algumas dessas esculturas como Oxalá, "Oxum-Ekum", Oyá, Omolu, Iemanjá, Obabá, "Ogum-Taió", "Xangô-Dadá", "Xangô-Bomim" e "Xangô-Nilé"[36], foi feita em detrimento de outras entidades como o Leba, "ídolo com chifres" que representava "o espírito do mal" e "Ali-Babá, o santo que em forma de menino presidia a animação e os prazeres", as quais foram destruídas nas muitas fogueiras que arderam naquelas noites.

Importante perceber que a destruição das peças que estavam mais diretamente associadas ao Governador, cuja relação com as casas de Xangô é estabelecida, a princípio, pela imprensa oposicionista, traduz o sentimento de revolta da população contra os terreiros, ou mais especificamente por uma modalidade de práticas religiosas ali desenvolvidas, que contrariavam a expectativa geral dos moradores da Capital, os quais, apesar de não devotarem muito destaque àquelas práticas, também não as consideravam como focos de ameaça a tranqüilidade pública. Pelo menos, o número de denúncias sobre tais cultos nos jornais foi irrisória no período investigado. A destruição das esculturas do Leba e de "Ali Babá" se dá em razão da associação direta entre elas e Euclides Malta, tido como a própria personalização do mal. Retornaremos a esse ponto adiante.

Voltando à questão da nostalgia que se apresenta no discurso dos estudiosos alagoanos sobre o período, todas essas peças encontradas nos antigos terreiros de Xangô de Maceió de fato guardavam inúmeras associações com a tradição africana já que, como afirma Abelardo Duarte, muitas delas provinham do intercâmbio entre essas casas e os

[35] Sobre essa volta nostálgica ao passado, desenvolveremos discussão mais aprofundada em capítulo posterior.
[36] Segundo Raul Lody, o nome Xangô Nilê, entidade que em Alagoas foi sincretizada com Santo Antônio, o qual também está associado em outros estados brasileiros ao orixá Ogum, advém de um título africano localizado na Nigéria, conhecido por Onin Irê, do qual seriam corruptelas os termos Onirê e Nirê. (Lody, Raul, *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano.* Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985. p.19). Quanto ao sincretismo de Santo Antônio com Ogum Nilê ou Ogum Onirê, um dos sete nomes recebidos por esse orixá no Brasil, consulte Verger, Pierre Fatumbi. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns.* São Paulo: Edusp, 2000. pp. 157/158.

candomblés da Bahia e da África, promovido pelo famoso pai de santo Tio Salú que viajava aquele continente, trazendo para muitas das peças que hoje compõem a Coleção Perseverança[37].

Contudo, o critério de determina a conservação das peças parece estar diretamente associado aos aspectos místicos que elas carregam e a uma crença generalizada na magia. Tal afirmação fazemos amparados nas assertivas de Yvonne Maggie, uma das organizadoras do relatório citado, mas que no livro *Medo do feitiço* se reporta às contribuições de Lévi-Strauss para demonstrar a lógica desse sistema, segundo a qual, a existência da feitiçaria nunca é posta em questão, devendo os acusados, como é o caso do adolescente zuni, concorrer para reforçar essa crença. Semelhante à pena mágica exumada, que confirma as inúmeras versões apresentadas para corroborar a existência da feitiçaria, também as peças apreendidas durante a devassa aos terreiros de Xangô por parte da Liga, assumem o papel de "atestar a realidade do sistema que o tornou possível".

Sabe-se através da crônica local, que no auge da crise política enfrentada por Euclides Malta, não se podia dormir sossegado em certas ruas de Maceió, devido ao barulho dos tambores e zabumbas provenientes daquelas casas, o que pareceu uma provocação para grande parte da população da capital, insatisfeita com os desmandos administrativos daquele político, o qual, segundo notícias sobejamente espalhadas na cidade, freqüentava com assiduidade a "panela do feitiço" com a finalidade de obter maior proteção para se manter por mais tempo no poder. Ora, esse tipo de prática religiosa sempre se nutriu de grande aceitação no Estado, não apenas entre as autoridades constituídas, haja vista a pouca freqüência com que aparecem nas notas policiais, como também por parte dessa mesma

[37] Duarte, Abelardo. "Histórico da coleção perseverança" **in** *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano*. Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 6.

população que com elas conviviam em áreas contíguas da cidade. O que teria alterado essa relação ao longo do tempo, foi a inclinação dessas casas para um tipo de serviço que consistia basicamente na defesa do "Soba de Mata Grande", designativo pelo qual também Euclides malta ficou conhecido.

Assim sendo, os terreiros haviam supostamente desviado-se de sua real função religiosa, para o "patrocínio de malefícios", incorrendo num tipo de "feitiçaria barata". A destruição das casas de Xangô, na seqüência do que foi feito com as próprias autoridades políticas ligadas à oligarquia dos Maltas, nada mais significou para uma parcela da população envolvida com o evento, do que a eliminação de uma prática abominável, sem que a opinião sobre a eficácia de suas prática fosse posta em dúvida. A conservação das peças africanas, em detrimento de outras como a do Leba, com as quais o Governador estava diretamente associado, além de representar a vitória do santo guerreiro contra o dragão da maldade, visava retira-las do seu *lócus* originário, onde poderiam continuar sendo manipuladas para a promoção do mal. Colocando esses objetos num ambiente neutro, sua eficácia estaria sob controle.

Convém acrescentar à guisa de encerramento desse tópico, que não existem evidências concretas de que Euclides Maltas e seus asseclas freqüentassem aquelas, tanto ou mais do que qualquer outro político do período, o que não é também de todo improvável que isso acontecesse. O que fica como questão é o fato de que, não foi por esse tipo de aproximação que a revolta contra os terreiros se desenvolve, mas sim por um tipo de ressentimento para com o político, em cuja ausência as casas de culto tornam-se a mais pura representação.

De qualquer modo, no tratamento de um episódio como este, ocorrido há tanto tempo, o máximo que se pode conseguir dele, são narrativas sobre eventos, nas quais as

próprias interpretações contidas nas reportagens, nos tratados dos ensaístas, além da própria leitura que as peças do museu permitem, integram o evento e entram na composição de sua história e na nossa consciência sobre o mesmo.

b). Revisão bibliográfica

Tendo sido um tema bastante explorado pela antropologia brasileira, convém restaurarmos aqui o debate em torno da repressão aos cultos afro-brasileiros, dando ênfase maior àqueles estudos em que a questão ocupou uma posição de destaque. Esse é o caso de Nina Rodrigues, que na obra *Os Africanos no Brasil*, reúne uma série de publicações de jornais baianos, do final do século XIX e primeira década do século seguinte, com a finalidade de denunciar o teor violento desses artigos, os quais se queixavam da existência dos cultos fetichistas e exigiam medidas mais repressivas por parte da polícia. Nesse tópico, ele defende a legitimidade das religiões afro-brasileiras, mais precisamente dos cultos jeje-nagô, considerando essa que essa vertente religiosa, mesmo originando-se de um grupo racialmente inferior, já tinha "quase" transposto o período puramente fetichista, figurando como uma "verdadeira religião"[38].

Não obstante o determinismo biológico de suas conclusões e a preocupação em comprovar a inferioridade da raça negra, Nina Rodrigues antecipa os primeiros estudos

[38] Rodrigues, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. pp. 239-250. Arthur Ramos em *O negro brasileiro*, também se utiliza de material semelhante para tratar do sincretismo presente nas religiões e cultos dos negros e mestiços brasileiros, porém sem adentrar na questão das perseguições policiais aos terreiros, tema recorrente nas próprias reportagens que ele lançou mão e que foram publicadas nos jornais da Bahia e de Alagoas entre as décadas de 20, 30 e 40. Nem mesmo quando, em outro trabalho, *Folclore Negro do Brasil* transcreve uma das matérias publicadas no *Jornal de Alagoas* escritas por ocasião do Quebra-quebra, o tema da repressão é levantado.(Cf. Ramos, Arthur. *O negro brasileiro*: *Etnografia religiosa e psicanálise*. Recife: Ed. Massangana, 1988. pp. 106-113 e. *O Folclore Negro Brasileiro*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1954. pp.23/25).

científicos sobre o negro no Brasil. Mas a importância de sua contribuição vai além desse pioneirismo, já que ele teve o privilégio de conviver com antigos africanos residentes na Bahia quando iniciou suas pesquisas, motivo pelo qual, talvez, reconhece a arbitrariedade das investidas policiais contra os terreiros africanos, saindo em sua defesa. Para tanto, menciona a primeira Constituição Republicana, que assegurava a liberdade de culto e confissão religiosa, bem como o Código Penal de 1890, a respeito do qual sua posição era a de que, apenas aquelas práticas classificadas de feitiçaria deveriam ser extirpadas, o que não incluía aquela "modalidade fetichista especial" que ele elegeu para estudo, no caso, a religião dos iorubanos.[39]

Antes dessa obra, porém, Nina Rodrigues já havia publicado *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*, seu primeiro trabalho sobre as religiões africanas e o primeiro estudo científico no Brasil sobre o tema. Ali, ele fornece com precisão "a natureza e forma do sentimento religioso dos negros baianos", ou seja, detalhes do seu sistema cosmológico, o complexo teológico-litúrgico, o papel do transe e do processo de conversão, enfim, de todos os elementos relativos à estrutura e funcionamento dos cultos jeje-nagô.

Também, nesse seu primeiro trabalho, Rodrigues apresenta suas primeiras denúncias contra as severas proibições e perseguições dos candomblés na Bahia. Mas, ao mesmo tempo em que reprova a existência de atitudes repressivas, também menciona um outro aspecto pertinente a esse universo religioso, que inclusive foi negligenciado por grande parte dos estudiosos do assunto, qual seja, o da interseção entre os cultos afro-brasileiros e a sociedade envolvente em termos de aliança, aproximação e fascínio. A ambigüidade dessa relação fica mais evidente ainda quando, na mesma obra, sob o pretexto de explicar a adesão

[39] Na apresentação das versões dos especialistas para o combate à feitiçaria, Maggie (*Op. Cit.* pp. 87/88) aponta três interpretações do Código Penal de 1890, das quais a primeira delas, que considera toda prática ou arte de cura como criminosa, deriva das posições defendidas por discípulos de Nina Rodrigues.

incondicional da parcela significativa da população baiana aos candomblés, concluiu:

> *Pode-se afirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras. O número de negros, mulatos e indivíduos de todas as cores e matizes que vão consultar os negros feiticeiros nas suas aflições, nas suas desgraças, dos que crêem publicamente no poder sobrenatural dos talismãs e feitiços, dos que, em muito maior número, zombam deles, mas ocultamente os ouvem, esse número seria incalculável se não fosse mais simples dizer, de um modo geral, que é a população em massa*[40].

Contudo, para o tipo de ênfase que queremos dar à nossa investigação, uma outra referência contida nessa obra de Nina Rodrigues desperta-nos mais a atenção, inclusive porque sintetiza esse jogo de simpatias e repulsa, e das "passagens misteriosas" entre esses sentimentos[41]. Estamos falando da figura do *Ogã*, que segundo Rodrigues:

> *...são os responsáveis e protetores do* candomblé. *A perseguição de que eram alvo os* candomblés *e a má fama em que são tidos os feiticeiros, tornavam uma necessidade a procura de protetores fortes e poderosos que garantissem a tolerância da polícia. A estes protetores que podem ser iniciados ou não, mas que ou acreditam na feitiçaria, ou têm interesse qualquer nos candomblés, dão elles em recompensa o título e as honras de ougans*[42].

A razão do nosso interesse nessa personagem dos cultos afro-brasileiros reside no fato de que, além de contarmos com um caso paradigmático no episódio por nós estudado, já que o próprio Euclides Malta era acusado de proteger as casas de Xangô de Alagoas, temos na figura no Ogã a confirmação dessa atitude sorrateira que parece cobrir todo o conjunto de relações em nossa sociedade, sobretudo no campo do sagrado, segmento onde as transações

---

[40] Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; p.186.

[41] Para uma discussão dessas "passagens misteriosas", convém recorrer a Hermano Viana, cuja obra *O Mistério do Samba*, investiga, como o próprio nome sugere, o mistério da transformação do samba em ritmo nacional brasileiro. Ou seja, "essa passagem misteriosa, da perseguição da polícia à vitória" (Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1995, p. 30).

[42] Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; p.70.

entre o poder do Estado, através dos seus aparelhos coercitivos, e o universo das religiões periféricas, são muito mais instáveis[43].

A informação sobre esse trânsito de uma parte da elite por entre os terreiros de candomblés, que Nina Rodrigues observou em Salvador, também pôde ser localizada no Rio de Janeiro por João do Rio. Assim como na Bahia, a sociedade carioca do início do século era prodigiosa na procura de serviços rituais dos feiticeiros. Segundo esse autor, "um resumo da nossa sociedade" passa pelos terreiros:

> *Eu vi senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, como nos folhetins de romances, para correr, tapando a cara com véos espessos, a essas casas; eu vi sessões em que mãos enluvadas tiravam das carteiras ricas notas e notas aos gritos dos negros malcreados que bradavam – Bota dinheiro aqui!*[44].

Essa citação vem apenas reforçar a idéia de que as coincidências entre atitudes de repulsa e admiração são freqüentes tanto no tempo quanto no espaço, embora seja mais comum o tratamento dos casos em que a tolerância foi sobrepujada por atitudes repressivas. Isso nos faz crer que ao mesmo tempo em que a violência penetra o universo dessas práticas, deixa no seu rastro uma trilha pela qual percorrem também os laudatórios da sua doutrina. Aconteceu assim na Bahia e no Rio de Janeiro no início do século XX e por muitos anos ainda em outros pontos do país. Essa é a lógica que rege o universo relacional entre essas duas vertentes, o mundo das religiões afro-brasileiras e a sociedade envolvente, abrindo, portanto, precedentes para que se pense sobre os mecanismos de relativização da repressão, cuja defesa teve em Beatriz Góis Dantas uma representante de grande envergadura.

---

[43] Ao traçar a constituição do campo das religiões afro-brasileiras a partir do modo como o assunto foi abordado nos meios intelectuais, Peter Fry enfatiza a contradição dessas relações de conflito e aliança entre o candomblé e a sociedade envolvente. (cf. Fry, Peter. *As Religiões Africanas fora da África*: O Caso do Brasil. *Separata de Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, no. 6, 1988, p. 439-471).

[44] Rio, João do. *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1905. p. 40.

Já na apresentação da magistral, *Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*, Peter Fry resume as assertivas de Dantas, que ele reconhece terem influenciado sua opinião. Segundo ele, "A história da *formação* das relações raciais é seguramente uma história de conflitos e alianças entre brancos e negros, uma complexa e intrincada trama de oposições e conivências, de ódios e paixões, de repugnâncias e acolhimentos"[45]. Esse é o mote que permeará a análise daquela autora sobre a formação das religiões afro-brasileiras na cidade sergipana de Laranjeiras.

Para tanto, ela propõe uma discussão acerca do papel dos intelectuais na construção de uma ideologia da pureza dos candomblés, segundo a qual certos traços culturais são invocados para atestar a autenticidade africana e a fidelidade a uma certa tradição, no caso específico, ao modelo Nagô, que diversos terreiros, em localidades diferentes, reivindicam para si. A proposição de Dantas é analisar a gênese dessa ideologia de "pureza nagô", enquanto "categoria nativa utilizada pelos terreiros para marcar suas diferenças e expressar suas rivalidades" e que foi transformada em categoria analítica pelos antropólogos, os quais:

> ...teriam contribuído, especialmente na Bahia, através da construção do modelo jeje-nagô, tido como o 'mais puro', para a cristalização de traços culturais que passam a ser tomados como expressão máxima de africanidade, através dos quais se representará o africano. Estas representações não se construíram independentes da

[45] Fry, Peter. "Prefácio" **in** Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô, papai branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. P. 14.

> estrutura de poder da sociedade, como não escaparam a elas as relações dos antropólogos com seus objetos de estudo, os candomblés 'mais puros', dos quais vão se tornar ogãs e intermediários com o mundo dos brancos. [46]

Mesmo quando Dantas refere-se à repressão sofrida pelos cultos afro-brasileiros, sobretudo a que foi registrada nos anos 30, reconhece que, embora a valorização ideológica da África e da pureza dos candomblés desde o começo do século XX seja uma tentativa de escamotear o preconceito contra o negro e, portanto, uma outra modalidade da violência contra esse segmento, o que se nota não é apenas o controle violento de suas práticas. Para ela, paralelamente o que se observa é uma apropriação das manifestações culturais das camadas subalternas pela elite brasileira, entre as quais os cultos afro-brasileiros figuram com destaque, acolhendo um expediente, cuja gênese deve ser buscada na valorização de uma "pureza nagô" pelos intelectuais, que a transformam de categoria nativa em categoria analítica. A ambivalência dessa atitude revela-se quando, ao invés de apenas enfrentar esse universo religioso, a cultura hegemônica opta pela apropriação daquilo que já fora negado, passando, inclusive, pela mediação de intelectuais, cujo discurso científico livrou algumas vertentes, mas condenou outras ao controle:

> *Aqui, a luta contra a repressão policial e a luta contra a perda das tradições africanas aparecem juntas. Ambas se fazem com a participação dos intelectuais, que, tendo feito sobre os cultos um recorte em que a fidelidade à África é ponto de referência, vão terminar interferindo nas linhas seguidas pela repressão. Os*

[46] Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô, papai branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. P. 148/149.

> *terreiros mais 'tradicionais' objeto de estudos dos antropólogos, centros de 'verdadeira religião', aos quais eles emprestavam sua proteção, conseguiam ficar a salvo da repressão policial que incidia mais violenta sobre os 'impuros' não valorizados*[47].

Interessa-nos, pois, destrinchar essa questão à luz da problemática que viemos levantando, qual seja, assim como nos casos até aqui vistos e nos que ainda faltam ser apresentados, em Alagoas, não obstante o caráter violento das perseguições de 1912, a história do seu relacionamento com a sociedade envolvente, não se dá exclusivamente pela marca da repressão. Em alguns momentos, aliás, em boa parte de sua trajetória naquele ambiente, essas práticas religiosas desfrutaram de algum tipo de privilégio e aceitação. Talvez não por parte dos intelectuais, como nos casos analisados por Dantas, mas nos meios políticos, o que provavelmente provocou o ódio entre os oposicionistas. É possível ainda que até mesmo entre os desafetos políticos de Euclides Malta se tenha observado, em algum momento, atitudes mais simpáticas para com àquelas casas de Xangô[48].

Essa ambigüidade que é a marca das relações entre os diversos segmentos da sociedade e as práticas religiosas pode ser atestada pelas assertivas de Dantas, segundo a qual a atitude das autoridades policiais para com os cultos afro-brasileiros de um modo geral, apesar de bastante restritiva, podia se revelar condescendente com uma dessas vertentes específicas, como é o caso do terreiro nagô de Bilina, cujas manifestações eram exaltadas como parte da tradição local:

> *Na cidade* [de Laranjeiras], *era forte a perseguição policial movida contra os terreiros de Xangô, e os que desafiavam a proibição de fazer festejos eram presos e*

[47] Dantas, Beatriz Góis. *Vovó Nagô, Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 192.
[48] Dantas afirma que em Laranjeiras, havia uma tendência à repressão contra chefes de terreiros, por parte dos opositores políticos, em represália a vinculações anteriores a partidos e chefes políticos afastados do poder.(Cf. Dantas, Beatriz Góis. *Vovó Nagô, Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 231).

tinham seus objetos rituais apreendidos e 'queimados no fundo da cadeia pública. Nesse clima de forte repressão, o terreiro nagô gozava de um tratamento especial, tendo seu funcionamento permitido, fato que deverá ser explicado em conexão com o relacionamento entre a mãe-de-santo e pessoas das camadas dominantes e com o significado por elas atribuído à tradição africana, num momento em que os intelectuais exaltavam a contribuição cultural do negro[49].

Esse quadro resume a ambigüidade das representações e atuações sobre o simbólico, no qual um ou apenas alguns poucos grupos religiosos situam-se na faixa fronteiriça entre o permitido e o exaltado, entre o proibido e o estigmatizado. Sob este aspecto, salienta-se o papel da clientela, muitas vezes pessoas de classe média ou alta, que retribuem aos serviços prestados pelos terreiros, com dádivas que tendem a fortalecer a imagem do terreiro frente à sociedade envolvente; e dos protetores que naquela localidade específica, ao contrário do papel dos ogãs na Bahia, "se camuflam atrás da informalidade e fluidez da clientela", de cujo exemplo Alagoas parece estar mais próxima.

Portanto, trata-se de um jogo de alianças que se traduz em dividendos para as duas partes envolvidas: para o terreiro, em termos de sobrevivência material e maior penetração no nível institucional; para os clientes, em termos dos dons dos orixás e de garantia de apoio em situações de disputas eleitorais, no caso dos chefes políticos em campanha. Isto, porém, não implica numa aliança irrestrita e incondicional, podendo se observar no mesmo contexto, atitudes de desprezo quando o grupo em questão, de natureza religiosa semelhante, não desfruta da mesma legitimidade, leia-se, tradição e "pureza africana".

Outra autora que nos auxilia nessa discussão é Yvonne Maggie, responsável também por uma obra fundamental para se pensar o campo das religiões afro-brasileiras e os processos de acusações desenvolvidos contra elas. Em sua tese de doutoramento, publicada

[49] Dantas, Beatriz Góis. *Vovó Nagô, Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. pp. 221/222.

sob o título *Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil*, Maggie analisa os processos de acusação contra feiticeiros no Rio de Janeiro no final do século XIX e começo do século XX, e os mecanismos sociais reguladores dessas acusações, desenvolvidos pelo Estado através de processos formais que regulamentaram as acusações.

Essa autora seguindo a trilha aberta por Dantas, visa relativizar a hipótese repressiva que orientou a maioria dos estudos sobre a religião afro-brasileira desenvolvidos no país, demonstrando que: *"...os mecanismos reguladores criados pelo Estado a partir da República não extirparam a crença mas, ao contrário, foram fundamentais para sua constituição"*[50].

Segundo Maggie, desde a colônia, que a magia brasileira foi fruto desses mecanismos reguladores, mas é só a partir de 1890, já sob os auspícios da República, e com a instituição do Código Penal, que a acusação e repressão aos cultos ganham status oficial. A pesquisa em questão, vai se debruçar sobre processos criminais que, amparados nos artigos 156, 157 e 158 do referido código, orientam e regulamentam a caça aos feiticeiros.

Nosso interesse nessa obra se dá em função, não só da inclusão que essa autora faz do Quebra-quebra em Alagoas entre quatro casos analisados, "em que as acusações de feitiçaria não apenas discriminam, mas hierarquizam pessoas, grupos sociais e crenças"; mas principalmente pela discussão feita acerca das relações ambíguas entre a crença na magia e a regulação do combate aos feiticeiros. Maggie percebe que, assim como entre os azande, no Brasil a crença na magia não é um privilégio dos que são acusados de manipulá-la. Existe em torno de tais práticas, uma envolvente rede de imputações que no fundo esconde uma convicção em sua existência e eficácia, que não só a legitima, como também demanda

[50] Maggie, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. pp. 24.

confirmação dessa crença, ainda que sob forte pressão, como no caso da inquisição ou dos próprios inquéritos e processos criminais. Segundo Maggie:

> *...ao se descrever a relação dos juízes, médicos, promotores, delegados, políticos, movimentos artísticos, governadores, psiquiatras, etc., com a crença, ficou claro que essa relação era e continua sendo encoberta por meio de inúmeras formulações que negam a proximidade desses segmentos dominantes com os segmentos dominados*[51].

Nessa obra ainda, Maggie relaciona uma série de casos que comprovam a relação etnográfica entre brasileiros e os azande. Isso porque, segundo Maggie, na lógica do sistema jurídico e do Código Penal a ele relacionado, a opção pela acusação a feiticeiros, implica na legitimação e concordância de sua existência. Ou seja, partindo como nos alerta essa autora, de que na literatura antropológica não se conhecem casos de alguém que se autodefina como feiticeiro, estando a identificação associada a uma acusação, isso leva à conclusão de que tanto na África como no Brasil a crença na magia maléfica passa pelos sistemas de acusações. No caso específico por ela estudado, conta-se com uma instituição formal, o Estado que, através de seu sistema jurídico compactua com o sistema de crenças e engrossa o processo de acusações contra feitiçaria, dando-lhe, aliás, mais consistência, ao contrário do que se verificou com relação à justiça inglesa,.

Essa é a primeira característica que permite relacionar o sistema legal brasileiro e o sistema de crenças zande. Segundo Maggie, nos processos criminais analisados, ressalta um dado significativo: suas instaurações são feitas a partir de denúncias: Sem denúncia, é impossível haver processo, e mais adiante completa: "É moralmente necessário punir feiticeiros. A identificação dos feiticeiros supõe acusações (...). Os processos de acusação

[51] Maggie, Yvonne. *O medo do feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. pp. 267.

visam – exatamente – incitar, promover, constituir feiticeiros. Por isso as condenações são pouco numerosas em relação ao número de acusações[52]".

E por fim, para encerrarmos o quadro de autores que se enquadram num esquema que aqui chamaríamos de "Teoria Relacional", uma vez que visam interpretar o fenômeno religioso em questão, à luz de relações ambíguas de aliança e conflito que refletem a dinâmica da nossa sociedade, mencionaremos ainda as contribuições de João José Reis, cuja posição nesse debate já se evidencia pelo título de uma de suas obras, *Negociação e Conflito*, escrita em parceria com Eduardo Silva, e que guarda com uma série de trabalhos voltados para a explicação do Brasil, essa dialética das indecisões marcadas pela conjunção "*e*"[53].

Segundo Reis, que nesse livro analisa a invasão de um candomblé nas imediações de Salvador, nos idos de 1829, artigo que nos interessa mais particularmente nessa obra, a participação do escravo na vida social brasileira nessa primeira metade do século XIX, não deve ser vista apenas sob o ângulo da violência. É certo que o cotidiano dos escravos esteve marcado pelo uso da força como método convencional de controle, mas reduzir essa relação do escravo com os senhores escravistas a um único plano é assumir uma posição polarizadora que em nada nos auxilia na compreensão do fenômeno. Para Reis, é necessário também prestar atenção nos mecanismos sutis de negociação, nas estratégias pacíficas de

---

[52] Maggie, Yvonne. *O medo do feitiço*. *Relações entre magia e poder no Brasil*: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 34.

[53] Toda uma tradição do pensamento social, exatamente porque a realidade social brasileira apresenta-se sob uma forte dualidade, "onde o princípio se rebate no fim" desenvolveu esquemas explicativos que refletem a realidade do fenômeno, os quais se apresentam divididos entre reflexos e paradoxos, senão no título dos trabalhos, pelo menos no conteúdo. (Cf. Gilberto, Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968; Holanda, Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995; Cândido, Antônio. "Dialética da Malandragem" **in** *O Discurso e a* Cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993. pp. 19/54. Schwarz, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; Da Matta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983; *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1991 e; Fry, Peter. *Para Inglês Ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983).

resistência, as quais tornaram possível o alívio da pressão excessiva e a manutenção de certas práticas. Portanto, sua opção é pelo caminho das mediações, ou seja, essa "zona de indefinição" entre os pólos, na qual os escravos, através da criatividade, puderam alcançar uma autonomia cultural:

> *...a escravidão (...) não funcionou e se reproduziu baseada apenas na força. O combate à autonomia e indisciplina escrava, no trabalho e fora dele, se fez através de uma combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa. Os escravos também não enfrentaram os senhores através da força, individual ou coletiva (...) rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural*[54].

No caso específico do assalto ao Terreiro de Accú, onde aparecem elementos comuns a outros modelos de invasão, pautados na destruição dos objetos de culto e agressão e detenção dos seus integrantes, tanto a intolerância dos invasores, como a reação dos atingidos se dá por vias muito tênues e de conotação profundamente política. A liberdade de associação adquirida pelos escravos reverteu-se na união de africanos e crioulos, considerado como um descontrole por parte das autoridades repressoras:

> *Ao promover a união entre africanos e crioulos, o candomblé do Accú revelou-se intolerável ameaça a um importante aspecto da dominação escravocrata na Bahia. Desunidos na rebelião, escravos nacionais e africanos se uniam na religião". Mais adiante completa. "Tratava-se da incorporação ritual de um grupo numeroso de não-africanos (...) Os jejes do Accú não mais se reduziam à homogênea família africana descendente direta dos voduns de sua terra. Tinham irmãos rituais na 'terra de Branco', como os africanos chamavam a Bahia*[55].
>
> É no espaço dessas novas relações que se verificará o desenvolvimento da arte de

[54] Reis, João José & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravagista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 32.
[55] Reis, João José & Silva Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravagista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 47.

negociação, onde a astúcia é o *leitmotiv* para abrir as brechas no sistema escravocrata. Um outro caso sobre o qual Reis debruçou-se foi a devassa de um terreiro de Calundu em 1785[56], em Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Ao analisar os documentos de formação de culpa, além da ênfase sobre a aliança com "gente de probidade", como uma das regras básicas de sobrevivência da religião afro-brasileira nos tempos da repressão, esse autor também menciona as descrições mais ou menos detalhadas feitas pelas testemunhas, que fazem despontar o fenômeno das classificações ideológicas, sobre as quais vínhamos tratando. Segundo Reis, na hora de definir a religião do outro, uma série de acusações aparecem, quase sempre com o mesmo sentido, o de demonizar as práticas religiosas alheias:

> *A lógica da acusação segue estratégias complementares. Os homens que invadem descrevem em detalhes o que encontram, registrando inclusive forma, tamanho, cor, cheiro, movimento e distribuição espacial. Eles pouco qualificam, narram principalmente. Um outro conjunto de testemunhas menos 'informadas' trata de estabelecer pela repetição do escândalo ('público e notório') a qualidade maléfica do calundu. Elas pouco viram, não têm muito a contar, sua função é convencer pela multiplicação de falas acusatórias*[57].

Tais artigos prestam-se, portanto, à nossa investigação, por assumir um formato de relato que é o idealizado por nós aqui e que foi tentado, na parte inicial deste capítulo. Ou

[56] Um detalhe importante acerca dessa devassa e que tem relações com o que se verificou em Maceió, foi a revelação por parte das testemunhas do processo, da utilização de um certo tipo de instrumento, um pote sobre cuja boca vibra-se um chinelo, com a finalidade de evitar incomodar a vizinhança. Tudo leva a crer, segundo Reis, que se trata do mesmo instrumento localizado em cerimônias fúnebres em terreiros jeje do Maranhão. Em Maceió, criou-se a expressão "xangô rezado baixo" para se referir a modalidade de culto que se desenvolveu no local após o Quebra-quebra, que dispensava a utilização de atabaques. Se esse fato tem ligação com os cultos jeje do Maranhão e com o calundu de Cachoeira, é algo que merece investigação mais aprofundada. Contudo, vale ressaltar como faz Reis, que a substituição do atabaque por outros instrumentos de percussão foi prática comum nos candomblés ao longo do século XX, uma regra de discrição que funciona como estratégia de sobrevivência da religião. (cf. Reis, João José. "Magia Jeje na Bahia: A Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8 no. 16, pp. 71-72, mar. 88/ago/88).

[57] Reis, João José. "Magia Jeje na Bahia: A Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº. 16, pp. 72, mar. 88/ago/88.

seja, a narrativa sobre a invasão do candomblé de Accú, mais particularmente, apesar de voltada para um episódio distante no tempo, possibilita ao narrador a incursão sobre questões que não foram dadas nos documentos disponíveis, exigindo do estudioso um exercício de interpretação que o conduz a aspectos mais gerais da realidade social dos envolvidos, bem como aspectos mais sutis da relação entre estes e a sociedade envolvente. Ademais, esse texto, nos é útil, pelas comparações possíveis entre o fato ocorrido na Bahia em 1929 e a perseguição aos terreiros alagoanos em 1912.

Em primeiro lugar, o fato de que a devassa ali verificada envolve uma única casa entre tantas que provavelmente existiam no lugar, diferentemente do que se verificou em Alagoas, quando os principais terreiros de Xangô, sofreram a repressão, num curto espaço de dias.

Em segundo lugar, apesar de atestar uma prática comum de repressão à cultura negra, o assalto ao terreiro narrado por Reis, envolve outro tipo de conduta paralela, qual seja, além da repressão de uma casa de culto, a tolerância por parte de autoridades governamentais e policiais também se verificava, tal como em Alagoas, cujos terreiros desfrutaram durante o período da administração de Euclides Malta de certa aceitação. Em tais situações, como em Accú, os xangôs alagoanos vinham à tona batendo “com estrondo”.

Por fim, o que chama a atenção em investigações desse tipo é que, não obstante esse esforço de “diabolização” verificado nos inquéritos¸ parece que tanto as testemunhas de acusação, que muitas vezes são os próprios responsáveis pela devassa, quanto os oficiais públicos que inquiriram os “réus”, não só compartilhavam dos códigos que regem a dinâmica desses cultos, conforme já foi constatado por Maggie, como também guardam com tais práticas uma relação de grande proximidade, em termos de contigüidade espacial, de convivência e conivência.

Não nos estenderemos mais nesse debate, deixando de lado outras contribuições, inclusive de autores que tomaram a realidade alagoana como objeto de análise ou que, pelo menos a incluíram no rol de suas investigações, reservando a esse debate um espaço específico mais adiante. Por enquanto, convém indicar que, entre as causas principais dos ataques aos terreiros de Xangô de Alagoas, estava o fato de que o Governador do Estado nos últimos anos de sua administração política, vinha contraindo no seio da população um tipo de insatisfação que extrapolou a sua destituição do cargo, atingindo também seus correligionários e as práticas religiosas a ele associadas. Desse modo, faz-se necessário discutir no capitulo seguinte, a sua atuação política durante os três mandatos em que esteve à frente do poder, já que os ataques aos terreiros, na verdade são ataques contra Euclides Malta.

CAPÍTULO 2- A ERA DOS MALTAS EM ALAGOAS

Nota-se muito egoísmo e inveja entre os homens, também o prazer do descrédito, da calúnia, do pasquim e das cartas anônimas. O enredo,
de braço dado com a política chata, cavando a ruína de tudo e de todos.
O jornalismo afastado de sua missão, prestando os tipos ao emprego da
mofina, da difamação, com artigos pornográficos".
Pedro Paulino da Fonseca, 1º governador republicano de Alagoas.

a) Apresentação: Euclides Malta e suas múltiplas faces

O texto em epígrafe, retirado do texto "Testamento Político" de autoria de Pedro Paulino da Fonseca, primeiro Governador republicano de Alagoas, apesar de se referir a um período anterior da política do Estado, traduz bem os ânimos que marcaram o período da administração de Euclides Malta, o qual culminaria, inclusive, com uma disputa eleitoral que teria como principal opositor, Clodoaldo da Fonseca, filho daquele importante integrante de um dos troncos familiares mais tradicionais de Maceió[58].

Assim sendo, dedicaremo-nos neste capítulo à análise do período em que o governador Euclides Malta esteve à frente do poder, o qual ficou conhecido como a Era dos Maltas, inclusive porque, mesmo quando não esteve como representante máximo de Executivo no Estado, garantiu que pessoas ligadas a ele assumissem a administração pública, conservando, portanto o seu poder político no local.

Nosso interesse em dedicar um capítulo exclusivo a atuação desse político, reside no fato de supormos que a partir de sua biografia, reconstituída através dos documentos

[58] Fonseca, Pedro Paulino da. "Testamento Político" **in** ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.*** Maceió: IHGAL, s/d, nº 36

oficiais, dentre os quais destacamos os próprios relatórios do Governador; dos jornais da época e da crônica local, poderemos identificar alguns dos elementos que culminaram na sua deposição, bem como na "Operação Xangô", objeto privilegiado de nossa investigação.

O registro dos acontecimentos feito pela crônica local também reveste-se de uma importância particular, pelo fato de reunir em campos opostos, os relatos de pessoas, que em função de sua posição partidária ou das ligações afetivas com o biografado, fornecem-nos um leque variado de impressões sobre um mesmo protagonista e sobre uma mesma época.

Faremos essa análise partindo de alguns elementos básicos da sua biografia, tais como, sua formação acadêmica como bacharel, aspecto importante para demarcarmos as particularidades de um perfil que, naquelas circunstâncias aciona vários símbolos de prestigio a seu alcance, para se fazer reconhecer; sua atuação política e as manobras por ele desenvolvidas para permanecer tanto tempo no poder; aspectos de sua administração governamental, sobretudo, nas inúmeras obras realizadas na capital, repetindo em Alagoas um movimento que se espalhava pelo país a partir da Capital da República. Nesse momento torna-se imprescindível a discussão do “empréstimo externo”, aspecto bastante explorado pela oposição nos ataques a sua administração e; por fim, pelo menos um aspecto da sua vida privada, relativo à suposta ligação com as casas de culto afro-brasileiro no Estado, em função da qual, os terreiros de Xangô sofreram a represália que é foco central desse trabalho.

2) Um Bacharel anacrônico

Euclides Malta inicia seu mandato como governador no dia 12/06/1900, mas seu ingresso na política deu-se precocemente e por uma via bem comum na época, sobretudo para quem procedia de família de proprietários rurais como ele[59]. Estamos referindo-nos a esse modelo que ficou conhecido como a "praga do Bacharelismo", o qual já fora atestado por Sérgio Buarque de Holanda, autor que, com rara precisão, cunha essa expressão. Segundo esse autor, tal processo tem início ainda nos primórdios do período imperial e coincide com a ascensão dos centros urbanos em detrimento da autonomia da velha lavoura. Entre seus principais protagonistas encontrava-se uma casta de fazendeiros escravocratas e seus filhos educados nas profissões liberais, os quais continuam no monopólio da autoridade apesar de todas as transformações que se verificam no âmbito da política e da economia nacional, ou seja, uma sociedade com forte domínio agrário e rural, às voltas com a urbanização do império, sobretudo depois da chegada da família real e de uma série de leis anti-escravagistas que despontam no país.

Essa tendência, que teve forte influência na formação da nossa mentalidade, consiste numa supervalorização de certos símbolos, entre os quais destacavam-se as carreiras liberais, o título de doutor e o prestígio da palavra escrita:

> *... no vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências. A dignidade e importância que confere o título de doutor permitem ao indivíduo atravessar a existência como discreta compostura e, em alguns casos, podem libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade*[60].

Foi por essa via que Euclides Malta enveredou pela carreira pública, já num

[59] Consta que antes de assumir o Executivo estadual ele teria sido deputado provincial, em algum momento indefinido do período que antecedeu a Proclamação da República e Deputado Federal em 1892. (Cf. Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias.* Curitiba: HD Livros, 1997).
[60] Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Cia. das Letra, 1995, p. 157.

período bem posterior à fase áurea do fenômeno do bacharelismo. Portanto, podemos dizer que tendo nascido em 1861, ou seja, dentro daquele período "interessantíssimo" em que, segundo Gilberto Freyre, nasceram muitos brasileiros cujas biografias serviriam de lastro a interpretações sociológicas dessa época de transição da vida nacional, ele seria um autêntico representante da ascensão social desse segmento[61].

A finalidade do bacharel Euclides Malta nesse período mais adiantado continuava sendo a de assegurar o poder familiar, de certo modo já garantido pela tradicional condição de grandes proprietários rurais e pela patente de Alferes de Milícia do seu pai, outra insígnia desse privilégio de classe superior ocupando postos de comando, conservados por brancos ou quase brancos[62].

Euclides Malta parece incorporar vários traços da ambivalência que marca essa passagem entre dois tempos e dois mundos distintos; por exemplo, ele é um caso típico de individuo que buscou através da valorização da educação, mais especificamente da formação em Direito, o caminho para ingressar na vida política, porém, sem dispensar outros atributos, de ordem mais afetiva, adquiridos no interior de uma família tradicional e acionados como importantes credenciais na constituição de sua própria estirpe.

Importante destacar, nesse sentido, a aliança que alinhava com o Barão de Traipu, uma das figuras políticas de maior peso em Alagoas naqueles primeiros anos de ajustamento da política às imposições do novo regime republicano. Convém esclarecer que Barão de Traipu, por si mesmo uma figura bastante ambígua, foi um dos últimos baluartes da Monarquia em Alagoas, e que, apesar de ter aderido às idéias republicanas, como, aliás, a maioria de seus colegas monarquistas, conservou o título nobiliárquico adquirido no regime anterior, inclusive durante o exercício do seu mandato de governador

[61] O período a que se refere Gilberto Freyre vai de 1850 a 1900. (Cf. Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 255).
[62] Cf. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

e na chefia do partido conservador no sul de Alagoas. Isso demonstra a fragilidade dos quadros republicanos alagoanos que se afirmaram em meio à sobrevivência dos velhos políticos do Império. Aliás, como na própria capital da República, sendo que nos recônditos da Federação, a elite oriunda dos quadros da Monarquia que se apresentou na produção do processo de estabilização institucional da Primeira República, não se orientava pelo discurso cientificista e pela competência técnica que marcou a geração de republicanos positivistas[63].

A aproximação entre o Barão de Traipu e Euclides Malta se dá através do casamento com a filha daquele, o que revela mais um traço desse hibridismo que marcou a trajetória do jovem bacharel, que se manifesta através da utilização desse antigo recurso de aliança, traço típico de sociedades tradicionais, para garantir o acesso a um regime cuja maior característica era a suposta modernização de sua estrutura política.

Assim sendo, seria em função do apoio recebido do Barão de Traipu, de quem se tornou conselheiro, que Euclides Malta teria conseguido esse acesso aos meios políticos. Inicialmente, ocupando cargos menos vistosos como os de Promotor Publico, professor do Liceu de Penedo, e depois o primeiro mandato propriamente político, como Deputado Estadual, em cuja função participou da Assembléia Constituinte.

O peso dessa dívida Euclides carregaria consigo, inclusive sendo cobrado por parte de desafetos políticos, que atacavam sua ingratidão para com aquele que garantira sua ascensão política e social. Na sessão do Senado da República em 1° de agosto de 1904, o senador Bernardo de Mendonça Sobrinho, que apoiou a oligarquia Maltina em sua primeira gestão, ressalta a ingratidão de Euclides para com seu sogro o Barão de Traipu,

[63] Sevcenko, Nicolau. "O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" **in** *História da Vida Privada*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998. p. 33.

no seguinte tom acusatório:

> *Quem não sabe que se o Sr. Dr. Euclides Malta tem hoje o prestígio que o assoalha, se é feliz, rico, cheio de todos estes requisitos invejáveis por todos os que não se acham na posição de S. Exª deve-os ao Exm° Barão de Traipu. Quem seria S. Exª se não tivesse tido a mão benfeitora do meu honrado amigo e chefe, o Exm° Sr. Barão de Traipu (...) Qual seria a situação de S. Exª se não tivesse esposado a filha do Sr. Barão de Traipu?*

Em resposta a essas insinuações Euclides Malta, também em sessão do Senado, chega a admitir, não obstante a tom de planejada pieguice, uma origem humilde:

> *Pois bem, Sr. Presidente, sou um obscuro, não tenho linguagem nobre como o honrado Senador que foi buscar sua origem genealógica em Portugal, na mais remota época da história da metrópole (...) Sou pobre, sou filho dos sertões do Norte, caboclo, si o quiserem, pois não faço questão dessas branquidades...* [64].

Gilberto Freyre, no capítulo referente à ascensão do bacharel e do mulato faz menção a essa possibilidade reservada aos jovens doutores, no caso, o casamento com uma moça rica ou de família poderosa, o que garantia, inclusive a alguns moços inteligentes, mas pobres, o ingresso na carreira política. Muitos deles chegaram a ser deputados e até mesmo ministros do Império. Euclides Malta apesar de proceder de um reduto econômico mais favorável, não recusou as vantagens que uma aliança dessa natureza lhe proporcionaria, entre as quais, o papel de genro conselheiro, função tão prestigiada nesse processo de ascensão política dos bacharéis dentro das famílias, conforme atesta o próprio Freyre:

> *Se destacamos aqui a ascensão dos genros é que nela se acentuou com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável*

[64] Cf. Mendonça Sobrinho, Bernardo Antônio de. "Em nome da Legítima Verdade" **in** Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992, p. 63. Sobre a resposta de Euclides Malta, Cf. "Discurso proferido na Sessão do Senado Federal de 20/08/1904". **in** *A Tribuna*.. Maceió, 03/09/1904. Ano IX, nº 2227, p.1-2.

do poder, da nobreza rural para a aristocracia ou a burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades[65]

Assim sendo, Euclides Malta irá representar a figura que estabelece a ponte entre as estruturas arcaicas de poder, comandadas por coronéis semi-analfabetos, dentre os quais o Barão de Traipu figurava como um dos menos ilustrados, e essa nova geração de bacharéis emergentes, inteligentes, mas sem cultura, que circulavam em torno dessa classe dominante, da qual no mais das vezes, figuravam apenas como ilustres ornamentos[66].

Uma última observação convém ainda ser feita antes de encerrarmos essa discussão em torno da valorização social do Bacharel, condição muito bem capitalizada por Euclides Malta. Nas formas de tratamento utilizadas pelos presidentes da província, impressas nos relatórios, falas e mensagens, o título de Doutor só aparecera, pela primeira vez, na fala que o Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão pretendia dirigir à Assembléia Legislativa, em 03/05/1840. Gilberto Freyre, no capítulo já referido, afirma que só a partir de 1845, em pleno domínio do segundo Império é que os homens formados começam a ser indicados para a administração de províncias[67].

O valor argumentativo disso consiste no fato de que o grau de bacharel só será utilizado pela primeira vez nos relatórios alagoanos, em 15/04/1901, coincidentemente, por Euclides Malta. Essa tradição foi mantida nos relatórios posteriores, inclusive por seus aliados que, na falta de tal titulação, lançavam mão das patentes militares. Isso nos faz relembrar as análises de Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual: "Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as

[65] Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos.* Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 612.
[66] No auge do atrito que mais tarde marcaria o relacionamento entre Euclides Malta e o Barão de Traipu, o jornal *A Tribuna* fornece-nos uma descrição bem singular deste último: "...era um matuto rico, mas de pé rachado, cheio de defeitos, de promodes, de antonces, de *Nanje eu*, etc..." (*A Tribuna*. "Piparotes". Maceió, 30/07/1907, nº 2198, p. 1. Cf também Mendonça Júnior, A. S. *Jornal de Alagoas.* Maceió: Casa Ramalho, 1966. pp. 76/78).
[67] Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos.* Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 610.

qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza"[68].

b) Euclides Malta e o "Tempo de Política"

A expressão "tempo de política" que aqui utilizamos para dar título a este tópico é inspirada nas contribuições de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, que no texto "política ambígua" usam-na para se referir a esse período específico, no caso, as eleições, em que a atividade desenvolve-se em toda sua potencialidade. Embora não possamos relacionar a atuação de Euclides Malta à frente do governo do Estado a uma mera sazonalidade, é possível compreender o longo período em que ele dominou a política de Alagoas como uma época marcada por uma certa liminaridade, integrada por todos aqueles elementos que permeiam aquela categoria, tais como: "ataques entre contendores e ondas de violência entre facções rivais", "ruptura de regras práticas como respeito e intimidade", "transgressão das fronteiras entre o público e o privado", "controle problemático das divisões explicitadas publicamente", "segregação espacial" e, principalmente, "quebra do cotidiano" que em termos da política do Estado no período por ele dominado, deixa de se pautar por uma grande alternância de dirigentes, para ser dominado por um único dirigente.

Queremos com isso afirmar que a "Era dos Maltas", nome pelo qual ficou conhecido o longo período em que essa família esteve à frente da política alagoana, apresenta-se como uma ruptura à estrutura administrativa no Estado, naquele tempestuoso

[68] Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1895. p. 83.

início da República. Para ter-se uma idéia da volatilidade do período que antecedeu ao domínio de Euclides Malta à frente do executivo estadual, basta conferir a relação de governadores que assumiram essa função desde a proclamação da República em 1889 até o início do primeiro mandato daquele governante em 1900. Foram dezessete mandatos, exercidos em pelo menos três situações por integrantes de juntas governativas, que apesar do curto período à frente do poder, exerceram a difícil tarefa de facultar a exeqüibilidade da administração no Estado. No geral, os mandatos não ia além de alguns dias ou meses, sendo poucos os que o cumpriram por mais de um ano. Em apenas quatro períodos administrativos, inclusive três deles imediatamente anteriores à ascensão de Euclides Malta ao poder, a gerência dos negócios públicos pôde ser exercida por um tempo mais largo. Desse modo, na medida em que consegue cumprir os três anos para os quais tinha sido eleito, além de garantir a sua substituição pelo irmão Joaquim Paulo Vieira Malta, e reassumir depois o mesmo posto para o cumprimento de mais dois mandatos, Euclides Malta irá representar um corte no modo de fazer-se política no Estado, além de servir como paradigma para as administrações futuras. Portanto, a "Era dos Maltas", pode ser tomada, conforme as palavras dos dois autores mencionados acima, como "A criação de um outro cotidiano", que não elimina o que está dado, mas interfere profundamente na sua maneira de operar"[69].

A atuação política de Euclides Malta remonta ao período em que governava o Estado de Alagoas o Barão de Traipu, na última década do século XIX, estendendo-se até

[69] Palmeira, Moacir & Heredia, Beatriz, "Política Ambígua" **in** Novaes, Regina et. Alii (orgs.) *O Mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997. p. 170. Em artigo mais recente Moacir Palmeira amplia a noção de "tempo histórico", anteriormente desenvolvida, relacionando-a com outras noções de "tempo" que permeiam o imaginário das populações camponesas do Nordeste brasileiro, as quais esse autor utiliza para se referir a outras situações da vida social, tais como: festas, safra, plantio, quaresma, greve ou ainda personalidades, instituições e fatos (Palmeira, Moacir. "Política e tempo: Nota exploratória" **in** Peirano, Mariza (org.) ***O dito e o feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais.*** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. pp. 171/177.

depois de 1912, época em que foi destituído do poder. Depois disso seria ainda eleito em duas legislaturas para deputado federal em 1921 e 1924, condição em que permaneceu até 1926[70].

No período em que Euclides ingressa definitivamente na política alagoana, o Brasil assistia a implementação de grandes transformações. O Presidente da República Campos Sales (1898/1902) deu prosseguimento e viabilidade ao projeto republicano iniciado por Prudente de Morais (1894/1898), primeiro presidente civil do novo regime e representante da oligarquia cafeeira paulista. Seu projeto político implicou na restrição dos militares no poder, encerrando assim, o ciclo militarista republicano. Em contrapartida, favoreceu a ascensão das oligarquias civis, as quais apesar de já terem obtido algum destaque desde o início da República, reclamavam uma participação mais efetiva na vida política do país. Sob sua batuta, forma-se o Grande Clube Oligárquico, espécie de frente comum da qual ele, na condição de Presidente da República, torna-se o chefe de partido[71].

Campos Sales prossegue com esse projeto, por um lado, consolidando a participação do núcleo republicano civil de São Paulo e, por outro, inaugurando o chamado *'pacto Oligárquico*', que significou a disseminação do poder oligárquico para além de suas fronteiras locais. A "Política dos Governadores", outro nome pelo qual também ficou conhecido o mesmo pacto, propunha uma troca de favores entre o presidente e os governos estaduais. Esse é também o nome dado ao sistema, ao qual, depois de controlados os focos abertos de oposição, caberia organizar a política, de um modo tal que as 'chefias naturais' - a expressão direta da dominação oligárquica local - tivessem mecanismos explícitos de funcionamento.

---

[70]Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997. pp. 106/107.
[71] Cardoso, Fernando Henrique. "Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales" **in** Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. vol III. São Paulo: Difel, 1977. pp. 45/47.

O propósito dessa nova política seria alcançar a unidade do governo, atacando o problema estadual, através da direção de uma minoria. Segundo Edgar Carone, esta representação aristocrática é o cerne do pensamento vigente, o qual defende, como garantia de estabilização das atuais oligarquias no poder, o fim das oposições em favor de um maior controle do processo eleitoral sob a tutela das oligarquias estaduais.

> *"O esquema que (...) possibilita a criação dessa 'política dos governadores' é a maior expressão parlamentar das oligarquias estaduais, o que se consegue através da 'verificação de poderes', ou seja, de uma comissão encarregada de controlar as fraudes, duplicatas e violências eleitorais, cuja presidência, a partir de 1902 era entregue ao presidente da Câmara anterior e para quem eram enviados os livros eleitorais: Com o controle dessa arma segura, é certo o corte, pela comissão, dos elementos contrários. E a oposição só voltará a existir com possibilidade eleitoral em 1915*[72]*".*

Euclides Malta se beneficiará da ordenação política que se apresenta nesse período. Ele próprio um fiel representante em Alagoas das elites agrárias, garantirá sua posição no mapa oligárquico que se desenha por todo o país. Com esse respaldo ele deitou raízes profundas na política alagoana, pacificando os ânimos da classe agrária açucareira, evitando a polarização política entre grupos de Maceió e Penedo ou entre regiões e assegurando o comando indiscutível da política local. Nas sucessivas campanhas em que se elegeu, lançou mão do modo peculiar de fazer política de tais governadores e que tanto caracterizou esse período da nossa história política: fraudes eleitorais, duplicatas e violências contra opositores, atuação marcante da figura do Coronel e a presença da indefectível instituição voto de cabresto e do "Curral Eleitoral".

Uma demonstração da coerção exercida nos processos eleitorais pode ser verificada pela distribuição das sessões eleitorais, algumas das quais funcionavam nas

[72] Cf. Carone, Edgar. *A Primeira República*. São Paulo: Difel, 1973. p. 101/102.

casas de particulares, no caso, os próprios coronéis, muitos dos quais também pleiteavam uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado ou mesmo no Conselho dos Municípios onde residiam. Um exemplo disso foi a distribuição dos fiscais nas eleições federais de 1903. Se observarmos bem, todas as principais sessões da Capital estavam guardadas por "amigos e correligionários" que, ou constavam na chapa apresentada pelo Partido Republicano ou ocupavam cargos em comissão.[73]

Não deve ter sido outra a razão pela qual nos diversos pleitos verificados ainda durante o primeiro mandato de Euclides Malta, entre os quais, as eleições de 1º/07/1902 para os cargos de Intendente e Vice, Membros dos Conselhos Municipais e Juízes Distritais em todo o Estado; eleições de 1º/11/1902 de Deputados Estaduais e renovação do terço do Senado estadual, para o biênio 1903/1904 e; para o cargo de vice-presidente, Senador[74] e Deputados Federais para o triênio 1903/1906, pleito realizado em 18/02/1903, foram sufragados apenas os candidatos do partido que tinha aquele político como chefe.

Contudo, o ato político de maior repercussão promovido por Euclides Malta ainda como Governador e também como Chefe do Partido Republicano de Alagoas, uma vez que o Barão de Traipu declarando estar cansado, retirara-se da atividade política, deu-se por ocasião da escolha do seu sucessor, no caso seu próprio irmão, para concorrer ao cargo de Governador no pleito que se realizaria em 19/04/1903[75].

---

[73] "*A Tribuna – Pleito de 18*. (...) *Eleições Federais* (Distribuição de chapas). Os nossos fiscais estão encarregados de *fazer a distribuição* das chapas com os nomes dos candidatos indicados pelo Partido Republicano para os elevados cargos da Representação Federal, exercendo as funções de fiscais nas seções abaixo, os nossos amigos e correligionários seguintes: *Maceió* (1ª seção): Drs. Ângelo Neto e Eusébio de Andrade; 2ª seção: Cel. Paes Pinto e Dr. Bernardino Ribeiro; 3ª seção: Cel Epaminondas Gracindo e José Theotonio Simões de Souza; 4ª seção:: Dr. Paulo Malta, Ten. Cel. José Theotonio Simões; 5ª seção: Dr. Correia Menezes e Cap. Domingues Nunes Leite; 6ª seção: Dr. Wanderley de Mendonça e Alferes Joaquim Pontes de Miranda; 7ª seção: Cap. Antônio Martins Murta e Tem. Joaquim José Bastos, etc." Os nomes grifados são de candidatos a Senador e Deputado federais. Os demais, em sua grande maioria ocupam cargos comissionados na Intendência Municipal e no Governo do Estado, Outros são parentes de pessoas nas situações antes citadas (*A tribuna*. Maceió, 18/02/1903, Ano VIII, nº 1790, p. 1).

[74] O candidato eleito para suprir o terço do senado foi Joaquim Paulo Vieira Malta, irmão do Governador.

[75] Euclides Malta se tornara Chefe Político do Partido Republicano de Alagoas a partir de 14/01/1902, quando o diretório do partido, reunido em Assembléia Geral para deliberar sobre a decisão do Barão de Traipu, de abandonar a atividade política, decidiu por aclamar o nome do então Governador para substituí-lo na direção do partido.

A decisão do Barão de Traipu, divulgada através de um surpreendente manifesto, publicado em dezembro de 1901, onde declarava sua decisão irredutível de abandonar a política, a qual diversos correligionários tentaram dissuadir, seria mais tarde motivo de muita discussão e polêmica entre antigos aliados, sobretudo, entre o próprio Barão e seu genro. Essa dissidência começa a se delinear a partir da publicação de um segundo manifesto, em 03/02/1902, portanto, dois dias após a reunião do Diretório do Partido Republicano, na qual foi votada e lançada a candidatura de Joaquim Paulo.

As forças oposicionistas que até então pareciam inexistir em Alagoas, por um momento parecem despontar com grande alarido naquela arena política, tendo à sua frente, para espanto de todos, o próprio Barão de Traipu que se antes assinalara com sua despedida da vida política através de manifesto público, agora apontava a inconstitucionalidade da reforma promovida por Euclides Malta e as manobras do Partido Republicano de Alagoas, a fim de encaixar o nome de Joaquim Paulo no processo sucessório.

O clima começa a esquentar quando de Penedo chegam notícias de que o Barão ali instalado, também concorreria às eleições para Governador no próximo pleito, ao mesmo tempo em que se inicia pelo principal jornal de oposição do Estado, o *Jornal de Debates* uma campanha persecutória contra Euclides Malta e seu irmão. Essa é a primeira manifestação mais veemente de ataques à supremacia dos Maltas nesses primeiros anos de administração política, o que não foi suficiente para impedir a eleição de Joaquim Paulo para o mandato seguinte.

A participação de Euclides Malta nesse processo, já vinha se fazendo sentir há algum tempo, desde quando influencia sua bancada na elaboração de uma reforma

constitucional de última hora. Pelas novas bases, a Assembléia suprimiu palavras restritivas, que inviabilizavam a eleição do irmão de Euclides, o qual se afastaria seis meses antes do final do seu mandato, esquivando-se, assim, do prazo determinado pela Constituição revisada, o que na verdade nem se verificou, tendo ficado afastado do cargo por apenas 15 dias, conforme veremos adiante.

As manobras conduzidas por Euclides Malta no período podem ser acompanhadas através do discurso acima citado, intitulado *Em Nome da Legítima Verdade*, de autoria do Senador Bernardo Antônio de Mendonça Sobrinho, um senhor de engenho remanescente de tradicional família do Norte de Alagoas desde a época do Império e antigo aliado político de Euclides Malta. Na sessão do Senado da República de 1° de agosto de 1904, poucos dias, portanto, após ter se convertido em oposição àquele chefe da situação política de Alagoas, Bernardo Mendonça manifesta seu repúdio à trama habilidosa urdida pelo ex-governador, para garantir a eleição do seu irmão, de cuja indicação ele também participara já que integrava o diretório do partido, quando da aclamação do nome de Joaquim Paulo para concorrer às eleições para Governador, embora fosse Senador Federal na época.[76].

O procedimento básico estabelecido por Euclides Malta consistiu na Lei da Reforma Constitucional de 06 de junho de 1902, cuja idéia inicial, conforme publicação posterior no jornal *A Tribuna*, tinha como principal proposição, modificações de algumas partes referentes ao Judiciário, cujos integrantes haviam sido prejudicados, na década anterior, pelo Barão de Traipu em decorrência do episódio da sua deposição.

[76] Mendonça Sobrinho, Bernardo Antônio. "Em Nome da Legítima Verdade" **in** Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

Os pontos apresentados para a reforma constitucional em junho de 1902 foram devidamente discutidos e votados pelo Congresso, e encaminhados para nova rodada de votação, em sessão posterior, conforme previsto na Constituição do Estado, que neste caso, amparava-se na própria Constituição Federal.

No que se referia às questões pertinentes ao Judiciário não parece ter havido problemas quanto a alteração do art. 75 da Constituição Política do Estado, que criou dois lugares de Desembargador e facultou a nomeação do Procurador Geral, para o qual foi nomeado o Bel. Antônio Espíndola Ferreira de Oliveira, concunhado de Euclides Malta, já que também se casara com uma filha do Barão de Traipu. Mais tarde, genro e sogro colorar-se-iam em lados opostos da disputa política, em oposição aquele Euclides Malta, marcando um dos momentos de maior ataque à sua administração, conforme veremos adiante.

O ponto mais controverso dentre as modificações propostas e apresentadas no ano seguinte, o qual inclusive não havia sido apreciado, nem votado na sessão anterior, consistia, basicamente, na alteração do art. 55 da Constituição do Estado, que instruía sobre as regras de sucessão, dizendo: *"Não podem ser eleitos governador ou vice-governador os ascendentes e descendentes do governador, seus irmãos e cunhados, durante o cunhadio na época da eleição"*.

Na proposta constitucional encaminhada ao Congresso no ano seguinte, depois de já terem sido discutidas e votadas as bases da reforma, acrescentaram ao texto primitivo dispositivos que viabilizavam a eleição do irmão do Governador, Joaquim Paulo Vieira Malta, já que foram suprimidos o § 4º do artigo 18 e no § 4° do artigo 55, as palavras finais restritivas – 'ou seis meses a ela próximos'. A inconstitucionalidade desse procedimento pode ser comprovada na argumentação do

Senador Mendonça Sobrinho, segundo a qual, "a revogação proposta foi apresentada e discutida na mesma sessão legislativa contra o dispositivo constitucional que manda e determina que a proposta seja apresentada, discutida e votada em uma sessão para ser de novo discutida e votada na sessão seguinte"[77].

Os argumentos de Euclides Malta favoráveis às suas manobras aparecem intercalados no discurso do Senador Mendonça Sobrinho e de modo mais sistematizado no discurso proferido na mesma tribuna do Senado, em 17/08/1904 e reproduzindo em *A Tribuna*, entre os dias 28/08 e 02/09/1904:

Segundo o ex-governador, que ao historiar os fatos da Reforma pouco diverge dos seus opositores, em 1901 foi apresentada ao congresso uma proposta de Reforma constitucional em diversos pontos, entre os quais um que reduzia de quatro a dois meses o prazo a contar do término do mandato do Governador para se proceder à eleição. No ano seguinte, em 1902, as emendas foram votadas e aprovadas por 2/3 da Assembléia. Uma dessas emendas tratava de reduzir o prazo de incompatibilidade do Governador, seis meses antes da época da eleição. Ou seja, enquanto que na proposta inicial o que se discutia era o prazo da eleição, a ser realizada dois meses antes do fim do mandato governamental, nas emendas encaminhadas no ano seguinte, o que estava em questão era a incompatibilidade dos candidatos. Daí a polêmica que se instaura é de ordem jurídica ou de interpretação da lei. Segundo Bernardo de Mendonça: "quer fosse votada a reforma, quer não, a incompatibilidade permanecia de pé, porque a incompatibilidade não era do Sr. Euclides Malta, era do candidato", no caso, seu próprio irmão.

Para Euclides Malta, no entanto, e nesse argumento o ex-governador demonstra

[77] Mendonça Sobrinho, Bernardo Antônio. "Em nome da Legítima Verdade" in Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República.* Brasília: Câmara dos Deputados 1992. p. 69.

sua capacidade de convencimento, a incompatibilidade extinguiu-se com a proposta apresentada no ano seguinte, segundo a qual, foram suprimidos do parágrafo 4º dos artigos 18 e 55, as palavras finais "ou seis meses a ela próximos". Com isso, desde que o Governador em exercício afaste-se do cargo no prazo acertado, deixa de existir o cunhadio[78]. Vejamos nas palavras do próprio Euclides, como essa argumentação procede:

> *Porque razão o legislador prohibiu que o ascendente, descendente, irmão e cunhado, durante o cunhadio, do Governador fosse eleito? Foi exactamente pela presunção de que faltava ao Governador isenção de ânimo para presidir a eleição (...) Argumentemos sob o domínio do preceito primitivo da Constituição: Si o Governador se tivesse retirado do Governo 6 mezes antes, o Sr. Paulo Malta podia ou não ser eleito? Podia; a questão é meramente de exercício...*
>
> *(...)*
>
> *Se o vice-governador não está em exercício, os seus parentes não se acham incompatíveis para a eleição; uma vez, porém que a assuma, tornam-se elles incompatíveis. Logo, é forçoso concluir, quer esteja o Governador em exercício, quer esteja o vice, a incompatibilidade só pode advir para os parentes do próprio exercício.*
>
> *Não tem razão, pois, o Sr. Bernardo de Mendonça, nem quando afirma que a reforma foi feita illegalmente, nem quando recorre ao sophisma de que o não exercício do Governador de então em nada influiria sobre a compatibilidade do candidato. Se este na occasião da elleição não tinha parente algum no governo, como é que estava incompatibilizado?*[79]

Outro argumento desenvolvido por Euclides Malta, contra as acusações do Senador Bernardo de Mendonça Sobrinho, consiste no fato de que, o questionamento

[78] Vale salientar que, segundo Gilberto Freyre, essa valorização excessiva da oratória e da eloqüência, tornou-se um dos principais aspectos da nova ordem social legada pelo Império à República e que foi por esta cultivada, com uma série de outros hábitos sociais de homens do regime anterior. Sendo que na visão daquele sociólogo: "tudo foi contaminado por essa viscosa e contagiosa flor que tendo tido, na Monarquia parlamentar, ambiente favorável ao seu excessivo desenvolvimento de eloqüência, sacra em profana, continuaria, na República presidencial, a florescer, dentro e fora de porta, quase com a mesma opulência dos dias do Império e do parlamentarismo" (Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 124).

[79] *A Tribuna*. "Ainda bem". Maceió, 02/09/1904, Ano IX, nº 2.226, p. 1.

da ilegalidade da Reforma Constitucional, bem como da inconstitucionalidade da eleição governamental, feita mais de um ano depois de apuradas as urnas, é perda de tempo, inclusive porque o próprio Senado Estadual, a quem compete conhecer *de meritis* as questões de constitucionalidade ou não, compatibilidade ou incompatibilidade da eleição governamental; foi quem proclamou, reconheceu e empossou o Sr. Dr. Joaquim Paulo Malta, inclusive com o beneplácito do seu colega de representação no senado, na medida em que ele teria mandado proceder à eleição.

O Senador Mendonça Sobrinho aponta ainda para o despreparo da bancada alagoana convocada para apreciar a matéria. Segundo ele, o Senado era composto em sua maioria de homens leigos nas questões do Direito, desconhecedores, portanto, do conjunto de normas jurídicas vigentes no Estado, bem como das regras que orientam as possíveis alterações na lei. Ele também se encarrega de apresentar os documentos que marcaram essa transição. O primeiro deles, é de autoria do vice-governador, que se mostrou impossibilitado de assumir as funções administrativas a ele delegadas e para as quais tinha sido convocado diante da renúncia de Euclides Malta:

> *Penedo, 2 de abril de 1902*(sic) *– Sr. Dr. Euclides Malta – Minhas cordiais saudações. Ao vosso convite para assumir na qualidade de vice-governador a administração pública do Estado, respondo não me ser possível aceder visto o meu estado de saúde se opor presentemente a que eu exerça qualquer lugar que exija esforço intelectual. Queira aceitar as expressões sinceras do alto apreço e consideração em que vos tem o vosso amigo e correligionário. – Miguel Nunes da Silva Tavares*[80]*.(pp. 77/78)*

Diante dessa recusa, Euclides Malta não tem outra alternativa a não ser recorrer ao Presidente do Senado, o segundo na seqüência sucessória.

[80] Mendonça Sobrinho, Bernardo Antônio de. "Em nome da Legítima Verdade" in Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República.* Brasília: Câmara dos Deputados 1992. pp. 77/78.

Se a princípio a proposta de Euclides Malta de alterar apenas os dispositivos da Constituição Alagoana, no seu art. 56, substituindo a palavra "quatro" por "dois", já parecia arbitrária, uma vez que a constituição primitiva limita e incompatibiliza a eleição de parentes, independente do tempo de afastamento do Governador, no desenrolar do processo da Reforma Constitucional, uma violação ainda maior verificar-se-ia com a supressão, nos § 4º dos artigos 18 e 55, das palavras finais "ou seis meses a ela próximas". Assim sendo, o período de afastamento de Euclides Malta do Governo do Estado, foi apenas de 15 dias, período durante o qual foram realizadas as eleições, ocorridas no dia 12 de abril de 1903.

Sob esse aspecto torna-se mais elucidativa a alegação do Senador Mendonça Sobrinho contra a suposta legalidade da manobra dos Maltas, segundo a qual, o simples fato do Governador ter transmitido o cargo, não desaparece a incompatibilidade prevista na Carta Constitucional do Estado, ainda mais nas condições em que foi feita. Segundo ele, além da disjunção com a Constituição Federal[81], O que se verificou em Alagoas, foi a usurpação de um direito por parte do ex-Governador, o qual interpretou a Constituição Estadual de modo particular com a finalidade de dar uma aparência de honestidade ao ato arbitrário de reforma.

> Entre as conseqüências dessa manobra consta, portanto, a ruptura política com seu sogro e preceptor, o Barão de Traipu, que inclusive inviabilizou a substituição de Euclides Malta quando do seu afastamento do poder, pelo seu vice, Coronel Miguel Nunes da Silva Tavares, grande latifundiário e correligionário do

[81] A Constituição Federal contabiliza apenas Presidente ou vice-presidente da República que estiver em exercício dois anos antes da terminação do período governamental, com seus afins consangüíneos até o segundo grau no caso de estar em exercício aquele Presidente ou vice-presidente. (Cf. Mendonça Sobrinho, Bernardo Antônio. "Em nome da Legítima Verdade" in Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República*. Brasília: Câmara dos Deputados 1992. p. 77).

Barão.

Desde quando se inicia o mandato de Joaquim Paulo Vieira Malta em 12 de junho de 1903, exatamente pelos artifícios desenvolvidos pelo irmão, a família Malta torna-se alvo de ataques constantes por parte da oposição, embora sem a consistência que a situação exigia. Até então, o canal através do qual o coro dos descontentes manifestava suas objeções era o *Jornal de Debates* principal órgão de oposição a Euclides Malta, e que aparece quase que no início da trajetória desse político. No seu primeiro ano de existência, porém, aquela administração mereceu desse jornal as mais lisonjeiras referências. A partir, mais ou menos de meados de 1901 é que se iniciam os ataques, ignorando-se os motivos que levaram a essa decisão do seu diretor político Dr. Saturnino de Santa Cruz Oliveira. Esses ataques acentuam-se a partir do segundo semestre de 1903, justamente o período em que se verificam as manobras políticas de Euclides Malta para se manter à frente da situação administrativa. É por essa época que assistimos a tentativa de empastelamento desse jornal.

Depois o jornal passaria a funcionar sob o patrocínio do Barão de Traipu e de seu genro, Antônio Espíndola Ferreira de Oliveira, na época já inimigos ferrenhos de Euclides Malta. Contudo, aos poucos o jornal vai perdendo sua importância como órgão oposicionista em função da criação, em 16 de setembro 1904, de um outro órgão de imprensa, o *Correio de Alagoas*, patrocinado pela mesma dupla, tornando-se o instrumento de divulgação das idéias do também recém criado Partido Republicano de Estado, versão oposicionista do antigo Partido Republicando de Alagoas. Em junho de 1905, depois de inúmeras interrupções, o proprietário do *Jornal de Debates* resolve suspender definitivamente sua publicação e segue para o Rio de Janeiro, cabendo ao *Correio de Alagoas* a responsabilidade pelos ataques a Euclides Malta, que terminaria por

empastelá-lo em julho de 1906, já no exercício de seu segundo mandato.

Temos, então, que durante o mandato de Joaquim Paulo, a presença de uma oposição que antes só esbravejava através da imprensa, aos poucos vai adquirindo força e aglutinando nomes de peso da política local, em torno de um novo partido que se autoproclamou de o verdadeiro Partido Republicano do Estado. Esta nova agremiação reuniu um grupo de pessoas insatisfeitas e dispostas a formar uma oposição ao Governo Estadual. Entre os nomes inscritos no Manifesto Político publicado no *Jornal de Debates*, em 07/07/1904, ou seja, mais de um ano após o inicio do mandato de Joaquim Paulo como Governador, constava o nome de antigos aliados do Partido Republicano de Alagoas, entre os quais, o de José de Barros Wanderley de Mendonça, ex-Intendente Municipal de Maceió, durante a primeira gestão governamental de Euclides Malta, além de ter se tornado deputado Federal sob os auspícios daquele chefe político. Mais tarde Wanderley de Mendonça, iria reatar os laços políticos com Euclides Malta e protagonizar um dos maiores escândalos da Era dos Maltas, sobre o qual voltaremos a tratar em momento oportuno[82].

> Contudo, a autonomia política do Partido Republicano em nenhum momento esteve ameaçada, a exemplo das sucessivas eleições realizadas no período. Desde a saída de Euclides Malta do Executivo, em 12/06/1903 até seu retorno a esse posto quatro anos depois, foram realizados em Alagoas doze pleitos para Conselheiros Municipais, entre os quais Intendentes e vice e; para Senadores e Deputados, Federais e Estaduais, inclusive, com sua própria eleição para o Senado Federal em setembro de 1903, na vaga deixada pelo irmão, bem como a reeleição para o Executivo Estadual em 12/04/1906. No mais das vezes, as vagas foram preenchidas por cumprimento do mandato do ocupante anterior, mas também por falecimento dos

[82] O afastamento de Wanderley de Mendonça das hostes do Partido Republicano chefiado por Euclides Malta e, por conseguinte o acirramento dos ânimos entre os dois, foi por uma curta temporada. Inicia-se com a sua adesão, juntamente com seu irmão, Bernardo de Mendonça Sobrinho, ao partido recém-criado pelo Barão de Traipu em 20/07/1904 e conclui-se com as tentativas de reaproximações promovidas pelo Sr. Manoel Sampaio Marques, na época Intendente da capital, entre as quais a promoção de jantares íntimos oferecidos em homenagem aos dois desafetos; coincidentemente, logo após o falecimento do senador Bernardo de Mendonça Sobrinho. (*A Tribuna*, Maceió, 21/03/1906. Ano XI, nº 2658, p. 1).

titulares do cargo e até mesmo por renúncia ao partido, fato que se verificou principalmente a partir da memorável reunião política de 20/07/1904 e que resultou na suposta "reorganização" do Partido Republicano de Alagoas, sob a batuta do Sr. Barão de Traipu.

O fato de Euclides Malta manter essa superioridade política em Alagoas, pelo que foi demonstrado nas sucessivas vitórias nos pleitos realizados do grêmio sob sua coordenação, deve-se menos à presença efetiva de uma oposição combatente do que ao modo como se procediam as eleições no Estado, de um modo geral:

> *Amanhã o Governador manda realisar em todo o Estado a farsa eleitoral que sancionou a nomeação dos cidadãos que hão de formar para o anno vindouro o congresso legislativo. Como essa comédia se faz toda gente sabe. Na capital ainda há um simulacro de eleição, abrem-se as secções e o funcionalismo estadual e municipal comparece às urnas para dar os votos aos candidatos officiaes. O eleitor independente, desde que se convenceu que a sua cédula não é apurada absteve-se do direito do voto, para não sancionar a comédia eleitoral.*
>
> *Nos municípios não há mesmo esse arremedo de eleição; as actas são lavradas na véspera e às vezes com antecedência de 15 e mais dias; nem as casas destinadas às reuniões dos eleitores são abertas*[83]

A partir da criação desse novo partido, e com as cisões que ele provocou nas hostes do antigo Partido Republicano chefiado por Euclides Malta, o debate transfere-se para a Capital Federal, onde antigos aliados, agora ocupando lugares distintos da tribuna, atacam-se a cada sessão, a exemplo do já mencionado discurso do Senador Bernardo Antônio de Mendonça Sobrinho. Os motivos vão deste a suposta traição do Barão de Traipu pelo seu genro, até as reformas da Constituição alagoana e a ilegalidade da eleição de Joaquim Paulo. O grau de acirramento das

[83] *Correio de Alagoas*. "Comédia Eleitoral". Maceió, 31/10/1904. Ano I, nº 38, p. 1. Na transcrição das notas de jornal do período, optamos por conservar a grafia original.

querelas políticas e a constante utilização por parte dos políticos alagoanos das tribunas da Câmara dos Deputados e da Assembléia dos Senadores na Capital Federal, entretidos na faina de esmiuçar a política estadual de Alagoas, chega a tal ponto, que os jornais do Rio de Janeiro passam a denunciar a inutilidade daquelas discussões:

> *Cousas da Política – O chamado caso de Alagoas não tem razão de occupar a attenção do público, e menos de tomar mais tempo aos trabalhos da Câmara e do Senado (...)*
>
> *O que alli occorreu nada mais é do que se tem passado nos demais estados, com as devidas excepções* (Jornal do Brasil, Rio de janeiro, 03/09/1904)[84]

A partir da composição das chapas para o triênio 1906/1909, quando chega o momento de acertar a substituição do então Governador, novos enfrentamentos entre antigos desafetos reacendem-se, inclusive com o ressurgimento naquela arena política do ex-Governador do Estado, Gabino Besouro, concorrendo pela oposição à vaga aberta no Executivo Estadual.

A renúncia definitiva de Joaquim Paulo ao cargo de Governador, acontece apenas doze dias antes do pleito, no dia 31/03/1906, embora desde o dia 1º/11 do ano anterior, ele já se encontrasse afastado do exercício do cargo, do qual fora licenciado para ir tratar pessoalmente no Rio de janeiro de sua candidatura ao cargo de Juiz Seccional, "respeitando sempre o modelo constitucional", conforme atesta *A Tribuna*. Quem assume é o vice-governador eleito Cel. Antônio Máximo da Cunha Rego, o qual permanecera no poder entre os dias 01/11/1905 e 12/06/1906, quando Euclides Malta assume seu segundo mandato.

[84] *A Tribuna.* "Política Alagoana". Maceió, 10/09/1904. Ano IX, nº 2229, p. 1.

Na alegação da constitucionalidade da reeleição do eminente chefe da política alagoana para o período em tela, o cronista d'*A Tribuna* apresenta em favor de Euclides Malta o seguinte argumento: Assim como nas constituições norte-americana e francesa, "o artigo 46 de nossa Constituição (...) firma o mesmo princípio do artigo 43 da Constituição Federal, isto é, que o Governador Estadual, do mesmo modo que o Presidente da República, não pode ser reeleito para o período governamental immediato", sob a justificativa de que "cada um poderia por a serviço de sua eleição a sua influência e prestígio". O que se verificava naquele momento, segundo o mesmo cronista, era algo de ordem distinta, "admitindo que o cidadão investido das funções presidenciais possa exerce-la mais de uma vez, contanto que haja apenas a intercalação de um período constitucional". Dito de outro modo, "reelegível três anos depois de terminado o seu mandato".[85]

Se no plano da argumentação da legalidade da candidatura à reeleição parecia existir um certo consenso, no campo da disputa eleitoral, a situação não chegou a ser tão tranqüila:

> *"A Eleição de Euclides Malta, apoiado pela máquina do Governo e com a força dos coronéis do interior, não é aceita pela oposição. Em Maceió, domina a anarquia. Ocorrem incidentes graves em toda a cidade (...) havia quem duvidasse da posse de Euclides (...) Alfredo de Maya é escolhido para percorrer o interior do Estado e manter contato com os velhos chefes governistas. Tratava-se de mudar a capital, em caso de necessidade, para o sertão, enquanto desceriam os homens armados pelos coronéis na direção de Maceió (...) Esta manobra teve resultados práticos, pois permitiu (...) a posse de Euclides, embora acompanhada pelos protestos da imprensa e do comércio pela insegurança que havia provocado na*

[85] *A Tribuna*, "Actualidade política". Maceió, 10/04/1906, Ano XI, nº 2.675. pp. 1-2.

capital[86]*. ".*

Esta não seria a primeira vez que bandos armados ameaçavam invadir a capital, a fim de garantir o ingresso ou a permanência de algum político no poder[87]. Parte desse batalhão de homens armados era constituído daqueles mesmos detentos que vez por outra, sobretudo na semana-santa o Governador do Estado, usando das prerrogativas que o seu cargo lhe conferia, perdoava o resto da pena a que foram condenados.

Gentilezas dessa natureza não passavam despercebidas pelo jornal oposicionista, *Correio de Alagoas,* o qual se manifestava, reforçando a idéia de que por trás de tal beneplácito ocultavam-se intenções bem mais capciosas do que as de apenas favorecer com a liberdade, indivíduos que pelo seu bom comportamento na prisão mereceram a graça do perdão.

O clima de tensão verificado na capital durante o processo sucessório é agravado pela presença daqueles "facínoras beneficiados pela munificência governamental", os quais, em momento oportuno e quando solicitados, concorriam juntamente com o Batalhão Policial para garantir a ordem, reprimindo qualquer manifestação contrária ao Governador ou aos chefes políticos a ele associados, conforme já insinuara o mesmo jornal de oposição[88].

Era essa, portanto, a atmosfera política na capital, quando se deu um dos confrontos mais violentos entre representantes de forças políticas oponentes. Estamos nos referindo ao incidente ocorrido na madrugada do dia 02 de maio de 1906, quando num dos

[86] Pedrosa, José Fernando de Maya. *Alfredo de Maya e seu tempo*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969. p. 33.
[87] Outra ocasião em que se verificou situação parecida foi na disputa política entre duas famílias, Sinimbu e Tavares Bastos, que ficou conhecida como Guerra dos Lisos e Cabeludos. O momento de maior tensão nesse conflito, ocorreu quando tropas revoltosas a serviço de Tavares Bastos invadem a capital e forçam a retirada temporária do Presidente Provincial, na época, em 1844, Bernardo de Souza Franco, acusado de prestar apoio ao inimigo político, Barão de Sinimbu. O presidente recolheu-se a bordo de um navio ancorado na costa, enquanto aguardava o retorno da tranqüilidade.
[88] *Correio de Alagoas*. "Paulo Malta, o magnânimo". Maceió, 27/04/1905. Ano 1, nº 92. p. 1.

pontos centrais da capital, o cruzamento das ruas do Comércio e Moreira Lima, antiga do Açougue, local na época conhecido como Quatro Cantos, deu-se o fortuito encontro entre o coronel Salustiano Sarmento, comandante do Batalhão Policial, que na ocasião visitava os diversos pontos de patrulhamento da cidade, reforçados pelos boatos alarmantes de perturbação da ordem por membros da oposição, e o bacharel Miguel Omena que, segundo a crônica do jornal *A Tribuna*, "vinha acompanhado de numeroso grupo de *cangaceiros* armados em atitude agressiva". Resultou desse inesperado encontro, luta violenta e troca de tiros entre as partes, da qual saíram feridos, o comandante do Batalhão Policial e três praças que tomaram parte na peleja. Quanto ao outro grupo liderado por Miguel Omena, parece nada ter sofrido, já que todos conseguiram escapar ilesos[89].

Vale ressaltar que esse advogado já vinha há algum tempo ganhando notoriedade pelo modo intrépido com que desafiava o poder estabelecido. Sua ação fez-se notar desde 1903, quando impetra os primeiros *habeas corpus* contra prisões irregulares e tratamento injusto de presos comuns praticados pela polícia local, além de se constituir num dos críticos mais acerbos da administração maltina. Foi, sem dúvida, em decorrência desse arrojo que ele viria mais tarde inspirar muitas das facções oposicionistas do Estado, uma das quais decidiu homenageá-lo dando o seu nome à agremiação: "Liga dos Republicanos Combatentes em homenagem a Miguel Omena", entidade cuja atuação anos depois viria provocar grande estardalhaço. Depois daquele incidente, instaura-se na capital verdadeiro estado de sítio. No dia seguinte, por exemplo, as principais ruas da cidade foram ocupadas pelas forças militares, em busca do jornalista que conseguira escapar, juntamente com seus

[89] *A Tribuna*. "Planos de sedição". Maceió, 03/05/1906. Ano XI, nº 2.692, p. 1.

seguranças e o comércio manteve suas portas fechadas[90].

Mas esse não seria o único episódio violento verificado no período. Depois que assumiu seu segundo mandado como chefe máximo do executivo, Euclides Malta enfrentaria outras turbulências. Uma delas foi o acirramento em torno da disputa para a vaga aberta no Senado Federal com a renúncia do próprio Euclides Malta, quando assumiu as funções de Governador do Estado. A indicação feita pelo Diretório do Partido Republicano foi do nome de J. J. Seabra, o qual "foi eleito sem que conhecesse o Estado ou fizesse o menor esforço para tal ou sequer tivesse vindo participar da campanha[91]". O pleito ocorrido no dia 1º de setembro de 1906 seria cancelado pela Comissão de Verificação dos Poderes, do Senado, e a eleição do político baiano por Alagoas revogada. Isso em decorrência das pressões exercidas junto ao Presidente da República e políticos proeminentes da Capital Federal, por parte principalmente do candidato oposicionista derrotado, Leite e Oiticica.

Embora o candidato recomendado pelo Partido Republicano para a nova eleição de 09/03/1907, no caso, Joaquim Paulo Vieira Mello, tenha sido eleito, concorrendo contra o mesmo Leite Oiticica, a anulação do pleito anterior já indicava o fortalecimento da oposição em Alagoas. Tanto que na mensagem enviada à reunião do diretório do partido para a escolha das candidaturas de representantes federais pelo Estado, Euclides Malta exime-se de indicar um outro nome para concorrer ao cargo vago.

Antes disso, em 1906, pouco depois de ter assumido pela segunda vez o mandato de Governador do Estado, Euclides Malta manda empastelar o jornal oposicionista

[90] Na denúncia oferecida pelo Promotor Público da Capital, Dr. Ferreira Pinto, ao Juiz Substituto da 2ª Vara, além de Miguel Omena, constam os nomes de seis indivíduos acusados como autores do referido atentado: Tertuliano José de Queiroz, conhecido por Terto, Henrique Pereira dos Santos, José Caboclo, Ursulino de tal, João Maia e Antônio Dantas. (*A Tribuna*. Maceió, 08/05/1906. Ano XI, nº 2.699, p. 2).
[91] Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997. pp. 102.

Correio de Alagoas; o único que nos últimos três anos apresentara uma oposição mais sistemática às suas manobras políticas. Aliás, esses primeiros meses de sua administração estiveram marcados por forte tensão. Em parte, devido aos boatos espalhados pela cidade de que sua cabeça encontrava-se a prêmio, como também, pelo grande número de nomeações verificadas no Batalhão Policial, motivo pelo qual a cidade viu-se tomada, por alguns dias, pela presença de homens vindos do interior, sob a justificativa de garantir uma transição política tranqüila e sem surpresas.

No mais, este segundo mandato correu como os demais, em meio a muitas negociatas e transações de caráter duvidoso, como por exemplo, uma nova reforma na Constituição do Estado, que garantiria a Euclides Malta sua reeleição para o último e definitivo mandato, repetindo medidas semelhantes já tomadas em outros estados como o Pará, Ceará, Pernambuco, locais onde também predominava o mesmo estilo autocrático de fazer política. O teor dessa reforma pode ser acompanhado através de matéria publicada em 09/06/1908, pelo jornal *a Tribuna*, no qual é publicado o parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aprovado unanimemente em sessão do dia 04/06 daquele mesmo ano, o projeto nº 44 de Reforma da Constituição do Estado aprovado em três discussões pela Câmara dos Deputados.

Entre as principais alterações dessa reforma destacam-se as adaptações do Art. 43 ao critério do Art. 32 da constituição Federal, extinguindo assim a inatividade nas funções políticas que caracterizam o cargo de vice-governador; transporta para o Art. 44 a ordem de substituição do chefe da Procuradoria do Estado, na falta do vice-governador pelo vice presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Deputados, excluindo porém o Presidente do Tribunal Superior por motivo constitucional; permite a renovação do mandado de Governador mediante duas condições: a) o voto espontâneo dos municípios,

no caso 2/3 do Conselho Municipal; e b) O sufrágio de 2/3 do eleitorado que concorrer ao pleito e; alteração do art. 46, o qual manda proceder nova eleição dentro de 20 dias, caso não tenha sido possível reunir o candidato, os 2/3 do sufrágio a que se refere o item acima. Além desses artigos, também foi modificado o artigo seguinte:

> *Art. 56 - Em vez de* - 2 meses antes de terminar o mandato - *diga-se* - 3 meses antes de terminar o mandato, ficando redigido assim:
>
> *A eleição de Governador e vice será feita simultaneamente em todo o Estado por voto popular direto 3 meses antes de terminar o mandato do que estiver em exercício*.

Como se vê, esta articulação de Euclides Malta com a Assembléia Legislativa do Estado parece ter extrapolado o que antes já era considerado puro arbítrio. Os artigos em questão sofreram as alterações vistas, com a finalidade de permitir sua permanência no poder por mais um mandato (1909/1912). Tanto no Art. 46, em que a possibilidade de reeleição por voto popular direto é assegurada, fato pioneiro na história das sucessões do Executivo no Estado; quanto no Art. 52, cujo parágrafo suprimido é exatamente o que inviabilizava sua candidatura, fica clara a demonstração de poder de manobra de Euclides Malta, a ponto de dobrar a Assembléia, bem como sua persistência em se manter à frente do Executivo.

Em 12 de março de 1909, Euclides Malta é reeleito, sem "o protesto sequer de um voto que discrepasse da unanimidade da votação". A oposição, como era de se esperar e se utilizando dos recursos disponíveis, contesta e denuncia o modo suspeito como foram realizadas essas eleições, sem no entanto, obterem eco aos seus reclames. Durante essa sua segunda administração de Euclides Malta, o Partido Republicano dominava quase absolutamente, tanto as cadeiras da Assembléia Legislativa, como as chefias municipais, diga-se de passagem, os cinqüenta e um órgãos espalhados pelo estado, cuja unanimidade em favor da indicação do nome de Euclides Malta é que teria garantido a constitucionalidade da reeleição. No entanto, as condições de governabilidade pareciam

cada vez mais insustentáveis:

> *A calmaria não durou muito. A própria reeleição de Euclydes, a 12 de março de 1909, com a não concorrência de candidato oposicionista, emprestara aspecto antipático à manobra continuísta (...) cresciam as suspeitas de corrupção nas fileiras governamentais. Nas ruas comentava-se abertamente o assunto (...) o Governo, apesar de não estar enfrentando uma oposição bem organizada, desprestigiava-se a olhos vistos e chegava rapidamente à desmoralização*[92].

É no rol desses acontecimentos que surge o movimento salvacionista, o qual está diretamente associado, em nível nacional, à campanha eleitoral para sucessão de Afonso Pena em 1910, cujo principal nome era o de Hermes da Fonseca, com o apoio fundamental de Pinheiro Machado, antigo aliado na capital da República, de Euclides Malta. Segundo Douglas Apratto Tenório, a parte crítica da questão reside no fato de que, se inicialmente as oligarquias regionais foram responsáveis pelo fortalecimento, no quadro nacional, do sistema federativo, diante desse retorno dos militares à cena política, sua presença tornou-se um empecilho aos ideais renovadores apregoados pelo candidato eleito, Hermes da Fonseca.

O caso mais evidente da ruptura de antigos setores oligárquicos contra aqueles que ainda se mantinham governando nos Estados, é o de Pinheiro Machado, criador do Partido Republicano Conservador o qual congregou, ainda que provisoriamente e sem muito entusiasmo, os setores oligárquicos nos Estados. Diante do fracasso do seu projeto, Pinheiro Machado vê-se às voltas com a campanha salvacionista, à qual adere, sacrificando antigos aliados a fim de assegurar seu prestígio junto ao Presidente eleito.

Foi por sua influência que Euclides Malta prestou apoio à candidatura de Hermes da Fonseca. Porém, quando a campanha antioligárquica desencadeia-se, a cabeça desse

[92] Pedrosa, João Fernando de Maya. *Alfredo de Maya e seu Tempo*. Maceió: Gráfica S. Pedro, 1969. pp. 40/41.

governante seria uma das primeiras a rolar. Apesar de que, segundo o mesmo historiador, quando da primeira destituição de Euclides, entre os poucos que lhe apoiaram na capital Federal estava Pinheiro Machado e o próprio Presidente Hermes da Fonseca.

Mas a campanha sucessória nos Estados, entre fins de 1911 e começo de 1912, assumira uma feição que não tinha como ser modificada. Como atesta a historiografia local, o período estava bastante tumultuado em Alagoas:

> *Surgem nos bairros populares da capital, os primeiros núcleos de oposição (...) Cresce a força dos jornalistas, dos estudantes, dos bacharéis, dos artistas, dos oradores de comícios que, unidos no vigor antigovernamental, cavalgam suas ambições junto com as promessas transformadoras*[93].

A candidatura do General Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino da Fonseca, primeiro Governador Republicano de Alagoas e parente do presidente Hermes da Fonseca, de cujo Gabinete Militar era Chefe, apresenta-se como a mais concorrida nesses tempos de retorno do militarismo. Sua adesão às hostes do Partido Republicano já fora tentada por Euclides Malta em suas inúmeras viagens à Capital Federal. Contudo, quem acabou conquistando sua confiança foram os oposicionistas do Partido Democrático e sua candidatura, segundo Tenório, contagiou diversos segmentos da sociedade, desde os coronéis do interior, até as camadas médias urbanas, todos empenhadas no mesmo projeto político, qual seja, a derrubada da oligarquia maltina, atualizando em Alagoas sob o nome de "soberania", o movimento que em nível nacional convencionara-se chamar "Salvação"[94].

A situação tornara-se insustentável para Euclides Malta que vê seus projetos e correligionários minguarem a cada dia. Os poucos remanescentes desse período áureo

[93] Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997. pp. 112/113.
[94] Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997. p.114.

buscam encontrar alternativas para a crise, nos freqüentes encontros na Chácara Angélica, residência do amigo fiel Coronel Paes Pinto, espécie de quartel general dos companheiros mais resolutos.

O quadro agrava-se ainda mais com o surgimento, no dia 17 de dezembro de 1911, da Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena, sob os auspícios de Fernandes Lima, outro importante articulador da oposição no Estado, e um dos principais responsáveis pela derrubada de Euclides Malta do poder. É com o aval desse líder oposicionista que a Liga irá espalhar o terror em Maceió.

Se as condições de governabilidade já se encontravam afetadas pelo clima de animosidade semeado pela oposição, com a instalação da Liga, o combate e as perseguições tornam-se mais efetivos e concretos. Eles fecharam estabelecimentos públicos, distribuíam boletins insultuosos contra os partidários do *Legba*[95], afugentavam inimigos políticos nas ruas e em suas próprias casas, forçando muitos deles a escapadas vexatórias pelos fundos das residências, como foi o caso do Intendente e do vice e depois o próprio Governador.

A primeira vez, em fins de janeiro, quando depois de enfrentam e desarmarem a guarda do Palácio do Governo, forçam-no a também escapar pelos fundos e viajar até o vizinho Estado de Pernambuco, em busca de refúgio, local em que permanece por mais de um mês, em constante contato com a Capital Federal, aguardando garantia policial para retomar o poder.

No dia 10 de março, por volta do meio dia, Euclides Malta volta a Maceió, protegido por um forte aparato policial, que contou com a presença do General Olympio

[95] O significado do termo Leba ou Legba e a razão porque Euclides Malta e seus correligionários foram associados a essa entidade do panteão afro-brasileiro serão discutidos em tópico posterior.

da Fonseca e luzida guarda de honra. Sua chegada é bastante tumultuada. O clima de terror, força o comércio a cerrar suas portas, a Companhia de Trilhos Urbanos suspendeu o tráfego dos veículos e nos lugares em que o cortejo passava, entre o desembarque no Porto do Jaraguá e o Palácio dos Martírios, a população agressiva insultava a comitiva, enquanto os sinos das igrejas dobravam os finados. No mesmo dia, depois de ter assumido suas funções, Euclides Malta sofre novo revés.

Às cinco e meia da tarde, depois de percorrerem as principais ruas do centro, uma massa popular que integrava o Centro Cívico Alagoano Pró-Clodoaldo, concentra-se na praça dos Martírios em frente ao Palácio do Governo, onde seria realizado um *meeting*. Tendo resistido à intimação dos soldados do 8º Batalhão, para que interrompessem aquele comício e à conseqüente ordem de prisão contra suas lideranças, os manifestantes entraram em confronto com a força policial, composta naquela ocasião por não mais que 80 soldados, "comandados pelos alferes Paes, um negro típico, um perfil de bantu, como rotundo fetiche fiel ao Governador[96]". Resultou dessa troca de tiros, vários feridos, entre eles o Tenente Brayner, nomeado por Euclides Malta para o cargo de Secretário do Interior e que viria a falecer dias depois; o Major Jatobá e o auxiliar do comércio João Carlos de Albuquerque. Contudo, causou maior comoção entre os manifestantes a morte do poeta e orador Bráulio Cavalcante, jovem liderança oposicionista de Alagoas, recentemente chegado a Maceió poucos dias após ter concluído o Bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade do Recife.

Nos dias seguintes, a cidade esteve sob forte tensão: O comércio manteve suas portas cerradas; a companhia dos Trilhos Urbanos e a Great Western aderiram ao movimento, suspendendo o tráfego dos seus veículos, além da Companhia das Águas,

[96] Accioli, Luiz. *Biographia do Dr. Bráulio Cavalcante*. Maceió: Lithografia Trigueiros, 1912. p. 24.

enquanto a população enfurecida, continuava realizando suas manifestações públicas, dentre as quais o funeral de Bráulio Cavalcante, acompanhado por cerca de 8 mil pessoas, transformou-se num grande ato de protesto.

Na manhã do dia treze, um dia depois de realizada a tão aguardada eleição, quando o resultado já estava mais ou menos definido e a vitória dos candidatos oposicionistas, assegurada, o Revmº Manoel Lopes, preclaro diocesano, dirigiu-se ao Palácio dos Martírios onde convenceu Euclides Malta a renunciar. Só então a vida voltou ao normal na Capital.

c) Implicações do empréstimo externo

"Nasceu espúria a cidade no pátio de um engenho colonial". Assim se refere à origem de Maceió, um cronista local, que escreveu sobre o aparecimento da Capital e seu desenvolvimento ao longo do tempo, o qual esteve sempre marcado pelo marasmo e pela lentidão, apesar de sua localização geográfica privilegiada, à margem do ancoradouro e hoje porto de Jaraguá, bem como pela condição de importante empório das áreas do sertão e da zona da mata[97].

A cidade só aos poucos foi perdendo sua fisionomia rural, para dar vez ao comércio como atividade principal. Após a criação da vila, o modesto povoado assiste a um significativo impulso de progresso. Ainda na segunda década do século XIX, mais especificamente após a conquista da autonomia política pela nova capitania, em 1818, o povoado já alcançara um desenvolvimento social e econômico razoável, motivo pela qual o primeiro presidente da província, Melo e Povoas, não se furtou em iniciar a transferência da sede do governo da capitania, fato este que suscitou intenso conflito com os moradores da vila de Alagoas, antiga cabeça da comarca e só implementado pelo Governador

[97] Costa, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Sergasa, 1981. p. 2.

Agostinho Neves em 1839.

Até pouco mais da metade do século XIX, Maceió continuava uma aldeia crescida e o Estado de Alagoas um aglomerado de pequenas povoações que sobreviviam da agricultura e da pecuária. A partir da administração de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1868/1871), assiste-se a um grande surto de desenvolvimento e remodelação da cidade, contudo, ainda bem distante dos padrões ideais de urbanização: "Em 1868 os dois bairros em que a cidade se dividia – Maceió e Jaraguá – tinham cinqüenta e três ruas, uma travessa, seis praças e algumas estradas arruadas: Trapiche da Barra, Mutange, Frechal, Mangabeiras e Cruz das Almas. Contava a cidade com seis igrejas e alguns edifícios públicos"[98].

Parece, porém, que o grande impulso urbanístico em Maceió, só teria se verificado na primeira década do século XX, justamente o período que nos interessa, porque marca também a atuação de Euclides Malta à frente do governo do Estado. Até 1900, por exemplo, a cidade ainda conservava as marcas dos tempos imperiais, sobretudo do Segundo Reinado, que é de quando data sua existência efetiva.

A partir da administração de Euclides Malta, a cidade assiste a uma alteração significativa em sua paisagem geográfica, promovida, principalmente, por uma série de construções de prédios públicos, pelo incremento de serviços urbanos e de um conjunto de trabalhos necessários para dotar a cidade de infra-estrutura básica. Durante as sucessivas gestões administrativas desse governante, foram realizadas inúmeras obras públicas como, o Palácio do Governo, cuja construção fora iniciada ainda em 1894, na administração de Gabino Besouro e só inaugurado no dia 16/09/1902; e reforma de outros prédios e patrimônios públicos como o Quartel do Batalhão Policial (17/01/1902); o Mercado Público em 1902; a Santa Casa de Misericórdia; da Ponte de Desembarque, em Jaraguá; a inauguração do edifício da Intendência (16/01/1904). Grande parte desses projetos foi

[98] Costa, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Sergasa, 1981, p. 180.

concebida, inicialmente, sob a orientação do arquiteto Luiz Lucariny, e após sua morte, pelo seu filho, ambos acusados pela oposição de se beneficiarem dos privilégios concedidos pelos Maltas aos seus protegidos.

A ênfase principal dessas administrações, contudo, parecia estar no "formoseamento" e embelezamento das praças e jardins públicos, melhoramento da iluminação e calçamento das ruas principais, arborização de avenidas centrais, ou seja, medidas mais voltadas para o maquiamento da cidade, em detrimento de obras de infra-estrutura voltadas para a solução dos problemas relativos à saúde pública, comuns a qualquer capital da federação, desde o fim do Império brasileiro. Diga-se de passagem que essa indiferença dos governantes e moradores para com as medidas de ordem sanitária compatíveis com o aumento da população e da edificação urbana, não foi uma exclusividade de Alagoas[99].

É em função dessa estratégia de embelezamento da cidade através da construção de praças públicas e melhoramento das vias públicas que uma série de novos hábitos passam a se desenvolver na Capital, grande parte deles ligados à exploração e ocupação à título de lazer e socialização, do espaço das ruas, considerado até então, reduto exclusivo daqueles segmentos considerados marginais.

É no bojo dessas transformações que uma série de novos hábitos sociais são introduzidos na pacata cidade, dentre os quais destacam-se as concorridas apresentações das companhias teatrais vindas de outras localidades ou das próprias sociedades dramáticas locais nos principais teatros locais, principalmente o Teatro Deodoro,

[99] Vejo o caso de "atraso da Bahia" mencionado por Freyre, Gilberto. (*Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990. pp. 211/212). Em tempo, essa preocupação das autoridades com a saúde pública, resultando em medidas emergenciais de saneamento, só despontava quando alguma epidemia ameaçava tomar a cidade de assalto, tais como a tuberculose e a varíola, duas das principais infecções que assolaram aquela comunidade durante a "era dos Maltas". Isso sem contar que, as providências eram tomadas restringiam sua ação à capital, continuando os demais municípios à mercê dessas intempéries.

inaugurado durante a segunda administração de Euclides Malta. Esse hábito mais tarde seria alternado com as sessões dos cinemas Delícia, da empresa *Cinematographo* do major Carneiro Tiririca, com suas esplêndidas fitas de "surprehendente effeito e de actualidade" exibidas no Teatro Maceioense; os concertos realizados pelo novo aparelho *phonographo* na Confeitaria Helvética; os passeios dominicais nos bondes da CATU (Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos), o *footing* na rua do Comércio, principal artéria da cidade; os saraus organizados pelas inúmeras associações, entre as quais o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió; os chás dançantes da Terpsychore Jaraguaense e Phenix Alagoana, importantes sociedades recreativas da Capital; as retretas das bandas música da polícia; e, como não poderia deixar de ser, aquelas situações privilegiados em que a sociedade local se confraterniza e ameniza os antagonismos cotidianos, tais como as festas de igreja, e o carnaval[100].

Vale ressaltar, com relação ao surto de prosperidade das cidades, que esse fenômeno já atestado por diversos pesquisadores em várias localidades, remonta aos últimos decênios que antecedem à proclamação da República e está ligado, por um lado, ao aparecimento de uma série de profissões urbanas liberais e, por outro, às modificações na base da economia que, sobretudo nas capitais, estão relacionadas à substituição da base agrária tradicional, em favor da expansão nos setores urbanos de serviços, sem o impedimento do desenvolvimento de uma economia agro-exportadora. No conjunto, enquanto a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano no período de 1872 a 1890, nas cidades de 50.000 habitantes ou mais, cresceu a 3,7% e as com mais 100.000 habitantes, a 3,1%. No último decênio do século, já na República, a taxa média do

[100] Uma compreensão das principais mudanças verificadas em Maceió nas primeiras décadas do Século XX, em termos de costumes sociais poderá ser obtida com o auxílio da inestimável obra *Maceió de Outrora* de Félix Lima Júnior.

crescimento global da população caiu para 2,2%, enquanto as cidades cresciam a 6,8% e 6,9% respectivamente"[101].

Aliás, diga-se de passagem, que é no quesito crescimento demográfico que vão se darão as transformações de maior peso verificadas em Maceió, no começo do século XX. No ano de 1901, por exemplo, conforme o recenseamento apresentado pelo Delegado de Estatística, essa capital contava com 21.528 habitantes, sem contar os moradores dos distritos que com ela formavam o município, como Jaraguá (9.578), Meirim (3.088) e Ipioca (1.487), perfazendo um total de 35.528 habitantes na capital. Ou seja, 4 030 habitantes a mais do que foi apurado no último censo de 1890[102].

Foi em função de problemas como esse, do crescimento exagerado, aliado a outros de ordem econômica, tais como a falta de capital e a baixa dos preços dos produtos agrícolas no Estado, já reclamados por Euclides Malta em sua primeira mensagem dirigida ao Congresso alagoano, que se fez necessária a implementação de uma medida administrativa que iria marcar toda a sua atuação política dali em adiante. Estamos nos referindo ao propalado "empréstimo externo", operação que já nasceu sob o signo da suspeita, razão pela qual foi desde o início atacada pela oposição, cuja exploração feita do fato, resultou na destituição de Euclides Malta, sete anos depois.

Antes de debruçarmo-nos sobre os meandros dessa negociação, convém ressaltar que, como nos chama a atenção Nicolau Sevcenko, esse período da história foi fértil em

[101] Cardoso, Fernando Henrique. "Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales" **in** Fausto Boris. *História Geral da Civilização Brasileira:O Brasil Republicano:*Tomo III, vol. 1º. São Paulo: Difel, 1977. pp. 19/20.

[102] Convém esclarecer que esses dados não batem com aqueles apresentados no Indicador Geral do Estado, segundo os quais Maceió apresentava-se no mesmo período com uma população de 36.422 habitantes, o que evidenciava, segundo Tenório (*Metamorfose das oligarquias*. Curitiba: Hd Livros, .1997, p.23), o caráter ainda frágil da capital em relação à população geral do Estado que era de 662.672 habitantes, com população próxima a alguns municípios e ultrapassada por outros como Atalaia com 41.224 habitantes; Viçosa com 39.821 habitantes e União com 47.000.

negociações dessa natureza. Tanto em países da Europa e nos Estados Unidos, como em sociedades semitradicionais, de economia quase que totalmente agrícola, como era o Brasil naqueles primeiros anos do século passado. Foi nesse contexto de expansionismo para alguns países, mas de crise econômica e institucional para outros, que iria despontar uma nova elite de jovens intelectuais comprometida com processos de desenvolvimento do Brasil e reestruturação das instituições estagnadas do Império. No interior dessa classe encontrava-se também aquela casta de arrivistas, voltada para o jogo especulativo do mercado de ações, e que tanto estrago causou em fortunas de capitalistas tradicionais, como foi o caso do "encilhamento".

> Não há como negar que a crise decorrente do grande fluxo de capital estrangeiro na economia do Brasil, bem como a fraude no mercado de ações, respingaram na economia dos Estados da Federação. Também é quase certo que a atitude de alguns desses "homens novos", como a esse segmento refere-se Sevcenko, atuaram em Alagoas utilizando-se dos mesmos artifícios usados na capital, ambiente com o qual aliás, havia muito intercâmbio.

O projeto autorizando o governo a contrair um empréstimo de 5 mil contos a fim de "realizar alguns melhoramentos de indiscutível necessidade pública" foi encaminhado à Câmara dos Deputados em maio de 1905. A alegação era de que, assim como outros Estados da União, além do próprio Governo Federal, já haviam recorrido a esse expediente, Alagoas não poderia ficar de fora, haja vista a quantidade de encargos a solucionar. E talvez porque se tratasse de mais uma negociata passível de questionamentos, é que as informações a seu respeito foram sonegadas e as primeiras notícias divulgadas a seu respeito, obtidas através da imprensa oposicionista, no caso, o *jornal de Debates* e o *Correio de Alagoas*, ambos funcionando através do patrocínio do

Barão de Traipu, até aquele momento, inimigo político número um dos Maltas.

O empréstimo foi cogitado durante a administração de Joaquim Paulo, cuja administração esteve marcada pelo esgotamento da riqueza pública, conforme pôde ser constatado não apenas pela imprensa oposicionista, como também pelos próprios relatórios apresentados no período. Aliás, essa tendência à exaustão dos recursos já vinha se verificando, desde o primeiro mandato de Euclides Malta, o qual precisou realizar anteriormente, um empréstimo à Caixa Comercial, no valor de 100.000$000 (cem contos de réis), cujas razões, foram as mesmas apresentadas por ocasião desse novo empréstimo, quais sejam, a necessidade de investimento em saneamento na capital e no interior, com a construção de uma rede de esgotos, melhoramento do serviço de água e iluminação, em Maceió, e organização de um serviço de poços artesianos nas regiões afetadas pela seca.

Mas foi no governo do seu irmão que a situação das finanças do Estado agravou-se. Porém até fins de 1905 o assunto seria temporariamente esquecido. Em outubro daquele ano, por ocasião de uma reunião extraordinária do Congresso Estadual, convocada pelo então Senador Euclides Malta, cujo pretexto inicial seria comunicar o pedido de licença do Governador do Estado, Joaquim Paulo, o qual se afastaria do Executivo a fim de pleitear pessoalmente na Capital Federal sua candidatura ao cargo de Juiz Seccional, outros assuntos de "somenos" importância foram tratados, como por exemplo, a realização do empréstimo:

> *Um dos fins da próxima reunião do Congresso é alterar a Lei nº 434 de 12 de junho deste anno que autorisa o Governador a negociar um empréstimo interno ou externo com o destino exclusivo a vários melhoramentos materiaes; agora o Sr. Euclides Malta quer estender a applicação desse empréstimo, que será de 500 mil libras, a debelação da crise financeira, equilibrando a receita e despeza do Estado (...)*

Esse empréstimo é o sonho dourado do Senador Euclides Malta, tanto que s. exc., oppoz-se a que o negociasse o seu irmão, o actual Governador[103]

Convém destacar que a alteração de que trata essa nota, era de um projeto já aprovado pelo mesmo Congresso, e ao qual fizemos menção acima. Essa articulação, vale acrescentar, é feita sem que qualquer esclarecimento ou mesmo indicação tenha sido feita através dos veículos disponíveis, nem no *ó*rgão oficial do partido, nem nas Mensagens enviadas àquela casa legislativa naquele período. Os meandros dessa transação devem ser buscados nas entrelinhas das informações que as fontes oficiais deixaram escapar. Quanto à negociação propriamente dita, ela de fato só seria articulada concretamente, após a renúncia de Joaquim Paulo, anunciada em 01/11/1905 e, conseqüentemente, com a eleição de Euclides Malta para o seu segundo mandato.

Os preparativos para esse tão decisivo pleito, que se convencionou chamar de "comédia eleitoral", ocupou a atenção da oposição, pela série de "atentados cometidos (...) contra a vida e a liberdade dos pacíficos cidadãos que não se subordinam a nefas da política". Enquanto isso, o Partido Republicano de Alagoas, de maneira sutil, articulava o encaminhamento das primeiras medidas referentes à tomada do empréstimo, as quais não passaram totalmente despercebidas pela redação do jornal *Correio de Alagoas*:

De um prócere da administração dominante do Estado, intimamente ligado ao Governo, ouvimos que está sendo negociado em Londres, por intermédio do Conde de Gosting um empréstimo até 500 mil libras esterlinas. A esse titular já foi enviada, esta semana, a procuração que autorisa, em nome do Governo, a levantar o desejado empréstimo, em torno do qual carvoeja o interesse de muita gente...[104]

É claro que muitas dessas denúncias revelavam uma preocupação muito maior por

[103] *Correio de Alagoas*. "O Empréstimo". Maceió, 19/10/1905. Ano II, nº 233, p. 2.
[104] *Correio de Alagoas*. Maceió, 30/0371906. Ano III, nº 361. p. 2

parte da oposição com os rumos da política, os quais apontavam para um novo mandato de Euclides Malta e com o poder que ele reuniria de posse desses recursos, do que com as finanças do Estado propriamente ditas. E foi o que de fato verificou-se. Eleito em 12/04/1906, dois meses depois, aquele político assumiria novamente a gestão dos negócios do Estado, com bastante disposição para pôr em prática seus planos de restauração do crédito financeiro, de reformas e melhoramentos materiais[105].

Um dos passos decisivos nesse sentido foi a montagem do quadro de secretários, entre os quais passou a constar bem depois, o nome de um antigo aliado, recentemente reintegrado aos quadros situacionistas, após uma breve dissidência. Estamos nos referindo ao engenheiro Wanderley de Mendonça, cuja reaproximação de Euclides Malta, depois de se manter afastado do Partido Republicano de Alagoas, por influência de seu falecido irmão Raymundo de Miranda, que cedo engrossou as fileiras oposicionistas montadas pelo Barão de Traipu entre 1902 e 1903, já vinha se verificando desde março de 1906.

Wanderley de Mendonça seria uma espécie de pivô dessa transação externa que provocou grande celeuma e que resultou em tantas indagações por parte da oposição. Lembrando que sua participação no poder ou os benefícios que sua condição de legítimo representante das oligarquias alagoanas legaram, remontavam a períodos passados. Filho legítimo do ex-Senador do Império Jacintho Paes de Mendonça, Wanderley de Mendonça pôde usufruir muito bem das benesses do poder. Depois de se envolver na política alagoana, ocupou diversos cargos como os de Presidente do Conselho Municipal e vice-

[105] O oposicionista *Correio de Alagoas*, durante os dias que antecederam a eleição para Governador do Estado, ocorrida em 12/04/1906, relacionava as arbitrariedades praticadas pelo Partido Republicano de Alagoas, em municípios como Viçosa, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Penedo, Mata Grande, São Luiz do Quitunde, entre outros. Através da força policial, inúmeros inimigos políticos nessas localidades sofreram os mais diversos tipos de represálias, tais como assassinatos, prisões, violação de domicílio, espancamentos, remoções e transferências de funcionários públicos, além da ameaça de empastelamento do único jornal de oposição da capital.

presidente da Câmara dos Deputados Estaduais, tendo também ocupado o cargo de Prefeito da capital e Deputado Federal, eleito para o triênio 1903/1905 e no cumprimento do qual, veio a se tornar secretário daquela casa. Contudo, não conseguiu reeleger-se, razão pela qual, talvez, foi agraciado com o cargo de Secretário dos Negócios do Interior tempos depois, onde aí, sim, desempenharia papel fundamental na transação a que nos referimos.

Durante todo esse percurso político, Wanderley de Mendonça também se beneficiara de outros favores do Estado. Segundo denúncia feita pelo próprio Euclides Malta, em defesa produzida na tribuna do Senado Federal contra as acusações do Senador Bernardo de Mendonça, O Estado, sob sua direção na época, teria recebido em dação *in solutum* uma usina que Wanderley de Mendonça recebera do Barão de Traipu, quando Governador de Alagoas. Embora se tratasse de um hipoteca e não correspondendo o bem hipotecado ao valor da dívida, por estar bastante desvalorizada, essa usina teria sido aceita como pagamento, com a anuência do Congresso Legislativo, sem que a fortuna particular do seu proprietário fosse utilizada para complementar a diferença. Mais tarde esse patrimônio seria destinado à Sociedade de Agricultura[106].

Parecendo ter esquecido todas as discórdias anteriores, após sua eleição em 1906, Euclides Malta compõe seu quadro de secretários, incluindo entre eles o célebre Wanderley de Mendonça, ex-aliado e ex-inimigo político do Partido Republicano de Alagoas, o qual foi nomeado Secretário dos Negócios do Interior, poucos dias depois da posse do Governador e a quem foi delegada a delicada tarefa de acompanhar as transações do Empréstimo Externo que, segundo explicação fornecida pelo jornal *A Tribuna*, consistiu no seguinte acordo:

> *Em outubro do anno passado contractou o Governo deste Estado, na praça de Paris, um empréstimo de Lb. 500.000 ao typo de 80, realizando, desta*

[106] *A Tribuna*. Maceió, 03/09/1904. Ano IX, nº 2.227. pp. 1-2.

importância apenas uma parte de Lb. 200.000, pagaveis em 4 prestações de Lb. 40.000 cada uma, de conformidade com o typo contractado. Destas prestações apenas saccou o Estado as três primeiras. De accordo com o contracto celebrado pelo Governo, por intermédio do seu representante, a medida que os títulos eram retirados ia ficando em depósito a quantia correspondente ao typo da emissão, estando, assim, em circulação obrigações no valor apenas de Lb. 150.000 e é este actualmente o débito do Estado naquela praça.[107].

Em fevereiro de 1907, o engenheiro Wanderley de Mendonça é encarregado de viajar ao Recife, juntamente com o coronel Paes Pinto, inspetor do Tesouro, para receber os recursos liberados do empréstimo do Estado, no caso, uma primeira parcela no valor de 200.000, pagável, conforme previsto no contrato.

Até outubro de 1907, o estado de Alagoas teria recebido apenas três das mensalidades acertadas, motivo pelo qual no início do ano seguinte, mais precisamente em janeiro, os jornais da Capital Federal como *A Notícia* e *O País*, noticiavam a chegada naquela cidade do Secretário do Interior de Alagoas em comissão do Governo do Estado, para conferenciar com o presidente da República acerca de uma citação por mandato do Juiz Comercial do Sena, em Paris, para responder judicialmente por umas letras assinadas por eles e protestadas por falta de pagamento.

No mesmo mês seria divulgada nota reforçando as informações já prestadas sobre o contrato selado com banqueiros da praça de Paris, segundo as quais o saque no valor de £ 200.000, dividido em quatro prestações de £ 50.000 cada, vinha sendo feito com regularidade, ou seja, com intervalo de 60 dias de uma para a outra. Até o dia 21/01/1908, data da notificação, o Estado já havia girado "três saques correspondentes as três primeiras pagas integralmente, estando em litígio o último, do qual apenas foi paga a importância de £ 20.000". Como tentativa de tranqüilizar o contribuinte e silenciar a oposição, o Governo do Estado esclarecia que as negociações seguiam o rumo previsto e sob total controle, sendo necessário enviar um representante à Europa para regularizar o negócio, no sentido de garantir o recebimento da importância de que é credor o *Credit Departemental*, de

[107] *A Tribuna,* "Uma explicação". Maceió, 26/10/1907. Ano XII, nº 3.148, p. 1

quem foram tomadas as obrigações, o que na verdade só ocorreria no dia 24/04/1908.[108]

Conforme essa justificativa o Dr. Wanderley de Mendonça seguiria para a Europa em comissão do Governo do Estado, atendendo à intimação do protesto feito pelos representantes do Banco do Brasil em Paris, instituição através da qual foram feitos os três saques anteriores, "pelo não pagamento de um saque em seu vencimento"[109].

Convém informar que poucos dias antes de seu embarque para a Europa, Wanderley de Mendonça fora vítima de profundo golpe, provocado pela morte prematura do seu filho, uma das razões por que, talvez, tenha decidido não retornar mais ao Brasil, deixando aqui, além de parentes mais próximos, um enorme silêncio sobre os motivos do seu sumiço. O jornal oposicionista, *Correio de Maceió* é que continuaria cobrando do Governo do Estado uma explicação para esse desaparecimento, inclusive porque o órgão oficial do Governo simplesmente silenciou como fez o próprio Secretário do Interior, na Europa. Nem mesmo quando da sua destituição desse cargo, seis meses depois do início da viagem, o mal-estar reinante entre as hostes situacionistas pode ser disfarçado, tendo o órgão oficial que se privar de tecer qualquer comentário elogioso sobre o antigo titular da pasta.

Segundo o *Correio*, a pretexto de assentar as condições do misterioso empréstimo aos bancos franceses, o dito Secretário aproveitara o ensejo para se divertir na Europa, como um *dândi*, às expensas do Tesouro Estadual, que continuava patrocinando sua permanência em terras estrangeiras, a título do desempenho da sua comissão, enquanto ele ostentava uma "vida principesca e licenciosa" que incluía diárias em hotéis de primeira ordem e até "uma reles *cocote*", apresentada na melhor sociedade, como sua esposa e que o acompanhara desde que partiu do Brasil, conforme notícias que chegavam pelos jornais

---

[108] *O País apud Correio de Maceió*, Maceió, 23/01/1908. Ano III, nº 13, p. 2. Importante notar que o modo como se deu a transação diverge, conforme o informante. Através do relatório apresentado por Euclides Malta, em março de 1909, quando passou a administração do Estado ao seu vice, volta-se a frisar que do empréstimo de £ 500.000 "foi realizado uma parte apenas no valor de £ 200.000, em 10.000 obrigações de £ 20 cada uma (...) O *Credit Départemental* obrigou-se a pagar as mencionadas £ 200.000 em 4 prestações de £ 40.000 e que se venciam em 15/12//1906, 15/02/1907, 14/0471907 e 15/0671907". Já os jornais oposicionistas falam de "quatro letras de £ 50.000 cada uma, de que o Governo recebeu três". Parece que aqui estamos diante de mais um caso de "incursão fracassada aos carneiros" (Cf. Malta, Euclides. *Relatório com que ao mesmo vice-Governador passou a administração o Dr. Euclides Vieira Malta, Governador em 3 de março de 1909.* Jaraguá, Tavares Irmão & Cia. 1909, pp. 10/11; *Correio de Maceió*, Maceió, 01/01/1908. Ano III, nº 1; Sobre a incursão aos carneiros, Cf. Geertz, Clifford. *Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989).

[109] *Correio de Maceió*, Maceió, 01/01/1908. Ano III, nº 1

do velho mundo[110].

Em meio a toda essa movimentação em torno da transação do empréstimo, o Partido Republicano conseguiria sucesso ainda, daquele modo que lhe era peculiar, em dois pleitos importantes: para o Legislativo Estadual, no qual segundo a oposição todos os cargos foram designados por Euclides Malta, e a sua eleição como Governador para aquele que seria seu último e definitivo mandato.

Contudo, pode-se afirmar com segurança, que esse sumiço do Secretário do Interior e o grande mistério em que permaneceu essa transação do empréstimo externo, se não foi a causa principal da derrocada de Euclides Malta do poder, sem sombra de dúvidas concorreu para que isso acontecesse mais rapidamente. Não é á toa que oposição irá bater pé nessa questão, até bem poucos meses antes da destituição definitiva de Euclides Malta do poder.

d) – O "papa do Xangô alagoano" e suas incursões pela Religião

O catolicismo era, em Alagoas, a religião por excelência. As constituições brasileiras, desde a época do Império, admitiam a liberdade de qualquer culto religioso, mas foi o catolicismo que sempre gozou de maior prestígio, a ponto de outras vertentes religiosas existentes, como o espiritismo, as religiões evangélicas e os cultos afro-brasileiros terem sido colocadas sob constante vigilância. É certo que a primeira dessas vertentes, o espiritismo, gozou de maior aceitação, haja vista ter congregado entre seus membros, figuras ilustres da sociedade alagoana, além do fato de estar associado ao advento da República no país que, como se sabe, buscou autonomia em relação à religião católica, dando vazão àquela vertente mais identificada com os seus ideais positivistas.

Com relação aos cultos evangélicos, não se pode dizer que os mesmos tenham gozado da mesma complacência de que se beneficiaram os centros espíritas em Alagoas,

[110] *Correio de Maceió*. Maceió, 30/08/1908. ano III, nº 188, p. 1.

tendo em vista as represálias sofridas por esse segmento, em alguns casos, com a anuência da própria Igreja Católica, como foi caso da "queima de bíblias" em Penedo, fato noticiado com grande alarde até mesmo pelos jornais da capital[111].

Não foi este o único caso registrado pela crônica jornalística, de perseguições sofridas pelos praticantes desses cultos religiosos em Alagoas no período. Na capital e de outros municípios do interior, vez por outra, eram encaminhadas às autoridades competentes, solicitações para que fosse garantida a realização dos cultos, bem como a integridade física dos seus praticantes, constantemente ameaçadas pela população local. Ao que tudo indica, o Governador de Alagoas no período considerado, parece ter dedicado bastante atenção a essas práticas, ou pelo menos, fez valer as Constituições Federal e Estadual, garantindo através dos seus destacamentos, o funcionamento desses cultos.

Essa é a impressão que se tem com relação aos xangôs, pois a atitude das autoridades constituídas em Alagoas para com essa modalidade religiosa especifica, parece ter sido também bastante complacente, razão pela qual talvez, tenham surgido as acusações que mais tarde os adversários políticos de Euclides Malta fariam quanto a uma possível ligação sua com os terreiros da cidade onde, segundo se dizia, ele buscava proteção para se manter por tanto tempo no poder. Contudo essa é uma questão que merece todo cuidado em seu tratamento. Antes disso, porém, convém apontar as

[111] O episódio em questão refere-se ao movimento liderado pelos capuchinhos da cidade de Penedo, os quais teriam incentivado a população daquele município a queimar as bíblias que eram utilizadas nos cultos evangélicos, alegando serem falsos os ensinamentos nelas contidos. O jornal responsável pela divulgação da notícia, embora reconheça sua veracidade, tenta eximir aquela congregação religiosa de qualquer ato praticado pela população: *O povo catholico julgou mais útil e mais commoda uma incineração d'uns livros adulterados, incompletos e maos, espalhados pelos inimigos das verdades catholicas, e então, em Penedo, tal cousa se fez, segundo dizem, e, se o fez com toda legitimidade de defeza, não cabe aos capuchinhos, frades brasileiros, responsabilidade nenhuma, nem motivo para serem tão maltratados pelos inimigos políticos da situação governista. Se há alguém ofendido, é a egreja catholica, a quem se quer roubar o direito de defender-se e pedir a punição para os falsificadores de seus livros (...) é melhor, é mais conveniente que o povo penedense (...) vá queimando esses livros errôneos espalhados por lá, do que andar encommodando a justiça da terra: a queima de taes bíblias protestantes é uma defesa mui justa e legal de que os catholicos podem usar francamente*. (*A Tribuna*. "Editorial". Maceió, 10/02/1904. Ano IX, nº 2065).

circunstâncias em que esses cultos foram vítimas, também, de represálias por parte da polícia.

As situações em que isso se verificou não são tão comuns como se poderia imaginar, inclusive porque, como a Constituição Federal garantia a prática de qualquer modalidade religiosa, qualquer atitude nesse sentido teria que se revestir de uma certa ambivalência, ou seja, teria que ter uma motivação que justificasse a represália, o que, no caso, foi encontrado através das detenções para averiguações policiais, modalidade de punição que, apesar de não encontrar respaldo no Código Penal, era a que mais se aproximava de uma ação legítima.

Entre os tipos de ilícito encontrados e sobre a qual recai essa classificação ambígua, deparamo-nos algumas vezes com a "prática da feitiçaria", em cujas situações os responsáveis se viam implicados no mesmo tipo de punição que a modalidade prevê, qual seja, prisão sumária e temporária. As notas a seguir revelam a maneira como o tema foi tratado pelas autoridades policiais:

> *Santina de tal, residente na Estrada Nova, foi denunciada ao sub-commissario do 2º distrito de Jaraguá, nosso amigo Pedro Coruripe, de que por meio de feitiço vive constantemente explorando aos incautos, a ponto de comprar objetos por menos do seu valor, dizendo estarem empestados de feitiçaria. Assim o fez trás-antehontem comprando por 10$000 uma cama de 50$000, pertencente a uma pobre mulher vizinha. Aquela autoridade mandou detel-a na casa de Detenção*[112]

Importante notar que, quando essa mesma prisão é notificada na coluna "Casa de Detenção", responsável pelo expediente da polícia, não identificamos nela, nada que pudesse qualificar seu delito a não ser a sua inclusão na vaga categoria de detenção para

[112] *A Tribuna*, Maceió, 07/05/1901 ano VI, nº 1292. p. 2

averiguações policiais:

> *Foram recolhidos a este estabelecimento os indivíduos José Rufino, por distúrbios, preso pelo sub-commissario de Bebedouro, e Santina de tal, para averiguações policiais, presa pelo sub-comissário de Jaraguá*[113].

Essa é a primeira que vez se confirmam nossas suspeitas iniciais, de que essas prisões, guardam algum tipo de relação com o fenômeno de que nos ocupamos, qual seja, a vigilância sobre a pratica de cultos afro-brasileiros. Temos nesse caso, a punição de uma determinada atividade mágico-religiosa, considerada marginal desde os tempos coloniais, mas que, a partir da República, com a sua regulamentação pelo Estado, gerou um embate sobre a legitimidade do combate e da perseguição a elas. Como se pode depreender do caso apresentado, a acusação que recai sobre a acusada enfatiza muito mais a exploração da prudência e confiança alheias, do que a própria prática de feitiçaria. Talvez uma tentativa de mascarar o objeto real da perseguição, amparando-se no dispositivo legal tanto do Código Penal como da Constituição.

Em momento posterior, poucos dias depois de Euclides Malta ter transferido temporariamente sua residência para o bairro do Alto do Jacutinga, usando como justificativa para essa mudança o tratamento de saúde de um dos seus filhos, os jornais da Capital noticiaram a devassa a um terreiro existente naquelas cercanias, resultando também em detenções:

> *Havia já muitos dias que o sub-commissario do Alto do Jacutinga, Capitão Braz Caroatá esta avisado de que no seu distrito se passava alguma coisa anormal, n'uma reunião fetichista.*
>
> *Ante-Hontem* [24/04]*, porém, à noite, seriam 2 horas, a mesma autoridade*

[113] *A Tribuna*, "Casa de detenção". Maceió, 08/05/1901 ano VI, nº 1292. p. 2

foi avisada de que uma das devotas *tomara* tunda[114], *ficando-lhe o* santo *na* cabeça, *o qual não obedecendo às invocações do* pagé, *endoidecera a rapariga e esta em terrível acesso investira contra a dona da casa armada de mão de pilão e depois azulou mato afora.*

A zelosa autoridade, acompanhada de quatro praças da patrulha rondante e de alguns inspectores, dirigiu-se ao local indicado, à rua do Espírito Santo, onde efectivamente, encontrou a casa de Maria Thereza de Jesus, vulgo Bico Doce, vidente e curandeira, ledora dos destinos humanos, que desmancha e faz casamento, n'um esfregar de olhos...

Bico Doce *é* mestra de Maracatu, *solemnidade que se effectua quando há necessidade de falar com o* pae, *que é o nome da divindade acceita pela gyria boçal della e de seus freqüentadores. A Casa estava cheia de crentes e é ornada de búzios, de latas, de cabeças (osso) e quanta coisa sugestiva pode obter aquella gente ignara e parva.*

O Sr. Capitão Braz Caroatá pôz termo aquela joça, mandando para a cadeia treze devotos, *sendo sete homens e seis mulheres entre as quaes a celebre* Maria Bico Doce.

Temos informação de que o santo *tem estado alli na cabeça de muita rapariguinha, durando no máximo três a quatro dias, em que ellas ficam sonambulas para fins que reclamam seria providencia contra a tal* bico doce *e seus cumplices*[115]

Essa nota suscita uma série de reflexões importantíssimas para a pesquisa. A primeira delas diz respeito ao modo como os moradores daquela localidade eram classificados na crônica policial e, certamente, por habitantes das áreas mais centrais da cidade, no caso, como "gente ignara e parva". Esse dado, aliás, confirma para nós a idéia de que, não obstante a cobiça das pessoas mais abastadas da cidade, pelas qualidades ambientais do bairro, desencadeando uma certa corrida rumo aos *chalets*, em número cada

[114] *s.f.* **1** mesmo que ***surra*** **2** *fig.* crítica dura; reproche ETIM prov. regr. de **tunder*, do lat. **tundère* 'dar pancadas em, bater muitas vezes em, malhar', com mudança da vogal temática; ver *obtus-* (*Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.Versão 1.0. 5ª. Rio de Janeiro: Objetiva, novembro/2002).
[115] *A Tribuna*. "Feiticeiros e feiticeiros". Maceió, 26/04/1904. Ano IX, nº 2124, p.1.

vez crescente, o grosso dos moradores que habitavam o lugar era composto de indivíduos de baixa renda, cuja condição social agravava-se pela participação em atividades tidas como ilícitas, entre as quais se incluíam os cultos de feitiçaria.

Note-se que no fato noticiado não se verifica qualquer acanhamento na distinção dessas práticas religiosas, por parte do jornalista que, aliás, devia estar orientado por informantes que poderiam muito bem ser qualquer um daqueles praças da patrulha ou o próprio capitão Braz, testemunhas privilegiadas de um fato ocorrido em horário tão tardio. Enquanto que noutras notas sobre assunto parecido, observa-se um certo pejo na consideração desse tipo de religiosidade, inclusive amparando-se no que reza a primeira Constituição da República quanto à liberdade de culto, nesse caso temos o tom de troça que marcaria, no futuro, as notícias sobre xangô.

Um outro aspecto a salientar diz respeito ao fato de que, por se constituir em grande parte de indivíduos de classes menos remediadas, inclusive por aqueles que viam na dificuldade de acesso ao local, o motivo para o estabelecimento de certos tipos de negócios ilícitos, como a jogatina e a prostituição, o distrito sempre mereceu uma atenção redobrada por parte das autoridades policiais, tornando-se um dos mais esquadrinhados da capital, com sua divisão em quarteirões, doze no total, cada qual com seu respectivo inspetor. Sendo assim, fica difícil imaginar o funcionamento de qualquer atividade, lícita ou ilícita, que escapasse a atenção dessas autoridades. A questão que se coloca é a seguinte: como um ritual com essas características, que, aliás, é claramente confundido pelo jornalista com o maracatu, semelhante a tantos dos que receberam autorização por parte do mesmo subcomissário para funcionar, sofreu esse tipo de represália, naquele momento específico? Teria essa reprimenda a ver com a chegada no bairro, do então Senador Euclides Malta ou sua presença ali na data em que se comemorava o dia de nossa

Senhora dos Prazeres seria mera coincidência?

Vimos logo no início da nota, que o Coronel Braz Caroatá já tinha conhecimento, há muitos dias, de que em seu distrito ocorria uma reunião fetichista. Podemos supor que se tratava de um momento de muita movimentação no calendário das celebrações religiosas, uma vez que naquela data celebravam-se em Maceió várias festividades. O jornal *A Tribuna*, por exemplo, até 1909 pelo menos, mencionava a comemoração de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da diocese, entre os dias 16 e 24 de abril, embora hoje ela seja comemorada entre os dias 18 e 26 de agosto. Segundo Gonçalves Fernandes em seu *Sincretismo religioso no Brasil*, em Maceió, no terreiro do babalorixá "Padre Nosso" que ele visitou em junho de 1939, essa santa guerreira corresponderia no panteão africano à Oba, uma das esposas de Xangô. Também nessa data se celebrava a festa de Nossa Senhora das Graças, no bairro da Levada, do qual era padroeira[116].

Além de todas essas festividades, havia ainda o novenário de São Gonçalo, cujo início coincidiu naquele ano com a data das detenções. A importância dessa festa para aquela comunidade esta diretamente associada à figura do Capitão Braz Caroatá. São Gonçalo teria sido o primeiro protetor da Vila de Maceió e sua comemoração no Alto do Jacutinga acontece desde que a imagem desse santo de devoção do proprietário original das terras que dariam origem à capital, foi transferida da capela de engenho onde era

[116] Fernandes, Gonçalves, *Sincretismo religioso no Brasil*. São Paulo: Guairá, 1941. pp. 26/27. Aliás esse mesmo autor identificou no Recife, mais especificamente no terreiro "Seita Africana Senhora Santana", uma associação de outra entidade com Nossa Senhora dos Prazeres, no caso, Oxum que segundo Roger Bastide, corresponderia no panteão católico de Maceió à Maria Madalena.(Cf. Bastide, Roger, *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973 e Fernandes, Gonçalves. *Xangôs do Nordeste: Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, pp. 24/25). Quanto a festa de Nossa Senhora das Graças, mesmo se tomando apenas as que eram comemoradas no bairro da Levada, verifica-se uma alteração nas datas, dependendo do ano. Ela foi festejada entre os dias 16 e 19 de março; noutras vezes indo até o dia 24 desse mesmo mês, como em 1905, por exemplo. No ano anterior, a festa aconteceu no mês de abril, exatamente no período em que se dá a prisão acima noticiada: "Terminou ante-hontem com grande concurso popular a festa de Nossa Senhora das Graças no bairro da Levada, tendo havido procissão" (*A Tribuna.* "Notas Religiosas". Maceió, 26/04/1904. Ano IX, nº 2124, p. 2; Cf. também *A Tribuna,* Maceió, 25/03/1905,nº 2378, p.2).

cultuado, para o antigo morro da pólvora, instalando-se no paiol que dava nome ao local, em 27 de novembro de 1888. Essa transferência se deu com a colaboração de pessoas ilustres da cidade, entre as quais, o professor e jurisconsulto, o Dr. José Próspero Jeová da Silva Caroatá, que liderou um grupo de devotos do mesmo santo na compra do imóvel em que funcionava a Casa da Pólvora, pela quantia de 400$000[117]. No tempo do Capitão Braz, o filho, outro devoto desse santo e não por acaso o principal responsável pela organização dos festejos em sua homenagem nos primeiros anos do século XX, a festa de São Gonçalo era uma das mais importantes de Maceió, sendo sua programação fartamente divulgada na imprensa local.

É possível que a festa organizada por Bico Doce já viesse se desenrolando há alguns dias, como é comum em alguns terreiros mais tradicionais, que reservam às vezes uma semana para comemorar o santo da casa. Temos indícios de que o lugar onde se realizavam os festejos era mesmo uma casa de Xangô e sua existência já devia ser do conhecimento das pessoas do local, o que tornava impossível escapar ao controle das autoridades policiais, o que nos faz pensar que seu funcionamento contava com a aquiescência dessas autoridades. A reprimenda sofrida naquele fatídico ano de 1904 se dá, talvez em função do incomodo que porventura os atabaques estivessem causando, interrompendo dessa maneira o sossego que a família de Euclides Malta buscou no bairro.

Interessante notar que na coluna *Casa de Detenção* desse e dos dias próximos, cresceu consideravelmente o número de pessoas que foram "chamadas à presença" para averiguações policiais, sobretudo o do Alto do Jacutinga. Foram seis no dia 22/04, e 14 entre os dias 23 e 24 do mesmo mês. Uma das detidas que constam dessa relação é a

[117] Diga-se de passagem, o Dr. Próspero da Silva Caroatá foi o responsável pela produção, em 1872, de uma das principais obras de referência da cultura alagoana, *Crônica do Penedo* (Maceió: DEC, 1962).

mesma Maria Thereza de Jesus que, conforme vimos acima, já fora referida pela mesma autoridade do Alto do Jacutinga, como "vidente e curandeira", responsável pela organização de "reuniões fetichistas" naquele distrito. Assim sendo, temos mais uma razão para acreditar que por trás da classificação das detenções para averiguações policiais, se esconde muito da arbitrariedade das autoridades policiais na repressão aos cultos de Xangô em Alagoas.

Esses casos, porém, são insuficientes para sustentar a "hipótese repressiva", segundo a qual a relação com o Estado sempre se pautou em mecanismos necessariamente coercitivos. Apesar da destruição efetiva das casas de culto em 1912, a relação dessas religiões com as autoridades policiais nem sempre foi restritiva. Temos a favor desse argumento exemplos de situações em que, para o funcionamento da casa de culto, obtinha-se junto às próprias autoridades policiais, a permissão necessária, como o exemplo a seguir: "*Concedeu-se licença para a função* candomblé *à rua do Cravo, na Pajuçara, nos dias 24 e 25 do corrente à* Manoel Anastácio"[118]

A partir desse período, embora por um curto período de tempo, tornam-se comuns os pedidos de autorização para o funcionamento, senão de casas propriamente de culto religioso, pelo menos de certo tipo de divertimento que guardava com aquelas práticas religiosas inúmeras aproximações. Estamos nos referindo aos folguedos populares das mais diversas espécies como *fandangos, congos, reisados, presépios, marujada* e o próprio *maracatu* que dentre todos, era o que mais se aproximava do xangô, tanto pelos aspectos estéticos e rítmicos, como pelo fato de seus organizadores serem também pessoas ligadas àquela religião.

[118] *A Tribuna*, "Notas Ligeiras". Maceió, 24/06/1903. Ano VIII, nº 1889, nº 2.

O Sub-commissario de Polícia do Alto do Jacutinga, concedeu licença provisória ao Sr. José Bernardes d'Oliveira para ensaiar no 12º quarteirão (rua Santa Cruz, a principiar do cruzeiro e Alto do Esptº Santo [Reginaldo]) o brinquedo Reizado nas noites de quinta-feira e sábados de cada semana, não passando os referidos ensaios a depois de meia noite"[119].

O Sub-commissario de Polícia Alto do Jacutinga concedeu licença provisória ao Sr. Manoel Domingos dos Santos para ensaiar em sua residência à rua Saldanha da Gama, 2º quarteirão (Ruas Bella Vista [Dr. José Bento Jr.] e Gameleiro) Presepe nas noites de sábado"[120]

Foi conferida pela mesma autoridade [sub-comissário do Alto do Jacutinga] a transferência dos ensaios do divertimento Reizado do 12º para o 7º distrito policial [Rua e Travessa dos Canudos e Rua dos Lavradores][121]

Francisco Pedro de Araújo, residente à rua do Ganço, em Jaraguá, requereu ao 2º commissario de policia da capital licença para ensaiar um brinquedo denominado 'congo'. Essa autoridade pediu ao sub-comissário do distrito [Tem. Manoel Coruripe] informações a respeito[122]

O sub-commissario de polícia do alto do Jacutinga concedeu licença à Manoel Saturnino do Nascimento,residente à ladeira do Brito, para ensaiar em sua própria casa o divertimento denominado "Marujada Jacutinguense"[123]

Tais situações nos remetem a uma característica básica do relacionamento entre o poder oficial, através dos seus aparelhos de controle, e os grupos populares responsáveis pela organização dos folguedos, o qual se encontra marcado por uma certa ambigüidade, mais do que por uma atitude definitivamente hostil dos primeiros para com os segundos.

[119] *A Tribuna*, Maceió, 07/08/1903. Ano VIII, nº 1927, p. 2.
[120] *A Tribuna*, Maceió, 11/08/1903. Ano VIII, nº 1930, p. 2.
[121] *A Tribuna*, Maceió, 03/09/1903. Ano VIII, nº 1945, p. 2.
[122] *A Tribuna.* Maceió, 10/09/1903. Ano VIII, nº 1949, p. 2
[123] *A Tribuna*. Maceió, 23/08/1904. Ano XIX, nº 21217, p. 3. É provável que o responsável pelo divertimento a que se refere a nota acima, fosse o mesmo Manoel Inglês, "negro retinto, ótimo cozinheiro, residente na Ladeira do Brito", dono de afamado terreiro de Maceió e, cuja participação na vida social do bairro e da cidade foi além da organização de folguedos populares como veremos adiante. (Cf. Lima Júnior, Félix. M*aceió de Outrora, vol. II*. Maceió: Edufal, 2001, p. 154).

Interesses forjados culturalmente talvez expliquem essa aparente contradição presente na classificação dessas práticas religiosas, bem como na sua receptividade ou negação, o que resulta, por um lado, em atitudes hostis para com manifestações que em outras situações são legitimadas e permitidas[124].

Assim sendo, fica a impressão de que, com exceção das prisões relatadas, aquelas práticas religiosas parecem ter se beneficiado da benevolência do governador que pode ter pagado um preço muito alto, pela associação que se fez do seu nome com essas casas de culto, onde segundo se dizia, ele buscava proteção para se manter por tanto tempo no poder. Contudo, não é de todo descabido pensar que um político daquela envergadura, na posição de representante máximo do poder estadual, fizesse suas visitas às casas de cultos africanos ou que consultasse os orixás sobre os destinos reservados à sua carreira eleitoreira. Aliás, esse refluxo da política sobre a religião já foi bastante explorado por inúmeros estudiosos em outras localidades, conforme já discutimos anteriormente, entre os quais destacamos a contribuição de Nina Rodrigues e João do Rio.

Com relação a esse segundo autor especificamente, importante destacar as referências indiretas ao seu nome pelo *Correio de Maceió,* em matéria publicada em 1905, sobre denúncia de envolvimento de políticos alagoanos com as casas de feitiço daquela capital, conforme podemos conferir na transcrição abaixo:

> *Ante-hontem metteram o egrégio Dr. José Tavares no bedelho; contaram por esta columna que o formoso gentleman fora ter com mestre Félix, um babalô ou alufá dos muitos que aqui vivem engazopando muita gente bonita; fôra, como ia*

[124] Sobre essa "esquizofrenia" em relação às religiões afro-brasileiras e seus desdobramentos seculares, cf. Fry, Peter. "As Religiões Africanas fora da África: O Caso do Brasil". Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 439/471. Separata de *Povos e Culturas* Nº 6, 1998, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998. Também sobre a relação simultânea, de aliança e repressão, com os terreiros, veja Dantas, Beatriz Góes. *Vovó nagô e papai branco. Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 e; Maggie, Yvonne. *Medo do Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

dizendo, o nosso futuro representante à casa de babá, segurar a sua sonhadíssima cadeira de Deputado Federal.(...)

O Dr. José Tavares achou também que a coisa lhe podia aproveitar, que babá Félix lhe poderá servir de verdadeiro heledá nessa questão de Deputado; por isso o ineffavel gentleman andou com muito acerto, amparando-se ao velho alufá que disputa a thaumaturgia de Nossa Senhora Mãe do Povo.

Mas meu caro Deputado futuro, tome cuidado com os negros, aprenda a rezar o tessubá e a mastigar o obi, porque o ilê dos alufás pega como visgo, e exu não dorme.

Nós dependemos do feitiço, não há dúvida.(...)

O futuro representante de alagoas evoluiu para o mantucá ou para o xuxuguruxu.

Mas é exacto esse negócio, tenha muito escrúpulo o Dr. Tavares, porque o luminoso orador há de cumprir fielmente o êchú meta enquanto todos os dias os açobas de babá Félix cantarão à sua chegada[125].

Interessante notar a clara referência a João do Rio ou Paulo Barreto, como prefere o jornalista responsável pelas informações acima que, mesmo sem mencionar a fonte de onde recolhe a série de termos nativos, o que só fará em matéria posterior, não deixa dúvidas quanto a sua procedência, no caso, a reportagem publicada na *Gazeta de Notícias* por aquele jornalista carioca e que mais tarde seria publicado no livro *Religiões do Rio*. O próprio tema da matéria do jornal alagoano versa sobre um assunto bastante caro às investigações de João do Rio sobre os mistérios das crenças na Capital Federal, no caso, o trânsito entre a política e as casas de feitiço, como depreende-se do texto a seguir:

Eu fui saber, aterrado, de uma conspiração política com os feiticeiros, nada mais nada menos que a morte de um passado presidente da República. A princípio achei impossível, mas os meus informantes citavam com simplicidade nomes que estiveram publicamente implicados em conspirações, homens a quem

[125] *Correio de Alagoas*. Maceió, 29/08/1905. Ano II, nº 191. p. 2.

tiro o meu chapéu e aperto a mão. Era impossível a dúvida[126].

Quanto as muitas expressões encontradas na matéria do *Correio de Alagoas* também é fácil identificar a proveniência da fonte. Trata-se de termos transplantados de uma outra realidade e aplicados ao caso alagoano. Entre essas expressões, algumas se mostram inadequadas à situação local, tais como: *Alufá*, que é uma espécie de autoridade religiosa, ligada a outro panteão religioso, no caso, o maometano que a gente de santo de forma desprezível chama da *Malê*, para se referir ao fato de não comerem porco. Os alufás, distinguem-se dos *babalaôs,* "matemáticos geniais, sabedores dos segredos santos e do futuro da gente", dos *babás* e *babalorixás*, pais-de-santo veneráveis, aos quais vem juntar-se ainda os *heledás*, título que cabe àquele que se faz protetor e guia dos mestres do candomblé e os *açobá*, indivíduo que prepara as cabaças para os ritos religiosos. Outros termos, dizem respeito a insígnias e objetos utilizados nos ritos, tais como *tessubá*, espécie de rosário e *obi*, fruto de uma palmeira africana (*cola acuminata*) aclimatada ao Brasil e indispensável nos cultos afro-brasileiros, onde serve de oferenda aos orixás; além dos feitiços, *mantucá* "preparado com excremento de vários animais e coisas que a decência nos salva a dizer" e o *xuxuguruxu* feitiço cômico que "faz-se com um espinho de Santo Antônio besuntado de ovo e enterra-se à porta do inimigo. Quanto ao termo *êchú meta* ou *ochu meta*, como prefere João do Rio e que significa "dar dinheiro", também o localizamos na fala dos informantes alagoanos por nós entrevistados [127].

Voltando a matéria referida, nota-se que ela foi escrita para denunciar uma prática que, segundo o jornalista responsável, vinha tornando-se comum nos meios

[126] Rio, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976 [1906]. Pp. 37/38.
[127] Cf. Rio, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976 [1906]. Pp. 38/39; e entrevista realizada com Maria Laura da Silva, conhecida como Mãe Netinha, no dia 05/05/2002. Quanto ao significado dos termos que aparecem na nota em questão, eles foram localizados no *Dicionário eletrônico Houiss da língua portuguesa*. Versão 1.0, 5ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, novembro/2002.

políticos, mais especificamente entre os correligionários do Partido Republicano do Estado, que recorriam à ajuda do sobrenatural para obter sucesso em seus projetos eleitoreiros ou em nomeações para cargos importantes da administração pública. Para tanto, o responsável pela matéria em questão utiliza-se de um depoimento precioso que chegara até a redação do *Correio de Alagoas* dias antes, através de uma correspondência enviada por um assinante que não quis se identificar. O seu teor acusatório merece ser aqui transcrito, uma vez que nos permite levantar uma questão de peso para a nossa investigação que adiante retomaremos:

> *Estas linhas escrevemos a propósito do que vimos na Quinta-Feira do corrente (24/08), em Jaraguá, quando pela tarde achava-mo-nos sentados no jardim da praça Nossa Senhora Mãe do Povo.*
>
> *D'alli, observamos que o Dr. José Tavares passava por nós com o seo chapéo de sol em posição de não lhe vermos o rosto; mas o que, apezar de tudo, conseguimos fazer e notar ao mesmo tempo foi a confusão ou perturbação do Dr. Tavares. Deu-nos na curiosidade indagar d'onde elle vinha e então soubemos por testemunhas de vista que o respeitável gentleman havia cerca de 2 horas antes entrado em casa do Mestre Félix conhecido feiticeiro, morador nas proximidades da egreja de Nossa Senhora Mão do Povo. Alli o referido doutor confabulara com aquelle feiticeiro por todo aquelle tempo, mostrando satisfeitíssimo com o resultado da conferência. S. S., é certo, tomou muitas precauções quando quis penetrar nos humbraes da casa dos feitiços e outros tanto fez quando retirou-se.*
>
> *Mas seja como for, temos o Dr. José Tavares em contacto com os feiticeiros e então soubemos que Mestre Félix, não guarda sufficientemente o segredo e, pasmem de lêl-o: o nosso querido dr. Alli estivera, como de outras vezes, fazendo feitiçaria ou preparando o terreno, como nos contaram, para se eleger deputado federal. Si o Dr. José Tavares tivesse mais confiança nas estreitas relações de amisade que mantém com o Dr. Euclides, para conseguir o fim almejado, não iria conferenciar nem fazer donativos a Mestre Félix.*
>
> *O Dr. Euclides, por sua vez, é o culpado, porque há muito deveria ter dado*

essa suspirada cadeira ao sympathico gentleman; mas a política é assim mesmo. Sem entranhas e ahi anda o nosso tribuno, por causa de suas pouca confiança nas promessas do chefismo, a exibir sua pretensão ao feiticeiro, para seus amigos ursos que lhe applaudem e até aconselham os recursos de que tem lançado mão[128].

Importante notar que nessa carta o nome de Euclides Malta é apenas mencionado, sem que ainda se faça qualquer associação direta de seu nome com essas casas de feitiço. Não se sabe se a gravidade da acusação fez o jornalista evitar indicar mais claramente esse tipo de ligação entre o representante máximo do poder no Estado e essa variante religiosa tão deturpada nos meios mais instruídos da sociedade alagoana. Seria, nesse caso, um tipo de cuidado desnecessário, já que o recurso da primeira notícia é uma correspondência, cujo remetente é mantido no anonimato. Também não se pode inferir com segurança sobre a existência efetiva desse intercâmbio.

O fato é que um ano antes da publicação dessas matérias e alguns meses após a posse de Euclides Malta como Senador, ocorrida em 08/05/1904, provavelmente da própria tribuna daquela Câmara, na Capital Federal, surgem as primeiras insinuações acerca da ligação do ex-governador com integrantes dos xangôs de Alagoas, conforme se pode depreender da polêmica envolvendo o nome de dois funcionários do Estado, levados por ele em sua comitiva para o Rio de Janeiro, um dos quais era mais conhecido pela alcunha de Manoel Inglês e que na crônica alagoana é descrito como "negro retinto, ótimo cozinheiro, residente na Ladeira do Brito e dono de afamado terreiro de Maceió"[129]. A ligação desse antigo servente da Recebedoria do Estado com o ex-governador de Alagoas seria bastante alardeada através dos órgãos oposicionistas, *Jornal de Debates* e C*orreio de Alagoas*, conforme nota a seguir:

[128] *Correio de Alagoas*, Maceió, 27/08/1905. Ano II, n. 190, p. 2.
[129] Lima Júnior, Félix. *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001, p. 154.

Para que o público ajuíze do critério do Senador Euclides Malta, vamos dar ao trabalho de rebuscar no Diário do Congresso *todas as suas escandalosas e deprimentes affirmativas.*

Acusado aqui no Estado pelo Jornal de Debates *de haver levado como seus creados o soldado de policia Manoel Caboclo e o servente da Recebedoria Manoel Inglez, fez s. exc. a compromметedora defesa:*

"Manoel Caboclo verificou baixa no corpo policial no dia 30 de abril, muito antes de embarcar para o Rio de Janeiro o Excm. Sr. Dr. Euclides Malta. Entre a baixa e o embarque decorreu muito tempo.

Manoel Inglês, servente da Recebedoria, acha-se licenciado pelo Sr. Secretario da Fazenda para tratar de sua saúde onde lhe convier".

Entretanto, no Senado, o Sr. Euclides Malta disse por occasião de seu monumental triumpho que aquelles homens estavam a seu serviço há mais de 12 anos[130].

O órgão oficial do governo que anteriormente já havia publicado uma defesa do chefe do Partido Republicano, contra as acusações que sobre ele recaíam na tribuna do Senado Federal e que foram reproduzidas em jornais locais, exatamente um ano depois de sua posse, volta a dedicar ao assunto a mesma atenção, já que por trás das denúncias constantemente retomadas pela oposição, escondiam-se insinuações de que a presença daquele funcionário público na comitiva do Senador dava-se por motivos que iam além de suas habilidades culinárias:

O nosso eminente chefe, Exm. Sr. Dr. Euclides Malta contractou, para seu serviço doméstico, Manoel Caboclo, ex-praça de policia e Manoel Inglez, ex-servente da recebedoria, havendo ambos seguindo para a Capital Federal no mesmo vapor em que embarcou S. Exc.

Fazemos esta Notícia muito propositalmente para que o publico julgue do critério com que foi escrita a local perversamente dada à publicidade da ultima edição do Correio de Alagoas, *com o fim de expor aquelle nosso illustre*

[130] *Correio de Alagoas*. "O triumpho do Senador". Maceió, 27/09/1904. Ano I, nº 9. p. 1..

representante no Senado da República[131]

Voltando a tratar das matérias publicadas pelo *Correio de Alagoas*, convém destacar que no auge das denúncias de que altos membros do escalão governamental de Alagoas freqüentavam o terreiro do Mestre Félix no bairro do Jaraguá, o próprio órgão do governo, *A Tribuna*, divulgou no mesmo período, uma reportagem acerca da existência de um xangô, nas imediações do Palácio dos Martírios.

Percebe-se nessa iniciativa do jornal situacionista, a intenção de defender o ex-governador de Alagoas, que apesar de demonstrar uma certa tolerância para com as práticas religiosas cultivadas naquele tipo de recinto, parecia não aprovar a associação de seu nome com elas. Afirmamos isso com base no fato de que, desde 1900, o tema "feiticeiros e feitiçarias", só constara nas páginas de *A Tribuna* em oito situações e, na maioria dos casos, na coluna "notas policiais", razão pela qual, a presença de uma matéria específica sobre o assunto, justamente no período em que se acusa os correligionários do partido Republicano de recorrerem àqueles redutos proscritos, pode estar ocultando propósitos de ordem não tão desconhecida[132].

> Alguns meses depois, o *Correio de Alagoas* volta ao assunto sem tomar os cuidados que até então tinha demonstrado no tratamento do assunto. Desta feita, além do Dr. José Tavares, tido com um mero explorador de cargos, sem muita evidência entre os próceres do partido, também seriam revelados os nomes de outras eminências que recorriam ao mesmo endereço em busca de proteção, dentre os quais se destacavam, o irmão do Governador, Joaquim Paulo Vieira Malta, os deputados

[131] *A Tribuna*. "Perversidade". Maceió, 16/05/1905, ano X, nº 2.418, p. 2. Sobre a primeira resposta de Euclides Malta às acusações feitas contra ele e reproduzidas no *Jornal de Debates*,cf. *A Tribuna*. Maceió, 12/08/1904- Ano IX, nº 2209, p. 1.

[132] Trata-se da matéria intitulada: "Feitiçarias e feiticeiros". (*A Tribuna*, Maceió, 30/08/1905. Ano X, n. 2504. p. 2), que em momento oportuno discutiremos.

Eusébio de Andrade e Wanderley de Mendonça, além do próprio Euclides Malta, cujas sucessivas reeleições segundo os mesmos jornais eram asseguradas, antes de tudo, nessas casas de Xangô.

> *Os fluminenses, assevera Paulo Barreto, depois de uma longa e dolorosa observação, dependem do feitiço, de uma série de magos conhecedores da vasta alchimia dos encantamentos e do milagre.*
>
> *Entre nós, como em todas as cidades brasileiras, o feitiço tem uma influência poderosa na maioria da população e, pouco a pouco, por um phenomeno social digno de estudo, essa influencia decisiva, em vez de diminuir ou limitar-se a baixa sociedade, ascende as alturas, prepondera na política, decide dos mais graves problemas partidários ou administrativos que hajam de resolver os próceres do partido dominante. Não é um paradoxo, é um facto authenticado pela nossa reportagem.*
>
> *O feitiço decidiu a candidatura do Sr. Joaquim Paulo; levou à Secretaria do Interior o dr. José Tavares, garantio ao Dr. Eusébio de Andrade sua reeleição; influiu na candidatura, embora fracassada do Dr. Wanderley de Mendonça; e, actualmente, o feitiço prepara a eleição do Dr. Euclides Malta no cargo de governador.*[133].

Percebe-se aqui o mesmo tom de desdém já experimentado em notas anteriormente divulgadas pelo mesmo jornal, o qual, por sua vez, se inspira no estilo do jornalista João do Rio, o qual começou divulgando suas impressões no periódico carioca *Gazeta de Noticias*, para só depois publicá-las no livro *As religiões no Rio*, conforme comentamos há pouco. Aliás, essa é a marca das narrativas que descreverão a devassa aos terreiros, em 1912. Contudo, além de utilizarem categorias importadas de outros contextos, os jornalistas alagoanos lançavam mão, na composição de suas matérias, de termos recolhidos junto aos próprios integrantes dos

[133] *Correio de Alagoas*. Maceió, 21\02\1906. n. 331 Ano III, p. 2

xangôs alagoanos, estabelecendo com esse universo religioso um possível intercâmbio que provavelmente resultou na adoção por parte desses últimos, de muitas das expressões em voga lá fora, divulgados nos jornais de Maceió. Na seqüência da matéria acima citada, outras associações com o texto de João do Rio são patentes:

> *É oráculo official para todos os effeitos da mandinga, o mestre Félix, babalaô notável no vasto circulo governista e na irmandade de Santa Bárbara, preto velho sabedor de todos os segredos e do futuro dos homens domiciliados à rua Amorim, nº 11, no bairro de Jaraguá, negro mina de cara lanhada, eterno remoedor do obi estomacal.*
>
> *De há muito que ouvíamos fallar nesse feiticeiro precioso, cuja vida é um mistério impenetrável e cuja casa, cheia de cacaréos e apetrechos estranhos, tem para muitos senhores que usam frack e cartola luzidia a religiosidade mystica de um templo. Félix é o mais famoso de todos os feiticeiros desta terra. Resolve contendas conjugaes; arranja conquistas amorosas; vacticina desastres; prevê dissabores domésticos; afasta tempestades familiares; separa casaes, decide problemas políticos...um portento.*
>
> *Quizemos nos certificar dessa importância do magno babalaô e fomos à visinhança do preto colher informações seguras, não nos sendo possível ir à presença do preto por ser epocha do ebó, descanso que os negros dão as differentes divindades de seu estravagante polytheismo. Inquirimos um visinho, que se prestou de bom grado a informar-nos.*[134].

Vale destacar um aspecto crucial na compreensão desse universo religioso em sua configuração local, qual seja, sua constituição a partir de informações prestadas, muitas vezes, por pessoas que sequer o integram, sendo seu conhecimento dessas manifestações, resultado de relações de aproximação e convívio com as mesmas, mas do que de participação. Ou seja, grande parte do relato do que ocorre

[134] *Correio de Alagoas*. 'O Mestre Félix – A Feitiçaria e a Política. Maceió, 21\02\1906. n. 331 Ano III, p. 2.

nesses espaços religiosos, é obtida junto aos moradores da vizinhança, o que nos reporta , mais uma vez, às assertivas de Evans-Pritchard, para quem todo o processo de acusação de feitiçaria, resulta de situações de animosidade, quando grupos de interesses conflitantes convivem em áreas contíguas. O trecho a seguir, retirado da mesma matéria que citamos, reforça tais colocações, confirmando nossas suspeitas. Quando indagado sobre quem freqüentava aquela casa, o suposto informante declara:

> *Pelo que há de melhor na capital, a começar pelo Dr. Joaquim Paulo do tempo em que era Secretário do Interior. Além desse Sr. vêem por aqui freqüentemente o Dr. José Tavares, o mais assíduo dos visitantes de Félix, e o Senador Euclides Malta já tem vindo também, com outros senhores cujos nomes não posso precisar (...) Não é segredo para ninguém. Vêem consultar o babalao sobre assumptos graves, pedir mandingas, assistir os condomblés (sic), e os sacrifícios e, disseram-me que o Dr. José Tavares já é ogan da seita, primeiro degrao da escada que conduz ao babalaôato. O Dr. Joaquim Paulo, quando secretário freqüentou o Félix para que elle influísse no espírito do Senador Euclides Malta, afim de fazel-o Governador. O Dr. José Tavares é um dos mais afeiçoados dos santos, o que quer dizer que elle esta immune do mal, é um dos favoritos da vida de dinheiro. Para que o Senador goze do mesmo prestígio, o Sr. Secretario do Interior prepara-lhe a iniciação, pois S. Exc. aspira ser alufá (...). Como elle o Dr. Tavares deve a feitiçaria o logar que occupa, como o Dr. Eusébio de Andrade e o Dr. Wanderley de Mendonça que também procura Félix para fins amorosos (...) sobre o Senador Euclides Malta recae diariamente a acção mysteriosa dos philtros encantados, da magia poderosa do babalaô. Por isso S. Exc. Anda pálido e doente. Um dia queixou-se ao Dr. José Tavares, S.S. compadeceu-se do Chefe e aconselhou a procurar Félix. Apresentou-o, fel-o assistir o sacrifício de uma galinha preta immolada à orixá-alúm. S. Exc. gostou, deu-se bem, voltou, abriu a bolsa, porque não há feitiço efficaz sem dinheiro para as evocações, os animaes do agrado das divindades, as plantas, os amuletos e as dansas (...) Agora s. exc. vai ficando mais assíduo; já consultou uma das*

divindades sobre sua saúde e Félix deu-lhe uma xaropada que s. exc. esta usando, a conselho do santo.Como tivesse dúvida acerca de sua futura eleição, o Félix fez uma apparatosa festança, mas o oráculo consultado vacticinou mal(...) Félix trata de applicar orixa-alúm com offerendas e sacrifícios.Treze galinhas pretas já foram sacrificadas! O santo, porém, não está satisfeito e teima predizer desastres a S. Exc. hontem o Dr. José Tavares esteve cá, a saber se Orixá-alúm estava melhor, mas bem disposto (...) Parece que a divindade ainda está mal com o Sr. Senador porque o Dr. Tavares levava uma cara desolada, uns ares de enterro...[135].

A importância dessa informação reside no fato de nos revelar inúmeros aspectos do relacionamento desse universo religioso com o mundo externo. É evidente que em se tratando de um jornal oposicionista, muitas dessas informações poderiam ter sido forjadas com a finalidade de execrar as autoridades que naquele momento ocupavam o poder. Contudo, quando se desenvolve a matéria, aquilo que a princípio poderia ter a finalidade de escárnio, torna-se uma importante peça de instrução. Algo semelhante ao que Maggie (1992) constatou na análise dos processos formais, como intrumentos-chave da regulamentação das acusações. No capítulo referente às versões dos personagens envolvidos na trama ou do drama, como preferiria Victor Turner, se constata que, independente da posição hierárquica ocupada pelo informante, as diversas "confissões" visam confirmar a realidade da feitiçaria.

Um outro ponto a destacar com relação àquela matéria diz respeito ao fato de que os jornalistas alagoanos responsáveis contaram com o auxilio dos vizinhos das casas de Xangô para compor as reportagens até aqui citadas, os quais, aliás, se mostraram bastante instruídos sobre as coisas do santo, embora suas impressões estivessem eivadas desse receio que costuma cercar assunto tão perigoso. Junte-se a esse cabedal informativo, também, a própria experiência vivida por esses profissionais da imprensa, os quais numa

[135] *Correio de Alagoas*. 'O Mestre Félix – A Feitiçaria e a Política. Maceió, 21\02\1906. n. 331 Ano III, p. 2.

cidade com aquelas características demográficas dificilmente estariam alheios a manifestações religiosas de tal natureza. Trata-se, portanto, de duas referências informativas que se inscrevem numa provável rede de confissões, revelações e "produção de verdades".

Voltando às notas jornalísticas envolvendo o nome de Euclides Malta, devemos esclarecer que a quantidade de material disponível para análise é irrisória. Além da matéria de 1906, que como afirmamos anteriormente, trazia as associações mais diretas entre o Governador e as casas de culto, e outras menos enfáticas também mencionadas, quase nada se falou a respeito.

Interessante notar que, mesmo no auge dos ataques desferidos pelos adversários políticos de Euclides Malta, quando inclusive a campanha sucessória de 1911 já estava definida, essa associação quase não aparece. Durante todo o segundo semestre de 1911, o jornal *Correio de Maceió* dedica todos os seus editoriais a atacar as últimas medidas administrativas de Euclides Malta, e até mesmo desencavando manobras políticas realizadas em gestões anteriores. As referências aos terreiros de Xangô aparecem muito sutilmente, mais especificamente, em apenas dois momentos, na coluna intitulada "Boatos e Boatinhos", onde seu responsável, Pretinho dos Boatos, no auge das acusações contra aquele Governador, escreve: "É voz corrente (...) que, quando o Dr. Euclides Malta sente qualquer dificuldade política, nota-se que funcionam ou trabalham todas as casas de Xangô, existentes nesta cidade" [136]. Na mesma coluna, dias depois, o assunto voltaria a baila:

> *Fala-se (...) que sua majestade não desceu de seus aposentos no domingo e hontem; está acamado e a caldos de galinha; que alguns esculapios reaes*

[136] *Correio de Maceió*. "Boatos e Boatinhos". Maceió, 11\12\1911. Ano VI, n. 201, p. 2.

> *consultados, diagnosticaram tratar-se do mal triste governamental e receitaram emplastos adhesivos. (...) que os xangôs trabalharão todos os domingos, o que quer dizer: a oligarchia está moribunda...*[137].

Somente o *Jornal de Alagoas* na série de matérias intituladas "Bruxaria", escritas por ocasião do Quebra de 1912, estabelecera de modo mais direto essa ligação. Em inúmeras passagens assistimos essa associação sendo insinuada ou explicitamente indicada. Esse jornal traz inúmeras denúncias de que a freqüência do Governador a essas casas ia além da simples curiosidade ou como forma de prestigiar, com fins eleitoreiros, as atividades ali desenvolvidas.

> *Sabia-se que entre o nefasto governo do Sr. Euclides Malta e as inúmeras casas de feitiçaria barata, profusamente espalhadas pela cidade, existia a mais estreita afinidade. Sabia-se que a grande força em que o inepto oligarca apoiava o seu governo era o* Xangô, *e com essa confiança no fetiche ignorante mantinha em completa debandada todos os outros poderes orgânicos do Estado* (...) *Sabia-se que o Sr. Euclides Malta e os áulicos palacianos assiduamente freqüentavam esses antros endemoniados, que entre nos, para escarneo de uma população inteira, constituiam ameaçadores e perigosos focos de indolência e prostituição.*[138]

No período em que se verifica a destruição das casas de Xangôs de Maceió, o terreiro supostamente freqüentado por Euclides Malta era o da Tia Marcelina, situado na antiga rua da Aroeira, nas imediações da atual praça Sinimbu. Esse teria sido um dos primeiros focos das perseguições realizadas pela turba enlouquecida, ainda no primeiro dia de fevereiro, quando as suas instalações foram invadidas por mais de quinhentas pessoas, segundo o jornalista do *Jornal de Alagoas* que se encontrava no local, na ocasião. Foi num dos aposentos dessa casa, mais especificamente no que se convencionou chamar de Peji, que foram encontrados retratos que atestaram essa ligação entre o Governador e os

[137] *Correio de Maceió*. "Boatos e Boatinhos". Maceió, 14\12\1911. Ano VI, n. 203, p. 2.
[138] *Jornal de Alagoas.* Maceió, 04\02\1912, p. 1.

xangôs:

> *Eram já 10 ½ da noite e, conduzidos pela preta, estávamos num pequeno quarto, sem ladrilhos, cheirando ativamente a terra úmida e revolvida. No fundo, um altar de tijolo, com quatro degraus, levava o 'filho de santo' ao pe de uma cruz, grotescamente pintada na parede sobre um fundo de borrões verdes.*
>
> Acima dessa cruz de um metro e meio de altura e a dez centímetros estava o retrato do Dr. Euclides Malta e acima deste um quadro representando a virgem Maria, tendo a forma de um pe[139].

Segundo as informações prestadas por esse importante testemunho, as razões da perseguição a essas casas, além do fato de Euclides Malta freqüentá-las, consistiu basicamente no boato de que ali aquele governante obtinha força espiritual para se manter tanto tempo no poder, bem como garantias de que seus inimigos políticos seriam prejudicados:

> *Dizia-se que o 'Xangô', o pupilo do Sr. Euclides Malta, trabalhava por ordem deste para que morressem antes das respectivas eleições os intemeratos Cel. Clodoaldo da Fonseca e o Dr. Jose Fernandes de Barros Lima (...).*
>
> *Em muitas dessas casas foram encontrados documentos preciosos que a sofreguidão do povo destruiu e nos quartos reservados e escondidos as vistas dos profanos, ardiam velas em redor de figuras grotescas que eles fantasiavam ser o Cel. Clodoaldo da Fonseca ou o Dr. Jose Fernandes.*
>
> *Debaixo das vestes de um 'leba' ídolo com chifres, foi encontrado um retrato do Cel. Clodoaldo da Fonseca, virado de cabeça para baixo, como refém de futuros acontecimentos.*
>
> *(...).Um bode sacrificado a 'Oxalá' tinha pendurado no pescoço o retrato do Cel. Clodoaldo da Fonseca e esse bode, entre acaçás, moringas, pratos, moedas de cobre e outros ingredientes estava destinado a ser enterrado na praia.*
>
> *Em outras foram achados dois retratos do Cel. Clodoaldo e do Dr.*

[139] *Jornal de Alagoas.* "Bruxaria". Maceió, 06\02\1912. Ano V,. p. 1.

Fernandes Lima, sob um montículo de barro fedorento e aluminado por quatro velas de sebo.

Eis todo o cortejo bestial que cercava e prestava mão forte ao Governo do Sr. Euclides Malta[140].

A gravidade dessas acusações, resultado da verve ácida e notória do editor do *Jornal de Alagoas,* Luiz Magalhães da Silveira, fez com que a intelectualidade alagoana, desse pouco crédito a essas informações. Porém, se como afirma Jacques Le Goff, em seu *Reflexões sobre a História*, um documento é uma mentira se for adotado no sentido positivista, uma vez que a sua verdade está quase toda nas suas intenções, não podemos negligenciar a riqueza desse material[141]. Lembremos que, verdadeiro ou não, o relato que é fornecido por aquele jornalista, oferece-nos uma série de dados que não poderiam ser tomados apenas como objeto da sua imaginação. Supomos ter sido necessário um contato mínimo com tais peças, para que a opinião que se formasse acerca das mesmas merecesse um pouco de credibilidade. Na matéria escrita no dia 07 de fevereiro, o mesmo funcionário do *Jornal de Alagoas,* que comparecera a uma exposição montada na sede da "Liga dos Republicanos Combatentes", tendo os objetos que sobreviveram à destruição como tema, pôde retirar dali o material necessário à composição de sua reportagem, inclusive porque os mesmos haviam sido classificados segundo os informações que foram prestadas por um dos filhos de santo que compareceu ao local, conforme já discutimos anteriormente. Procedem daí, portanto, informações como as que seguem:

Disseram-nos que o "Xangô Bomim"*, um 'santo' de madeira com cara preta, era o protetor do Dr. Euclides Malta na sua qualidade de chefe político; que 'ogum-taió'o defendia contra os inimigos, rogando aos deuses todas as garantias para o governador, e que o 'Xangô dele', um 'santo'aleijão, de muleta e*

[140] *Jornal de Alagoas.* "Bruxaria" Maceió, 04/02/1912. Ano V. p. 1.
[141] Le Goff. Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa, Edições 70, 1986.

filho ao braço, era o que mais rapidamente se apossava do Dr. Euclides, entrando-lhe na cabeça[142]

Voltando a tratar da participação de Euclides Malta nesses cultos, quando ele comparecia a uma dessas casas, costumava se acomodar em aposentos específicos montados para recebê-lo, a fim de que não pudesse ser visto pelo resto da audiência, conforme podemos atestar através do texto abaixo:

> *Tia Marcelina preparou a sessão, de acordo com o chefe, e as 8 horas mais ou menos, o Soba entrou nessa casa de uma das ruas mais esconsas da Levada*[143]*, acompanhado de um dos seus áulicos, que bem conhecemos. Os trabalhos já haviam principiado e a negra 'mãe de santo', modulando sorrisos de megera, olhares esgazeados de víbora saciada, correu com a mão o reposteiro de uma saleta contígua e lá ficou o 'Ogum-taió'da Praça dos Martírios, guardado as vistas dos seus irmãos e do pessoal que na rua avidamente olhava as danças e os requebros da 'tia Marcelina. Tendo a cabeça um capus de 'Ogum-china' no peito um colete de 'Ogum-doaci' em que esta bordada em seda amarela uma cora de Rei, e na mão direita uma espada de 'oiá'. O Soba esperou com a religiosidade do frade, a hora em que lhe fosse permitido fazer uma petição. O 'santo' apareceu na cabeça de uma preta, que rolou no chão, como fulminada pela fúria de um 'leba', e o 'peticionário', saído do seu esconderijo, abraçando a irmã, murmurou-lhe palavras secretas ao ouvido. Depois foram todos para o quarto de feitiçaria, e diante do 'pegi' uma grande panela ardia sobre um fogo vivíssimo, tendo a ferver, em uma mistura de feiticeiro, sapos, pintos, cabelos, pedras, azeite de dendê, umas pequenas frutas semelhantes a cola e outras iguarias. Tia Marcelina principiou a mecher desordenadamente e a negra que estava com o 'santo na cabeça', em palavras quase imperceptíveis, repetia 'colo', colo', 'colo'... 'doaldo'. Terminou ai a sessão e o Sr. Euclides, meio desconcertado com as profecias do 'santo' retomou o caminho do palácio, onde, conta-se, passou mal à noite*[144]*.*

[142] *Jornal de Alagoas*. "Bruxaria". Maceió, 07\02\1912. Ano V. p. 1.
[143] Já inferimos acima sobre as controvérsias dessa informação (nota 15).
[144] *Jornal de Alagoas*. "Bruxaria" . Maceió, 08/02/192. As palavras aspeadas são da lavra do próprio jornalista responsável pelas matérias.

Importante notar que essa matéria fora escrita quando grande parte dos terreiros já havia sido destruída, e as peças com a devida classificação já se encontravam expostas na sede da Liga dos Republicanos, o que nos faz pensar que grande parte das informações contidas no texto citado advinha desse material posteriormente recolhido.

Percebe-se também, pela matéria transcrita, que o período por ela coberto, coincide com o auge da campanha persecutória contra uma possível permanência de Euclides Malta no poder. Nessa época, a circulação do Governador pela cidade, restringira-se consideravelmente, inclusive porque o nível de insatisfação da população já se manifestara em diversas ocasiões em que correligionários seus foram acossados em suas próprias casas ou perseguidos nas ruas da cidade. Contudo, deve mesmo ter havido um período em que a freqüência de Euclides Malta aos terreiros, poderia ter acontecido sem alarde. Apesar disso, segundo as mesmas e inevitáveis fontes, a iniciativa de se manter oculto naquelas casas foi sempre cultivada. O jornalista noutra ocasião fala de uma sala especial reservada ao Governador, onde além de orações realizavam-se outros tipos de sacrifícios:

> *Na casa da 'tia' Marcelina, a mais freqüentada pelo Sr. Euclides e os seus amigos, possuímos provas irrefutáveis, alem do quarto dos mistérios do feitiço, com o seu 'pegi' ou altar da 'obrigação', havia um outro quarto de mistérios mais transcendentes para eles, com seu 'altar' velado por um cortinado de filo branco, alvos lençóis sobre o leito bem cuidado e um laço de fita encarnado languidamente caído do alto de uma cúpula machetada de 'ofas' sobre a abertura anterior desse ninho de prazeres. Era o 'pegi' dos sacrifícios humanos, dos mistérios da carne, onde uma vez por mês, era uma 'filha de santo' na flor da idade, sacrificada a 'ali-baba', o ídolo da animação e do prazer*[145].

O epíteto de *Leba* que recairia sobre Euclides Malta e seus correligionários, alguns meses depois da sua destituição, não havia aparecido em nenhuma das diversas matérias

[145] *Jornal de Alagoas.* "Bruxaria" . Maceió, 08/02/1992.

publicadas no período anterior e nas quais insinuava-se a sua ligação com as casas de Xangô da capital. Tampouco os boletins insultuosos fartamente distribuídos pela Liga dos Republicanos Combatentes logo nos primeiros dias após o aparecimento dessa associação, faziam referência àquela entidade. Como vimos antes, na Liga utilizava-se apenas a expressão "Soba da Mata Grande", numa clara associação entre o governo "tirânico" de Euclides Malta e os chefes de tribos africanas, aos quais ficou ligado aquele termo. Somente nas páginas do diário vespertino *O Combatente*, que circulou entre setembro e dezembro de 1914 é que se tornou comum a utilização daquele termo para se referir ao governador destituído e a seus asseclas que continuaram em Maceió, fazendo oposição a Clodoaldo da Fonseca. Convém, portanto, inferirmos sobre o significados desse termo, bem como sobre as razões por que um espírito tão marcado por designativos maléficos foi utilizado para caracterizar uma personagem da história política de Alagoas, cuja astúcia deveria ser reforçada por essa associação.

Segundo Pierre Fatumbi Verger, um dos autores a dedicar ao assunto extensa atenção, na análise que faz dos orixás e voduns de origem africana, bem como de suas sobrevivências no Brasil, inclusive se amparando no farto material etnográfico fornecido por viajantes, missionários e etnólogos, além dos inúmeros relatos recolhidos diretamente com babalorixás dos dois continentes, a figura do Legba se enquadra no panteão dos Exus. Para aquele autor, Legba, assim como o Exu dos Yorubás, caracteriza-se pela qualidade de mensageiro dos outros orixás e guardião dos templos, sendo que os primeiros missionários, espantados com tal variedade de habilidades, associaram-no ao Diabo, fazendo dele símbolo de tudo que é maldade, perversidade, abjeção e ódio[146]

Não convém estendermo-nos na discussão dos atributos dessa entidade, nem

[146] Verger, Pierre Fatumbi. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns*. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 151.

tampouco da sua procedência, inclusive porque na obra citada, Verger o faz com maestria, fornecendo-nos um precioso dossiê não apenas sobre o Exu Elegbará, como também sobre uma série de outros orixás. O que devemos guardar do debate acerca do assunto, é o fato da maioria dos antigos viajantes relacionarem-no ao tronco daomeano. Esse dado nos conduz ao estudo realizado por Abelardo Duarte e publicado na *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, sobre a descoberta de objetos ligados ao culto da serpente, de origem daomeiana, o que revelaria uma suposta influência desse grupo nos antigos terreiros de Xangô do Estado.

> *A descoberta em Alagoas de objetos ligados ao culto da cobra-deus, de origem daomeiana,pertencentes a antigos terreiros, vem juntar-se às revelações feitas por Edson Carneiro, Gonçalves Fernandes, Aydano do Couto Ferraz e, sobretudo, Nunes Pereira (...) A existência de objetos ligados ao culto daomeano da cobra-deus nas Alagoas coloca-nos diante de uma das formas pelas quais o escravo negro resistiu pacificamente à força niveladora do seu novo* habitat*: teimando em conservar as raízes das suas crenças e superstições, todo o fundo místico de sua alma, de vez que fora impossível, por circunstâncias várias independentes de sua vontade, manter os mesmos moldes anteriores de vida espiritual*[147].

A importância desse trabalho reside no fato de apontar a presença de um importante elemento aculturativo entre os estoques africanos que desembarcaram no Estado, no caso, os escravos Gêges, que se espalharam por todo o Nordeste, embora em menor escala que os grupos Bantu e Nagô, predominantes em Pernambuco e na Bahia, respectivamente. Entre os elementos apontados por esse pesquisador como evidência da sobrevivência dos cultos de origem daomeiana nos antigos xangôs alagoanos constam dois objetos ligados ao rito *vodum* serpente – Dãhn-Gbi, pertencentes às antigas casas de culto

[147] Duarte, Abelardo. "Sobrevivências do culto da serpente (Dahn-Gbi) nas Alagoas" **In** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas.* Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió. 1950. p. 63-64.

afro-brasileiro e que foram conservados entre o rico material que hoje compõe a "Coleção Perseverança", no caso:

> *a) uma pulseira de filha-de-santo, de latão, representando uma cobra enrodilhada, terminando nas duas extremidades em cauda e cabeça, sendo finamente trabalhada e os olhos formados por contas vermelhas; b) peça de ferro (22 cm de altura), constituída de três lanças e duas foices enlaçadas por um serpente, na extremidade inferior, tendo uma pequena base ou suporte quadrangular*[148].

É certo que a base sobre a qual se ampara Duarte, para defender sua tese é muito incipiente, embora ele recorra ainda a outros expedientes, como é o caso do uso comum nos xangôs alagoanos do hagiológico *Legba*, e que parece ter sido cultuado com denominação própria naquelas casas. Apesar de ter sido mencionada a existência de uma imagem representativa dessa entidade pelo repórter do *Jornal de Alagoas*, não se encontra entre os objetos que compõem o acervo da Coleção Perseverança qualquer escultura ritual do Leba que possa confirmar sua presença nos cultos alagoanos[149].

Para encerrarmos esse debate, convém recorrer à crítica realizada por Roger Bastide às tentativas de africanistas brasileiros, entre os quais, Nina Rodrigues e mais amplamente Arthur Ramos, de localizar no país "vestígios das civilizações daomeanas", amparando suas assertivas em certos objetos por eles localizados. O etnólogo francês afirma que "os colares de ferro em forma de serpente", ou outros objetos como os que foram localizados por Abelardo Duarte, "são talvez mais certamente de Ogum que de uma

[148] Duarte, Abelardo. "Sobrevivências do culto da serpente (dânh-Gbi) nas Alagoas" **in** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió. 1950. pp. 66/67.

[149] Apenas umas poucas peças ritualísticas, mais especificamente, um conjunto de ferros associados a Exu, foram conservados entre os tantos que compõem a coleção Perseverança, graças talvez, ao fato de se confundirem com outros objetos de assentamentos de formato parecido. Aliás, a julgar pelo nível de entendimento do jornalista, que confundiu um *assento* com um banco do orixá Ogum-taió, descrito como "peça torneada, de madeira, sobre pé de ferro e em que o Dr. Euclides Malta se sentava para receber a benção do pai de santo", não é difícil imaginar a dificuldade de identificação e classificação dos objetos apreendidos, razão pela qual precisou-se contar com a ajuda de um filho de santo.

divindade daomeana"[150].

Devemos, portanto, preocuparmo-nos em identificar o momento em que a figura do Leba aparece associada a Euclides Malta. Fomos encontrar uma versão bastante plausível no livro de crônicas *Alagoas Pitoresca*, escrito por Edu Blygher. Vejamos de que modo ele relata a situação em que o Governador ficou conhecido por aquele designativo:

> *Muita gente desconhece a razão por que chamavam de Lebás, os partidários da política do Euclides (...) Leba era o Supremo Deus invisível do culto do Xangô. Não era nem santo, propriamente dito. Santos eram Oxalá, Ogum Taiô e outros menos importantes. Em cada estado onde havia esse exótico culto, fazia-se preciso que o representasse no seio do seu templo e esse representante recebia as honras de chefe mor, uma espécie de Papa... (pp. 12/13).*
>
> *Chico Foguinho, o pioneiro dessa seita entre nós, nos primeiros passos para a sua constituição foi a Palácio, acompanhado dos seus irmãos Japyassu, Cesário Thompsom, Chico de Teça e vários outros crentes, no número dos quais, mais tarde, se filiaram muitos doutores, comerciantes e senhoras de alto coturno social e convidaram o Governador, para honrar com a sua presença, a sessão inicial dos ofícios inaugurais do culto aludido. Euclides, dentro do seu velho princípio, em virtude do qual, melhor seria estar bem com todos, do que ter alguém ou alguma coisa que lhe pudesse fazer algum mal, aceitou o convite e lá se foi para a tal inauguração do Xangô do Foguinho, na rua Santa Maria[151].*

---

[150] Bastide, Roger. *As religiões africanas no* Brasil. São Paulo: Pioneira/ EDUSP, pp. 256/257. Para incrementar ainda mais essa discussão, retomaremos João José Reis, que na análise da invasão de um terreiro do recôncavo baiano observa a utilização de um certo tipo de instrumento, no caso, um pote sobre cuja boca vibra-se um chinelo, com a finalidade de não incomodar a vizinhança, como era comum em certas cerimônias fúnebres dos terreiros jeje do Maranhão. Nos cultos realizados em Maceió depois de 1912 se verifica o mesmo cuidado, e como a substituição do atabaque por outros recursos sonoros se tornou comum nos candomblés ao longo do século XX, ali também se lançou mão desse tipo de estratégia, embora nenhuma das fontes utilizadas tenha feito referência aquele tipo de instrumento (Cf. Reis, João José. "Magia Jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira (1785). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp. 71/72, mar-88/ago-88).

[151] Não localizamos no relatório sobre logradouros de Maceió apresentado ao Intendente da Capital em 1911, nenhuma rua com esse nome, sendo mais provável tratar-se da rua Santa Cruz, que é onde de fato se localizava o terreiro de Chico Foguinho, conforme outras fontes. Por exemplo, Abelardo Duarte falava da rua Pernambuco Novo, como endereço desse estabelecimento, a mesma onde ficava a sede da Liga dos Republicanos Combatentes, embora, como vimos a cima, essa sede se localizasse na esquina da rua do Sopapo com a Comendador Teixeira Bastos, antiga Pernambuco Novo. (Cf. Tavares, Bráulio Fernandes. *Relatório que*

Em lá chegando, Japyassu, como que introdutor diplomático e palavra passada com a irmandade, aclamou o seu chefão Euclides, como representante máximo de Deus Leba, ou seja, o Papa do Xangô alagoano. Euclides meio embaraçado com a surpresa, recebeu, todavia, aquela honraria, como uma simples palhaçada e com sua proverbial bondade e indiferença a uns tantos preconceitos sociais, dentro sempre do seu inseparável princípio já anunciado (...) submeteu-se ao 'Beija mão dos fiéis', coroou os santos, desde o maior ao menor e ao terminar toda essa cerimônia ritual, ao retirar-se, chamou Chico Foguinho e toda a corja macumbeira e disse-lhes: Bem, está tudo certo e faço votos pela felicidade de todos vocês, mas eu os advirto de que, acima desse tal de papado está o meu poder secular. Em caso, pois de conflito entre os dois, podem ficar certos, o papa de vocês desaparece, para ficar o governador zelando pelo bem estar do povo que governa. E, outrossim, declaro, ainda que para evitar massadas e nova visita ao templo xangoriano, como papa não devo andar muito a mostra, de modo que, sem arredar o pé do vaticano farei de lá, tudo que julgar necessário aos interesses de vocês. E retirou-se com grande séqüito de papalinos. Pouco tempo depois, a imprensa meteu o pau na macumba de Foguinho, denunciando à polícia, fatos graves cometidos pela sua gente, que estava à extorquir dinheiro do povo, para descasar e arranjar noivo, etc., com chá de pedaço de frauda de camisa ou de ceroula. Tudo numa exploração terrível e abuso de ignorância da nossa população. O pânico estabeleceu-se, desde logo, por toda a cidade e o papa teve que intervir, baixando uma bula e caso não fosse obedecida, como na bula se ordenava, a polícia fecha-lo-ia.

Houve no seio dos macumbeiros certo movimento de revolta contra o papa e sua bula, mas Japyassu, como secretário geral do culto xangoriano, aconselhou todos os irmãos a obedecerem, porque, disse ele, não devemos ir de encontro à infalibilidade do nosso papa, sob pena de excomunhão. E o Xangô fechou-se mesmo. E está aí, salvo melhor juízo, a origem do lebismo nas Alagoas. Só tempos

---

sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao illustre Snr. Intendente desta capital, Dr. Luiz de Mascarenhas. Maceió: Typographia Commercial, 1911; Duarte, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: DAC/SENEC, 1974. P. 19 e; Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*: *Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001, p. 151).

depois do Euclides fora do Governo, é que veio ele saber dessa história do seu papado e da razão por que seus amigos eram chamados Lébas...E ao pôr-se ao par de tudo isso, dando uma gargalhada, declarou: 'nunca tal coisa se deu na minha vida, e nem nunca sequer, por curiosidade, entrei nessas casas de macumbas e feitiçarias'...E como estas, foram muitas acusações que lhe fizeram...[152].

Este é sem dúvida o depoimento mais extenso que encontramos sobre a suposta ligação de Euclides Malta com os terreiros de Xangô de Maceió, embora, como alertamos antes, sua utilização deva ser feita com cuidado, por assumir em suas últimas linhas a forma de uma defesa que se tornou recorrente entre os tinham apreço pelo ex-governador, os quais tentaram livrá-lo do estigma de macumbeiro que o perseguia. Essa contestação sempre se apresenta quando o objeto dos ataques é alguém de grande projeção nos meios políticos, o que não significa dizer que as suspeitas levantadas sejam totalmente descabidas ou exclusivas de uma época.

Nas entrevistas realizadas durante a realização dessa pesquisa, tivemos a oportunidade de confirmar a continuidade em Maceió do trânsito entre a política e esse ramo marginalizado da religião. Quando indagamos a D. Pastora, proprietária de uma casa de consultas de mesa branca no bairro do Tabuleiro, se ela já havia sofrido algum tipo de perseguição policial, obtivemos a seguinte resposta:

Não, graças a Deus não. Nunca. Eu sou uma pessoa que graças a Deus eu trabalhava até pros Governador, como pra aquele Dr. Silvestre Péricles. Eu trabalhei muito. Ele ia na minha casa e muitas vezes ele mandava o empregado dele, Seu Bernardo, me lembro como hoje, ir me buscar na minha casa, com meu esposo, pra eu jantar lá no palácio com a D. Constancia, mãe dele. Eu era uma pessoa muito feliz, graças a Deus e ainda hoje sou.O Silvestre Péricles perseguiu muita gente aqui. Perseguiu muito. A mim graças a Deus...Ele dizia mesmo, dizia

[152] Blygher, Edu. *Alagoas Pithoresca*. Maceió: Imprensa Official, 1951. p. 12/14.

em voz alta que ele era todo nervoso: "a única pessoa que vai ficar trabalhando aqui dentro de Maceió e em todo o Estado de alagoas é a D. Maria Pastora"[153].

Esse não foi o único caso registrado, nem por essa nossa informante, nem por outros que entrevistamos na seqüência, razão pela qual dispomos de motivos abundantes para consignarmos a tais depoimentos a credibilidade de que são detentores. No caso específico de D. Pastora, as razões por ela apresentadas para dispor do amparo das mais altas autoridades políticas de Alagoas, entre as quais, o próprio Silvestre Péricles (1951/51) e o ex-governador que o sucedeu no executivo, Arnon de Mello (1951/1956), residiam no tipo de liturgia desenvolvida em seu templo, na rua Inácio Calmon, no bairro do Poço. Segundo essa informante, que trabalhava com Pretos Velhos, foi a modalidade de culto por ela desenvolvida que atraiu a confiança dessas autoridades e "pessoas da alta" e que consistia basicamente em "cantarolas e as palminhas". Raramente essa zeladora realizava toques em sua casa e quando isso acontecia, por ocasião de alguma festa, como a de São João, por exemplo, ela contratava o pessoal dos terreiros conhecidos para vir tocar os ingomes e os pagava por esse serviço, mas isso "de tempos em tempos", já que como admite, "eu nunca gostei do toque".

Assim sendo, o caráter sigiloso das sessões de caboclo e de mesa de branca que ela realizava em sua casa, mais adequadas aos "homens de classe", como Arnon de Mello, o qual inclusive já havia gasto bastante dinheiro em outras casas da cidade antes de procurá-la, é que lhe garantiram o prestígio de que se nutriu durante toda a sua atuação como zeladora. Importante notar que aqui também aparece a classificação dessas práticas em termos hierárquicos, conforme notado por Maggie e Dantas em outros contextos. Contudo, a aferição de qualidade na feitiçaria em Maceió, nesse período, não obedece àqueles critérios de preferência e rejeição da magia em termos de benefício e malefício, ou ainda, em termos de pureza e degenerescência que foram verificados por aquelas duas autoras em suas respectivas pesquisas, e sim à apreciação em função do sigilo, segredo, discrição e silêncio, contra práticas espalhafatosas, barulhentas e escandalosas. Vejamos outra parte da entrevista realizada por D. Pastora, onde o aspecto do sigilo ressalta como garantia do reconhecimento por ela obtido de sua clientela. Quando indagada sobre se as pessoas da vizinhança ou da sociedade de um modo geral tinham conhecimento das freqüentes visitas

[153] Entrevista realizada com a Sra. Maria Pastora Silva, no dia 03/03/2002.

do Governador Arnon de Mello a sua casa ele responde:

> *Muita gente sabia, lá, quando ele dançava lá. Lá em casa, não, porque lá em casa eu não conversava nem com as meninas que ele era lá de casa, que eu desenvolvia. Eu não conversava com elas. Quando ele vinha, só era eu. Eu sozinha assistia. Eu e o cargueiro, o rapaz que o retirava pra dentro. Ficava eu e ele ali. Deixava ele à vontade. Mandava ele pra mesa, às vezes ele tomava um banho e depois vinha pra o salão. Era assim. Aí, então, quando ele dançava lá, aí, ela botava todo mundo. Com aquela turma que era do terreiro dela e todo mundo via. Um homem de classe num meio desse. Isso é pra desmoralizar. A pessoa tem que ter sigilo, porque eu trabalho pra pessoas da alta aqui, mas eu tenho sigilo. Eu não cito o nome de fulano, de beltrano, nem chamo ninguém pra assistir. É eu e ele ali trancado. E pronto. Esse negócio de propaganda não presta*[154].

O critério que determina a qualidade dos serviços prestados naquela casa é o do sigilo, conforme já comentamos acima. Subjacente a esse juízo e exatamente porque no jogo de classificações, se faz necessária a presença de categorias opostas, eis que se interpõem os predicados negativos, pautados em características como barulho e indiscrição. É assim que funciona a lógica classificatória na construção do significado da pureza e dos aspectos moralizantes dos cultos afro-brasileiros, bem como no discurso nativo de quem vive a experiência religiosa de Alagoas, os quais podem ser melhor ilustrados num outro trecho da mesma entrevista, no caso, o relato de uma situação em que o Silvestre Péricles ao consultar sua divindade, o Preto Velho, recebe dele uma advertência pelo modo como tratava outras variantes dos cultos africanos na capital e que aqui citamos mais uma vez à guisa de encerramento desse capítulo.

> *O preto velho falava, dizia pra ele: "Silvestre, olhe, não faça isso não, deixe os miseráveis ganhar o dinheiro deles". Ele dizia: "Mas, não é isso. Eu como Governador, eu tenho que ter ordem". Aí, uma vez ele ainda disse assim pra mim, disse a mim: "O preto velho vovô", que ele chamava assim, o vovô, "reclamou porque eu tô fechando aí vários terreiros, mas é tal história, eu como Governador tenho que ver o erro da cidade, de toda a cidade. Assim, eu também deixaria o mercado de Jaraguá, ele venderem da maneira que bem quisesse. Mas, o que é que*

[154] Entrevista realizada com a Sra. Maria Pastora Silva, no dia 03/03/2002.

faço? Toda semana eu estou na feira de Jaraguá, olhando quem está vendendo por mais, quem está vendendo por menos, como é, controlando. Então o governador tem que fazer assim..." Ele dizia assim, "tem que vestir uma roupa mais humilde, sair de sandalhinha por ali, para não dar demonstração do que é, pra poder pegar os erros". Ele falava isso[155].

[155] Entrevista realizada com a Sra. Maria Pastora Silva, no dia 03/03/2002.

CAPÍTULO 3 –OS NEGROS NA VIDA SOCIAL DE ALAGOAS

Santa Bárbara da mina de ouro
Cadê minha nação, cadê meu tesouro
Domínio popular[156]

a) – Pouca História e muitos silêncios

Trataremos nesse tópico de um dos componentes fundamentais no desenvolvimento da trama que resultou na destruição dos terreiros de Xangô em Alagoas. Como no capítulo anterior, discutimos acerca de um dos principais personagens do episódio que ficou conhecido como "Operação Xangô", no caso, o Governador do Estado de Alagoas entre os anos de 1900 e 1912, Euclides Malta, eis que se apresenta o momento de considerarmos a atuação dos negros, segmento responsável pelo desenvolvimento das religiões afro-brasileiras naquele Estado e que se constituíram no foco exclusivo da perseguição de 1912.

Abordar essa categoria em Alagoas, o que implicaria num apanhado histórico desde a chegada àquele Estado, sua distribuição pelo espaço geográfico, bem como a identificação dos principais traços culturais deixados pela sua passagem no local, não é tarefa das mais simples, haja vista a grande escassez de material escrito a respeito, como é comum em situações em que sobre grupo a ser tratado, paira a pecha de marginalizado.

Essa lacuna já havia sido notada antes por um importante estudioso da história alagoana, que na análise de um dos seus momentos cruciais, a Guerra dos Cabanos, brindou-nos com uma inestimável obra intitulada *a Utopia Armada*. Estamos referindo-nos a Dirceu Lindoso que no trabalho citado, versa sobre as rebeliões de pobres ocorridas entre os anos de 1832 e 1850, na fronteira das províncias de Alagoas e de Pernambuco,

[156] Trecho de uma cantiga dos antigos maracatus alagoanos recolhidos pelo folclorista Théo Brandão (*Folguedos natalinos*. Maceió: Sergasa, 1973).

região conhecida na época como Matas do Tombo Real. Dada a precisão das análises realizadas nesse estudo, ele será utilizado aqui como roteiro para nossas observações[157].

Embora refira-se a um evento específico, ocorrido dentro de um tempo histórico determinado, a crítica elaborada por esse autor àquilo que foi por ele denominado de "discurso histórico antiinsurrecional" ou "historiografia da dominação sesmeiro-escravista", presta-se sobremaneira às análises que ora desenvolvemos. Antes, porém, de avançarmos nesse ponto, convém nos estendermos um pouco sobre sua própria análise do fenômeno, uma vez que afeta nossa discussão. Segundo Lindoso:

> "*Entre os anos de 1932 e 1836 (...) uma área geográfica aproximadamente de 300 km de extensão e 60 km de largura, onde se inscrevem os territórios atuais do sul de Pernambuco e do norte de alagoas, enraizados à época de ricos engenhos de açúcar e plantações de fumo, dispostas ainda virgens as densas matas úmidas – as velhas e antigas matas reais (...) fora cenário da mais contraditória (...) das insurreições populares de nossa história social. Nesse longo espaço de matas (...) irrompeu a Guerra dos Cabanos, a Cabanagem alagoano-pernambucana*"[158].

Contudo, é para o estudo do discurso histórico que esse autor se volta, pelo menos na parte introdutória do seu trabalho. Para tanto, ele elege duas principais obras, as quais fundamentaram o estamento intelectual alagoano por mais de 150 anos. Trata-se do *Opúsculo de discripção Geographica,* de 1844, atribuída a Antônio Joaquim de Moura, que foi presidente da Província de Alagoas; e *Geografia Alagoana*, cuja primeira edição data de 1860, de autoria de Thomaz do Bomfim Espíndola, os quais fundaram os estudos históricos e geográficos alagoanos. Nas duas obras, essa insurrecionalidade popular foi

[157] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
[158] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 17.

tomada pelos seus aspectos mais negativos. No primeiro caso, os Cabanos foram apodados de "mantilha de feras desumanas mui bem armadas" e, no segundo, intitulados de "cabanada Selvagem".

Entre as conseqüências lógicas dessa atitude intelectual, destaca-se o fato de ter se inaugurado na historiografia estamental um "discurso historiográfico que encerrou as realidades insurrecionais cabanas num cárcere textual". Esse fato, que foi chamado pelo autor em questão, de "esquecimento", além de ter influenciado de maneira decisiva a formação de toda uma intelectualidade, representou ainda o "desmantelamento do sistema de oralidade das populações cabanas, que ficou reduzido a uma expressão folclórica"[159].

Segundo Lindoso, apenas dois livros, escritos mais recentemente tratam a cabanagem como um movimento insurrecional autônomo, no caso, *A Guerra dos Cabanos,* de Manoel Correia de Andrade e *Os Guerreiros do Imperador,* de Décio Freitas, os quais além de estabelecer uma visão documental mais ampla do movimento, perceberam como fundamental a contradição de uma insurreição, inicialmente de natureza e objetivos estamentais, mas com decisiva participação popular[160].

No mais, a historiografia alagoana que produziu esse discurso anticabano, e que dominou por quase 150 anos, representada pelo estamento intelectual que integrava ou defendia as classes economicamente dominantes, trataram a contraposição à ordem, representada pelos Cabanos, como de natureza criminal e perigosa:

> *As participações populares aparecem nesse discurso como as de agrupamentos sem história e, por conseguinte, marginais e sem legitimidade. Os heróis populares são incluídos na categoria de marginalidade social: são*

[159] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 18/24.
[160] Andrade, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965 e; Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

"criminosos", "salteadores", "bandidos". Derrotados, os heróis populares são não só encerrados em cárceres reais. Passam também a ocupar as enxovias do juízo histórico estamental. Dos cárceres da vida escorregam aos cárceres do texto[161].

Quanto às populações pobres da região, constituídas por mulatos e brancos moradores e lavradores, índios aldeados que viviam sob permanente recrutamento militar, negros escravos e negros papa-méis, que tomaram as matas do rei como coutos e rebelaram-se em defesa dos seus senhores, embora tenham garantido as condições de manutenção de uma organização subversiva, iniciada pelos ricos senhores de engenhos de açúcar e de escravos, que tramaram a destituição da Regência e a volta de D. Pedro I ao trono, não puderam assegurar uma memória dos seus feitos bravios:

Os moradores e os lavradores empobrecidos permaneceram sem terras, em condições apenas de sobrevivência; os índios foram reorganizados em miseráveis aldeias militarizadas; os negros ou morreram resistindo nas matas, (...) ou foram capturados, vendidos ou reentregues aos antigos senhores. O "esquecimento" significou a reestruturação, por meios violentos, da antiga hierarquia social que o sistema de colonização portuguesa estabeleceu na sua colônia da América (...) [bem como] uma elaborada técnica de desmemória que alcançou toda a consciência social de uma região (...) O discurso anticabano se estruturou como um discurso repressivo, apodítico, justificatório, dissuasivo. Esse discurso estamental esconde não só a terrível repressão contra as populações cabanas, mas também seu empobrecimento compulsório[162].

Assim como no discurso sobre a Guerra dos Cabanos, produzido pela historiografia alagoana, verifica-se essa espécie de "empobrecimento compulsório", cujo efeito cultural foi desastroso para as populações pobres envolvidas no episódio, já que toda

[161] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 34.
[162] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 27/28.

sua oralidade social foi reduzida a um baixo nível de comunicação e de guarda da memória social, o mesmo podemos afirmar com relação ao que aconteceu com as populações negras no estado de um modo geral. Os mesmos autores relacionados por Dirceu Lindoso, como continuadores dessa técnica do "esquecimento", enquadram-se aqui na reclamação que fazemos do tipo de atenção recebida pelo segmento formado por negros:

> *A insinuação de marginalidade histórica aos fatos cabanos continua na* História de Alagoas (1909), *de Moreno Brandão; na* Viçosa de Alagoas (1914), *de Alfredo Brandão, na* História de Alagoas *e em* Maceió (ambas sem data) *de Craveiro Costa, na* História da Civilização das Alagoas (1933), *de Jayme de Altavilla, e de modo residual, no O Bangüê nas Alagoas (1949), de Manoel Diegues Júnior, vamos encontrar a mesma "insinuação de marginalidade histórica aos fatos"*[163]

Seguindo as pistas fornecidas por Lindoso, mas sem desprezar a contribuição de alguns desses autores para a compreensão do processo histórico alagoano, relacionamos algumas dessas obras, reunindo-as em feixes, pelas características comuns de sua produção. Trazemos em sua defesa as palavras de Moreno Brandão (1909), um dos autores clássicos da historiografia alagoana, o qual, a pretexto de comentar a obra de outro consagrado historiador local, justifica a utilização que fazemos aqui de suas contribuições:

> *Ative-me ao lacunoso trabalho [do Dr. Thomás do Bom-fim Espíndola] que não pode ser com justeza e imparcialidade relegado para um plano inferior, mesmo atento às falhas de que se ressente a 'Geographia Alagoana', muitas vezes de uma prolixidade enfadonha a respeito de certos assuntos, e de outras feitas sobremodo omissa e incompleta.Mesmo assim ninguém poderá tratar da história*

[163] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 35.

de Alagoas sem procurar tão importante e valioso auxílio[164].

O *Opúsculo de Discripção Geographica*, de 1844, de Antônio Joaquim Moura, o qual no relatório que abriu a 2ª sessão ordinária da 1ª Assembléia Legislativa, em 01 de janeiro de 1836 fez referência a "um quilombo de negros fugidos", contém indicações sobre esse segmento, que integrou as tropas armadas no que se convencionou chamar de a Guerra dos Cabanos. Contudo, é nas páginas do *Geographia Alagoana*, de Thomaz Espíndola, comumente considerado o fundador dos estudos históricos e geográficos em Alagoas que se encontra a primeira indicação mais direta ao envolvimento de negros em episódios da história do Estado, ainda que em um único momento de toda sua obra e mesmo assim, utilizado-se da categoria "escravos", condição ainda em voga quando da publicação do seu trabalho:

> *Era o quilombo dos* palmares, *assim chamado por causa das muitas palmeiras que existiam nessas paragens (...) uma nação* sui generis *(...) composta de um agregado de negros fugidos dos engenhos vizinhos, de pardos e mestiços, todos em número que se supõe excedia a 20.000 na época de sua destruição, havendo sido em seu começo uns 40, todos negros fugidos*[165].

Esse seu trabalho, *a Geografia Alagoana*, publicada em 1871 e elaborada a partir de informações contidas nos relatórios apresentados à administração imperial, no que se refere aos temas geográficos, e em arquivos do governo e da câmara municipal, além de jornais da província publicados entre os anos de 1865 e 1870, para a parte política e histórica, serviu de lastro para os trabalhos que surgiram na seqüência, entre os quais destacam-se três outros trabalhos fundamentais que com ele se juntam para formar a quadra clássica da historiografia alagoana, no caso *História de Alagoas*

---

[164] Brandão, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa. 1981 [1909], p. II

[165] Espíndola, Thomaz do Bom-Fim. *A Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da* província *das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento: 2001 [1871]. Pp. 201/202.

escrito por Moreno Brandão em 1909, *História das Alagoas*, de Craveiro Costa, surgido em 1929 e, por fim, *História da Civilização das Alagoas* de autoria de Jayme de Altavilla, datado de 1933.[166]

Percorrendo a trilha aberta por Thomaz Espíndola, quando se faz menção nesses primeiros escritos, à participação dos negros na história do Estado, esse segmento figura na opinião daqueles historiadores como mero acidente de percurso. Segundo esses estudiosos, a atuação daquele segmento serviu mais para o enaltecimento da ação dos detentores das prerrogativas senhoriais, do que para uma valorização da sua capacidade de participação no jogo político que se arma sempre que se confrontam forças antagônicas. Pelo menos nesses dois momentos específicos da história de Alagoas aos quais viemos dando maior ênfase, no caso a Guerra dos Quilombos e a Cabanada, o segmento subalterno vê-se incluído numa condição secundária de participação, como em outro momento já se verificara, no tratamento historiográfico dado à participação dos índios caetés, naquilo que se convencionou chamar de a "sanha canibalesca", grupo étnico que guarda com aquele outro inúmeras associações nos tratados de história pela condição social semelhante de alijamento do processo de ocupação da terra e de propriedade dos bens de produção.

Vale salientar que Thomaz Espíndola, em outros momentos de sua obra, já acionara a categoria cor para se referir a outro vulto da história alagoana, no caso quando analisa a participação do *mulato* Domingos Fernandes Calabar no episódio das invasões holandesas e, posteriormente, quando se refere à Guerra dos Cabanos. Em todo caso, o termo utilizado para classificar os envolvidos em tais episódios, denuncia a concepção que

[166] Brandão, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1981 [1909]; Costa, Craveiro. *História das Alagoas: Resumo didático.* Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramento/Sergasa, 1983 [1929]; e Altavilla, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988 [1933].

o estudioso tem sobre um segmento da sociedade, cujos integrantes nem sempre participam desses eventos como meros coadjuvantes.

Acerca desse episódio específico, convém destacar a contribuição de Jayme de Altavilla, em cuja obra já mencionada, mesmo seguindo o paradigma original, observa-se um esforço para rever certas concepções contidas naqueles primeiros trabalhos, concorrendo para resgatar a imagem de alguns dos protagonistas dessa história, como é o caso de Calabar, visto até então como traidor. Para tanto, esse historiador, apesar de continuar se referindo a esse personagem pejorativamente pelos atributos de cor, tipo "mulato alagoano", contesta a tese da traição, alegando em seu favor, o fato de ele ter recebido educação jesuítica, o que lhe garantia uma certa supremacia em relação aos homens da época, além de ser proprietário de alguns engenhos de açúcar e "fartos haveres", razão pela qual "não houve interesse material nessa debandada". No mais, o estilo de Altavilla e de grande parte dos historiadores alagoanos seguintes tende a manter a tradição ilustrativa ao tratar dos principais eventos da história de maneira superficial e pouco crítica.

Outra vertente de estudos produzidos em Alagoas, embora também restrita, dedicou-se exclusivamente à questão do negro. O mais significativo deles, sem dúvida é o ensaio apresentado por Alfredo Brandão no 1º congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife em 1934. A importância desse trabalho consiste no fato de, além do seu pioneirismo, tendo servido de referência para uma série de estudos desenvolvidos sobre o tema posteriormente, ter também se constituído na obra mais completa produzida por um alagoano sobre negros naquele Estado, vindo a suprir uma lacuna que já se fazia sentir em seu tempo, algo que o próprio autor já apontara, quando se queixa de que, em Alagoas, "a história do negro quase que se deixou ficar em apagado". É certo que outros estudos

especiais foram desenvolvidos sobre episódios determinados da história de Alagoas, no caso, sempre o Quilombo dos Palmares e a Cabanada, os quais deixamos de incluir aqui, por não constarem como uma produção local[167].

Voltando a falar de Alfredo Brandão, convém esclarecer o teor do seu trabalho. Ali aparecem anotações sobre a procedência dos escravos trazidos para Alagoas, que ele aponta como sendo predominantemente pertencentes ao grupo étnico banto, em número equivalente ao elemento sudanês introduzido na Bahia. Para confirmar essa hipótese, ele se detém sobre a análise da toponímia alagoana, segunda a qual, entre as diversas designações de locais, rios, montanhas e serras, bem como no domínio da fauna e da flora, embora mais raramente, verifica-se o uso de palavras e termos originários desse tronco lingüístico.

A prova maior da influência desse grupo pode ser constatada na análise do folclore, embora esse autor afirme que as manifestações de origem puramente africana em Alagoas no tempo da escravidão fossem escassas, em função de dois fatores básicos: em primeiro lugar, pela ausência quase total entre os bantos, de ritos e cerimônias religiosos, tais como cultos de animais; em segundo, pela forte influência sofrida por esse grupo, por parte tradição católica colonial, a qual foi transformada numa espécie de caricatura, favorecida pela "pobreza mítica" característica, bem como pela sujeição e assimilação passiva dos elementos de uma tradição religiosa dominante, em comparação com o que se verificou

[167] Brandão, Alfredo. *Os negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988. p. 20. Entre os trabalhos especiais referidos, constam, sobre o Quilombo dos Palmares, as contribuições de Ennes, Ernesto. *A Guerra dos Palmares*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938; Freitas, Carneiro, Edson. *O Quilombo dos Palmares.* São Paulo: Ed. Nacional, 1958; Freitas, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 e; Alves Filho, Ivan. *Memorial dos Palmares.*Rio de Janeiro: Xenon, s/d. Sobre a Cabanada, destacam-se dois trabalhos já mencionados acima, Andrade, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965 e; Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, além do também já referido Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada*: *Rebeliões de pobres nas matas de Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, que por ser alagoano recebeu no capítulo a atenção merecida.

entre outros grupos introduzidos no Brasil.

Depois de comprovar a procedência banto dos negros trazidos para Alagoas e justamente porque já fora constatada a predominância de integrantes desse grupo entre os escravos refugiados em Palmares, Brandão dedica um extenso tópico às guerras ocorridas naquele quilombo, apontado como "o mais alto feito de heroísmo da raça africana em nossa terra". Esse mesmo assunto já havia sido por ele explorado em obra anterior, intitulada *Viçosa de Alagoas*, que deixamos de incluir entre os trabalhos sobre o tema, por não se constituir num estudo específico sobre o negro. Não nos estenderemos na sua discussão sobre o Quilombo dos Palmares, que é na verdade uma repetição do que já havia sido desenvolvido na obra referida, cuja finalidade é, por um lado, refazer o roteiro dos principais locais percorridos pela segunda expedição holandesa contra o velho Palmares, e por outro, provar que o domínio dos Palmares abrangia os vales dos rios Paraíba e Mundaú, onde se localiza o município de Viçosa, local em que se dão os últimos combates que deram cabo da guerra[168].

Possuem maior importância no estudo de Alfredo Brandão os temas relacionados com o cotidiano dos negros durante a escravidão, com ênfase sobre a contribuição desse elemento no processo de civilização local. Essa preocupação com assuntos como a vida costumeira dos escravos nos engenhos de Alagoas, o excesso de trabalho e maus tratos sofridos, condições de moradia, relações de família, sentimentos de afetividade, numa perspectiva psicológica e social foi forjada ainda sob o impacto da publicação de *Casa Grande e Senzala*, em dezembro de 1933, por Gilberto Freyre, não por acaso, o organizador no Recife do 1° Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, onde pela primeira

[168] Brandão, Alfredo. *Viçosa das Alagoas: notas históricas, geográficas e arqueológicas*. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

vez seria apresentado o trabalho sobre o qual ora nos detemos. Aliás, tanto Alfredo Brandão, como Manoel Diegues Júnior, outro alagoano, cuja obra discutiremos adiante, não sonegam a influência recebida do mestre pernambucano, o que se faz notar, no caso específico do primeiro, pela citação a seguir, quando se acentua o caráter "humanitário", no tratamento dado aos escravos pelos senhores:

> *Como já fizemos sentir, na maioria dos engenhos de Alagoas havia clemência, piedade e, digamos, uma certa tolerância para com o negro. Muitos fazendeiros eram amigos de seus escravos; viam neles os auxiliares de sua prosperidade e assim os tratavam com humanidade – davam-lhe alimento e as vestes mais ou menos necessárias, cuidavam das moléstias, asseguravam-lhes o repouso dominical, concediam-lhes o sábado para cultivarem os seus roçados e aboliam os castigos corporais, ou por outra, apenas os reservavam para os recalcitrantes, ou aqueles que tinham um notável pendor para o crime*[169].

Em que pesem os equívocos de uma leitura apressada de Gilberto Freyre feita pelo autor em discussão, fornecendo-nos o mito da *bondade* do senhor de engenho, não entraremos no mérito da influência sofrida por esse pesquisador, optando de pronto pela explicação fornecida por Lindoso para essa tendência da historiografia alagoana de um modo geral, cujo discurso reflete a posição que o estudioso em questão ocupa no quadro das relações de poder local, no caso, como integrante desse segmento estamental que dominava economicamente a sociedade como um todo[170].

Para encerrar essa discussão sobre as contribuições de Alfredo Brandão, convém dedicarmos ainda um pouco de atenção a um outro assunto que mereceu por parte desse autor tratamento especial. Estamos nos referindo às suas análises do folclore negro alagoano, lembrando, como ele mesmo o faz que, em Alagoas, variações puramente

[169] Brandão, Alfredo. *Os negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 19881. p. 42.
[170] Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada*: *Rebeliões de pobres nas matas de Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

africanas dessa modalidade cultural são bastante escassas, em parte, pelo pouco valor atribuído pelos senhores a esse tipo de manifestação, e por outro lado, pelas adaptações e modificações que foram se verificando ao longo do tempo. Assim sendo, as manifestações folclóricas relacionadas por Brandão são resultado de junções desenvolvidas por mestiços e crioulos. Não iremos considerar aqui, todas as modalidades de festas e folguedos oriundas desse meio. Deteremo-nos mais, como faz esse autor, no Quilombo, torneio popular exclusivamente alagoano. A finalidade dessa festa sempre foi a de "relembrar o fato mais importante da nossa história – a guerra dos Palmares". Depois de descrever com detalhes a estrutura do folguedo, o autor em questão discute o desfecho do festejo, que tanta inquietação tem provocado entre alguns estudiosos das relações de poder em Alagoas:

> *...os negros vestidos de algodão azul dançavam ao som de* **adufos**, **mulungus** *e* **pandeiros** *(...) Depois estrugiam gritos guerreiros, os instrumentos redobravam de furor. Ouviam-se sons de buzinas e os negros dispersavam para vender o saque da noite.*
>
> *Por volta das dez horas, o rei, à frente dos negros, ia buscar a rainha, uma menina vestida de branco, a qual, no meio de muitas zumbaias, músicas e flores, era conduzida para outro trono, junto ao do rei.*
>
> *As festas, as danças, os cantos e os gritos guerreiros continuavam até o meio dia, quando apareciam os primeiros espias dos caboclos, cautelosos, procurando conhecer as posições do inimigo. Os negros, em grande alarido, preparavam-se para a defesa. Logo depois surgia o batalhão de caboclos comandado pelo rei, o qual usava um longo manto vermelho e empunhava uma espada. (...)*
>
> *A luta se travava na praça, em frente ao* **quilombo**, *e depois de muitas refregas, e assaltos, o rei dos caboclos dominava o rei dos negros e apossava-se da rainha.*
>
> *Nesse momento os sinos repicavam nas torres das igrejas, as girândolas estrugiam, e no meio das vaias e gritaria da garotada, os negros batidos pelos*

caboclos, recuavam para o centro do **quilombo***, o qual era cercado e destruído.*

Terminava a festa com a vendagem dos negros e a entre da rainha a um dos maiorais da vila que, para fazer figura, tinha de compensar os vencedores (grifos do autor)[171].

Como dissemos acima, a estrutura desse folguedo provoca um certo mal estar entre os estudiosos do assunto. Esse é o caso de José Jorge de Carvalho que no livro *O Quilombo do Rio das Rãs* dedica-lhe grande atenção, alegando que o mesmo traduz o modo como a experiência quilombola é incorporada ao imaginário popular no Brasil e mais especificamente em Alagoas:

> *O quilombo parece ser a única dramatização histórica, transmitida oralmente, desse capítulo fundante de nossa sociedade e não creio que haja equivalente desse Auto em nenhum outro país do Novo Mundo. Do ponto de vista de sua retórica textual e ritual, o quilombo alagoano lança mão de princípios grotescos e da derrisão, ou da carnavalização das injustiças, opressões e crueldades humanas, os quais, ainda que fartamente explorados na tradição popular brasileira, são muitas vezes, incompatíveis com a dramaticidade, tensão e mesmo agressividade com que as relações raciais são simbolizadas nos textos tradicionais do resto do mundo agro-americano.*

Esse autor refere-se ainda ao modo como, no enredo desse folguedo, o próprio negro, "que ainda pintou seu rosto de carvão para parecer negro ao atuar no folguedo" reforça a positividade da estrutura escravista e, o que é pior, renega sua própria existência, quando repete o mote corriqueiro nas cantigas desse folguedo: "nego não é gente". Não seria por acaso que esse folguedo, com tais características só poderia existir em Alagoas, onde, podemos supor, "nego não folga", e quando o faz, não é por "uma disposição ao prazer e à aventura", mas para negar-se ontologicamente e ideologicamente. É importante, destacar, contudo que, apesar de

[171] Brandão, Alfredo. *Os negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 19881. p. 52.

> uma presença marginal numa manifestação cultural periférica, não devemos nos iludir com os recortes estabelecidos. Ao invés de analisar esses sistemas como estruturas absolutamente rígidas e estanques, temos que considerar o fato de que a participação negra nesse evento também se dá de maneira ativa, já que ocupam vários lugares rituais desse evento, inclusive entre os caboclos vencedores, representados também por negros da comunidade. A questão que se coloca é, quais daqueles indivíduos que integram o folguedo consideram-se negros? Ou quais os discursos possíveis sobre cor e que visões retóricas eles exprimem? Só uma pesquisa mais aprofundada sobre a cor nesse evento seria capaz de nos esclarecer questões como estas.

E já que o assunto é folclore, convém abrir a discussão para outra vertente de estudos alagoanos envolvendo os negros. Sob esse aspecto, não poderíamos deixar de incluir aqui o nome de Abelardo Duarte, que pelo tipo de pesquisa desenvolvida, coloca-se também na transição entre um tema e outro. De sua contribuição ressaltam alguns trabalhos exclusivos sobre o negro, tais como: "Sobrevivência do culto da serpente [Dahn-Gbi]", sobre o qual já tratamos no primeiro capítulo, e "Sobre o panteão afro-brasileiro", ambos de 1950; "Aspectos da Mestiçagem nas Alagoas" (1955); "Os Negros Muçulmanos nas Alagoas [Os Malês]" (1958); e *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança* (1974). Convém antes de discutirmos sua contribuição para os estudos de folclore, explorarmos uma pouco o conteúdo desses artigos sobre o negro, a fim de não isolarmos Alfredo Brandão no tratamento sobre o tema[172].

[172]Duarte, Abelardo. "Sobre o Panteão Afro-Brasileiro" **In** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió, 1950[172]; "A Sobrevivência do Culto da Serpente (Dahn-Gbi) nas Alagoas" **In** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas.* Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió. 1950. "Aspectos da Mestiçagem nas Alagoas" **In** Separata da *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Maceió. n. 37, anos 1951/1953. 1955;

Sobre o último desses trabalhos não investiremos ainda, tendo em vista o fato de ser ele um dos poucos e mais importantes documentos existentes sobre a perseguição de 1912, razão pela qual será bastante explorado em momento apropriado. Quanto aos dois primeiros artigos citados, publicados na mesma época na revista do Instituto Histórico de Alagoas, versam, respectivamente, sobre a descoberta em Alagoas, de objetos ligados ao culto da serpente, de origem daomeiana, pertencentes aos antigos terreiros; e às divindades africanas cultuadas e a sua identificação com alguns santos católicos nos terreiros de Maceió. Esse segundo trabalho, na verdade, visa estender para o Estado de Alagoas, uma linha de pesquisa iniciada na Bahia, da qual o próprio autor viria a participar mais tarde, como estudante da faculdade de Medicina, em Salvador. O resultado da pesquisa de campo realizada depois, em sua terra natal, veio apenas confirmar o grau de sincretismo afro-brasileiro verificado por diversos estudiosos, inicialmente na Bahia e, depois, em outros estados brasileiros. Merece destaque nesse trabalho a ênfase que emprestou à análise do orixá Xangô, cuja ascendência nos terreiros de Alagoas e Pernambuco, sobre as demais divindades, resultou em ter se tornado sinônimo dos próprios locais ou casas onde se realiza esse tipo de cerimônia religiosa.

Quanto ao outro trabalho mencionado, “sobrevivência do culto da serpente”, sua importância, reside no fato de apontar a presença de um importante elemento aculturativo, entre os estoques africanos que desembarcaram no Estado, no caso, os escravos jeje, que se espalharam por todo o Nordeste, embora em menor escala que os grupos bantu e nagô, predominantes em Pernambuco e na Bahia, respectivamente. Entre os elementos apontados por esse pesquisador como evidência da sobrevivência do culto de origem

---

Os Negros Muçulmanos nas Alagoas(Os Malês). Maceió: Caeté, 1958; *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais/SENEC, 1974.

daomeiana nos antigos xangôs alagoanos constam dois objetos ligados ao culto *vodum* serpente – Dãhn-Gbi, pertencente às antigas casas de culto afro-brasileiro e que foram conservados entre o rico material que hoje compõe a "Coleção Perseverança". Não nos estenderemos na discussão desse artigo, sob o risco de parecermos repetitivos.

O trabalho seguinte na seqüência dos que foram mencionados acima, "Aspectos da Mestiçagem nas Alagoas", publicado em 1955; merecerá menos da nossa atenção, por se tratar de uma análise dos números relativos à população negra nas Alagoas, levando em consideração os movimentos de diluição desse grupo com outros elementos étnicos. Para tanto o autor detém-se sobre os recenseamentos gerais realizados nos anos de 1872, 1890, 1940 e 1950. Com base nos números coligidos por Pandiá Calógeras, a grande percentagem de negros alagoanos, correspondente a 38,3% da população do Estado, número que colocava o Alagoas na 4ª posição em comparação ao resto do país, atrás apenas de estados como Maranhão, Goiás e Minas Gerais, o autor deduz a forte contribuição desse segmento na mistura das populações, sendo mais forte o processo de miscigenação na zona ocupada pelos engenhos de açúcar.

E por fim, temos seu ensaio "Negros muçulmano nas Alagoas", cujo objetivo é analisar a contribuição e atuação dos malês em terras alagoanas. A importância desse trabalho não vai além da constatação da forte presença de tal grupo em terras alagoanas, fato esse apenas mencionado por outros autores, entre os quais, o próprio Alfredo Brandão. O único ponto do território alagoano onde se verificou a concentração desse grupo foi a cidade de Penedo, um dos primeiros focos de povoamento da província. Apesar de ter se constituído num dos mais populosos centros de negros na região alagoana, segundo Duarte, foram os negros muçulmanos, com sua ritualística perfeitamente organizada que deram fama à cidade. Uma das principais cerimônias do

calendário religioso desse segmento eram as festas dos mortos, que se tornaram célebres a partir do estudo de Mello Morais Filho e que Abelardo Duarte reproduz no referido artigo[173].

De todos os trabalhos de Abelardo Duarte, porém, o mais consistente é, sem dúvida, o seu estudo intitulado *O Folclore Negro das Alagoas (Áreas da Cana-de-açúcar)*. A partir dessa sua contribuição, Abelardo Duarte passa a ser incluído naquela vertente de estudos sobre o folclore, campo privilegiado de atuação negra e que, felizmente, vicejam em Alagoas. Mesmo tendo relacionado uma série de manifestações culturais de procedência negra, resultado do entrelaçamento entre os diversos grupos étnicos que entraram em contato no Estado, Abelardo Duarte destaca a forte influência do grupo cultural bantu, cuja presença em Alagoas predominou sobre outras modalidades étnicas.

Desde quando refugiados nos quilombos alagoanos, os bantos fizeram sentir sua influência no conjunto de manifestações populares, tais como o coco[174], a série de folguedos temáticos do boi, os quilombos, a dança do buá, o bate-coxa, etc. É certo que outras culturas africanas, como as guineano-sudanesas islamizadas deixaram marcas de sua passagem por Alagoas. Contudo, o foco sobre o qual o autor em questão deterá sua atenção será o daquelas variações que se desenvolveram com maior desenvoltura nas áreas úmidas dos massapés em que predominou a cultura da cana-de-açúcar. Segundo Abelardo Duarte, remanescentes daqueles primeiros troncos negros, encontraram no ambiente dos engenhos e das casas-grandes condições favoráveis ao desenvolvimento de inúmeras modalidades folclóricas:

---

[173] Morais Filho, Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

[174] "A dança em apreço passou, na sua ascensão social, dos mocambos palmarinos, na zona da mata, para os terreiros e as senzalas e destes para os salões de dança rural tornou-se citadina" (Cf. Duarte, Abelardo. O folclore negro das Alagoas Folclore Negro nas Alagoas [Áreas de Cana-de-Açúcar]: Pesquisa e Interpretação. Maceió: DAC/SENEC, 1974. p. 87)

Nas horas de folga (...) procuravam divertir-se ou divertir os seus senhores como derivativo ao duro regime de vida que levavam nos engenhos, na época em que safrejavam, as cantorias, os pagodes, os batuques, os cocos tinham livre curso (...) Nos casamentos nas casas-grandes (...) também nos batizados, aniversários e nas festas pela formatura dos filhos do Sr. do engenho e pela ordenação ou primeira missa dos padres da família do dono da casa, o negro estava presente com seu samba[175].

Essa primazia do rural sobre o citadino nas pesquisas realizadas em Alagoas, as quais remontam as contribuições do já mencionado Alfredo Brandão, alcançando uma geração de folcloristas mais recentes que tem em Théo Brandão seu maior expoente, não se circunscreveu ao tema das manifestações populares, avançando também por temas mais gerais, como a economia. Sendo assim, vale destacar dois importantes trabalhos, cuja consulta torna-se imprescindível para quem pretende apreender a influência do açúcar no Estado e que aqui compõe um quarto bloco de estudos sobre o negro. Estamos nos referindo ao já consagrado *O Bangüê nas Alagoas*, de Manoel Diegues Júnior e; *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*, de autoria de Moacir Sant'ana[176].

Não nos deteremos na análise que esses autores realizam da influência que o escravo negro exerceu no desenvolvimento desse sistema econômico, já que grande parte do que ali está contido, ampara-se em pesquisas anteriormente realizadas e aqui já discutidas, embora sobre o primeiro deles deva se creditar a importância do valioso material antropológico recolhido pelo autor nas bibliotecas e arquivos de Alagoas e Pernambuco, no meio do qual destacam-se anúncios de jornais de negros à venda e

[175] Duarte, Abelardo. O folclore negro das Alagoas Folclore Negro nas Alagoas (Áreas de Cana-de-Açúcar): Pesquisa e Interpretação. Maceió: DAC/SENEC, 1974.
[176] Brandão, Théo. Folguedos Natalinos. Maceió. Sergasa. 1973 e; *Folclore de Alagoas II*. Maceió: SECULT, 1982; Diegues Júnior, Manuel. O Bangüê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho do Açúcar na Vida e na Cultura Regional. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1980. Santana, Moacir M. Contribuição à História do Açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

fugidos, bem como o tipo de tratamento recebido pelos escravos na zona do plantio.

A partir de cada um desses trabalhos mencionados é possível reconstituir a história da ocupação do espaço alagoano pelos negros, pelo menos numa área específica, no caso, as áreas rurais onde predominou o cultivo da cana-de-açúcar. Contudo, resta uma lacuna no que diz respeito aos fatos da vida social dos negros na cidade. Para cobrir a brecha deixada por esses estudos, teremos que nos reportar a outro tipo de fonte bibliográfica, no caso, crônicas e romances escritos na época que nos interessa, que vai da primeira década do século XX até os primeiros anos do decênio seguinte, ou que foram escritos posteriormente sobre o mesmo período. Também nos serão úteis em tal empreitada, dados coligidos de jornais, além de documentos oficiais do período, principalmente os relatórios dos governadores do Estado.

Entre os estudos que se enquadram no primeiro grupo não se pode deixar de fazer referência à contribuição inestimável de Félix Lima Júnior, cronista alagoano que reuniu no livro intitulado *Maceió de Outrora,* uma série de artigos sobre os costumes e hábitos da população maceioense, no começo do século passado, de onde se podem recolher alguns dados, ainda que incipientes, sobre a atuação dos negros na capital alagoana. Mais recentemente outras crônicas desse autor foram reunidas em obra póstuma, com o mesmo título, vindo aumentar o já consistente e variado conjunto de sua produção, cuja importância para essa pesquisa deve-se ao fato dele ter nascido em 1900 e assim ter podido acompanhar *in loco* alguns dos principais fatos por ele narrados. A consulta desse material torna-se, portanto, indispensável a quem pretenda reconstituir alguns aspectos

pitorescos, históricos e sociais da Maceió do começo do século XX[177].

Devemos juntar a esses trabalhos, outro estudo de não menos importância como *Histórias do Velho Jaraguá* de João Fernandes de Maya Pedrosa, que acrescenta às informações fornecidas por Félix Lima Júnior, alguns dados acerca das relações de trabalho envolvendo estivadores e empregados dos armazéns de açúcar daquele bairro portuário. Vale destacar, porém, que tanto num caso, como no outro, as referências à cor sejam bastante passageiras. Por fim, não poderíamos deixar de também fazer menção a um importante trabalho do final do século passado, que apesar de escrito em período anterior ao que nos interessa, trata de costumes que não devem ter sofrido tantas alterações na década seguinte. Estamos nos referindo ao romance apócrifo, *Traços e troças*, cuja autoria é atribuída a Pedro Nolasco Maciel, pela semelhança de estilo encontrada entre esse livro, publicado em 1899, e um outro, escrito por ele treze anos antes, intitulado, *A Filha do Barão*, onde também faz a crônica dos costumes locais, focalizando pessoas e cenas reais de Alagoas[178]

O primeiro dos trabalhos citados de Félix Lima Júnior, *Maceió de outrora*, Vol. I divide-se em duas partes: 1) Os costumes, A etiqueta e a moda e; 2) Paisagens e aspectos da cidade. Neste segundo tópico, encontramos informações relativas às atividades econômicas desenvolvidas por negros em Maceió, os quais as praticavam num espaço quase exclusivo da cidade, no caso, as ruas do centro da cidade, ou para ser mais preciso, a rua do Comércio. Na esquina com a antiga rua do Açougue, no lugar conhecido como Quatro Cantos, onde antes existiam marcos de pedras utilizados para assinalar as entradas

[177] Lima Júnior, Félix. *Maceió de Outrora*. Maceió: Imprensa Oficial, 1976; *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. Convém destacar que esse autor dedicou um livro ao tema da escravidão em Alagoas e que aqui não faremos referência pelas razões já expostas acima.
[178] Pedrosa, J. F. de Maya. *Histórias do Velho Jaraguá*. Maceió: Talento, 1998; Maciel, Pedro Nolasco. *Crônicas Vermelhas: Traças e Troças. Crônica vermelha (Leitura Quente)*. Maceió: DEC, [1899] 1964.

dos becos, instalava-se uma variada gama de negros africanos e brasileiros, à espera de algum tipo de serviço:

> *Encostados nos 'frades' (...) colocados nos Quatro cantos, vadios, engraxates, ganhadores e diaristas: Zé Molequinho, Chico Bonzinho, João Laurindo(...) Joaquim Pedro, Sebastião, Zé Broa -vitimado em plena rua por um colapso quando conduzia um piano, ajudado por cinco companheiros - Nicolau - italiano, engraxate de profissão -, Pedroba(Francisco José dos Santos). Todos chefiados pelo Torquato(...) Cantavam, queriam irritar o Carvão de Pedra (Wenceslau José da Costa), em pé, do outro lado da rua:*
>
> *A ponte de Jaraguá*
> *Foi feita de geringonça*
> *Bacalhau é comer de negro*
> *E negro é comer de onça*[179].

Além dessa referência explícita à cor de Wenceslau José da Costa, o Carvão de Pedra, outro dado contido nessa nota permite-nos inferir sobre a de um outro deles, no caso, Zé Broa, vítima de um colapso enquanto conduzia um piano ajudado por cinco companheiros. Sabe-se pela crônica local, que esta era uma atividade comum entre os homens livres das principais capitais do país, e que depois de extinta a escravidão, foi assumida pelos remanescentes desse sistema econômico, os quais não encontram outra atividade compatível com sua capacidade física, senão o trabalho braçal desenvolvido nas estivas da zona portuária, ou no serviço de transporte de móveis e utensílios domésticos pesados no centro da cidade. Há quem afirme que, no exercício dessa atividade, algumas canções eram executadas com a finalidade de cadenciar o movimento dos operários, depois as mesmas tornaram –se de domínio público[180].

Outra referência ao trabalho desenvolvido pelos homens de cor, pode ser encontrada

[179] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. p. 105.
[180] Sabe-se pelas estatísticas criminais divulgadas entre os anos de 1909 e 1911, período em que foram divulgados dados acerca da filiação, idade, profissão, cor e endereço dos detidos, a maior parte deles levava a vida como ganhadores e que entre os negros, essa era a profissão predominante. Adiante analisaremos esses dados.

no tópico inicial da obra citada. Além daquele que dependia de contrato temporário, ansiosamente aguardado pelos homens de frete que se postavam naquele ponto da cidade, havia ainda outros ramos de atividade desempenhados por eles:

> *Na praça Floriano, perto do templo de Bom Jesus dos Martírios, montou o preto Faustino, em 1914, modesto quiosque ao redor do qual colocou cadeiras de tiras de madeira (...) Ele mesmo preparava gengibirra, 'maduro' e outros refrigerantes; servia caninha da melhor que se fabricava no estado, que ele mesmo escolhia ou mandava adquirir no interior(...) E mais ainda, com a azuladinha destilada na Praia do Sobral, preparava o 'vermutin' apreciadíssimo...*
>
> *(...)*
>
> *Não pode ser esquecido o Sabino, homem de cor, que explorou, até o início da terceira década deste século, botequim onde vendia caldo de cana e refrescos de frutas regionais, por ele mesmo preparados cuidadosamente, no quintal de sua residência, no oitão do cemitério velho, onde montara uma 'engenhoca' ou 'almajarra' puxada por uma égua velha..*[181].

Parece que o ramo de atividade a que mais se dedicou esse segmento da população no início do século XX, foi mesmo o comércio desenvolvido por ambulantes, aliás, uma tendência bastante comum em várias capitais do país, entre as quais a própria Capital Federal, como se pode depreender da leitura de Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, obra em que esse autor destaca o agitado movimento de homens e mulheres por toda a cidade a gritar "histéricos pregões"[182]. Já Félix Lima Júnior fala dos amoladores de canivetes, facas e tesouras, serviço em grande parte oferecido por italianos com seus apitos estridentes, os quais também eram os tocadores de realejo; do vendedor de papagaios, com o seu "pau de arara", termo pelo qual ficaria depois conhecido mais tarde o meio de transporte utilizado pelos nordestinos com destino ao Sul maravilha; dos moleques de pés

[181] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. p. 32/33.
[182] Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 957, vol. I, pp. 52/62.

descalços que apregoavam à porta dos teatros, o alfenim, dedinho, broa de goma, tapioca de eucalipto, bolas de eucalipto, de goiaba e de mel de abelha; do vendedor de leite tirado em frente das casas dos clientes; e ainda dos vendedores de galinhas e de perus, de coco verde, de sorvete, e, principalmente do sururu, molusco encontrado em abundância nas águas das lagoas Mundaú e Manguaba e que foi alimento indispensável na mesa das famílias menos abastadas, responsável pelo vigor de muitas gerações de pescadores da beira dessas lagoas que viviam em condições econômicas adversas.

Contudo, a variedade desse comércio ambulante que maior repercussão teve em Maceió, no período em questão, parece ter sido a da venda de quitutes, desenvolvida em grande parte por mulheres negras e sobre a qual vamos encontrar referências em inúmeras passagens desse trabalho que ora analisamos. Trata-se de uma das poucas brechas que o autor abre ao tratamento de uma atividade desenvolvida por esse segmento marginalizado do poder e que aqui citamos na íntegra, pela contribuição que dá à reconstrução de uma história microssocial do cotidiano desse segmento.

> *À sombra das gameleiras do aterro do Jaraguá (...) as baianas, as velhas negras da Costa, com suas saias rendadas, cabeções brancos, bem engomados, vendiam vatapá e caruru(...) Em Jaraguá (...) a preta Balbina, sentada na calçada do primeiro prédio do beco da Estrela - início da atual rua Comendador Leão - fazia concorrência à Maria Rosa, vendendo seu apreciado 'Ribacão' ou arribação'. Caixeiros, estivadores, trapicheiros, empregados dos armazéns de açúcar e de estivas fartavam-se da comida modesta e apetitosa (...)Explorando o mesmo ramo, a Babaré, negra velha, africana legítima, quase centenária, vendia, de 1 às 4 da tarde, junto ao portão de ferro da The Great Western of Brazil Railway Company, na Rua Barão de Anadia, na Estação Central, arroz de coco, vatapá, caruru, além de siris, camarões, sururus ensopados em leite de coco. Quantas vezes, antes de partir o trem de Quebrangulo, já estavam vazias as grandes panelas dos comestíveis apreciados, vendidos por preços módicos, e duas*

ou três quartinhas com água fresca, trazidas especialmente para agradar a freguesia.

(...)

Pela Rua do Comércio, às 2 horas da tarde(...) passava, diariamente, com suas queimadinhas apreciadas num tabuleiro coberto com alvíssima toalha, velha senhora de cor. Logo depois aparecia um meninote vendendo 'dedinho' - mistura de massa-puba com coco, assada ao forno. Sinhá Rufina, no beco das pedras, vendia cuscuz, tapioca e angu. Tia Joana e Tia Balbina também vendiam ribacão[sic] *na rua do Amorim, perto da Igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo, em Jaraguá.*

Em algumas casas - assinaladas por uma lanterna de papel de seda, vermelho, presa à porta ou à janela, nas ruas do Sopapo, do Verde, do Asilo do Quartel, da Santa Cruz, no Reginaldo, no Beco da Baiana, na Ladeira do Brito - vendiam, geralmente nas noites de sábado, saboroso mungunzá. Uma preta velha, com um pano branco à cabeça, pés descalços(...) servia os fregueses sentados juntos às mesas de madeira forradas com pano branco ou toalha bordada[183].

Em outro trecho, temos mais relatos desse tipo de atividade exercida por mulheres que aparecem com as mesmas características, cuja tendência no autor, analisaremos na seqüência:

À tardinha, a preta Florinda, de boca funda pela falta de todos os dentes, sempre muito esmerada, com sua saia de roda e seu orgulhoso xale de quadradinho atravessado ao ombro, como as baiana, vendendo queimadinha, conduzida num tabulero muito asseado, coberto com alvíssima toalha bordada. Um filho de Florinda ocupava posição destacada e era figura de prestígio e projeção intelectual na Província. Solicitava à velhinha que não saísse à rua vendendo seus doces: ele tinha recursos para sustentá-la. Nunca foi atendido, pois sua mãe dizia que sempre trabalhara para viver...

(...) À tardinha e à noite, nas esquinas, negras vendiam em tabuleiros de madeira, cobertos com toalhas alvíssimas, iluminados por um 'mexeriqueiro' de

[183] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo público de Alagoas, 1976. pp. 28/29.

folha de Flandres, cuscuz, tapioca, beijus, roletes, farinha de milho, siris cozidos, batatas, doces, pipocas, milho verde assado ou cozido, cocada de coco verde, goiabas, etc[184].

Interessante notar a ênfase que o autor empresta à cor dessas mulheres e a outros designativos que realçam a sua condição social, como se buscasse reforçar o aspecto pitoresco da atividade e de quem a realizava, a partir dessas características. São "negras velhas da costa", "africanas legítimas", com suas "roupas alvíssimas" e "saias rendadas" e "bem engomadas", "cabeções brancos" e "xales da Costa" que remetem à tradição africana que se conserva a despeito do progresso e crescimento da cidade. O enaltecimento dessa africanidade em termos líricos, tal como aparece na obra de Lima Júnior, foi fruto de um esforço iniciado em fins da década de 50, quando os fatos pitorescos, históricos e sociais da cidade retratados, eram apenas uma vaga lembrança dos tempos em que "pretas velhas" como tia Balbina, Babaré, sinhá Rufina e Tia Joana desdobravam-se com os seus tabuleiros de iguarias apetitosas. Nessa época, em 1959[185], devido ao Quebra de 1912, ainda imperava em Maceió o silêncio sobre as casas de Xangô; também aí, a lembrança dos toques de outrora e de outros símbolos desse passado saudoso, somente a presença de "baianas" quituteiras poderia atualizar.

Percebe-se em seu texto uma certa nostalgia de uma época sempre lembrada por seus aspectos líricos, ainda que o objeto da contemplação, o cotidiano dessas mulheres não guardasse qualquer substrato de poesia.

Fica evidente que a ênfase principal do trabalho de Félix Lima Júnior reside nos costumes das classes mais abastadas, nos primeiros anos do século passado. No que se

[184] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo público de alagoas, 1976. pp. 111/112.
[185] A data em questão é referente ao prefácio à obra de Félix Lima Júnior, escrito pelo folclorista alagoano Théo Brandão, o que nos faz supor que na época a obra já tivesse sido concluída, embora só fosse publicada em 1976.

refere aos seus hábitos alimentares, segundo esse autor, a mesa dessas famílias era farta em produtos oriundos da zona rural, além de outros alimentos e sobremesas manufaturadas em algumas fabriquetas espalhadas pela cidade, os quais eram servidos em sucessivas refeições coletivas. Essa fartura era acrescida em determinadas festas do ano com as comidas típicas da época. Não se pode deduzir a rotina alimentar e os hábitos à mesa dos chamados desclassificados sociais a partir da análise dessa obra. Contudo, a leitura auxiliar de Maya Pedrosa permite-nos entrever de que se alimentava um trabalhador braçal do porto, por exemplo, nos intervalos da faina diária, entre o frugal café da manhã, provavelmente a base de pão e café e a ceia do começo da noite, em que certamente, não faltava à mesa o substancioso sururu de capote, a farinha e o bacalhau, alimentos acessíveis aos parcos recursos dessa classe menos remediada. A partir do estudo desenvolvido por Maya Pedrosa sobre o bairro portuário do Jaraguá, temos uma visão, tanto das atividades entre as quais se distribuía esse massa de trabalhadores pobres, como alguns itens da sua dieta alimentar:

> *... a humanidade dos trapiches era exótica, desde o administrador melhorado, ou do proprietário aristocrata, até os arrumadores, trapicheiros, estivadores, vigias, operadores de guindaste, barcaceiros e marinheiros de alvarengas...(...).*
>
> *Os trapiches, vistos de longe, pareciam um formigueiro em atividade. Todos eram da mesma cor, faziam movimentos iguais(...) laborando sem parar, ágeis e irrequietos(...) Vestiam calça curta até os joelhos, invariavelmente desbotada, com um bolso grande embutido do lado direito(...), de peito nu ou com uma camisa de saco de estopa furada em três lugares(...) peça folgada por inteiro e chegando por baixo da cintura. Na cabeça, um turbante de pano enrolado para proteger do peso dos sacos e fardos(...) ou simplesmente o forro dos cabelos encarapinhados, sempre melados de garapa e suor(...) Eram os trapicheiros 'internados' que trabalhavam 'fixo', recebendo financiamento dos patrões no término da safra para*

não fugirem antes de chegar o açúcar do verão seguinte. Na safra, eles trabalhavam duro e sem parar no transporte braçal desde os trens da Great Western, caminhões e carroças até os trapiches.

Enquanto isso faziam sua própria comida em panelas de barro fumaçando por trás dos trapiches ou na sombra das pontes, colocando nelas o que traziam de casa - um pedaço de charque, duas mãos de feijão, algum maxixe, colorau, couve, jerimum ou uma quarta de toucinho, às vezes tripa frita, buxo de boi ou um pé de porco salgado. Para o trabalho noturno levavam o seu lanche de pão crioulo com mariola embrulhado em papel jornal[186].

Se as indicações de cor, em Lima Júnior são exíguas, na obra de Maya Pedrosa esse tipo de designativo aparece uma única vez, assim mesmo para se referir aos escravos que, antes da construção dos trapiches, por onde passou a escoar toda a produção do Estado, carregavam na cabeça sacos de açúcar e de algodão. Porém, como desde o período da escravidão, foram sempre os pobres de cor que desempenharam o trabalho mais pesado, inclusive porque no Brasil espalhou-se a idéia de que certos tipos de atividade remetiam seu executor a uma condição semelhante à do escravo, é que pardos e brancos eximiram-se do ingresso nesse ramo de atividade[187]. Assim sendo, quando trata dessa massa de estivadores principalmente, é aos negros que o autor quer se referir, apesar de se verificar um certo tato na utilização da categoria.

Esse mesmo cuidado vamos observar numa outra obra, embora de feição diferente, no caso, o já citado romance *Traços e troças*, onde vez por outra aparece uma referência à cor dos personagens. Esse trabalho, apesar do seu aspecto ficcional, apresenta-se aqui como colaboração às análises que viemos fazendo, pelo fato de registrar momentos e

[186] Pedrosa, J. F. de Maya. *Histórias do Velho Jaraguá*. Maceió: Talento, 1998. pp. 81/82.
[187] "Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz". *Novos Estudos*. Cebrap, nº 29, março de 1991. No debate sobre sua própria obra, Schwarz observou que "a relação particular com os dependentes [no Brasil escravista] depende da existência da escravidão, configura-se a partir dela, inclusive um dos pavores básicos do dependente era ser tratado como escravo, coisa que ele precisa evitar a todo custo". (Cf. Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003. pp. 49/56).

pessoas que circularam pela cidade na época em que se desenvolve a trama envolvendo os infortúnios amorosos de Manoel provocados pela leviana Zulmira, sua noiva, a qual agia sob orientação da ardilosa mãe. No que diz respeito ao aspecto cronista da obra, à menção aos negros existentes em Maceió no período em que se passa o romance, não foge ao padrão encontrado nas outras obras consultadas, ou seja, os negros despontam como figurantes da trama e são ali referidos pelo desempenho de um tipo de atividade pitoresca, motivo pelo qual se tornaram conhecidos por todos na cidade:

> *A preta Maria Benta, com um vestido de seda muito antigo, mas de verdadeira seda, do tempo em que a yayá de ouro era a fazenda da moda, e as mangas de coco, o cinteiro de fivela, o balão e o pente de tartaruga dividindo os bandós no cabelo nazareno, eram o chiquismo e a nota elegante das 'toilletes' das hoje veneradíssimas macróbias, a Maria Benta, como dizíamos, descia a escadaria muito cansada, devagarinho, com os pés inchados, que hoje proíbem-na de vender as balas e o grude de goma, o alfenim e as patinhas de milho que fizeram as delícias da rapaziada de uns trinta anos a esta parte. E vinha falando muito zangada contra o vigário e as irmandades que não consertavam a calçada da igreja*[188].

Porém, a passagem mais significativa da obra, pelo menos no que diz respeito aos nossos interesses nesse debate, trata-se da descrição de uma visita feita por mãe e filha a uma afamada feiticeira da capital, residente no distante povoado de Pontal da Barra. A seguir transcrevemos um longo trecho em que o autor do romance descreve essa visita, tendo em vista seu caráter etnográfico, além de ser uma das poucas menções a atividades religiosas dessa natureza desenvolvidas por negros em Alagoas:

> *D. Maria anunciou um passeio inesperadamente à povoação do Pontal da Barra. Não convidou ninguém e até proibiu a filha de dar notícia dessa projetada*

[188] Maciel, Pedro Nolasco. *Traços e troças. Crônica vermelha (Leitura quente).* Maceió: DEC, 1964 [1899], p. 76/77.

digressão. No dia convencionado partiu ela, às 9 horas da manhã, acompanhada de Zulmira e do Pacaú, mercador de peixe, sem que ninguém soubesse explicar para onde ia tão original caravana. O Pacaú é conhecido feiticeiro, e dizem os crentes de suas mandingas que ele com quatro palavras desgraça qualquer indivíduo. Quando, porém, o negócio cheira, o tal feiticeiro não age sozinho, porque, diz ele, é preciso a intervenção de Santo Amaro e não serve qualquer Santo Amaro aí atôa (sic)*, é necessário que o negócio fique a cargo do Santo Amaro da 'sinhá' Aninha Cesária, do Pontal da Barra. Esta Sra. Aninha Cesária tem feito milagres admiráveis. Devido aos seus esforços muita gente que era pobre possui hoje centenas de contos, outros que eram leprosos ficaram bons. Moços distintos deram para beber, porque lá foram seus inimigos, inimigas inclusive, e mandaram ela carregar a mão no pobre diabo, tem se dado quebras, incêndios e desastres que só ela é a causadora. Também, em compensação, muitos cegos ficaram com vista, muitos mudos têm falado(...) Ora, tendo D. Maria consultado ao Pacaú para amansar o Manoel, abrandando-lhe o coração que estava um pouco virado, talvez feitiço que alguém estivesse fazendo para ele não casar com a filha, o Pacaú a levara à Sra. Ana Cesária. D. Maria tinha indícios veementes, bem fundadas suspeitas. Apareceram nas imediações de sua casa galinhas abertas pelas costas com toalhas e $ de cobre introduzidos pela abertura, pacotes de cabelos, rosários de defunto, galhos de pinhão roxo...*

Tudo ela percebia, mas ia atenuando o efeito, pois também entendia alguma coisa do riscado, rezando o rosário apressado, as três palavras ditas e não retornadas, o credo em cruz, a Salve-Rainha de traz para diante e outras bugiarias que a superstição engendra e a ignorância supina afaga. E lá iam caminho do Pontal, D. Maria, Zulmira e o Pacaú, tendo todos três benzido-se ao sair de casa, circunstância essencial, segundo o mestre de cerimônias, e botando primeiro o pé direito na rua.

Quase ao meio dia, Zulmira, sua mãe e o Pacau galgavam os altos comoros que circundam a povoação pelo dado do mar, pondo-a a coberta dos ventos(...) Lá embaixo(...) A igreja de S. Sebastião, pintada de branco, com as portas verdes viradas para a lagoa, contemplando o outro pitoresco templozinho da margem

oposta, engastado na colina, o de N. S. dos Remédios.

...A povoação estava entregue à sua vida quieta e monótona(...) Às 3:00 horas da tarde estavam mãe e filha sob o teto da feiticeira, curandeira ou outra coisa que melhor nome tenha. A casa dessa bruxa velha é uma espécie de hospital, porque a Sra. Ana Cesária abusa da boa fé dos ignorantes, ou dos desesperados, cura não só males morais, como males físicos, sem que a inspetoria de higiene a chame a contas. Encontra-se ali de tudo. Cegos, aleijados, maníacos, pobres que desejam ficar ricos, mulheres que desejam furar um olho à amásia dos maridos, concubinas que desejam a morte às esposas honestas e boas, porque os maridos tiveram talvez a fraqueza de ser-lhes infiéis, indivíduos roubados confiando a essa hipócrita cínica o descobrimento dos larápios que a polícia não encontra(...) adivinhando por meio da oração da estrela e da cabra preta onde estava o cavalo que ele mesmo furtara ao dono inexperiente.

Na sala, um pequeno oratório, rodeado de miçangas, velas e fitas, indicava que Santo Amaro, o poderoso talismã da velha corriqueira, ali estava na imponência admirável de sua milagreira celebridade. Mas não se podia ver facilmente aquele Santo, era preciso deixar dois mil reis para uma missa, tal qual o finado Tubarão que curava moléstia do ar gratuitamente a todos, porém não dispensava a ninguém os 2$000 reis da missa.

Aquela casa de consulta, verdadeiro consultório para clínica de porta nas casas de caridade, era uma arca de Noé, via-se ali todas as raças, todas as cores, feios e bonitos, felizes e infelizes; e a sinhá Aninha Cesária a dar consulta, a sós, na alcova, trancada meia hora com o cliente, a enchê-lo de vento.

Na ocasião em que chegaram Zulmira e sua mãe, ela operava numa criança, tirando-lhe o mau olhado. O pires de azeite ali estava, e o galho de vassourinha já murcho, indicando a presença da moléstia nos couros do recém-nascido.

A Sra. Aninha Cesário ao primeiro golpe de vista sobre D. Maria conheceu naquela carcaça de velha gaiteira um oficial do mesmo ofício e que, portanto era preciso afivelar a máscara de modo que se saísse bem da espécie de eclipse em que se ia meter. O Pacaú tinha ganho, o seu cobre(...) O negócio de D. Maria estava em boas mãos, e a missão dele estava cumprida.

Os indivíduos que se entregam à prática das feitiçarias boçais, estabelecidos com casa de dar fortuna, ou exercendo profissão ambulante, todos, qualquer que seja o sexo a que pertencer, tomam um aspecto de malandrice severa, que eles julgam ser a pedra de toque da sua superioridade. O José Veneno, fazendo mesa para dar tundá e a Sra. Ana Cesária evocando Santo Amaro para abrandar corações ou para incaiporar o próximo, é o mesmo que o africano Sabino aplicando cosimento de muçambê com sangue de carneiro castrado para tirar o santo da cabeça dos alienados(pp. 108).

D. Maria expôs à feiticeira o objeto de sua visita e deu minuciosas informações do sujeito cujo domínio ela ambicionava. Depois das formalidades que a Sra. Ana Cesária julgou convenientes e das etiquetas obrigadas pela gíria, exigiu um objeto que tivesse pertencido ao Manoel, dando preferência a uma jóia qualquer. Neste mundo todos puxam a braza para sua sardinha, e quem é tolo é quem fica magro. Se as suas clientes fossem mais modestas em haveres a feiticeira consolar-se-ia com o cobre para a missa a Santo Amaro; porém no caso vertente era preciso ampliar o preço do milagre(...) Zulmira tirou do indicador da mão esquerda o anel de brilhante que o Manoel lhe dera como presente de noivado, fina jóia de ouro antigo(...) Aquele sinal alegrou a vista da megera e ela deu por finda sua audiência, prometendo o resultado seu trabalho para três sextas-feiras depois daquele dia, sendo que logo próximo à primeira mandaria ela um remédio, se D. Maria não quisesse dar ao incômodo de em pessoa o ir procurar.[189]

Importante notar que em apenas um momento dessa citação a referência à cor aparece, no caso quando se menciona o africano Sabino que, supõe-se fosse negro em decorrência dessa procedência. Tanto nesse trecho, em que a cor é apenas sugerida, como em outra passagem da mesma obra em que a categoria aparece mais explicitamente associada à origem africana, a palavra negro, um derivativo dessa proveniência, adquire um aspecto depreciativo, por estar associado a atividades mágico-religiosa condenadas:

[189] Maciel, Pedro Nolasco. *Traços e troças. Crônica vermelha (Leitura quente).* Maceió: DEC, 1964, pp. 100/109.

A sua atenção, porém, estava toda voltada agora para as feitiçarias da mulher do Pontal (...) Ouvira dizer prodígios que esta mulher praticava(...) Diziam-lhe que o Corumba, ex-guarda fiscal, ao qual caíram ambas as pernas, estava assim por ter dado com os pés no tabuleiro de uma africana, que jurou não faria ele aquilo com outra; o que é certo é que ela via o Corumba, todos os sábados, sem pernas, trepado nas cangalhas de um cavalo, com os caçoás respectivos, a tirar esmolas. Diziam-lhe que um outro fiscal, o Gabriel Moura, tendo feito coisa igual com a africana Rita da Nação, mulher do Paulo Cambute, ficara doido e morrera na cadeia(...) Lera nos jornais que dois carteiros do Correio, Luiz Cunha e Anastácio Costa, morreram de febres palustres em poucos dias, porque abriram um pacote de feitiço, vindo do Rio para o africano Félix da Costa, em Jaraguá; que um outro empregado estava enfermo; que o prelo do jornal que dera notícia, chamando a atenção da polícia, quebrara-se; que o Braz, subdelegado, teve receio de prender o negro feiticeiro[190].

Algumas questões ressaltam dessa omissão da cor dos personagens envolvidos na narrativa, embora não reste dúvida de que, nas duas citações, os eventos envolvem negros, como adiante argumentaremos. Vale indagar sobre a freqüência com que a referência à origem africana aparece nos dois casos citados. No primeiro, apenas o feiticeiro Sabino tem sua cor sugerida, em detrimento dos demais mencionados, como José Veneno e D. Ana Cesária, que mesmo não sendo africanos, certamente eram negros, segmento predominante no desenvolvimento desse tipo de prática mágico-religiosa na época. No segundo caso, entre tantos exemplos de mandingas, demandas e despachos, apenas o mestre Félix tem sua cor revelada, como um reforço da africanidade destacada. A questão que se coloca é a seguinte: eram também negros os outros envolvidos com a "feitiçaria"? Sabemos que não eram africanos, pois tal procedência não passaria despercebida pelo romancista. Contudo, não há indícios claros de que fossem pessoas de cor, a não ser nossa

[190] Maciel, Pedro Nolasco. *Traços e troças*. Maceió: DEC, 1964, pp. 146/147.

suspeita de que assim era a grande maioria dos envolvidos com esse tipo de prática. No entanto, por que o tato em referi-se a ela? Esse cuidado no manejo das categorias referentes à cor, presente na obra de Pedro Nolasco, pode ser mais bem compreendido à luz de alguns traços de sua biografia e de sua obra anterior *A Filha do barão*. Sabe-se que ele participou ativamente do movimento abolicionista em Maceió, tendo integrado com entusiasmo a Sociedade Libertadora de Alagoas. Tal traço confirma-se pela leitura do seu primeiro romance, escrito em 1886, ou seja, no auge daquele movimento. A protagonista da obra chama-se Alcina e é filha da mulata escrava, açoitada até a morte pelo seu suposto pai, o Barão de Piragé. Apesar das poucas referências à "serva dedicada", o autor dedica um capítulo do romance ao tema da escravidão, no qual denuncia "as crueldades sofridas no interior das fazendas" e a reação crescente do movimento abolicionista[191].

Pedro Nolasco também desempenhou a função de jornalista, estando ligado a um dos veículos de imprensa mais importantes de Estado na época, no caso, o órgão oficial do Governo *A Tribuna*. Tanto nos trechos citados acima, como em algumas matérias jornalísticas sob sua responsabilidade, observa-se esse zelo no emprego de termos para se referir aos negros, como se a palavra *per si*, estivesse carregada de um valor, que deveria ser evitado, ainda mais por quem se vira envolvido na luta pela libertação de escravos.

No entanto, o mesmo cuidado não se verifica na avaliação das atividades mágico-religiosas em que os negros viam-se envolvidos, como se esse campo abrisse uma brecha para a manifestação de opiniões contrárias e depreciativas, como se a palavra 'negro' só pudesse ser empregada para aqueles dados às práticas que "tomam um aspecto de malandrice severa". Vejamos o trecho de uma matéria publicada no jornal referido, cuja autoria é atribuída a Pedro Nolasco. Na verdade trata-se de uma denúncia que ele decide

[191] Maciel, Pedro Nolasco. *A filha do barão*. Maceió: SENEC/MEC, 1976 [1886].

fazer, por solicitação dos moradores de uma das ruas do centro da capital, incomodados com a realização da festa de Santa Bárbara, numa das casas de Xangô mais afamadas da cidade:

> *"Charo amigo e Sr. Cel. José Gatto. – Os habitantes das ruas Barão de Maceió e Dias Cabral pedem-nos para que leve ao conhecimento de V. Sa. o desgosto que elles sentem, apezar de serem bons catholicos, de não poderem commungar na mesma taça, com os ardorosos e muito enthusiastas devotos de Santa Bárbara. Os reclamantes têm a allegar não concordarem com o rito dessa egreja, pois as festas que ella promove são abrilhantadas por uma orchestração de adufos, chocalhos e latas que ferem o tympano da humanidade todo um dia e toda uma noite quase freqüentemente".*
>
> *Acontece que o santo entra quase sempre na cabeça dos crentes e os increos, que são os reclamantes, teem de sofrer encommodos pela alta recreação dos devotos.*
>
> *Eu ponderei aquela gente que o amigo, na qualidade de autoridade, escravo da Lei por índole e por dever, talvez não fosse de encontro ao preceito constitucional que estabelece a liberdade dos cultos, pois até a Carta Outorgada em 1824, a permitia, sem forma exterior de templo. Mas o povo daquellas bandas tem confiança illimitada no tino e nas maneiras delicadas com que o amigo tem sabido exercer o cargo. Chegando mesmo um dos mais ladinos da troupe reclamante dar-me lição proveitosa de Direito Público – objectando que os devotos alteram o socego da maioria.*
>
> *Nada prometi aos que me deram a honra de fazer a V. S. esta queixa, que o amigo tomará na consideração merecida.*
>
> *Devo registrar também – e o faço com particularíssimo interesse de aproveitar o ensejo – que muito esperam e confiam os meus constituintes dos bons serviços da actividade e da energia do digno comissário Sr. Capitão Norberto Braga, a quem, oportunamente, farei presente o elevado conceito dos seus concidadãos.*
>
> *Sem outro assumpto, envio a V. As. Com os meus respeitos, o*

agradecimento unânime de todos quantos fazem votos nas ruas Dias Cabral e Barão de Maceió, por sua feliciada pessoal[192].

Mesmo apegado aos princípios legais que orientam a liberdade de culto e sem deixar escapar sua opinião, o jornalista Pedro Nolasco provavelmente é dos que sofrem os incômodos provocados pela recreação dos devotos de Santa Bárbara, embora jamais assumisse essa posição publicamente, ou porque compartilhasse de um receio comum entre os bons católicos, de que aquelas práticas tinham lá sua eficácia, ou porque podia utilizar o recurso demonstrado na matéria, onde aparece como mero procurador dos anseios de uma comunidade insatisfeita, mas anônima. Além do mais, ele pode se utilizar também desse artifício na produção do romance já referido *Traças e troças*, curiosamente publicado sob anonimato, em que o interesse por esse campo da magia fica a cargo de suas duas personagens femininas.

b) – Deu no jornal: notas sobre as religiões negras

E já que o último assunto foi uma matéria de jornal, convém analisar de que modo o negro desponta nesse veículo de informação, outro importante instrumento para acompanhar a atuação desse segmento na cidade. O negro aparece nas notas jornalísticas em pelo menos três situações, no caso, pelo desenvolvimento de práticas mágico-religiosas, nas páginas policiais e em algumas situações de entretenimento, como o carnaval. Inicialmente daremos ênfase as situações em que a sua atuação aparece ligada aos cultos religiosos. É certo que algumas dessas matérias já foram mencionadas em capítulos anteriores, razão pela qual não serão descritas aqui na íntegra.

[192] Maciel, Pedro Nolasco. "Rapsódias". *A Tribuna*. Maceió, 18\03\1903. Ano VIII, n. 1810, p. 2.

Apesar de termos localizado inúmeras notas de jornal, referentes à prática do xangô, algumas em tom de chacota, outras que noticiam a prisão de alguns envolvidos, desde o início da pesquisa, que buscou cobrir o período entre 1900 e 1912, somente em 1904 fomos encontrar algo que se adequasse mais aos nossos interesses aqui. Trata-se da matéria intitulada "Bárbara ou santa", e que se refere à realização da festa de Santa Bárbara, realizada no afamado terreiro de Chico Foguinho, em dezembro daquele ano. Vale a pena citar aqui um trecho dessa reportagem, onde se torna evidente a presença de negros em eventos dessa natureza:

> *O nosso repórter para alli se dirigio immediatamente e teve que passar sob os arcos de flores e folhas até á casa onde entrou parte da multidão que se acotovelava, carregando uma charola com o vulto mignon de uma santa que, na algaravia africana dos influentes da tal festa, era a Santa Bárbara. Mas isto não é tudo, porque o nosso representante luttou com dificuldades para entrar no recinto, onde a santa ficou em exposição.*
>
> *(...)Depois, a reunião foi dispersando, e o nosso representante pôde entrar no recinto, sendo recebido com zumbaias de adufos e danças macabras, nas quaes uma creola nova fez taes piruetas que abateo-se estafada no solo.*
>
> *Diversas africanas velhas, ornadas de rosários e colares de ouro, acudiram a limpar o rosto da pretinha com alvas toalhas rendadas.*
>
> *A scena terminou n'uma sala contígua, onde a obsedada ficou deitada n'um catre coberto de cocha encarnada.*
>
> *O nosso repórter teve que provar uma beberagem travosa, que lhe deo tia Maria, africana chefe. O nosso repórter estava assediado neste momento por uma turma de negros de carapuças vermelhas, dando assim um aspecto do negus manelik*[193].

Interessante perceber que em uma única matéria o jornalista utiliza várias

[193] O jornalista talvez esteja referindo-se a Manelik, Imperador da Etiópia entre 1889 e 1913.(*A Tribuna*, "Bárbara ou santa". Maceió, 06/12/1904. Ano IX, nº 2300, p. 2).

categorias referentes à cor, primeiro, aquela em que classifica alguns dos mais influentes integrantes da festa, caracterizados pela "algaravia africana", cujo qualificativo, amparado na procedência não deixa margem quanto à cor dos participantes uma festa de negros. Aliás, o designativo africano aparece ainda em duas outras situações, para se referir às africanas velhas ou à africana chefe, Tia Maria. Outros termos utilizados são, crioula, pretinha e, por fim, a turma de negros de carapuças vermelhas, cujo aspecto não conseguimos distinguir.

Em outra notícia do mesmo jornal em época próxima, apesar de não se referir à cor da responsável pela situação narrada, no caso um despacho feito na sarjeta de uma das ruas mais movimentadas da cidade, localizada nas proximidades do Palácio do Governo, duas das pessoas, entre tantas que se aglomeraram para assistir ao ritual, foram identificadas como "as pretas de cesta que transitavam para o mercado", as quais esclareceram para o jornalista, tratar-se aquilo de "*muzunga*". Isso nos faz supor que, o fato de inferir sobre o assunto, torna-as naquela situação, detentoras de um saber restrito aos freqüentadores das casas de Xangô[194].

> Outra série de matérias sugere o envolvimento de Euclides Malta e de alguns dos seus correligionários com os terreiros de Xangô de Maceió. Para não nos tornarmos repetitivos, apenas enfatizaremos, as situações em que a cor está diretamente associada ao tipo de prática religiosa. A primeira das reportagens, na verdade uma carta anônima enviada à redação do *Correio de Alagoas*, órgão da imprensa oposicionista, relata um flagrante da visita do Dr. José Tavares, um dos candidatos ao Congresso Estadual pelo Partido Republicano, chefiado por Euclides Malta. Na denúncia, não se verifica a referência à cor do pai-de-santo consultado, no caso o

[194] *A Tribuna*. Maceió, 14/01/1905, Ano X, nº 2321, p. 03

Mestre Félix conhecido feiticeiro que atuava no bairro de Jaraguá. Contudo, esse mesmo jornal, posteriormente irá enfatizar a sua procedência africana, como um sinônimo do reconhecido talento para as coisas do santo. Esse dado, aliás, já havia sido discutido anteriormente, quando nos referimos à citação feita, por Pedro Nolasco Maciel, a esse pai de santo, verificando-se na ocasião, um cuidado com relação à cor, que é suprimido pela informação da proveniência africana. Aquela importante liderança religiosa também aparece na relação de antigos terreiros de Maceió, fornecida por Abelardo Duarte, no *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*:

> *"Terreiro do Mestre Félix - Situado à rua do Amorim, nº 11, bairro de Jaraguá, funcionando regularmente e bastante afamada, já em 1906. 'Negro Mina de cara lanhada' Mestre Félix manteve seu terreiro em franca atividade até o silenciamento completo por parte da 'soberania' em 1912, de todos os terreiros de Maceió (...). A fama do babalaô Mestre Félix espraiou-se por todos os recantos da cidade de Maceió(...) Talvez fosse o terreiro de Mestre Félix o mais antigo da cidade, título que parece detinha o não menos célebre terreiro da Tia Marcelina*[195].

Trata-se da mesma matéria já citada no capítulo anterior, razão pela qual não nos estenderemos sobre o assunto, apenas queremos lembrar que essa denúncia desencadeia uma série de outras matérias, publicadas nas edições seguintes, sempre com o mesmo tom acusatório contra Euclides Malta e seus correligionários reunindo no mesmo caldeirão, políticos ilustres e o temível babalorixá, sobre quem pesam os mais duros epítetos, entre os quais, que o mestre Félix era um babalô (sic) ou alufá dos muitos que aqui vivem engazopando muita gente bonita". Vale lembrar que "Os *alufás* têm um rito diverso. São maometanos com um fundo de misticismo. Quase todos dão para estudar a religião, e os

[195] Duarte, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: IHGAL, 1974. p. 19.

próprios malandros que lhes usurpam o título sabem mais que os *orixás*[196]". Essa informação aleatória, faz-nos pensar na procedência de alguns termos utilizados pelos jornalistas alagoanos da época para se referir aos cultos afro-brasileiros, os quais eram recolhidos em obras como a que foi escrita pelo próprio João do Rio e utilizadas mais pelo impacto que poderiam provocar entre seus leitores, do que pelo sentido que elas emprestavam.

Noutra matéria publicada nos jornais da época, desta feita pelo órgão oficial do Governo, as associações entre cor e Xangô reaparecem. O objeto da notícia agora é João Catirina, outro afamado pai de santo de Maceió, cujo terreiro situava-se nas imediações do Palácio Governamental, e que quando lhe vinha "o bicho na cabeça", provocava "grande alarma" (sic) entre os vizinhos, aliás, duas expressões com que o jornalista faz a chamada da matéria:

> *(...) O tumulto aumentava no interior da habitação, quando alguém animou-se a dizer timidamente que aquillo era uma casa de dar fortuna, onde Xangô, o deus caboclo estava agitando João Catirina.*
> *(...)Procuraram a sombra de um frondoso tamarineiro no centro do pateo, e dalli viram que effectivamente da casa de João Catirina partiam os roncos, mais de urso do que de homens.*
> *- Vê o Sr., disse o informante, é elle que está com o santo na cabeça!*
> *E Catirina gritava, gesticulando, cercado de mulheres que o levavam do quintal para dentro da casa.*
> *- Aquilo agora só se acaba quando vier o João Pretinho, que é só quem pode com o santo do seu João Catirina*[197].

E temos por fim, uma série de matérias publicadas pelo também jornal oposicionista,

[196] "Os *alufás* têm um rito diverso. São maometanos com um fundo de misticismo. Quase todos dão para estudar a religião, e os próprios malandros que lhes usurpam o título sabem mais que os *orixás*" (João do Rio. *As Religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976. p. 22).
[197] *A Tribuna*. "Feitiçarias e feiticeiros". Maceió, 30/08/1905. Ano X, n. 2504. p. 2.

o *Jornal de Alagoas*, intituladas Bruxaria e que se constituíram, por assim dizer, na espinha dorsal de nossa investigação, haja vista ser o único documento que relata com detalhes o episódio do Quebra de 1912. Vale destacar que na época em que foram escritas essas matérias, o poder de influência de Euclides Malta no Estado se encontrava bastante deteriorado, tendo ele inclusive sido afastado do poder por pressão de populares que invadiram o Palácio, obrigando-o a fugir pelos fundos da residência oficial. Deve ser por isso que o teor das matérias, é mais direto nos ataques aos integrantes das casas de Xangô de Maceió, pois em nenhum outro lugar o termo negro esteve tão associado a coisas nefastas. Convém citar alguns trechos em que a revolta contra o governante banido traduz-se em ódio contra os negros, mencionados através de expressões nada sugestivas.

> *Era uma pequena sala, cheia de pinturas grosseiras, de hieróglifos de ídolos, de adufos, bancos imundos e porcarias, onde o suor dos negros coagulados pelo pó em constante suspensão impregnava a acanhada atmosfera, envenenando os assistentes; e foi isso que, ante-hontem se acabou pelas mãos de quase duas mil pessoas, entre sorrisos e gargalhadas.*
>
> *(...)E quando nenhum outro serviço houvesse prestado esses destemidos que, desprezando a superstição, penetraram nesses negros e imundos covis, livraram toda cidade do infernal batuque e do perigo das criadas pouco escrupulosas, muito inconscientes e invadidas já do pouco amor ao trabalho, como praga semeada por quem devia ser responsável pelo bem estar da população*[198].

Se levarmos em conta o período coberto pela pesquisa, bem como a quantidade de jornais consultados, observaremos que as referências aos negros no campo da religiosidade, não são muito abundantes. É certo que uma série de notas, contidas nas seções policiais, apesar de não se referirem diretamente à cor dos envolvidos, faz-nos

[198] *Jornal de Alagoas.* "Bruxaria". Maceió, 04/02/19012. Ano V, p. 1.

pensar que se tratar de negros, pelo tipo de atividade em que foram flagrados no ato da detenção. Algumas das práticas identificadas e que justificaram a prisão dos seus responsáveis eram justamente aquelas ligadas ao universo mágico-religioso.

c) – Casa de detenção: notas sobre prisão de negros

Tivemos a preocupação de acompanhar as prisões realizadas no período entre 1900 e 1912, sobretudo aquelas em que a natureza da detenção era reforçada pela denominação de "averiguações policiais". O jornal consultado de modo mais minucioso foi *A Tribuna*, onde encontramos a coluna *Casa de Detenção*, a qual relacionava o nome de pessoas e o motivo por que tinham sido presas, além do dia em que eram soltas. A importância daquela categoria de punição se dá em função de que, foi sob essa denominação que encontramos, muitas vezes, as justificativas para a detenção de pessoas ligadas à prática de cultos mágico-religiosos.

Após um certo período essa coluna sai de circulação, para dar vez a uma outra, intitulada *Notas Policiais*, onde além de fatos mais relativos à burocracia policial, como nomeações e transferências de comissários e inspetores e delimitação das divisões dentro dos distritos, também relacionava suspeitos chamados à presença dos comissários para averiguações policiais. Esta coluna também não sobreviveria muito tempo no jornal, sendo os dois assuntos, das prisões e do policiamento, incluídos noutra mais geral, intitulada, *Noticiário*, até o reaparecimento de uma sessão específica para o tipo de assunto em tela e que passou a se denominar *partes policiais*; isso já nos idos de 1905, quando inclusive essa modalidade de detenção tornara-se pouco comum.

Também nos foi útil nesse levantamento uma outra coluna intitulada, *Notas Ligeiras*, cujo conteúdo, dada a sua diversificação, que ia dos necrológios até

programação da navegação, muito nos auxiliou porquanto noticiava fatos relativos à criminalidade, destacando a qualidade do delito. Essa coluna serviu para que pudéssemos distinguir algumas detenções, entre aquelas que se enquadravam no nosso tipo de suspeita e as que eram feitas por suspeita das autoridades. Até onde foi possível acompanhar essas informações, percebemos que nem todas as prisões realizadas sob a classificação de *detenção para averiguações policiais* referiam-se à prática do Xangô, tipo de religiosidade tida como marginal, embora toda prisão, cujo envolvido estivesse a ela ligado, fosse sempre enquadrado nessa vaga categoria.

As principais pistas para identificar o tipo de delito enquadrado nessa modalidade de aprisionamento eram fornecidas noutra coluna, *Notas Ligeiras*, sobretudo quando o fato que resultava na prisão, pelo curioso da situação, tornava-o objeto de interesse e, conseqüentemente, de maior detalhamento. Um desses casos é o que foi noticiado nessa coluna e por nós já referido em momento anterior:

> *Santina de tal, residente na Estrada Nova, foi denunciada ao sub-commissario do 2º distrito de Jaraguá, nosso amigo Pedro Coruripe, de que por meio de feitiço vive constantemente explorando aos incautos, a ponto de comprar objetos por menos do seu valor, dizendo estarem emprestados de feitiçaria. Assim o fez trás-antehontem comprando por 10$000 uma cama de 50$000, pertencente a uma pobre mulher vizinha. Aquela autoridade mandou detel-a na casa de Detenção*[199]

Importante notar que não se faz referência no jornal, à cor da detida, contudo, pela primeira que vez se confirmam nossas suspeitas iniciais, de que esse tipo de prisão para averiguações policiais guarda alguma relação com o fenômeno de que nos ocupamos, qual seja, a vigilância sobre os terreiros de Xangô. Outras notícias a respeito de detenções

[199] *A Tribuna*, Maceió, 07/05/1901 ano VI, nº 1292. p. 2

semelhantes foram localizadas em períodos subseqüentes, mas pelas razões há pouco apresentadas, não reproduziremos aqui.

A partir de outubro de 1908, em função da determinação do Secretário dos Negócios do Interior, no movimento de detenção passa a constar a ficha completa do detento, incluindo itens como: filiação, local de procedência, estado civil, idade, cor, ocupação, grau de instrução, além daqueles antes observados, tais como: autoridade responsável pela detenção, tempo de permanência na prisão e motivo. É certo que essa determinação não foi cumprida a contento, pelo menos nos meses iniciais, quando apenas esporadicamente apareciam referências acerca da idade, procedência e cor. Somente a partir do segundo semestre do ano seguinte, esse detalhamento aparece de modo mais sistemático.

No segundo semestre de 1909, por exemplo, foram realizadas 135 detenções, mas ao contrário do que podia se imaginar, o número de negros entre os detidos é bem menor do que o esperado. Essa afirmação, apesar de soar etnocêntrica, ampara-se em estudos sobre criminalidade no Brasil, segundo os quais é entre os integrantes desse segmento que se encontram a maior parte dos acusados, sobretudo em categorias contravencionais do tipo desordem, jogo do bicho e vadiagem, as quais, muitas vezes eram justificadas como detenções para averiguações policiais, sobre as quais já tratamos acima.

No período em questão, identificamos a presença de 32 “pretos”, entre as 135 detenções realizadas, ou seja, 23,70%, contra 31,11% de morenos, 28,64% de pardos e 6,60% de brancos. Outras categorias como “caboclo”, “de cor” e “crioula” poderiam engrossar o número de negros, apesar de não alterarem significativamente o número mencionado. É evidente que essas outras classificações de cor utilizadas podem incluir no mesmo segmento indivíduos caracteristicamente negros, algumas mais explicitamente, tais

como “crioula” e “de cor”, embora em menor número, outras menos expressas, como “moreno” e “pardo”, que podem ou não estar se referindo ao mesmo grupo, já que, tanto num caso como em outro, encontramo-nos diante de um modelo de classificação de cor, cujo principal traço é a ambigüidade, como costuma ocorrer no Brasil, onde o ordenamento obedece aos critérios subjetivos de quem o realiza.

Isso nos reporta às contribuições de Gilberto Freyre, que em seu *Sobrados e mocambos* infere sobre o mulato no sistema patriarcal, para afirmar que no Brasil, sofremos o efeito de um sistema complexo em que a base biológica foi superada pela configuração sociológica, ou seja, “um sistema em que o mestiço, por sua posição, tornava-se branco para todos os efeitos sociais, inclusive os políticos”[200].

Vale destacar, porém, que tanto pardos como morenos, e até mesmo os brancos que constam nas estatísticas policiais do período em questão, estão enfeixados numa categoria, cujos traços biológicos são sonegados pela condição social, que Sidney Chalhoub, fazendo uso da expressão criada por Mary Carpenter, chamou de “classes perigosas”, no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Segundo essa escritora inglesa, tais classes:

> *Eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho (...) indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei*[201]

Se observarmos as mesmas estatísticas policiais, para o período posterior, mais especificamente início de 1910 até o segundo semestre do ano seguinte, data em que o

[200] Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.163/164.
[201] Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.20.

jornal encerra esse tipo de informação, notaremos uma variação na classificação da cor, já que, além daquelas já mencionadas, constam outras ainda mais ambíguas, tipo "moreno claro" e "moreno escuro", além de "escuro". Curioso notar que nesses dados por nós consultados, o número de pardos (3,60% do total dos detidos), diminuiu consideravelmente, em favor dos morenos (36.60%) que, juntamente com os desdobramentos dessa classificação em "Moreno escuro" e "moreno claro", totaliza a marca de 44,60% dos detidos, contra 22,30% "pretos" e 10,50% de "brancos".

Contudo, mais importante do que essa classificação, cujos critérios desconhecemos, já que nada justifica que uma pessoa "morena clara", seja diferente de uma "parda", ou um "moreno escuro" de um "escuro", "caboclo" ou mesmo de um "negro", é tomarmos como objeto de análise o fator profissional, esse sim, bastante revelador, não mais de uma condição biológica, mas sim social que, sob esse aspecto, atinge a todos indistintamente no que diz respeito às imputações da lei. Assim sendo, pelo tipo de profissão exercida, a maior parte dos envolvidos nesses tipos de delitos, enquadra-se naquela condição de "desclassificados sociais", expressão cunhada por Maria Odília Leite da Silva Dias, em seu instigante trabalho sobre o papel das mulheres pobres no processo de urbanização de São Paulo no século XIX[202].

Localizamos nesse quadro de detenções, as profissões mais variadas; desde aquelas, cujo desempenho exige um mínimo de formação, tipo negociante, não por acaso exercida por dois "morenos" e um "branco", aparecendo, portanto, com pouca freqüência; até aquelas que, apesar da grande variedade que representam, também aparecem em número escasso. Trata-se de profissões como coveiro, remeiro, jardineiro, foguista,

[202] Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

lavadeira, catraieiro, talhador, engomadeira, engraxate, pintor, padeiro, pedreiro. A pouca incidência nesses casos talvez se explique pelo alto grau de utilidade de algumas dessas atividades, a ponto da população não poder privar-se dessas especialidades, ainda que temporariamente. É possível que em muitos casos onde o acusado era um profissional dessas áreas, a punição não passasse de algum tipo de repreensão.

Quanto às categorias profissionais que mais aparecem nos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança do Estado, temos dois principais grupos, no caso o dos ganhadores e dos criados, em cujo campo situavam-se os trabalhadores que mais sofreram as agruras da lei. Os números a ela relativos são os que seguem. Num total de 31 profissões relacionadas, exercidas pelos 161 detidos no período, os ganhadores destacam-se pela quantidade com que figuram na lista da polícia. Trata-se de 33 pessoas no exercício dessa atividade, numa proporção de 20,40%, número que pode parecer irrelevante, se não levarmos em conta a freqüência com que as outras ocupações aparecem. Das 160 restantes, 13 delas, no caso as de coveiro, remeiro, marceneiro, canoeiro, jardineiro, foguista, lavadeira, agente, catraieiro e talhador, aparecem uma única vez, correspondendo cada uma a 0,62%. Outras ocorrem com uma freqüência maior, de até seis vezes, indo de 1,2% a 3,70%, que é a percentagem das que se verificaram com essa última repetição. A partir daí, observamos um salto, para duas profissões, as de servente e artista, que aparecem doze vezes, perfazendo um total de 7,40% cada uma e, por fim, aquelas mais assíduas, no caso, as de ganhador e de criado, com 20,40% e 18,60%, respectivamente.

Nos dois casos estamos nos referindo a atividades sujeitas à instabilidade do mercado, exercidas por uma mão-de-obra abundante e disponível na capital, desde que esta se apresentou como fator de atração para aqueles que antes viviam do trabalho

agrícola ou que, mesmo já morando na cidade, dependiam agora das oportunidades que esse ambiente oferecia. Trata-se, pois, de um excedente de mão de obra que, diante da dificuldade de encontrar colocação no mercado de trabalho na zona urbana, dedicou-se a atividades temporárias, sendo sempre considerados inaptos para o trabalho organizado e regular e, por isso, acusados de vadiagem, motivo pelo qual eram freqüentemente enquadrados pela lei. A literatura sociológica sobre o assunto é farta. Lilia Moritz Schwarcz, por exemplo, em seu livro *Retrato em Branco e Negro*, analisa o discurso e as representações das elites brancas sobre o negro escravo através dos jornais paulistas da segunda metade do século XIX, e faz referência à freqüência com que as prisões para averiguações eram realizadas no período que antecedeu à Abolição. Segundo ela, as apreensões trazem consigo aquela indefinição quanto à classificação do crime, terminando por enquadrar seus responsáveis naquela vaga categoria de vadiagem, como deixa clara a citação a seguir:

> *...nas ocorrências policiais, as qualificações que determinavam as apreensões eram sempre suficientemente vagas, auxiliando na possibilidade de arbítrio a política local. Neste sentido, particularmente clara é a caracterização 'por vagabundagem', sendo que, devido ao seu grau de subjetivismo, era capaz de comportar uma ampla gama de situações. Assim, através das 'ocorrências' podemos verificar como se dava na época a utilização da expressão que Laura de Mello e Sousa convencionou chamar de "teoria da vagabundagem", já que se lançava mão desse conceito para prender ou marginalizar qualquer indivíduo sem uma ocupação diretamente verificável*[203].

Embora não se refira especificamente aos negros, Boris Fausto em pesquisa sobre criminalidade em período semelhante, afirma que as prisões contravencionais, por

[203] Schwarcz, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 156/157.

embriaguez, desordem e vadiagem, os chamados crimes sem vítimas, reveladoras de uma preocupação com crimes contra a ordem pública, são majoritários em quase todas as partes do mundo, com destaque para a vadiagem, que "representa o receptáculo maior, onde se enquadra o 'viveiro natural da delinqüência', na linguagem dos relatórios policiais". Segundo esse autor

> *"A estigmatização de camadas sociais destituídas com o rótulo de 'vadios' é um dado que percorre a história brasileira desde o período colonial", embora não com a freqüência e importância que iria adquirir mais tarde quando a urbanização também se intensificasse.*[204].

A participação dessa camada de destituídos, tradicionalmente constituída por indivíduos de cor, ocupados em atividades mal remuneradas e instáveis, também é confirmada por José Murilo de Carvalho, no mesmo período, o final do século XIX e começo do século XX, só que na cidade do Rio de Janeiro, onde essas pessoas, ladrões, prostitutas, malandros, ambulantes, jogadores, entre outros, engrossavam as estatísticas criminais com a pratica de contravenções, responsáveis por 60% das detenções realizadas no período[205].

Voltando à grande incidência de ganhadores e criados em Maceió entre os detidos no fim da primeira década do século passado, convém esclarecer que entre seus responsáveis, a grande maioria era composta por negros, como também deixam ver as estatísticas policiais. Por exemplo, entre os ganhadores, (36,30%) era composta por “pretos”, o mesmo número de “morenos” envolvidos na mesma atividade, contudo, além

[204] Fausto, Boris. *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924).* São Paulo: Edusp, 2001. pp. 44-50.
[205] Carvalho, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia. das Letras. 1987, pp. 17/20. Consultar também Lucio Kowarick, que no seu trabalho sobre a constituição do mercado de mão-de-obra livre na São Paulo do século XIX infere sobre o modo como os trabalhadores brasileiros foram desabilitados para o trabalho disciplinado. (Kowarick, Lucio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994).

das classificações convencionais, vez por outra surgiam termos como “escuro” e “caboclo” o que eleva esse percentual de negros, sem contar que, como já dissemos acima, entre morenos, não especificados como claros, como em alguns casos, podia estar se tratando também de negros. Quanto aos criados, embora fossem em maior número mulheres, os de cor, 50% destacam-se predominantemente sobre os demais, ainda mais se incluirmos nesse percentual, os “morenos escuros”, (13,3%), superior a todos os demais grupos de cor, como brancos (6,6%), pardos (3,3%) e “caboclos” (3,30%).

Uma última observação ainda, sobre esse último grupo de trabalhadores, composto majoritariamente por mulheres. Apenas seis homens de um total de 30, foram indicados como tal. Nossa hipótese é de que em seus depoimentos na delegacia, essa era a alternativa declarada por prostitutas, enquadradas na categoria de vadiagem, quando, além da pecha de vagabundas, uma série de outras denominações aplicava-se à atividade pouco honrosa das acusadas, entre as quais destacamos as de *messalina*, *horizontal*, *vadia*, *meretriz*, *mulher de vida livre*, *mulherzinha da pá virada*, etc. Diferentemente de algumas domésticas, cinco no total, que também foram detidas, essas “criadas”, que talvez constrangidas com o modo como ganhavam a vida, recorriam à criadagem como tipo de ocupação. Fazemos essa afirmação com base em algumas notas policiais de período anterior, quando ainda não se divulgava a profissão dos acusados, mas quando grande parte das mulheres envolvidas em algum tipo de delito, tinha como causa da prisão, anotada pelas autoridades competentes, a vagabundagem e as ofensas à moral pública.

> *Foram recolhidos a este estabelecimento pelo sub-comissário do Alto do Jacutinga, Belarmina Maria da Silva, Clemência Maria da Conceição, Maria da Costa e sua irmã Joaquina da Costa (gongá), sendo a primeira para averiguações policiais e as três últimas por vagabundas, turbulentas e offensas a uma senhora*

viúva[206].

Foram recolhidos a este estabelecimento pelo sub-comissário do Alto do Jacutinga Benedicta Maria da Conceição por vagabundagem e embriaguez, Cyriaca Maria dos Prazeres, por offensas ao inspector do quarteirão e Maria Luiza da Conceição por turbulenta[207].

d) – Folga negro:aspectos do carnaval de Maceió

Outra situação em que os negros aparecem nas notas de jornal, é bem distinta da que viemos tratando até aqui. Também em momentos de entretenimento esse segmento recebeu atenção da crônica jornalística. Dentre eles, destaca-se o carnaval, ocasião privilegiada de evidência e de ocupação do espaço público por esse segmento. A seguir relacionamos algumas notas em que a presença desse grupo faz-se sentir de modo mais efetivo.

Durante toda a primeira década do século passado, nos dias que antecediam ao carnaval, o jornal *A Tribuna*, publicava uma coluna, intitulada *Mascaras e Mascarilhas*, que nos chamou a atenção, não só pelo tom jocoso com que o colunista, que inicialmente assinava com o pseudônimo de *Folião Folia*, depois como *Dominó Azul* e, finalmente, até onde alcança nossa pesquisa, como *travesti*, convocava os foliões, divulgando notas sobre o andamento dos trabalhos de organização da festa, mas sobretudo porque se mostrou reveladora de aspectos cruciais da cultura alagoana e, mais especificamente, maceioense.

A partir das informações contidas naquela coluna pretendemos destacar as situações em que o negro aparecia como protagonista desse tipo de evento. O ano de 1903,

[206] *A Tribuna*, "Casa de Detenção". Maceió, 08/07/1903, ano VIII, nº 1901, p. 2.
[207] Importante notar que grande parte das mulheres detidas tomava como sobrenome, o nome de santas católicas, principalmente o de Nossa Senhora da Conceição, cuja data, 08/12 era muito comemorada em todas as capelas e igrejas da cidade e a qual, nos cultos afro-brasileiros era identificada como Iemanjá. A Tribuna, "Casa de Detenção". Maceió, 18/07/1903, ano VIII, nº 1 910, p. 2.

por exemplo, é bastante ilustrativo do que estamos dizendo. A partir desse período, acompanhamos através do jornal, vários pedidos de autorização para realização dos divertimentos, tais como fandangos e maracatus principalmente. Não temos explicação para as razões por que isso aconteceu naquele momento específico; talvez o motivo fosse de ordem eleitoreira já que, ainda naquele primeiro semestre, realizar-se-iam as eleições para o substituto do governador Euclides Malta, tendo como principal candidato seu próprio irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta.

Entre os grupos que receberam autorização para desfilar naquele ano, consta um "cordão de quilombolas", que, como já vimos acima, trata-se de um torneio popular exclusivamente alagoano, cujas características não vale a pena repetir agora. Outros grupos tiveram sua licença indeferida, como foi o caso de um clube existente no Alto do Jacutinga, no caso, o *Club das ciganas*, ameaçado de não desfilar naquele ano em decorrência da resistência do subcomissário de polícia daquele distrito: "Consta que D. Braz Caroatá, bispo daquele município, aprehensivo com a ciganagem, prohibiu o Carnaval. Os outros poderes civis e políticos do município neutro protestaram e está imminente um conflito de bobagens. Vade retro!"[208].

Convém salientar que o chefe daquele clube ou pelo menos do que se desmembrou dele em *Ciganas Filhas ou Filhas da Cigana*, era Manoel Inglês, "negro retinto, ótimo cozinheiro, residente na Ladeira do Brito" e dono de afamado terreiro de Maceió. Foi ainda servente da Recebedoria do Estado e sua participação na vida social do bairro e da cidade foi além da organização de folguedos populares, de clubes carnavalescos e da participação no Xangô. Quando Euclides Malta embarcou para o Rio de Janeiro em 08/05/1904, a fim tomar assento no Senado Federal, levaria, além de sua extremada família, dois funcionários públicos estaduais em sua comitiva, entre o quais Manoel Inglês, que tanto rumor provocou entre os órgãos da imprensa oposicionista.

[208] *A Tribuna*. "Mascaras e Mascarilhas". Maceió, 24/01/1904. Ano IX, nº 2052, p. 2.

Talvez sucedesse daí o prestígio por ele desfrutado naquela comunidade do Alto do Jacutinga, a ponto de ensaiar seu divertimento, contra a vontade das autoridades policiais locais. Aliás, é de se supor que foi por sua influência, decorrente dessa penetração nos mais altos círculos políticos da capital, que no ano seguinte, em 1904, o clube sob sua responsabilidade obtivesse permissão para desfilar, sem as mesmas restrições de antes e que outros grupos locais continuavam a enfrentar.

A partir desse período verifica-se uma certa retração na organização dos carnavais, bem como um número mais reduzido de foliões, fato este não exclusivo de Alagoas. No vizinho Estado de Pernambuco também é notado esse arrefecimento, justamente por volta de 1904. Mas vale salientar que se trata do fracasso de um certo estilo de carnaval, inspirado no modelo Europeu da Idade Moderna, embora sempre atualizado em cidades mediterrâneas contemporâneas, e que se adequava sobremaneira às demandas civilizatórias das elites urbanas brasileiras. Não custa lembrar que esse modelo de Carnaval enquanto *festa civilizada*, espalhou-se pelo país, a partir do seu uso na Capital Federal, de onde se importavam, não apenas as idéias como também as maneiras recomendáveis de entretenimento, cujo modelo, nesse caso era semelhante ao carnaval europeu. Segundo Nicolau Sevcenko, que faz menção a esse ritual no Rio de Janeiro, no mesmo período:

> *O carnaval que se deseja é o da versão européia, com arlequins, pierrôs e columbinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas (...) As autoridades não demoram a impor severas restrições às fantasias - principalmente de índio – e ao comportamento dos foliões – principalmente dos cordões*[209].

Pelo jornal, surgem as queixas contra os excessos cometidos pelos foliões, durante a festa, na verdade, contra aquela especificidade de folião que não se enquadrava no

[209] Sevcenko, Nicolau. Literatura como missão: Tensões Sociais e Criação na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 33. Sobre o carnaval em Pernambuco, cf. Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. "Carnaval do Recife: a alegria guerreira" *Estudos Avançados.* São Paulo, 11 (29), 203-216, 1997.

modelo culto e civilizado desta festa burguesa, como era o caso da imensa maioria da população de pobres e ignorantes que teimavam em se integrar aos festejos. Por conseguinte, uma série de medidas repressivas para inibi-los, como é o caso do decreto nº 97, que trata de posturas municipais durante o carnaval, o qual, apesar de já existir desde 1895, passa a ser amplamente divulgado nos jornais, por determinação do Secretário dos Negócios do Interior.

Talvez por causa dessa normatização do carnaval, aliada à crise econômica que assolava o Estado, e apesar da quantidade de pessoas que acorreram à capital durante os festejos carnavalescos de 1904, a animação e a quantidade dos clubes deixou a desejar. Nos anos seguintes, também o carnaval ocorreria sem a efusão e fervor que marcaram esses festejos nos três primeiros anos de governo Malta. Em 1905, por exemplo, todos os desfiles programados malograram, neste caso específico, em função das chuvas que caíram durante os três dias de Momo.

O ano de 1909 não foi diferente. Aí também, as queixas sobre a desanimação se repetem. Nesse ano, nenhum dos grupos tradicionais da cidade apresentou-se, ficando a animação, como sempre, por conta dos grupos populares, cuja participação no evento nunca era levada a sério. Na concepção dos cronistas de plantão, o que garantia a animação dos festejos carnavalescos em Maceió no período, era a presença daqueles elementos que se orientavam pelos princípios de formalidade e regulamentação, componentes fundamentais do ritual da ordem e da disciplina, tão longe dos aspectos dispersantes e espontâneos que caracterizam o carnaval e tão perto das comemorações tipicamente burguesas, em que a cautela e contenção são mais do que recomendáveis.

Convém ressaltar, no entanto que, apesar das informações prestadas pelos jornalistas da época, que sob hipótese alguma devem ser negligenciadas, não

podemos concordar que a animação do carnaval em Maceió estivesse subordinada à presença de grupos socialmente aceitos, constituindo por assim dizer, os únicos focos de animação presentes nessas festividades. Tampouco que a festa se restringisse à presença desses aspectos institucionais e reguladores, que reforçam a hierarquia cotidiana, em detrimento da subversão e inversão da festa, já que pelo mundo afora, até em rituais mais marcadamente formais, como algumas festas religiosas, eleições parlamentares e execuções públicas, por exemplo, identificam-se temas de natureza carnavalesca, como a comida, a bebida e a violência. Sob certas circunstâncias, essa suposta disciplina reveste-se de um caráter alegórico justamente para desestruturar relações cotidianas, no que estaria, cumprindo sua função de ritual.

Como o carnaval apresenta-se com uma profusão de sentidos, no mais das vezes ambíguos, convém identificar em que lugar situa-se o povo, esse segmento que, sem dúvida alguma garante a inversão do mundo na festa. Sua participação é inegável, conforme dados implícitos coligidos nos próprios jornais, segundo os quais não apenas as camadas populares apresentavam-se à folia quando a ocasião exigia, como também aqueles grupos que, também sendo populares, trazem para a festa as suas tradições africanas. A nota a seguir confirma isso que estamos colocando:

> *Escrevem-nos: "Meu charo Dominó – no próximo domingo sahira o cordão dos Coiós com o seu estandarte, cantando desopilantes marchas.*
>
> *Visitará os seus congêneres na praça dos Martyrios, encontrar-se-há com os* morcegos *e* caboclinhas, *n'um massudo e collossal fandanguassú – Zé das Peneiras, Secretário.*
>
> *Muito Bem, Seu Zé! Vá* peneirando *por ahi assim, a ver se consegue movimentar esse povo que parece dormir o somno profundo da morte. Desaloje o*

tédio, meo amigo, sacoleje fogosamente o seu maracá, metta-se no changô, *no* candomblé, *no* maracatu *e faça fogo cerrado na troça mollenga*!"[210].

Também é o que se percebe a partir das notas escritas em 1910, quando inclusive, substitui-se o antigo colunista *Dominó Azul*, por um novo, designado pelo sugestivo nome de *Travesti*. Coincidentemente ou não, neste carnaval, cresce a animação dos festejos, de modo que podemos afirmar ter sido o mais concorrido dos últimos anos. A opinião do editor corrobora essas impressões de que naquele ano de 1910 o carnaval de Maceió correu "extraordinariamente animado". Talvez antecipando o grande carnaval que implicaria a destituição de Euclides Malta do poder e, conseqüentemente, a destruição dos terreiros de Xangô, dois anos depois. É cedo para inferir qualquer coisa a esse respeito. Por ora convém destacar que grande parte da animação verificada naquele ano, talvez estivesse associada a uma presença mais efetiva das camadas mais pobres da população, a chamada *rafaméia de sujos* e a *poeira das ruas*, em detrimento dos mais célebres e tradicionais clubes e sociedades recreativas da cidade, mais afetados pela crise econômica do Estado e impossibilitados de manterem os civilizados desfiles de corsos e de críticas que exigiam vultuosas quantias para se realizar[211].

Um dos critérios utilizados para identificar a cor dos integrantes desses blocos carnavalescos é a sua procedência. Uma nota sobre o carnaval de 1902, relacionada aos nomes e à localidade de onde surgiam esses blocos, permite-nos inferir que entre esses dois elementos, existiam ligações que merecem ser estabelecidas. Quanto à localidade, trata-se, na maioria dos casos, de bairros e arrabaldes mais afastados, e marcados por um

[210] *A Tribuna*. "Mascaras e Mascarilhas".. Maceió, 16 e 17/02/1909. Ano XIV, nºs 3522/3523. p. 2.
[211] Os termos em destaque são utilizados dessa maneira pelo jornalista da mesma coluna que estamos utilizando.

forte contingente populacional de baixa renda. Esse é o caso, por exemplo, da Levada, que todos os anos, durante o carnaval, despejava na cidade todo aquele exército de foliões de condição social "suspeita":

> *Da Levada, me consta que vem um bando de clubs: Club Pretinho, Club Cor de Canella, Club Rouxinho, Club Caboclo e muitas outras novidades atrahentes, como têm saído daquelas bandas em outras épocas. Aquilo é que é gente: ao meio dia ganha a rua e não há sol, nem poeira, nem suor, que a empate. À noute recolhe-se à casa dizendo: - Diverti uma porção*[212].

Importante destacar a complexidade que marca as taxonomias de cores desses blocos, originários de um único bairro, o que reflete um fenômeno geral no país e, de modo particular no período estudado, entre 1900 e 1920, época em que os censos demográficos não coletaram dados sobre a cor justamente pela dificuldade que seria a de cercar todas as classificações possíveis, optando-se pela ocultação desses dados. Entre as várias justificativas apresentadas, destaca-se o grande percentual de mestiços existentes no país, bem como "o fato de a tonalidade da cor da pele deixar a desejar como critério classificatório"[213].

Enquanto que no Recife do final do século XIX e começo do XX, a nomenclatura dos clubes carnavalescos dava-se em função das atividades produtivas dos seus integrantes, particularmente na sua fração manual, tipo, *Vassourinhas, Pás, Lenhadores, Pescadores,* etc, em detrimento da presença dos blocos de africanos, em Maceió onde também se verificou essa evocação ao trabalho, notamos também, como na citação acima, as referências às raízes negras, tanto pela descrição da cor dos integrantes de alguns clubes, como pela presença de grupos de caráter notadamente afro-brasileiro, como é o

[212] *A* Tribuna "Mascaras e Mascarilhas". Maceió, 08/02/1901 nº 1225, ano VI, p. 2.
[213] Pinto, Regina Pahim. "Os problemas subjacentes ao processo de classificação da cor da população no Brasil". Trabalho apresentado na XIX Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1995, mimeo.

caso dos maracatus e quilombos e até mesmo clubes carnavalescos, cujos nomes denunciavam essa influência. Esse é o caso, por exemplo dos blocos *Cambinda de Ouro* e *Bahianas Africanas*[214].

Detenhamo-nos sobre a variedade de cores que os nomes dos clubes acima citados deixam perceber e pensemos sobre os valores subjacentes a estes "sistemas de classificação", já que, como sugere Yvonne Maggie, as escolhas classificatórias estão carregadas de tantos significados quantos são os termos de cor acionados pelos indivíduos nas mais diversas situações, embora possam elas ser reduzidas àquelas classificações padronizadas em que são decisivos aspectos como origem étnica e situação social. Trata-se de "referências fundamentais porque ao falar nas cores e na ausência de cor estamos conotando distinções no social e, ao mesmo tempo, falando de origem, dos vértices de um triângulo imaginário que fala de nossos heróis fundadores"[215].

Estamos aqui talvez, diante de uma das maneiras possíveis de descrição, mais do que de classificação da cor e que utiliza referências mais imediatas e cotidianas, as quais se pautam basicamente na descrição provisória da aparência, motivo pelo qual Robin E. Sheriff, autora que sugere o esquema, convencionou denominar essa tendência de "discurso de descrição", já que toma como referência as características

[214] Segundo Théo Brandão, para quem o termo cambinda era utilizado em Alagoas para todos os maracatus, o bloco *Cambinda de Ouro* foi noticiado por Abelardo Duarte, sendo "totalmente integrado por negros autênticos, que, aliás, estavam ligados a um dos terreiros de xangô da Capital" . Para aquele autor, o termo cambinda é utilizado em Alagoas para quase todos os Maracatus (Cf. Duarte, Abelardo *apud* Brandão, Théo. *Folguedos Natalinos.* Maceió. Sergasa. 1973, p. 162 e. *Folclore de alagoas II*. Maceió: SECULT, 1982. p.109).

[215] Maggie, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira" **in** Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CNBB, 1996, pp. 225/234. Sobre a nomenclatura adotada no carnaval do Recife, ver Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. "Carnaval do Recife: A alegria guerreira" *Estudos Avançados*. São Paulo, 11 (29), 203-216, 1997. p. 208.

físicas mais ou menos singulares da pessoa, em detrimento daquela dimensão "indicial ou pragmática", pela qual, os indivíduos escolhem entre uma variedade de termos, aquele que melhor se adequar à situação ou à maneira de tratar uma pessoa[216].

Assim sendo, nosso interesse pela cor liga-se ao fato de que entre os foliões, os quais estimamos serem em sua grande maioria não brancos, malgrado o desprezo do colunista *Dominó Azul* por sua evidência e presença nos carnavais, foram os elementos responsáveis pela consagração daqueles aspectos transgressores e irreverentes típicos dessa festividade.

Uma outra nota digna de registro também faz alusão explícita à cor dos foliões, ou pelo menos a uma categoria deles, aqui tratados como "negros", ao invés de "pretos", como seria comum nas crônicas locais ou nas estatísticas policiais, sendo que, como afirma Maggie, no primeiro caso, estaríamos nos referindo ao "lugar cultural", categoria que no caso em questão aplicar-se-ia sobremaneira, já que se refere ao carnaval, como manifestação cultural de um segmento. Quanto à segunda categoria, a menção "decalca posições sociais desiguais entre brancos e pretos":

> *Depois que o sol começar a derramar as suas ondas de luz, outros tantos campeões da loucura, negros bons e safardanas de marca, andarão pelas casas molhando o gargantão, applacando o calor à custa da bebida alheia"*[217].

---

[216] Sheriff, Robin E. "Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca" **in** Rezende, Claudia Barcellos & Maggie, Yvonne. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 213/243. Também Peter Fry faz menção às dimensões "semântico-referencial" e "pragmática ou indexal", cuja referência básica, nos dois casos, é o esquema fornecido por Vincent Crapanzano, chamado de "dimensão semântico-referencial da linguagem (Cf. Fry, Peter. "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". *Revista USP*. São Paulo , 28: 122/135, Dez/Fev 95/96. pp. 122/135).

[217] *A Tribuna.* "Mascaras e Mascarilhas". Maceió. 16/02/1901 nº 1233. Ano VI, p. 2. Sobre o "sistema classificatório" e de representação das diferenças, cf. Maggie, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira" **in** Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CNBB, 1996, pp. 228/229.

O jornalista aqui comenta um hábito comum no carnaval daquele período, em que os diversos clubes carnavalescos na cidade, inclusive muitos dias antes do início dos festejos propriamente ditos, e que consistia em verdadeiras romarias etílicas que percorriam as residências das famílias mais ilustres da cidade, que abriam seus salões para receber os foliões, fatos estes dignos de nota em qualquer coluna social. Claro que as casas visitadas, estavam em estreita relação com a condição social dos integrantes dos blocos. O que significa dizer que as residências que eram tomadas de assalto pelos clubes de elite como os Spadas d'água, os Paladinos da Democracia, os Bohemios, os Borboletas e, mais tarde, o Bloco Jaraguense, não eram as mesmas visitadas pelos clubes, cujos nomes, remetiam às atividades profissionais pouco valorizadas dos seus sócios, como os Vassourinhas, Serras, Lavradores, Tic-Tac e os "imprevisíveis maracatus" que se apresentavam nesse período.

Aliás, diga-se de passagem, a presença dos maracatus nos carnavais de Maceió no período em tela, atesta a decisiva participação de negros nesses festejos, caso ainda restasse alguma dúvida a esse respeito. Um dos principais estudiosos dos folguedos populares em Alagoas, o folclorista Théo Brandão, não obstante sua indecisão quanto ao local do maracatu, que no litoral norte do Estado aparece sob outras variantes, tais como cambinda, negra da costa, bumba-meu-boi, caboclinhos e samba de matuto, acaba por incluí-los na categoria de folguedos natalinos: "Conquanto em Pernambuco e durante muito tempo em Alagoas se tenha realizado os Maracatus por ocasião apenas do carnaval, não erramos em incluí-los entre os folguedos natalinos". Esse mesmo autor reconhece em trabalho posterior, que inúmeras danças e folguedos da época natalina, entre os quais se incluem o Maracatu, foram se introduzindo nos festejos carnavalescos na primeira metade

do século[218].

Esse folclorista alagoano também considera que, com relação aos maracatus pernambucanos, os de Alagoas "sempre foram, entre nós, mais pobres, pouco numerosos, menos freqüentados e animados". Não teríamos condição de contestar essa afirmativa, já que segundo os jornais da época, esses folguedos eram também considerados, coisa inferior. Tanto num caso como no outro, podemos constatar a ligação que é estabelecida entre esses folguedos e os cultos afro-brasileiros, de onde, talvez, advenha essa opinião desfavorável. Cabe aqui reproduzir uma nota recolhida no jornal *A Tribuna*, na qual essa relação é enfatizada, lembrando que, todas essas modalidades de manifestações culturais negras muitas vezes eram incluídas dentro de uma mesma categoria como que para demonstrar o seu atraso, razão porque, talvez, quando as referências a elas são feitas, permeia a nota um tom de jocosidade:

> *Bico Doce é mestra de Maracatu, solemnidade que se effectua quando há necessidade de falar com o pae, que é o nome da divindade acceita pela gyria boçal della e de seus freqüentadores. A Casa estava cheia de crentes e é ornada de búzios, de latas, de cabeças (osso) e quanta coisa sugestiva pode obter aquella gente ignara e parva*[219].

Também para Théo Brandão, não só os maracatus como outros folguedos populares em Alagoas, entre os quais destaca-se o Guerreiro, folguedo nascido em Alagoas por volta da década de 40, guardavam com aquelas manifestações religiões intensa comunicação: "Ultimamente, tem penetrado nos *Auto dos Guerreiros* novo ritmo –

[218] Brandão, Théo. *Folguedos Natalinos*. Maceió: Sergasa, 1973. p. 161 e;. *Folclore de Alagoas* II. Maceió: CEC/UFAL, 1982. p. 112.
[219] *A Tribuna*. "Feiticeiros e feiticeiros". Maceió, 26/04/1904. Ano IX, nº 2124, p.1. Essa ligação também é atestada por Abelardo Duarte, pelo menos com relação a um dos pais de santo punidos pela Liga em 1912. Trata-se de João Catarina, "dono de célebre maracatu", provavelmente o mesmo João Catirina a que se refere a matéria do jornal *A Tribuna* de 30/08/1905 (Cf. nota nº 195 e Duarte, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da coleção Perseverança*. Maceió: SENEC, 1974).

o tom abaianado e o tom de Xangô, novos estilos de dança e música, influenciados respectivamente pelo brinquedo das Baianas e pelos terreiros de Xangô[220]".

Toda essa discussão se dá com a finalidade de obtermos uma explicação para o fato dessas manifestações populares não serem mencionadas com a freqüência com que realmente aparecem no carnaval, o que confirma talvez um certo desprezo e desinteresse, algo semelhante ao que se pode constatar em *Tenda dos Milagres* do escritor baiano Jorge Amado. Não obstante seu caráter literário, esse consagrado romance, caso usado de modo crítico, apresenta-se como importante documento reconstitutivo de uma sociedade passada e de sua estrutura de poder. Ali aparece uma referência ao Afoxê dos Filhos da Bahia, cuja receptividade pela polícia não foi tão calorosa quanto a do povo que veio saudar a República Libertária de Palmares:

> *Veio o carnaval inteiro e com ele a cavalaria e a polícia. O povo reagiu, na defesa do afoxé, morra Chico Cagão, morra a intolerância. A batalha se estendeu, os cavalarianos desembainharam as espadas, foram batendo, pisando e derrubando nas patas dos cavalos – o afoxé dissolveu-se na multidão. Gritos e ais, morras e vivas, gente machucada, correrias, quedas, trompaços, alguns guerreiros presos pelos esbirros, soltos pelo povo contumaz na briga e na folia*[221].

Para além das referências ficcionais, essa atitude de repressão às manifestações dessa natureza verificava-se com freqüência, inclusive no mesmo local de que fala o romancista baiano, no caso, a Salvador do início do século XX. Segundo estudo feito sobre o carnaval da Bahia na Velha República:

> *Podemos perceber através da imprensa, de editais da polícia e da administração pública que alguns elementos da festa começam a ser considerados como 'problema'. A partir dos primeiros anos do século XX, mais*

[220] Brandão, Théo. *Folguedos Natalinos*. Maceió: Sergasa, 1973. p. 90.
[221] Amado, Jorge. *Tenda dos Milagres*. Livraria Martins, s/d, p. 51.

sistematicamente a partir de 1904, vemos desenhar-se nos jornais os contornos de um 'universo do proibido' que deveria ser excluído do Carnaval[222]*l.*

Em Alagoas não poderia ser diferente, haja vista encontrarem-se nesse Estado os mesmos elementos constitutivos do caldo cultural nacional, com forte interferência dos aspectos africanos. Assim sendo, ainda que sob forte vigilância por parte das instâncias legais da sociedade, era como integrantes dos maracatus e dos *clubs* vindos da periferia, que os negros eram noticiados. Sua passagem pela cidade nessas ocasiões causava grande estardalhaço, provocando a ira e a queixa dessa mesma elite que reclamava à polícia uma atitude mais enérgica para com esses baderneiros.Isso é o que se pode deduzir de informações contidas na obra já referida do ilustre folclorista alagoano,

Outrora, isto é, há 40 ou 60 anos passados, os maracatus proliferavam em Maceió e em inúmeras cidades do interior do Estado. É bem verdade que sempre contando com a má vontade do público e os jornais progressistas que naturalmente criticavam as suas danças e saracoteios bárbaros e monótonos. O Gutemberg, o mais importante órgão da imprensa de Alagoas no ano de 1905, dizia dos maracatus: 'Este ano temos a registrar a sensaboria dos indefectíveis e detestáveis maracatus[223]*.*

Mas não era sempre sob essa pecha que os clubes carnavalescos compostos por negros eram noticiados em Maceió. Uma nota recolhida de *A Tribuna* de 1909, atesta não só a presença de blocos com essas características, como também a comoção que eles provocavam à sua passagem:

A gente que os navios negreiros, exercitando terrivel faina, arrancou outr'ora de Loanda, Benguela e outras localidades do litoral de mares nunca dantes navegados, está agora sendo canonisada por seus descendentes n'um club

[222] Fry, Peter, Carrara, Sérgio e Martins-Costa, Ana Luiza. "Negros e Brancos no Carnaval da Velha República" **in** Reis, João José (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 252.
[223] Brandão, Théo. *Folguedos Natalinos*. Maceió: Sergasa, 1973. p. 163.

denominado Colônia Africana.

Não deixa de ser interessante e curioso o tal club, não só pelas cantigas no dialeto boçal dos primitivos escravos, como pela exquisitice das dansas quase macabras.

Verdade é que a Colônia Africana não só arrasta a sua passagem a arraia miúda, como entretêm bastante às pessoas mais ou menos educadas. É o caso: cada qual enterra o seu pae (pai vôbis) como póde.[224]

A condição social desses foliões, marcada pela pobreza, além da cor, é que, talvez, dê o tom da diferença entre as classes distintas presentes no carnaval. Nesse aspecto, um outro caso digno de referência é o clube Flor do Brasil, mencionado pela primeira vez em 1902, ano de sua fundação, mas não no espaço reservado a este tipo de agremiação e sim na coluna "Notas Ligeiras" onde, vez por outra, aparecem denúncias de cidadãos comuns reclamando algum tipo de providência por parte do poder público para manifestações que perturbam a ordem social*:*

Diversos moradores, residentes à rua São José pedem-nos que chamemos a atenção do Sr. 1º Commissario de Polícia da capital para um club alli existente e que leva todas as noites e até pela manhã seguinte num barulho ensurdecedor de mil diabos. Nos informam os mesmos moradores que o dito club compõe-se de pessoas de <u>classe baixa</u> razão por que no sábado passado quase foram testemunhas de uma scena de sangue, tal foi a sua algazarra e os seus palavriados que chegaram a ponto de sacarem facas umas contra as outras[225].

Aqui o elemento que conspira contra esses foliões não é mais a cor e sim a sua baixa condição social, o que no Brasil, corresponde desde sempre a uma origem étnica marginal, a qual os não brancos sempre estiveram associados.

CAPÍTULO 4 - A LIGA DOS REPUBLICANOS COMBATENTES: A FACE ESCURA DA PERSEGUIÇÃO

[224] *A Tribuna*, "Mascaras e mascarilhas". Maceió, 10/02/1907. Ano XII,nº 2.939. p. 2.
[225] *A Tribuna*. Notas Ligeiras. Maceió, 30/01/1902. nº 1491. p.2.

Os milhões com feroz canção e dança maníaca, se enraiveceram ao redor.
(Schelley)

a) História da formação da Liga e suas principais proezas

A "Liga dos Republicanos Combatentes em homenagem a Miguel Omena" foi criada em 17 de dezembro de 1911. Convém, antes de tudo, determo-nos um pouco sobre o paraninfo dessa associação. Ele foi um das primeiras figuras públicas a declarar sua oposição a Euclides Malta e a desenvolver contra esse político uma ferrenha campanha de acusações e denúncias. Porém foi à frente da Sociedade Beneficente Gladiantes, que adquiriu notoriedade e respeito, sobretudo entre os jovens da capital. Essa associação, que chegou a publicar um jornal, surgiu como sociedade carnavalesca logo após o carnaval de 1901[226], o que nos possibilita retomar o paralelo que vínhamos estabelecendo entre a folia característica dessas associações e o militarismo que seu nome evoca.

A formação de milícias paramilitares comandadas por um chefe local é um dos traços mais marcantes da estrutura de dominação da política institucional na Primeira República, embora com relação ao próprio Governador Euclides Malta, não se tenha conhecimento da existência dessas guardas particulares sob seu controle. Em Maceió essa iniciativa de formar grupos parece remontar aos primeiros anos do século XX.

Pelo menos em 1903 temos notícia da formação de uma guarda cívica, constituída por "diversos rapazes empregados no comércio de Jaraguá (...) para o policiamento daquele distrito". Vale destacar que com a proteção da Secretária do Interior, responsável

[226] "Recebemos comunicação de haver sido installada nesta cidade, sob a denominação de Gladiantes, uma sociedade Carnavalesca". *A Tribuna*. Maceió, 17/03/1903: ano VI, nº 1253, p. 2.

pelos assuntos de segurança pública, através do 2º Comissário da Capital, que em sua casa reuniu a primeira comissão dos interessados, um total de 94 guardas, convocados entre negociantes, auxiliares de comércio e populares. Em petição dirigida àquele autoridade, a comissão do Corpo Cívico solicita autorização para atuar naquele distrito sob sua jurisdição:

> *Jaraguá, 22 de abril de 1903. Illustre cidadão Cel. Augusto Jucá, M.D. 2º Comissário de Polícia da Capital - A comissão abaixo firmada vem respeitosamente communicar-vos, que para auxílio do policiamento do nosso bairro, com o fim de evitar a gatunagem que actualmente desenvolve-se nesta cidade, resolver crear um corpo cívico, bem como pede-vos authorização e franco trânsito aos seus vigilantes. A Comissão - Joaquim Brigido - Emilio Alves de Souza - Artur Nunes Vieira*[227].

A autorização seria concedida dias depois, com a exigência de que a guarda cívica providenciasse o devido regulamento, a fim de submetê-lo à aprovação do Secretário do Interior. O referido comissário indicava ainda a assinatura de um termo de responsabilidade por parte da direção para que a corporação pudesse usar armas proibidas sem incorrer nas penas do art. 377 do Código Penal, bem como para ter *franco acesso (trânsito) fora de horas* a qualquer área do distrito. Vale acrescentar que a idéia desse tipo de agrupamento civil urbano, até então ausente nas páginas do jornal *A Tribuna*, parece ter contaminado outros voluntários na comunidade, uma vez que, a partir desse período, torna-se freqüente esse tipo de notícia.

Aliás, no dia seguinte à publicação daquela petição, temos a notícia de que Secretário do Interior mandou entregar ao Capitão Antônio Murta, Sub-Comissário de outro bairro da capital, "6 carabinas e 100 cartuchos *minie* para servir na guarda cívica do

[227] *A Tribuna*. Maceió, 29/04/1903. nº 1845, ano VIII, p. 2.

districto da Cambona"[228]. Sobre a criação desse regimento e seus fins temos notícia em data posterior:

> *Fica creada no distrito policial da Cambona uma guarda civica para auxílio da polícia na ronda noturna do perímetro comprehendido entre a residência do Sr. Luiz Lessa e o cruzamento das linhas ferreas inglezas e trilhos urbanos, conforme autorização do dr. Secretário do Interior em despacho de 22 de abril de 1903. Terá a guarda para sua direção um chefe, um sub-chefe, um fiscal, um director, sete subdiretores e sete auxiliares*[229].

Essas guardas cívicas não carregam a gravidade dos sentimentos e códigos de conduta que orientariam o aparecimento da Liga dos Combatentes anos depois, nem tampouco, a irresponsabilidade voluntária dos valentes *recumquerecas*[230]. Elas estariam, portanto, numa posição intermediária entre aqueles dois tipos de corporação, embora entre todos eles, possamos identificar esse traço de glorificação da honra militarista e de valores autoritários.

A principal finalidade da Liga pode ser acompanhada através do seu próprio órgão informativo, *O Combatente*, diário vespertino da associação criado no dia 16/09/1914, coincidentemente o dia da Emancipação Política de Alagoas e data em que se também comemorava o aniversário do seu maior inimigo, Euclides Malta. Segundo informações

---

[228] *A Tribuna*. "Notas ligeiras". Maceió, 30/04/1903, nº 1846, ano VIII, p. 2

[229] *A Tribuna*. "Notas Policiais". Maceió, 10/05/1903, ano VIII, nº.1855, p. 2.

[230] Por *Regmento Recumquereca* foi como ficou conhecido um dos clubes carnavalescos mais tradicionais de Alagoas nos primeiros anos do século XX, sempre referido nas principais colunas de jornal sobre o assunto através do uso constante de expressões militaristas, pela valorização excessiva de uma suposta conduta bélica e uma certa brutalização dos costumes que, vista pelo lado da fanfarra torna-se legítima. Vejamos um dos telegramas enviados à redação de *A Tribuna*, pelos próprios organizadores desse bloco, o qual dá o tom do seu estilo: *"Coqueiro Secco - 4 horas - Segue destino capital Regimento Recumquereca. Conduz prisioneiros inglezes munição, toda cerveja. Haverá grande parada militar, honra victória frente quartel general 6:00 horas da manha domingo. Primeiro signal gyrandola foguetões. Grande sensação todo regimento. Procissão civica. Convida-se o povo em geral domingo 6:00 horas da manha. Assignado - correspondente.* Ao que o Colunista acrescenta: *Preparemo-nos povo, para receber as valentes hostes que veem de destroçar todos os inglezes: um bravo aos heroicos recumquerecas.*Esse tipo de referência aos grupos que compõem a festa e a própria descrição desta, permite-nos estabelecer uma aproximação com as matérias escritas no *Jornal de Alagoas* sobre a devassa às casas de culto, anos depois promovidas pela *Liga dos Republicanos Combatentes*.(Folia, Folião. "Máscaras e Mascarilhas" *A Tribuna*. Maceió, 16/02/1901, nº 1233, p. 2).

obtidas na primeira coleção desse órgão:

> *A Liga é uma sociedade de caráter beneficente e também de caráter político, mas não é politiqueira. Constituída por homens de todas as classes sociais, sobretudo do proletariado, do elemento genuinamente popular, o seu orgam na imprensa vem ser e não poderia deixar de ser um jornal de combate*[231]

Importante notar dois aspectos contidos nesta nota. O primeiro deles diz respeito ao próprio nome do jornal, o qual traduz a finalidade da associação. Esse designativo guarda estreita relação com o significado daquela outra sociedade, a *Gladiantes*, ainda existente naquele período, embora com outro formato, distinto do que fora criado, cujo espírito inicial, a Liga herdou e parece ter cumprido, mais do que qualquer outra de suas proposições.

Sabe-se que sua finalidade, na verdade, era fornecer suporte físico à campanha de estilo persecutório, inaugurada em Maceió contra o governador Euclides Malta, e em favor da eleição de Clodoaldo da Fonseca, nome em torno do qual todas as frações oposicionistas reuniram-se. Essa associação cumpriu a contento sua missão, haja vista ter transformado a disputa política em Alagoas após seu aparecimento, num verdadeiro confronto armado.

Outro aspecto a salientar da citação acima, refere-se aos elementos sociais que essa associação propõe reunir. Nesse seu discurso inicial, fica claro que o apelo às classes operárias está diretamente relacionado às tentativas de construção de uma nova ética do trabalho, fenômeno comum no Brasil, durante a Primeira República. Aliás, é no bojo da lutas encetadas no interior dessa classe trabalhadora, cada vez mais organizada, que se forjam muitos dos valores ligados à civilização. Não vamos nos deter aqui numa discussão

[231] *O Combatente*, Maceió, 16/09/1914. Ano I, nº 1, p. 1.

sobre os diversos significados que essa palavra encerra, entre os quais a dialética entre tradição e inovação, inclusive porque os termos dessa relação em Alagoas, naquele período não estão muito bem definidos. Isto pode ser atestado pela presença ali de uma classe popular que se debate em torno da reivindicação de relações mais "modernas" e "racionais" de trabalho, mas que inclui nessa sua avaliação do atraso, manifestações culturais das quais se encontrariam mais próximos em termos de convívio e experiência[232]

Isto talvez nos auxilie na compreensão dos rumos assumidos pela Liga, a qual além de forçar a modificação de uma determinada situação política, tendo alcançado grande êxito nesse seu intento com a expulsão de Euclides Malta do Palácio do Governo, volta-se depois contra determinadas práticas culturais, desenvolvidas em espaços religiosos, certamente tais práticas eram vistas como sinal de atraso. Na relação com esse campo, a Liga parece demonstrar um ressentimento mais agudo, cuja discussão desenvolveremos adiante. Por enquanto, detenhamo-nos sobre uma edição posterior do mesmo jornal *O Combatente,* do dia 15 de outubro de 1914, onde observamos um reforço dos princípios norteadores da associação, além da apresentação de um elenco das categorias que se desejava atrair para suas fileiras:

> *A Liga é a união de um punhado de bravos a reagir, ao preço das mais cívicas abnegações e ao salário do mais acendiado heroísmo, na defesa dos poderes constituídos, no amparo dos direitos, das liberdades e fraquezas populares, na salvaguarda da autonomia do Estado e no combate aos invasores de lar alagoano*
>
> *(...) A Liga é o plantador descalço e suarento, o operário honesto e diligente, o caixeiro activo e leal, o machinista que conduz a machina, o*

[232] Para uma discussão da relação entre cultura tradicional e as inovações do processo capitalista, bem como sobre a ambigüidade que marca a identidade social de certas classes trabalhistas, sobretudo naquelas áreas que convencionou-se chamar de "economia moral", convém consultar Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

motorneiro que dirige o carral, o typographo que nos imprime o livro, o barqueiro que no traz a mercancia, o carregador que nos transporta a mala, apostilhão que nos entrega a gazeta, os que trabalham, os que produzem, enfim, e algo que têm a salvar neste paiz, semi-perdido.

(...) a liga é o baluarte das redenções políticas, a columna vertebral da reacção sobre que há de se assentar-se o magro edifício social, afaiado das bençãos populares e das classes representativas do trabalho e da honra, não somente das alagoas, mas do Brasil unido[233].

Convém esclarecer, contudo, que a Liga não é a primeira associação de natureza trabalhista surgida em Maceió. Já no início de 1902, aparece o Centro Proletário Alagoano, cuja atuação naquele contexto parece ter se restringido à participação em algumas festividades cívicas da cidade. Em abril de 1907 funda-se a Gazeta Operária, órgão de distribuição gratuita, embora sua ação não se reverta ainda em maior compromisso com a causa operária. Seus integrantes, até 1909 ainda andavam às voltas com o poder, comparecendo aos banquetes oferecidos pelo Governador, numa clara demonstração de que naqueles tempos, como era comum no resto do país, essa categoria padecia ainda, de uma maior consciência de classe. Em período posterior, outros grupos de trabalhadores em Maceió, também começavam a se organizar de modo mais sistemático, como é o caso do Sindicato Gráfico, que através de nota divulgada no jornal *Correio de Maceió* do dia 22/10/911, convoca os empregados das oficinas tipográficas da capital a comparecerem à sua sessão inaugural que se realizaria na sede da Sociedade Gladiantes, constante referência da luta por interesses das classes laboriosas no Estado:

Desejando a maioria dos graphicos desta cidade unir-se em syndicato para pugnar pelos interesses de todos os que labutam nas officinas typographicas, solicitam, por intermédio da comissão abaixo assinada, o apoio do todos os

[233] *O Combatente*. "O que é a Liga". Maceió, 15/10/1914. Ano I, nº 27, p. 1.

typographos, encadernadores, pautadores, etc., para esta idéia grandiosa que visa arrancar a arte de Gutemberg ao pantanal terrível a que, dia a dia, vai sendo arrastada, pela falta de solidariedade que predomina nas respectivas classes.

Ficam portanto, convidados todos os empregados nas typographias (todos, sem excepção), para tomarem parte na fundação de um Syndicato Graphico, que realisará domingo, 22 do corrente, ao meio dia em ponto, na seda da sociedade Gladiantes, cujo salão de honra, para este fim, gentilmente cedido pelo illustre Sr. Cistilho Bulhões, presidente effectivo da referida sociedade[234].

Esse período ficará marcado pela promoção, por parte da oposição de um modo geral, de constantes reuniões políticas, concentrações, *meetings* e comícios, cuja tônica principal é o tom jocoso dos discursos contra os situacionistas. Através de jornais como *Correio de Maceió*, jornal oposicionista de propriedade do próprio Fernandes Lima, ou do *Jornal de Alagoas*, são desferidos os petardos críticos que visam desmoralizar a administração do governador Euclides Malta, enquanto que nas ruas a população se reunia[235]. Enquanto isso, nas ruas crescem os movimentos de caráter popular, alguns dos quais, compostos por aqueles mesmos trabalhadores que mais tarde a Liga aliciaria para as suas fileiras. Trabalhadores organizados em sindicatos, entre as quais, os próprios gráficos, além da classe caixeiral e dos empregados da Estação Central de Trens de Maceió da *Great Western*, além de vários outros segmentos da população passam a se reunir em torno de associações, criadas com fins exclusivamente políticos, entre as quais destaca-se a ação do "Centro Cívico Alagoano Pró-Clodoaldo da Fonseca":

No momento actual em que Alagoas (...) se debate nas ancias da agonia, pela falta de escrúpulo, de critério e de justiça de um governo olygarchico (...), imitando o alto grão de patriotismo do glorioso povo pernambucano, batendo-se

[234] *Correio de Maceió*. "Aos typographos". Maceió, 22/0/1911, nº 188, p. 1.
[235] Elias Tomé Saliba no artigo "A dimensão cômica da Vida Privada na República" (1998) retrata as atitudes de humorísticas da população "como forma de representação e de mediação da vida privada no fluxo temporal da história brasileira".

com o sacrifício da própria vida, com um denodo de heroes, pela sua liberdade conspurcada, não podíamos, em defesa do nome glorioso da pátria alagoana, deixar de (...) declararmo-nos solidários com a chapa apresentada por essa plêiade immacula de spartanos que compõem o Diretório do Partido Democrático deste estado, indicando para futuro governo do estado o nome aureolado do honrado Cel. Clodoaldo da Fonseca e para vice José Fernandes de Barros Lima[236].

A adesão a esse movimento oposicionista no estado era quase generalizada, contando entre tantos segmentos que nele se empenharam, um significativo grupo de mulheres que ficou conhecido como "as cornélias alagoanas":

Há coisas que, por sua magnificência, por seu esplendor, quase não podem ser descritas. A esse número pertence certamente a manifestação que as distinctas senhoras e senhoritas do independente bairro do Jaraguá fizeram ante-hontem à redação do Correio *applaudindo as candidaturas acclamadas pelo Partido Democrático.*

(...) seriam oito horas da noite (...) aproximadamente, quando à nossa redação chegou a agradável notícia de que numeroso grupo de senhoras e senhoritas, residentes n'aquele bairro, se avisinhava de nossa tenda de trabalho.

(...) Grande massa popular, radiante de immenso júbilo, a victoriar ininterruptamente os candidatos escolhidos pelo Partido Democrático e aos pro-homens d'este nosso querido torrão, acompanhava este selecto cortejo...[237]

Voltando a tratar da Liga, entre as primeiras ações desenvolvidas por essa associação, logo nos primeiros dias que se seguiram ao seu aparecimento, consta a elaboração de boletins e manuscritos insultantes, fartamente distribuídos pela cidade ou colados nas paredes das casas na calada da noite, cujo teor não deixava qualquer dúvida sobre suas idéias e convicções políticas:

"*Às armas! Abaixo os cretinos! O réprobo, que por dilatados anos tem*

[236] *Correio de Maceió*. "Manifesto". Maceió, 12/12/191, nº 202, p. 1.
[237] *Correio de Maceió.* "As cornélias alagoanas". Maceió, 15/11/911, p. 2.

envergonhado a pátria dos Marechais, recalcitra no propósito de não abandonar a cadeira que astuciosamente usurpou. Cercado dos elementos deletérios de que sempre se serviu para coagir as liberdades do cidadão, machina planos tenebrosos objetivando interromper a marcha triumphal das idéias nobres. Dos mais longínquos municípios chegam os petulantes empreiteiros de crimes a fim de serem devidamente instruídos (...) É mister que se lhes aplique o merecido castigo. Não devemos consentir que os salafrários perambulem zombeteiramente nas ruas públicas. A VAIA' - A PEDRA! A BALA! Fora os energúmenos! Abaixo os cretinos".[238]

Após a instalação da Liga, verificar-se-ia uma série de ações arbitrárias promovidas por essa associação em Maceió, entre elas podemos relacionar o fato de seus integrantes terem fechado os portões do Mercado Municipal, duas ou três vezes, inclusive às vésperas do Natal de 1911, com a finalidade de forçar a renúncia do intendente Luiz de Mascarenhas. Diante da resistência deste em atender às pressões dos manifestantes, no dia 27 do mês de dezembro, portanto, dez dias após a fundação da milícia, a residência daquele autoridade foi assaltada por combatentes e populares, armados de rifle. O Intendente viu-se então, forçado a escapar com a esposa, pulando o muro dos fundos de sua casa para ocultar-se na residência de um vizinho, renunciando em seguida, como também o faria mais tarde, o vice-intendente Salvador Calmon, pelo mesmo motivo:

Mascarenhas renunciou, assumindo o exercício o Dr. Salvador Calmon. Sua atuação não agradou aos "democratas" e aos exaltados, os combatentes à frente. S. Sª era suspeito,pois fora eleito na chapa do Dr. Mascarenhas, recomendado pelo partido Republicano Conservador, que apoiava os situacionistas. Reuniu-se a diretoria da Liga para forçá-lo a renunciar. Formaram-se os grupos, tomaram providências, sendo a primeira mandar preparar enorme quantidade de bombas transvalianas.

Tudo pronto, certa madrugada entraram por um vila, então existente na rua

[238]Lima Júnior, Félix. *Episódios da História de Alagoas.* Maceió: Imprensa Oficial, 1975. pp. 115.

da Alegria (...), soltaram as bombas, deram tiros, gritaram, ameaçaram, pintaram o diabo, não somente na vila referida (...) cujos fundos davam para o quinta da casa do Dr. Calmon, como em frente à residência aludida, na Rua Boa Vista (...) No outro dia, como fizera o Dr. Mascarenhas, ele renunciou[239]

Consta que na manhã do dia seguinte ao que a casa do Intendente Luiz Mascarenhas foi invadida, a Liga assaltara o Palácio dos Martírios, sede oficial do Governo. Segundo testemunhos da época, Euclides Malta, cercado de seus correligionários mais próximos e da Guarda do Palácio, então comandada pelo Tenente Jonas Cerqueira, enfrentou e repeliu com rifles e fuzis, seus desafetos, resultando desse confronto vários feridos e algumas detenções. Contudo, os assaltantes não se intimidaram com as prisões e um mês depois, mais precisamente no dia 29 de janeiro de 1912, uma nova ofensiva é feita ao Palácio e desta feita, o aparato policial não foi suficiente para evitar o avanço dos revoltosos, que desarmaram a guarda, mas não evitaram a fuga do governador pelos fundos da residência oficial para tomar, no bairro de Bebedouro, um trem para a capital de Pernambuco.

Entre um ataque e outro ao Palácio do Governo, Maceió transformou-se numa verdadeira praça de guerra, sem que a força policial disponível pudesse acalmar os ânimos dos manifestantes, inclusive porque muitos dos soldados da corporação haviam sido convencidos pelos integrantes da Liga a abandonarem as armas, num dos episódios mais pitorescos daquela época e que se convencionou chamar de "rasga farda". Esse fato teria ocorrido nos primeiros dias de 1912, quando grupos de exaltados reunidos na Porta do Sol, conhecido café localizado na rua do Comércio, epicentro da capital; ou na Confeitaria Helvética, situada na rua do Livramento, pontos estratégicos onde se postavam os rebeldes para insultar autoridades ou cidadãos comuns simpáticos à causa Maltina, atraiam muitos dos milicianos que por aqueles logradouros transitavam em direção ao Batalhão Policial,

[239] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. p. 154.

os quais depois eram persuadidos a desertarem com um gesto simbólico, rasgando a camisa da farda e livrando-se do quepe:

> *Certo dia lembrou-se um deles, que deveria ser dissolvido o Batalhão Policial, convidando-se ou forçando-se os soldados a rasgarem as fardas ou abandonarem o quartel. Encarregou-se de tal missão o grupo que se reunia na Porta do Sol. Ao passar pela rua do Comércio (...) um pobre miliciano (...) dois ou três 'patriotas' convidam pra tomar uma 'bicada'. Aceito o convite, o soldado era levado à Porta do Sol, sentavam-se numa cadeira junto a uma das mesinhas onde já estavam outros 'salvadores'. Vinha a bebida (...) Quando o pobre homem já estava bem alegre, iniciava-se a catequese a ele, no meio da rua, para onde era levado, jogava fora o boné e rasgava a blusa, debaixo de palmas e de vivas.*[240]

Durante o curto período em que Euclides Malta esteve afastado do poder, entre fins janeiro e março de 1912, o Estado foi governado interinamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Cel. Macário Lessa. Na mensagem dirigida por ele ao Congresso Alagoano, por ocasião da abertura da sessão legislativa, de 15/04/1912, o assunto da segurança pública vem à baila, concorrendo para esclarecer em que condições de governabilidade esteve o estado durante o afastamento daquele governante destituído:

> *Conforme deve ser do vosso conhecimento, havendo a quase totalidade da força pública que compunha o batalhão Policial abandonado o quartel e os destacamentos das diversas localidades do interior, depois dos acontecimentos do dia 27 de Dezembro findo, e como me pareceu impossível, reorganisal-o, em virtude das animosidades que contra a mesma força existiam, resolvi, por Decreto de 1º de fevereiro deste anno, dissolver aquelle Batalhão, afim de que, depois de serenados os ânimos, possa o Governo dar-lhe nova organisação, compatível com os modernos processos de policiamento, e que possa satisfazer a todas as exigências da ordem pública. Nestas condições o serviço de policiamento desta capital e de algumas localidades está sendo feito pela força federal; em outras*

[240] Lima Júnior, Félix. *Episódios da História de Alagoas.*Maceió: Imprensa Oficial, 1975.pp 139/142.

> *localidades, porém, a manutenção da ordem tem estado entregue ao critério das autoridades policiais e judiciárias, que têm encontrado no espírito ordeiro das nossas populações, os elementos de tranqüilidade tão necessários nesta difficil emergência*[241].

Enquanto isso, Euclides Malta tomava algumas providências junto à Presidência da República na Capital Federal, tendo inclusive viajado ao Rio de Janeiro para resolver pessoalmente o impasse administrativo em que se encontrava o Estado de Alagoas. Euclides retorna a Maceió no dia 10 de março de 1912, dois dias antes das eleições para governador e vice, sob forte esquema de segurança e, embora ainda convencido de que a situação no Palácio dos Martírios voltaria a lhe ser favorável, não iria concluir o seu mandato. A população, agora em grande número favorável à sua renúncia, promove inúmeras manifestações públicas de repúdio, para marcar o retorno do governador a capital alagoana. Os comerciantes fecharam as portas dos seus estabelecimentos, prevendo quebra-quebras e tumultos. Estudantes, caixeiros e operários ocupavam as igrejas cujos sinos tocavam o dobre de finados. A população acompanhava o percurso cantando hinos e dando gritos hostilizando os *lebas*. As provocações acompanharam o cortejo oficial de Jaraguá ao Centro:

> *Quando o governador desembarcou numa limosine escoltada, os manifestantes romperam o isolamento em vários pontos, quebraram os vidros do carro, cobriam o viajante de iodofórmio, lama de sururu, ovos podres. A tropa continha esses assaltos, mas ainda não atirara contra o povo*[242].

O ponto culminante dessas manifestações seria a realização no mesmo dia da chegada de Euclides Malta a Maceió, de um comício político previsto para acontecer na Praça dos Martírios, depois que uma enorme passeata percorresse as principais ruas de

[241] *Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Cel. Macário das Chagas Rocha Lessa, Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Governador do Estado*. Maceió, 15/04/1912.
[242] Lima, Pedro Motta. *Fábrica de Pedra*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962. pp. 43.

Maceió. Numa das paradas do cortejo, na praça Montepio dos Artistas, reduto de grandes manifestações políticas na cidade, o advogado Bráulio Cavalcante, exímio orador, encanta a multidão com seu discurso oposicionista. O Ten. Brayner, Secretário do Interior convocado para reforçar a segurança do governador, na tentativa de evitar novos confrontos entre os manifestantes e a força policial, ordena o encerramento do comício. Como o orador se recusasse a atender a ordem um clima de tensão instaura-se, resultando em discussão e tiroteio:

> *O militar autorizou o pelotão que comandava a abrir fogo contra os oradores. Novas descargas, tiros contra os soldados, multidão espavorida, gritos, feridos, perseguição e fuga dos soldados: no chão, além de outras pessoas, o corpo sem vida de Bráulio Cavalcante, e, agonizante, o Ten. Brayner que faleceria dias após*[243].

Sob tais circunstâncias, torna-se inviável a permanência de Euclides Malta no poder e em Alagoas. No dia 13/03/1912, um dia após a realização das eleições estaduais que consagraram os nomes de Clodoaldo da Fonseca e de Fernandes Lima para os cargos de governador e vice, respectivamente, Euclides Malta renuncia ao mandato e busca refúgio, pela segunda vez em menos de três meses, na capital do estado vizinho, onde teria ficado confinado em Recife aguardando por 08 anos, ocasião mais oportuna para retomar as funções políticas em Alagoas, desta feita na Câmara Federal, em cuja casa cumpriria dois mandatos de deputado federal, o primeiro em 1921 e o segundo em 1924.

Passado esse primeiro momento de turbulência, mesmo tendo saído vitoriosos no último pleito, os candidatos do Partido Democrático, a Liga dos Republicanos Combatentes não arrefeceria seus ânimos. Não havia mais *lebas* a insultar, nem correligionários do Partido Republicano Conservador a perseguir nas ruas, contudo, como

[243] Tenório, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias.* Curitiba: HD Livros, 1997. pp. 126.

se tratava de uma guarda particular, seus soldados prosseguiram com os desmandos, estimulados pela orientação autoritária de seu padrinho e vice-governador do estado, Fernandes Lima.

A situação se agrava, com a aproximação das eleições do dia 1º de novembro de 1912, para renovação do terço do Senado, Intendentes Municipais e Conselheiros. A Liga participava ativamente do processo, imiscuindo-se nos debates políticos e concorrendo para tornar anda mais tenso o clima pré-eleitoral. Diante do resultado das urnas, favorável aos cinco candidatos do Partido Democrático, o Senado Estadual, em sua maioria do Partido Conservador, recusa-se a diplomar os recém-eleitos, boicotando a sessão de abertura daquela legislatura. No dia 30/10/1913, data combinada para se fazer o reconhecimento dos candidatos do Partido Conservador, derrotados nas urnas, a Liga que a essa altura já desfrutava de livre trânsito nos meios palacianos prepara-se para entrar em ação, combinando invadir o Senado, com armas em punho:

> *Combinou-se ocupar o Senado por meio de alguns homens armados, no dia da reunião, e, caso os conservadores tentassem penetrar no edifício, "devia haver bala". A Liga prometeu ir às ruas, e a polícia, já reorganizada por Clodoaldo e dirigida por gente do vice-governador, proporcionaria cobertura aos desordeiros. Seria um tumulto a mais a ensangüentar as ruas de Maceió*[244].

Em dezembro daquele mesmo ano, a residência do Cel. Paes Pinto, importante liderança política do Partido Republicano Conservador desde os tempos de Euclides Malta, é assaltada por integrantes da Liga, sob a alegação de que ali se abrigava o Juiz Substituto Federal Artur Jucá, genro do proprietário da casa, e que dias antes se envolvera num confronto armado com o diretor-proprietário do *Jornal de Alagoas* e Secretário da Fazenda do novo governo, Luiz Magalhães da Silveira, num dos bondes da Companhia

[244] Maya Pedrosa, José Fernando de. *Alfredo de Maya e seu tempo*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969. p. 55.

alagoana de Trilhos Urbanos. Na noite do dia 22/12/1913, depois de um comício de solidariedade ao Governador do Ceará, Franco Rebelo, os manifestantes investem contra a Chácara Angélica, residência de Paes Pinto e quartel-general dos oposicionistas, sendo recebidos à bala pelos correligionários do Partido Republicano que desde cedo se reuniram no interior daquela residência. O tiroteio se estendeu por toda noite, só sendo interrompido às primeiras horas da manhã, com a intervenção da 5ª Companhia Isolada, para lá destacada por ordens do Presidente da República, Hermes da Fonseca, enviadas por telegrama. Enquanto esse conflito acontecia, as oficinas do jornal *Correio da Tarde*, órgão oposicionista, foram empasteladas sem que a polícia pudesse de deter os vândalos.

Cada vez que uma disputa eleitoral se armava no estado, era sempre uma oportunidade para que novos conflitos se verificassem, como foi o caso da campanha política de 1917, em que os dois principais partidos de Alagoas entram novamente em disputa. Nessa ocasião, verificam-se novos enfrentamentos envolvendo a Liga dos Republicanos Combatentes, braço armado da campanha de Fernandes Lima, candidato do Partido Republicano, e as forças policiais, sendo que agora em lados opostos da disputa. Durante a recepção do General Gabino Besouro, candidato do Partido Republicano, Maceió torna-se palco de acirrado confronto de armas, episódio que resultou na morte de um dos integrantes daquela associação.

Paulatinamente a ação da Liga vai se fazendo menos necessária nas disputadas campanhas eleitorais, proporcionalmente à diminuição da influência na política alagoana, de seus antigos protetores. Essa associação vai perdendo o perfil de uma guarda cívica e cada vez mais reforçando a sua característica de agremiação carnavalesca. Em frente da antiga sede da rua do Sopapo, onde já se realizavam os ensaios do bloco Treme-terra, nome pelo qual também era conhecido o Clube dos Morcegos, foi construída a barca “Flor

do Mar", para que nela fosse exibida a chegança ali organizada. A estréia desse folguedo, não escapou à atenção do cronista Félix Lima Júnior, que assim narra o evento:

> *Foi um sucesso! Nenhuma barca foi melhor construída, nem outra chegança qualquer melhor organizada. Seus marujos e oficiais, do almirante de "mar-e-guerra", ao mais modesto gajeiro, andavam bem vestidos, suas fardas eram tão bem postas, a ponto de serem confundidos com os da Marinha de Guerra, tendo o Capitão dos Portos reclamado, em ofício, à Secretaria do Interior. É que alguns marinheiros da Armada Nacional, em férias nesta cidade, fizeram continência a "oficiais" da "Flor do Mar", julgando que eles pertencessem à marinha de Combate*[245]

Aquele mesmo cronista fornece-nos ainda a relação dos "oficiais" da chegança, constituída em grande parte, por tipos populares que ganhavam a vida como ganhadores e diaristas, principalmente. Um dos integrantes da barca, Manoel Padre Nosso, chama-nos a atenção em particular, pelo sobrenome incomum, coincidentemente ou não, o mesmo pelo qual era conhecido o chefe do terreiro visitado por Gonçalves Fernandes nos idos de 1939. Segundo Félix Lima Júnior, o "capitão-patrão" teria sido assassinado por um tal de Miguel, no sangrento encontro verificado na rua do Reguinho, entre os clubes carnavalescos rivais: Lenhadores e Morcegos, ao qual pertencia Manoel Padre Nosso, confirmando o dito popular de que no Brasil tudo acaba em samba e carnaval[246].

---

[245] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. p. 158.

[246] Quando se refere a essa visita, o estudioso Pernambuco agradece a colaboração do Major Bonifácio da Silveira, que teria intermediado a sua aproximação com o babalorixá "Padre-Nosso". Ora, o Major Bonifácio era figura amplamente conhecida na capital, sobretudo pelo grupo familiar a que pertencia, já que era irmão de Luis da Silveira, fundador do Jornal de Alagoas e principal responsável pela campanha oposicionista contra Euclides Malta, desde a fundação desse órgão informativo em 1908. Assim como o irmão, que se beneficiara da ascensão do partido Democrático ao poder, tendo, inclusive, assumido uma Secretaria de Estado, o Major Bonifácio também pôde usufruir as benesses proporcionadas pelo novo grupo político dominante. Tendo já sido nomeado Intendente Municipal de Maceió, em 1892, pelo Governador Gabino Besouro, durante a administração de Clodoaldo da Fonseca (1912/1915) foi nomeado comandante da polícia, ocasião em que deve ter adquirido a patente de Major pela qual ficou conhecido em toda a cidade. Porém sua notoriedade estava associada à organização dos principais festejos que se realizavam no bairro de bebedouro.

Além do clube carnavalesco Ciganinhas, cuja existência remonta aos primeiros anos do século passado, o Major Bonifácio também se dedicou à organização de folguedos populares, concorrendo para

b) O Anjo da Guarda da Liga dos Republicanos Combatentes

Não poderíamos tratar da participação da Liga dos Republicanos Combatentes nesse período crucial da história política de Alagoas, sem referirmo-nos a um dos personagens centrais no desenvolvimento de todos os acontecimentos acima comentados, no caso, Manoel Luiz da Paz, presidente vitalício daquela associação e a quem dedicaremos atenção redobrada nesse tópico.

Ao contrário do que possa sugerir seu sobrenome, Manoel Luiz da Paz adquiriu notoriedade nos meios políticos de Maceió pelo modo truculento como tratava seus desafetos. A fama de violento que o acompanhou por parte de sua existência, remonta à época em que integrava o 26º Batalhão de Infantaria, com sede em Maceió, e do qual comandava um destacamento de oito praças estacionado em Murici, no Estado de Alagoas. Foi como membro dessa corporação, aliás, que mais tarde ele participaria da

---

transformar o bairro de Bebedouro em epicentro dos principais festejos da capital. Talvez tenha resultado dessa sua atividade como dinamizador da cultura popular alagoana, a aproximação com outros mestres-de-cerimônias, babalorixás e zeladores de cultos religiosos, que Gonçalves Fernandes reconhece como fundamental para que se efetivasse sua própria entrada no terreiro de "Padre Nosso", com quem o Major Bonifácio provavelmente devia manter relações pessoais. Aliás, é o Major Bonifácio em pessoa quem fornece ao pesquisador Pernambuco um inventário de toadas evocatórias dos velhos xangôs alagoanos e que constam do livro *Sincretismo Religioso no Brasil*.

Só não temos condições de afirmar ser aquele Babalorixá o mesmo capitão-patrão da barca "Flor do Mar", assassinado em pleno carnaval. Como a data desse incidente não é revelada por Félix Lima Júnior, não podemos confronta-la com a data da visita de Gonçalves Fernandes a Alagoas. Portanto permanece a dúvida sobre se o oficial da chegança que se apresentava na rua do Sopapo, e que seria assassinado pelo fato de integrar a agremiação carnavalesca "Clube dos Morcegos", patrocinado pela Liga dos Republicanos Combatentes, é o mesmo que quase 30 anos depois seria visto como chefe de terreiro, numa época em que ainda era comum a prática do "xangô-rezado-baixo", modalidade litúrgica inédita que se instaura em Maceió a partir da perseguição desencadeada pela própria Liga, em 1912. O fato é que, caso pudéssemos confirmar tal suspeita, mais uma vez ficaria comprovado que a conexão entre os diferentes segmentos da sociedade tem nos limites do campo religioso, espaço privilegiado para se desenvolver. (Sobre a relação dos oficiais da barca "Flor do Mar, consulte Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 200. p. 158. A visita de Gonçalves Fernandes ao terreiro do babalorixá "Padre-nosso" se encontra descrita **in** *Sincretismo Religioso no Brasil*. São Paulo: Guairá, 1941. pp. 9-28 e; sobre o Major Bonifácio, Cf. Porto, Ilza do Espírito Santo. *Major Bonifácio Magalhães da Silveira: O homem do governo e o homem do povo*. (anotações de sua neta). Maceió. S/d. [mimeo.]).

campanha de Canudos, em cujo conflito perderia uma perna, voltando à sua terra natal, como tenente reformado do Exército.

Depois disso, Manoel Luiz se envolveria em inúmeros conflitos pessoais, um dos quais ganhou as páginas policiais por resultar na tentativa de assassinato da esposa de um dos membros da Sociedade Gladiantes, a qual ele se ligou desde a sua fundação, em 1896[247]. Os jornais da época, noticiaram em profusão esse incidente:

> *Tendo sido demitido o Cap. Guilhermino José do Nascimento do posto de Coronel do Gladiantes, sociedade há pouco creada nesta cidade, entendeu rehaver a importância despendida com sua patente, visto ter sido eliminado da mesma, e nesse sentido dirigiu sua reclamação ao respectivo presidente. Hontem, porém, às 10 horas da manha o sargento reformado do exército Manoel Luiz da Paz, que exerce a posição de general presidente dos Gladiantes, foi à residência do eliminado tomar satisfações.E de facto, alli chegando e depois de romper numa série de insultos ao Cap. Guilhermino, que os repellio, Manoel da Paz saca de uma pistola e dispara-a contra o insultado, que desviando o corpo à direção da bala foi esta atingir a sua esposa que está gravemente ferida.Guilhermino vendo sua esposa prostrada e banhada em sangue agarrou de um faca, e vibrou-a contra o seu aggressor fazendo-lhe ferimentos na cabeça. Manoel da Paz, que de manso nada tem, depois de consumado o crime, tentou evadir-se, sendo preso pela polícia que o enviou ao 33º onde está preso*[248].

Não temos notícias de como se deu o desfecho desse episódio, inclusive porque não foi possível localizar o inquérito que apurou o ocorrido, nem tampouco o processo criminal que porventura tenha sido aberto para julgar aquele ato criminoso. O fato é que só vamos encontrar nova referência à participação de Manoel Luiz da Paz na vida social de Maceió, por volta de 1909, quando os jornais noticiam o aparecimento no bairro da levada,

[247] Até 1903, essa associação funcionou como clube carnavalesco, período a partir do qual viria a se tornar uma sociedade de previdência.
[248] *A Tribuna*. Maceió, 17/11/1903 ano VIII nº 2004, p. 2.

do *Clube dos Morcegos*, do qual foi sócio fundador e, por muito tempo, presidente. Aliás, a sede dessa associação carnavalesca, durante toda a sua existência funcionou em sua própria residência, na antiga rua do Sopapo.

Mais tarde, Manoel Luiz seria novamente noticiado pelos jornais locais, como um dos fundadores da "Liga dos Republicanos Combatentes em homenagem a Miguel Omena", que como vimos acima, homenageava o advogado alagoano e respeitável membro da Sociedade Gladiantes, que adquiriu grande notoriedade e respeito entre os rapazes da época, pelo modo arrojado como enfrentava as autoridades constituídas, a ponto de se meter num conflito armado com um destacamento do Batalhão Policial, em razão dos ataques que vinha fazendo através do jornal, à administração de Euclides Malta. É possível que no período em que aconteceu esse incidente, o presidente da Liga mantivesse com Miguel Omena algum tipo de contato, sendo até correto supor, ter sido este o responsável pela liberdade daquele, já que na época em que Manoel Luiz se encontrava preso, uma série de *habeas corpus* foi impetrada por aquele jovem advogado, contra prisões irregulares e tratamento injusto contra presos comuns.

É certo que o presidente da Liga distinguia-se da maioria desses presidiários, pela privilegiada condição de tenente reformado do Exército, cujos soldos lhe permitiam levar a vida mais satisfatória do que a grande maioria da população de Maceió daquele período. Apesar da sua cor escura e da deficiência que portava, Manoel Luiz da Paz não parecia sofrer as restrições que outras pessoas com características semelhantes enfrentavam, inclusive porque, sua mãe, que "era bem alva", possuía muitos bens, o que sempre lhe permitiu viver confortavelmente, em grandes casas do bairro da Levada.

Contudo, quando a Liga é mencionada na crônica local, destaca-se a baixa condição social dos seus integrantes, acentuada pelo fato, de serem quase todos de cor e terem como

espaço social de circulação, as mesmas áreas em que funcionavam alguns dos terreiros mais importantes da cidade. Essa informação precisa ser discutida, primeiro porque, ao contrário do que alguns pesquisadores afirmaram acerca da localização dos cultos afro-brasileiros em vários pontos do país, em Maceió, os terreiros de Xangô não se distribuíam apenas pelas áreas "mais esconsas da cidade', como inclusive, afirma o *Jornal de Alagoas*, na série de matérias publicadas sobre o Quebra de 1912. Aliás, o próprio bairro da Levada a que se refere o responsável por essas reportagens, e local em que residia Manoel Luiz da Paz, estava localizado a apenas algumas quadras do centro da cidade, sendo a linha de trem da *Great Western* o limite entre as duas regiões. É certo que ali, segundo informações prestadas por um outro jornalista, concentrava-se "todo aquele exército de bobagens" que no carnaval o bairro despejava nas ruas centrais da cidade[249], palavras utilizadas para se referir a essa parcela significativa de moradores, composta por "um magote de negros bons e sacudidos", "safardanas de marca", que naquela região pareciam conviver em estado de congraçamento com elementos de outras classes mais abastadas, cuja passagem pelo bairro pode ser ainda constatada pela permanência no local de inúmeras residências de aspecto suntuoso. Assim como a Levada, havia também outros bairros no começo do século anterior, em que o convívio entre classes distintas era atestado pela crônica jornalista, como o Jaraguá, mais afastado do centro da cidade, mas detentor de uma certa autonomia econômica, o Alto da Jacutinga, para onde, ao longo de todo o primeiro decênio daquele século famílias tradicionais se transferiram, e o próprio centro da cidade,

[249] *A Tribuna*. "Máscaras e mascarilhas". Maceió, 13/02/1904. Ano IX, nº 2068 p. 2.

com suas vilas, biombos e becos espremidos entre casas mais abastadas[250].

Outro aspecto a salientar acerca da opinião generalizada sobre os integrantes da Liga, diz respeito ao fato de que, pelo menos aqueles que ocupavam os postos mais altos da associação, eram bastante instruídos, como prova a relação de profissões as quais estavam ligados antes e depois da queda de Euclides Malta. A diretoria da Liga, presidida vitaliciamente pelo próprio Manoel Luiz da Paz, cuja procedência já esclarecemos, tinha entre seus membros, pessoas como Virgínio de Campos, secretário da Propaganda, que era funcionário da Câmara dos Deputados Estaduais e professor; Francisco Bezerra Montenegro, secretário especial, que exerceu as funções de guarda fiscal da Recebedoria de Maceió, oficial aduaneiro e escriturário da Alfândega; Olímpio Bivar de Arroxelas Galvão, secretário da representação, serviu como escrivão do júri e execuções criminais; Roberto Otaviano Machado, secretário de finanças, era proprietário e também Presidente da Câmara Municipal, em razão do que assumiu interinamente a Intendência da capital, quando da destituição de Luiz Mascarenhas e Salvador Calmon, em dezembro de 1912; Adolfo Francisco Xavier, secretário do movimento, funcionário da Intendência Municipal e Adalberto Marroquim, chefe de departamento e o autor de uma das obras mais importantes da história de Alagoas, *Terra das Alagoas*. Certamente, muitos desses cargos foram conseguidos graças as benesses que a aproximação do poder propicia. Sabe-se que a partir de 1912, desde quando Clodoaldo da Fonseca foi eleito Governador do Estado, até

[250] Em seu livro *O Negro Brasileiro*, Arthur Ramos chama a atenção para o fato da localização da maioria dos terreiros de candomblé das capitais, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, situarem-se em zonas inacessíveis dos arredores da cidade. Segundo esse autor, que sob esse aspecto faz eco às afirmações de Nina Rodrigues, essa era uma estratégia para escapar à perseguição policial. Contudo, pelo que pudemos constatar através da pesquisa de jornais da época, contrariando inclusive, Abelardo Duarte, um outro grande etnógrafo alagoano, nos primeiros anos da administração de Euclides Malta alguns dos terreiros mais tradicionais de Maceió, estavam distribuídos entre muitas das ruas centrais da cidade ou em áreas não muito afastadas dessa região. (Cf. Ramos, Arthur. *O negro brasileiro*. *Etnografia religiosa e psicanálise*. Recife: Massangana, 1988; Duarte, Abelardo. *Catálogo da Coleção Perseverança*. Maceió: DAC/SENEC, 1974).

1924, quando se encerra o segundo mandato de Fernandes Lima, a arena política de Alagoas esteve sob o domínio do Partido Democrático, cuja ascensão naquela arena política contou muito com o auxílio daqueles destemidos combatentes.

Enquanto se ocupavam no desempenho daquelas funções publicas, o alto escalão da Liga incumbiu-se também da confecção do jornal *O Combatente,* o qual, apesar de sua curta existência, causou furor entre os leitores alagoanos, já que durante o período em que circulou na cidade, publicou o que havia de mais sardônico na crônica jornalística da época. Os ataques ali desferidos tinham como alvo, remanescentes da oligarquia destituída, apodados de *Lebas* e que naquelas circunstâncias continuavam em Maceió fazendo oposição ao Governo de Clodoaldo da Fonseca. Foi sob o patrocínio desse governante e do seu substituto legal, Fernandes Lima, que esse jornal pôde ganhar forma, sem que a origem dessa proteção fosse em nenhum momento disfarçada. Aliás, tudo leva a crer que foi por ocasião do segundo aniversário de posse de Clodoaldo da Fonseca, que a Liga publicou pela primeira vez esse vespertino.

A relação daquele governante com a Liga, sempre foi explícita, tanto pela aprovação que demonstrava às manifestações de violência praticadas por aquela associação, como pelas declarações públicas que fazia em favor dela, a quem considerava o "anjo da guarda" do seu governo, razão pela qual, demos aquele título ao tópico em questão.

Tanto o presidente da Liga como alguns de seus principais dirigentes, eram suficientemente instruídos para redigirem aquele órgão informativo, cujas oficinas funcionavam na rua do Sopapo, sede daquela associação e residência de Manoel Luiz da Paz. Contudo, as constantes manifestações promovidas pelos combatentes na cidade fizeram com que uma onde crescente de insatisfação e antipatia contra ele, despontasse entre a população, sentimento este que pode ser traduzido pela citação a seguir:

> *Sabe-se que era ele [Manoel Luiz da Paz] quem fazia quase todo o jornaleco. Embora contasse a Liga com seis ou sete sócios capazes de redigir um jornal, como Virgínio de Campos, por exemplo, a maioria dos associados era de homens muito bons, capazes de pegar num rifle, atacar casas dos adversários, espancar pais-de-santo, mas incapazes de escrever corretamente duas linhas*[251].

Félix Lima Júnior era um autêntico representante da elite intelectual alagoana, responsável, inclusive, pela produção de grande parte do material informativo sobre o período, cujo teor prima pela depreciação de tudo que se referisse àquela associação.

Ora, sabemos que no auge dos ataques desferidos contra a oligarquia dos Maltas e os terreiros de Xangô, a Liga contou com a colaboração de um grande número de indivíduos de cor e residentes nas áreas mais afastadas da cidade, o que nos faz supor ser essa entidade composta pelas camadas mais baixas da população. É possível também, que até entre os diretores que mais tarde galgariam postos importantes na máquina administrativa, favorecidos pelo privilégio proporcionado por essa posição no novo contexto político, pertencessem também a essa faixa menos aquinhoada da população. Portanto, a antipatia que sobre eles recaiu tanto pode estar associada às ações violentas encetadas antes e depois da queda de Euclides Malta, como pela condição social da grande maioria dos seus integrantes.

Essa condição de desabono que caracterizava a maior parte dos primeiros combatentes, recrutados entre as classes sociais mais pobres, sobretudo entre o proletariado da capital, é que talvez explique a fúria que de repente reverteu-se, das elites políticas dominantes, para aquele outro segmento menos abastado da população, representado pelos integrantes das casas de culto. Esse, aliás, é o tema do nosso próximo tópico, onde tentaremos explicar as razões do conflito envolvendo indivíduos que

[251] Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora: Obra* póstuma. Maceió: Edufal, 2001. p. 180.

aparentemente compartilhavam das mesmas condições sociais de existência. Por enquanto convém utilizarmos outras fontes referenciais sobre Manoel Luiz da Paz, a fim de que não persistam sobre ele e seu grupo as mesmas opiniões depreciativas, cuja origem encontra-se no interior daquela elite intelectual que ao avaliar suas ações, deixou-se induzir pelo critério da hierarquia.

Nas entrevistas que realizamos com parentes de Manoel Luiz da Paz, na verdade, duas informantes, cujo pai havia sido criado por ele, tendo as mesmas convivido com o líder da Liga, até seus últimos dias, tivemos a oportunidade de recolher dados importantes para que confrontemos as opiniões consagradas sobre ele.

Um dos aspectos que primeiro ressalta dessa entrevistas é o fato das informantes insistirem no lado humano de Manoel Luiz da Paz. Esse dado surpreende, porque pela primeira vez tomamos contato com a personalidade de alguém que nas crônicas em que foi referido, sempre aparece envolto nos mais abjetos adjetivos. Devemos considerar é claro, o fato de que, além de se tratar de parentes da pessoa a quem se reporta, as entrevistadas possuíam pouca idade na época em que conviveram com ele, pouca idade, razão pela qual, as memórias que normalmente estão embaçadas pela saudade, nesse caso sofrem ainda o efeito da precocidade. D. Marinete dos Santos Ferreira, por exemplo, tinha 12 anos quando em 1945, após a morte de sua mãe, mudou-se com seu pai, Joaquim Batista dos Santos e seus irmão, para a casa da rua 1º de maio, no bairro da Levada, onde residia Bé, apelido carinhoso pelo qual Manoel Luiz da Paz era conhecido entre os parentes mais próximos. Sua irmã Maria da Graça, apesar de ser mais apegada ao avô adotivo, tinha bem menos idade nessa época, sendo suas lembranças desse convívio ainda mais esparsas.

Contudo, não podemos desprezar as informações por elas prestadas, porque inclusive são as poucas hoje existentes sobre um lado da personalidade de Manoel Luiz,

desconhecido pela grande maioria das pessoas, já que versam sobre um aspecto da intimidade daquele antigo combatente que não foi referido pela crônica local. Também não devemos considerar a idade que as informantes tinham na época, um empecilho na reconstituição do modo de vida daquela família, nem tampouco desprezar a sua memória, uma vez que fatos muito minuciosos foram lembrados durante a realização da entrevista. Por exemplo, D. Marinete não hesita, quando informa a data em que seu pai foi morar pela primeira vez com a família adotiva:

> *O meu pai foi pra casa dele em 1901. Ainda me lembro que ele dizia: "Vim pra casa do S. Manoel Luiz em 1901". Seu Manoel e D. Filó, não tiveram filhos. Aí ele criou meu pai. Ele tinha 6 anos. A mãe dele morreu do coração. Aí a finada Guilhermina, que era a mãe do Manoel Luiz da Paz, ela tava no mercado, ai viu meu avó com aquele menino, chegou e disse: "Me dê esse menino". Aí ele disse: "Você quer mesmo?". Eles eram conhecidos. Ela disse: "quero". Ele tava sem mãe... ficou sem mãe. Meu avô tinha um filho também, de nome Manoel, que era irmão do meu pai, morava em Bebedouro, mas meu pai foi o único que foi criado pelo Manoel Luiz da Paz, por causa da Guilhermina que era mãe do Manuel da Paz. Trouxe, ai quando chegou lá disse, "Olhe, aqui não tem menino, vamos criar esse menino*[252].

Não obtivemos muitas informações detalhadas de como teria sido o convívio de Sr. Joaquim com a sua nova família. Sabe-se apenas que ele participava ativamente das atividades comandadas por Manoel Luiz da Paz, vendo-se muitas vezes obrigado a escapar da cidade com ele, quando as pressões aumentavam. Nessas ocasiões, sua esposa, D. Rosa, recolhia-se à casa de parentes, enquanto ele acompanhava o padrinho aos lugares que lhe serviam de refúgio, como era o caso do povoado Volta d'Água, no município de Santa Rita, para onde se deslocavam de canoa e onde ficavam até a poeira baixar. Mas havia

[252] Entrevista realizada com as sras. Marinete dos Santos Ferreira e Maria das Graças Santos, no dia 23/05/2002. Todas as citações a seguir foram retiradas da mesma entrevista.

também aqueles momentos de entretenimento, em que Manoel Luiz da Paz organizava os festejos do bairro, sobretudo, por ocasião do carnaval, quando o Sr. Joaquim desfilava de porta-estandarte do Clube dos Morcegos, cuja sede funcionava na antiga residência da rua do Sopapo, hoje Miguel Omena. D. Marinete conta que nesse período, alguns integrantes daquele bloco carnavalesco, entre eles seu pai, desfilavam ornamentados com os cordões de ouro que D. Guilhermina disponibilizava para enfeitar o grupo.

Com o tempo, o Sr. Joaquim, tornara-se empregado da prefeitura, ocupando a função de pedreiro do cemitério de Nossa Senhora da Paz, o mesmo para o qual Manoel Luiz da Paz fora nomeado, como administrador, num dos primeiros atos do Intendente interino da capital, Roberto Otaviano Machado. Vale lembrar que esse posto foi assumido, em função da renúncia de Luiz Mascarenhas e Salvador Calmon, Intendente e vice, respectivamente, por pressão da própria Liga dos Republicanos Combatentes, a qual os beneficiários dos novos cargos pertenciam.

Depois que constitui sua própria família, o Sr. Joaquim passa a residir com a mulher e os filhos, na rua Siqueira Campos, no bairro do Prado. Contudo, após a morte sua esposa, D. Rosa Almeida dos Santos, ele volta a morar, juntamente com suas duas filhas, na casa da antiga família que o havia adotado, desta feita, já na rua 1º de maio.

Esse não teria sido o único gesto de solidariedade de Manoel Luiz da Paz, para com pessoas desabonadas. Na entrevista realizada com D. Maria do Carmo Soares da Silva, fomos informados por ela de que sua família também residiu naquela mesma casa, embora D. Marinete é quem nos fornece dados mais precisos de como isso aconteceu:

> *Porque a D. Laura* [mãe de D. Maria do Carmo] *vivia ali no Prado e aí quando a Estela nasceu, ela chamou Manoel Luiz pra se padrinho dela. A D. Laura lavava roupa, né? Era lavadeira dele. Pronto, depois ele ficou morando ali na rua*

1º de maio, numa casa muito grande. Foi quando venderam aquela casa [da rua do sopapo] (...). *Era numa casa ali na rua 1º de Maio, bem grande a casa, não sabe? Agora atrás tinha uma dependência. D. Laura não tinha casa, aí ele falou: "Venha pra aqui ao menos me faz companhia". Aí ela ficou. Tinha uma sala na frente, e ela ficava lá pra trás.*

Apesar das atrocidades cometidas pela Liga, e que tinham no seu presidente a personalização do mal que representado por ela, Manoel Luiz da Paz pôde se beneficiar de uma certa admiração e respeito, sobretudo entre os moradores do bairro em que residia. As informações prestadas por suas parentas adotivas, dão conta de um reconhecimento e gratidão quase generalizados por parte das inúmeras pessoas que obtiveram auxílio daquele combatente, sempre que procurado. Diante da questão, se ele era uma pessoa querida no bairro, obtivemos a seguinte resposta:

Era. Todo mundo conhecia ele. A casa dele era cheia. Ele fazia muita caridade. Ele curava com homeopatia.(...) O povo quando vinha com uma dor: "Seu Manoel, a minha mulher ta pra dar a luz", ele dava lá umas doses. Era Bom Sucesso, ainda me lembro bem, era Bom Sucesso. "Leve esse vidro e dê de hora em hora uma colher, dez gotas num copo d'água" e não sei o quê. Ah! E tinha aquela lista bem grande. Ele só vivia escrevendo. Sentado com aqueles óculos redondo de ouro. Um relógio de Algibeira.

Mas além das pessoas que a ele recorriam em busca de auxílio para os males que as afligiam, a casa de Manoel Luiz da Paz também era muito freqüentada por políticos e correligionários do Partido Republicano. Entre as autoridades que freqüentavam aquela casa, constam os nomes de Alfredo de Maya, que apesar de pertencer à facção concorrente, nutria relações amistosas com o combatente. Essa informação prestada pelas nossas entrevistadas é confirmada pela própria biografia daquele político alagoano, na qual se revela que nos momentos mais tumultuados da disputa entre os partidos rivais, ele se deslocava com desenvoltura em Maceió, apesar das ameaças dos integrantes da Liga, que o

poupavam por determinação de próprio Luiz da Paz[253]. Além de Alfredo de Maya, freqüentaram também a sua casa os governadores Costa Rego (1924-1928) e Silvestre Péricles (1947/1951), tendo este último comparecido ao seu velório e prometido auxiliar a família do falecido, que naquela época já se encontrava bastante desfalcada economicamente, em função das inúmeras campanhas políticas sustentadas por ele.

A perseguição aos terreiros de Xangô em Alagoas, não passou desapercebida aos ouvidos curiosos daquelas crianças que, entre uma brincadeira e outra, detinham-se a escutar o que aquela turma de homens sentados em torno de um tabuleiro de gamão tanto conversava: "Uma vez ele quebrou tudo. Mandou quebrar os terreiros quando ele era delegado. Eu via eles lá conversando. Eu era pequena, mas...também nessa época só dava pra brincar". Noutro trecho da entrevista com D. Maria do Carmo, ouvimos também comentários parecidos:

> *A minha mãe conta que o Bé, no tempo do exército, ainda não tinha ido pra guerra, né, aí ele tinha um exército que vivia perseguindo o candomblé. Nesses terreiros eles iam, entravam, queimavam e destruíam tudo. Mas era ordem de coisa que não podia ter aquilo ali. Diz que eles entravam e pegavam aquelas coisas tudinho e faziam aquela fogueira e destruíam. A minha mãe diz que ainda tirou uma santa, um santo assim, que era um São José de bronze. (...)E essa imagem ainda ficou com essas marcas de fogueira, queimadura (...)Ela ficou assim, muito escura, a imagem. Eu não sei a quem foi que a minha mãe deu essa imagem e se ela ainda existe.*

Acerca desse mesmo assunto, contam ainda que Manoel Luiz da Paz lidava com coisas do espiritismo e, embora não recebesse entidades, comandava uma mesa branca: "Ele botava um copo assim e o copo andava (...) Eu sei que ele tinha uma força! Eu vi uma vez".

[253] Maya Pedrosa, João Fernando. *Alfredo de Maya e seu tempo*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969. pp. 58/59.

Contudo, de todas as lembranças que ficaram dessa época, a que mais parece ter marcado nossas informantes, está associada aos últimos anos de vida de Manoel Luiz da Paz, período em que enfrentou dificuldades financeiras, além do ostracismo a que foi relegado pelo abandono dos amigos:

> *Eu me lembro quando ele sentava, que a gente morava...o quartel da polícia era aqui onde é a Faculdade. Aí, quando era toda quarta feira eles tocavam aqueles dobrados, aí ele chorava tanto, tanto, tanto. A gente ali e o quartel era em frente. Tocava aqueles dobrados, em frente à praça da faculdade, e os soldados faziam exercício tudo ali Aí ele ficava chorando: Ô Ló, Ló! Chamava a mulher dele de Ló. Ele chorava muito. Agora quando ele morreu, por qualquer raivinha que ele tinha, tremia-se todo, o povo dizia que era coisa da guerra. Que Bê foi pra Bahia. Ele cortou a perna em Bahia, em Canudos. Ele morreu agoniado. Ele passou três dias em cima da cama. Quando ele morreu em cima do coração dele ficou um caroço.*

Esse parece ter sido o destino reservado pela história para uma boa parte daqueles indivíduos que no auge da perseguição às casas de Xangô de Alagoas estiveram à frente das manobras macabras que deram cabo daqueles santuários. Não estamos querendo aqui defender a tese de uma punição enviada por forças do além, mas não custa informar que, pelo menos dois outros líderes políticos daquela época tiveram um remate parecido em suas trajetórias. Estamos nos referindo a Fernandes Lima, principal tutor da Liga dos Republicanos Combatentes, e Moreira Lima, que enquanto esteve ao lado daquele, pôde ocupar inúmeros cargos públicos, entre os quais, o de Secretário do Interior, Senador do Estado e Prefeito da Capital. Contudo, como não revelara na mocidade, vocação para a vida pública, além do fato de que gostava de jogo, de vida livre e de mulheres, foi afastado da prefeitura, época em que começou o seu ocaso. Até que pobre, esquecido e doente,

morreu, quase ignorado[254]. O mesmo teria ocorrido com seu chefe Fernandes Lima, a quem foi conferido pela Liga dos Combatentes o cognome de 'Caboclo Indômito':

> *"O golpe de dez de novembro [de 1930] aniquilou-o, arrancando-lhe o mandato de deputado federal e o deixando sem nenhum recurso financeiro. Os seus derradeiros dias passou-os em Maceió, em extrema pobreza. Os que se haviam arrastado aos seus pés, como rafeiros (eles são de todos os tempos) esvaziaram-lhe a casa, voltados para os novos senhores. Ao cair das tardes, quem passasse pela rua da Alegria veria um velho tristonho, meio esquivo, à janela, contemplando em cismas melancólicas o crepúsculo que caía*[255].

c) Explanação sobre o conflito entre combatentes e "xangozeiros"

Uma das singularidades que cercam o episódio do Quebra-quebra, diz respeito ao fato de que, ao contrário de outros processos exemplares de acusação relacionados à bruxaria verificados no país, que se desenvolveram com a anuência do Estado, o qual se imiscuiu nos assuntos da magia através dos órgãos oficiais da justiça e de todo um arsenal de leis e códigos formais acionados contra indivíduos específicos acusados de curandeirismo ou baixo espiritismo, em Alagoas, a campanha deflagrada contra cultos semelhantes implicou, num curto espaço de dias, na destruição temporária de quase todos os terreiros da capital e de localidades próximas, tendo contado com a participação imprescindível de uma associação civil, a Liga dos Republicanos Combatentes, responsável também pelo desmantelamento das próprias instituições oficiais alagoanas no período.

A crônica local menciona a presença, entre os manifestantes, de alguns praças de guarnição, embora tenhamos conhecimento de que, inclusive por influência da mesma Liga, o Batalhão Policial tivesse que ser dissolvido, em razão das freqüentes baixas verificadas

[254] Lima Júnior, Alfredo de Barros. *Alguns homens do meu tempo (Evocações e reminiscências).* Maceió, DEC, 1963.
[255] Miranda, Guedes de. *Eu e o tempo*. Maceió: DAC/SENEC, 1967. p. 101.

naquela corporação nos dias que antecederam o Quebra-quebra, o que amplia o grau de autonomia e a responsabilidade dos Combatentes, na execução das atrocidades que atingiram as casas de Xangô.

Desde a sua criação, a Liga vinha espalhando o terror entre os partidários da causa maltista, obtendo grande êxito em suas investidas, a ponto de atingir os redutos mais protegidos do Governo, com a deposição dos principais mandatários políticos, entre eles o próprio Euclides Malta. Mesmo que a causa inicial dessa revolta popular, tivesse como mote, a permanência prolongada desse político no poder, aliada ao fato de que, durante suas sucessivas gestões, uma série de arbitrariedades foram apontadas pelos seus inimigos políticos, o caso é que, não satisfeita com o sucesso de tais investidas, a Liga estende sua indignação sobre os terreiros, por considerar que naqueles espaços religiosos, residia o vigor misterioso que garantiu durante tanto tempo a continuidade daquele político à frente do poder.

Conforme já discutido acima, essa inflexão da política sobre a religião, mais especificamente sobre modalidades de culto como a que sofreu as agruras da ação interventiva da Liga, nunca foi uma exclusividade alagoana, como se pode inferir pela larga proteção que as casas de Xangô usufruíram durante o período em que o Estado foi administrado pelos Maltas, escapando de condenações mais palpáveis ao tipo de serviço que prestavam, pelo tipo de clientela que atendia.

Quanto as causas da indignação alimentada por parte da população contra a permanência prolongada de Euclides Malta no poder, não havia por que tanto se preocupar, haja vista que sua queda aconteceria de qualquer modo, através de processo eletivo legal, já que ele não contava mais com apoio político suficiente para lhe garantir mais um mandato, nem tampouco o de alguém por ele indicado. A oposição mantinha sob controle a disputa e

o resultado das eleições que se aproximavam já estava prognosticado. Resta, porém, explicar por que os terreiros de Xangô foram invadidos, quando o objetivo básico da oposição já havia sido alcançado.

O ressentimento contra as casas de Xangô verificado, sobretudo entre os membros da Liga tem sua explicação, primeiro, na imputação de uma competência e eficácia às práticas ali desenvolvidas que necessitavam ser frustradas e, depois, no fato de que, entre os combatentes e os integrantes dos xangôs antepunham-se algumas características sociológicas que os aproximavam profundamente, entre os quais encontram-se os traços associados a cor, e que no Brasil traduz uma certa condição social, mais próxima das camadas mais baixas da população. Também o local de residência que, nos dois casos, compreendia as áreas mais desprovidas da cidade, que era onde moravam ou circulavam os seguidores de Manoel Luiz da Paz e onde situavam-se alguns dos terreiros da cidade.

Desse modo, é provável que alguns dos integrantes da Liga, não apenas soubessem da existência daquelas casas, como também freqüentassem algumas delas e dominassem os seus códigos religiosos. Certamente os cultos ali realizados não devem ter passado desapercebidos ou mesmo incomodado o sossego daqueles vizinhos. Contudo, a partir de determinado momento, os “xangozeiros” passam a despertar a antipatia dos integrantes daquela associação e, provavelmente, não por questão do barulho dos atabaques utilizados nos cultos religiosos.

O sentimento de pertença a uma mesma categoria social, não traduzido no duplo reconhecimento e *status* que só os pais e filhos-de-santo desfrutavam nos meios políticos, deve servir para explicar a revolta contra eles e a conseqüente invasão de suas casas, o que só acontece depois que Euclides Malta, o principal protetor dos terreiros de Maceió, foi afastado do poder.

Portanto, ao assumir a tarefa de destruir os xangôs e os objetos de culto ali encontrados, espancando participantes dos cultos e expondo-os ao ridículo, a ação da Liga reveste-se de um caráter particular, ou seja, ela age nos termos de uma micro-sociedade, com geografia, hierarquia, linguagem e códigos próprios, sintetizados num movimento de delinqüência aliados a uma certa contestação da ordem, ainda que de caráter restrito[256].

E já que o tema do debate resvalou para um acontecimento político verificado dentro de microgrupo sociocultural específico, convém determo-nos sobre o importantíssimo estudo *Trabalho, lar e botequim*, produzido pelo historiador Sidney Chalhoub, que versa sobre assunto semelhante. A intenção do autor nessa obra é analisar as tensões e conflitos envolvendo os membros da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, em decorrência das práticas e mecanismos de controle social verificados no processo de consolidação do mercado capitalista de trabalho no Brasil. Chalhoub irá deter-se sobre diversas esferas da vida social e "situações possíveis do cotidiano", nas quais as tensões derivadas do disciplinamento do tempo e do espaço no trabalho se estendem para as relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, atingindo, inclusive, as esferas de entretenimento e lazer dessa classe, no caso, a rua e o botequim:

> *A opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da experiência cotidiana da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados* são sempre relações de luta, *ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos momentos do movimento operário, por exemplo*[257].
>
> As premissas teóricas de que parte Chalhoub na análise desses "conflitos

[256] Sobre bandos de delinqüentes consultar Perrot, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
[257] Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001. pp. 52.

individuais em situações de trabalho", e que também nos podem ser úteis para análise das tensões entre os grupos por nós estudados, encontram-se nas críticas de Gilberto Velho à teoria da patologia social. Contra a idéia do desvio que se coloca numa relação dicotômica com comportamentos supostamente normais, esse autor irá sugerir uma relativização dessa abordagem, adotando um conceito de cultura mais elástico capaz de abarcar os aspectos dinâmicos da vida social, entre os quais se colocam os "comportamentos desviantes". Segundo Velho, a dificuldade em escapar das análises dicotômicas tradicionais, consiste na insistência em fracionar a atividade humana, como algo que se desenvolve em campos estanques, ou na esfera dos comportamentos individuais ou no mundo da cultura e da sociedade. Em contraposição a essa vertente, Velho propõe uma leitura diferente do código sociocultural que leve em conta o quanto ele possui de características variadas e peculiares[258].

Com base nessa perspectiva, torna-se mais compreensível a dinâmica das tensões, divergências ou contradições no interior da sociedade e os confrontos entre acusadores e acusados que marcam as relações entre atores sociais, as quais devem ser entendidas como conflitos políticos dinâmicos entre facções dentro do mesmo grupo ou organização. Esta perspectiva "interacionista" será, portanto, adotada por Chalhoub na análise das rixas e conflitos em situações microscópicas do social por questões de trabalho, de habitação, de lazer e de amor e que nós estendemos ao nosso campo de investigação para explicar as contendas entre os membros da Liga e os praticantes do xangô em Alagoas.

Os conflitos verificados em Maceió, não se assemelham ao tipo de rivalidade identificada por Chalhoub no seu campo de observação, embora configurem também

[258] Cf. Velho, Gilberto.(org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

enfrentamentos e choques de comportamentos numa situação “microscópica”, em que a acusação que é feita, independente do ato em si praticado pelos acusados, assume o caráter de um conflito político. Convém, portanto, identificar que aspectos do campo religioso ou da vida social dos terreiros são percebidos pelos integrantes da Liga como “desviantes”, para a partir daí, atingirmos o cerne da disputa entre essas duas facções.

A leitura realizada pela Liga sobre os seus vizinhos “xangozeiros”, encontra-se permeada por ressentimentos, cuja razão deve ser buscada, por um lado, no caráter resistente daquelas práticas religiosas, onde o contrato que o fiel estabelece com o sagrado exige dele um compromisso, cuja desobediência afeta de modo decisivo sua integridade física e moral. Assim sendo, a manutenção das práticas religiosas, desenvolvidas muitas vezes a contragosto, mas que nem sob ameaças os fiéis cogitam abandonar, reveste-se de uma resignação, que num contexto de dominação e subserviência, marcado pôr relações sócio-econômicas autoritárias e excludentes, denota uma atitude afrontosa e indesejável, sobretudo pôr parte daqueles acostumados a obedecer. Por outro lado, causa espanto e ao mesmo tempo, indignação, o fato dessa vertente religiosa, não obstante sua condição marginalizada, inclusive muito próxima da que era experimentada pelos integrantes da liga, nutrir-se de tanta legitimidade nos meios socialmente dominantes.

Assim sendo, para além das disputas entre grupos políticos concorrentes, o desvio da revolta contra o Governador deposto para os terreiros de Xangô, envolve uma contenda que extrapola as questões partidárias e cuja lógica, reside em disputas políticas entre facções no interior de um mesmo segmento.

Sabemos que nos casos clássicos de revolta popular, o mote da insurreição normalmente são as alterações bruscas no ritmo da vida social, desfavoráveis às condições de existência da camada envolvida, impostas por uma classe dominante. Contudo, na

história das ações sociais no mundo, tais manifestações de insatisfação não se dão de modo espontâneo e desorganizado. Elas costumam ser moduladas, seletivas e sistemáticas e, quando arrebentam, obedecem a uma cronologia e a uma cartografia específicas[259]. Em Alagoas, o inusitado da reação, reside no fato de que, se o motivo inicial da revolta foi o despotismo oligárquico da família Malta, cujo domínio se esgotou sob pressão popular, a ação da Liga traduz-se numa revolta que se volta contra aqueles de quem seus integrantes achavam-se mais próximos em termos sociológicos. Dito de outro modo, a destruição dos centros religiosos por populares coloca, no mesmo campo de disputa, segmentos socialmente equiparados, pelo menos na maioria das circunstâncias sociais que compartilham. Estaríamos, pois, diante de um processo típico de imputação, cuja lógica consiste na classificação ideológica do outro, mais especificamente da religião alheia, mascarada pelo recurso da "diabolização" do "transgressor", por parte daqueles com os quais convive em situações de animosidade, derivadas do contato estreito entre interesses conflitantes.

Em Alagoas o que se verificou foi a urdidura de uma rede de acusações, uma campanha difamatória que atinge inicialmente as elites políticas, mas que no âmbito das relações periféricas, traduz-se numa desavença entre vizinhos. Trata-se de um caso clássico de demanda, no sentido de disputa de interesses, que redunda num jogo de acusações feitas por iguais, e cuja base é a difamação do outro e a sua inclusão num campo de marginalidade.

A referência teórica que melhor se presta a análise de conflitos dessa natureza, sem sombra de dúvida é o livro escrito por Evans-Pritchard, *Bruxaria, oráculos e magia entre*

[259] Para uma história das ações populares, cf. Perrot, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

os Azande, sobretudo o terceiro capítulo desse clássico, "As vítimas de infortúnios buscam os bruxos entre os inimigos", no qual o grande etnógrafo britânico infere sobre as medidas que um Zande toma para se proteger dos infortúnios da bruxaria. Interessa-nos, particularmente nesse capítulo, a discussão desenvolvida por Evans-Pritchard acerca dos cuidados daquela comunidade, com as situações de conflito, muito comuns sempre que a suspeita de embruxamento aparece, principalmente porque as partes que porventura envolvam-se em contendas, terão que continuar vivendo juntas, como vizinhos. Contudo, é exatamente pelo tipo de relação de contigüidade que a bruxaria desponta, já que, como afirma o próprio autor, "um bruxo ataca um homem quando motivado pelo ódio, inveja, ciúme e cobiça", o que só é possível, desde que acusado e vítima do infortúnio, estejam convivendo e compartilhando de tarefas rotineiras da vida:

> *Já foi observado que os bruxos só ferem pessoas das redondezas, e que, quanto mais perto estão de suas vítimas, mais sérios seus ataques. Podemos sugerir que a razão dessa crença se deve ao fato de que pessoas que vivem longe umas das outras têm contato sociais insuficientes para despertar ódio mútuo; enquanto que há amplas possibilidades de atrito entre aquelas que têm suas residências e lavouras em contigüidade. Os azande tendem a entrar em disputa com aqueles que estão mais próximos, quando essa proximidade não é atenuada por sentimentos de parentesco ou tornada irrelevante por distinções de idade, sexo ou classe*[260]

Ora, vimos acima, que um dos terreiros mais visados pela ação da Liga, situava-se justamente nas proximidades da sede dessa associação, que era também onde morava o seu presidente Manoel Luiz da Paz. Apesar de não localizarmos os endereços dos outros combatentes, não é difícil supor que, numa cidade com as dimensões que Maceió possuía por volta de 1912, e pela quantidade de terreiros de Xangô existentes no período, fosse impossível essa aproximação em outros casos, além do presidente da Liga. Cada terreiro

[260] Evans-Pritchard, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

atacado naquela fatídica noite de 1º de fevereiro, certamente tinha entre seus algozes, algum vizinho.

Contudo, mais importante do que identificar os responsáveis diretos pelos ataques é interpretar sua atitude para com as práticas desenvolvidas naquelas casas. “Nós dependemos do feitiço”, como diria João do Rio nos idos de 1905, quando de fato sua pesquisa sobre os mistérios da crença no Rio de Janeiro foi efetivamente realizada. Continuava-se dependendo dela em 1912, como ainda hoje. Assim sendo, a crença em feitiçaria ou bruxaria, não é uma exclusividade dos Azande, que aliás, possuíam um sistema muito sofisticado de explicação para os infortúnios por elas provocados. Também em Alagoas, a crença nunca é contestada. Quando o comportamento dos feiticeiros alagoanos é considerado “desviante”, o que se quer afirmar é um posicionamento político diante de práticas alheias, mas nunca desconsideradas, já que concorrem para demarcar as fronteiras do grupo que realiza a classificação. Mesmo enquadrando o outro nessa condição marginal, os elementos da peça acusatória passam pelo reconhecimento do seu poder. É porque se tornaram perigosos que os terreiros devem ser destruídos. Esse argumento, mais explícito, na verdade guarda uma confiança na sua virtude. Se por um lado observa-se um tratamento jocoso e depreciativo dispensado a esses cultos, pôr outro, verifica-se a atualização de um sistema de crença que, ao acionar os mesmo elementos do imaginário religioso concorrente, termina por legitimá-lo. Quanto mais se acredita no poder maléfico dessas práticas, mais convincente se torna a acusação. Quanto mais pavor ele provoca, mais eficaz parece ser.

Esse é o grande paradoxo que o sistema cria, ou seja, se pôr um lado, as práticas encetadas no interior daqueles segmentos religiosos eram referidas como fontes de perigo, e portanto, de reserva em decorrência do seu poder de intervenção nas questões seculares relacionadas à política, razão pela qual a hostilidade contra eles se impõe de modo mais

efetivo, por outro, conservam-se os símbolos denotativos sua força, como garantia de que não poderão mais ser utilizados para os fins costumeiros. Trata-se de uma relação ambígua, marcada por atitudes contraditórias de respeito, no sentido de temor e hostilidade ao mesmo tempo, uma maneira de pensar oficial que se caracteriza pelo fato de que, ao mesmo tempo em que nega-se e deprecia-se as crenças, desenvolve-se com relação a elas, atitudes de respeito justificável pelo temor que provocam.

Trata-se na verdade, de uma combinação de significantes, aliás, função de todo jogo, o qual consiste na "manipulação de certas imagens, numa certa 'imaginação' da realidade", cujo sentido nos cabe investigar. É a representação de alguma coisa, enquanto amostra e identificação de um evento só existente abstratamente como desejo na imaginação dos protagonistas. Assim, a partir da manipulação dos mesmos códigos, positiva ou negativamente, obtém-se um consenso quanto à sua efetividade e uma "trama de significados" quanto às intenções e interpretações. Trocando em miúdos, no momento das classificações dos credos próprios e dos alheios, sobre os quais pairem os indícios de malignidade, verifica-se um consenso, tanto por parte de quem acusa, como por quem é acusado, acerca dos códigos do processo. A base consiste em conhecer e compartilhar os significados daquilo que, considerado mal, enquadra o inimigo; embora nem sempre a imagem corresponda ao próprio significado que cada indivíduo ou grupo atribui a si mesmo no mesmo jogo acusatório: "O valor conceptual de uma palavra é sempre condicionado pela palavra que designa seu oposto"[261].

Sob este aspecto, a tessitura dos insultos e injúrias própria dos conflitos políticos no interior de um segmento, se dá em razão da definição da própria função do grupo, a qual é

[261] Para uma compreensão do jogo enquanto manipulação de imagens e palavras ver Huizinga, Johan. *Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura*. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1971.

decidida através do conflito político[262]

CONCLUSÃO

A "Operação Xangô" ou Quebra-quebra como também ficou conhecido o episódio a que dedicamo-nos na elaboração deste trabalho e que implicou na destruição, num curto espaço de tempo, de várias casas de Xangô em Maceió e cidades vizinhas nos idos de 1912, foi um dos episódios mais violentos de perseguição contra os cultos afro-brasileiros de que se tem notícia no Estado de Alagoas e, provavelmente, no Brasil. Esse é um tema que, como procuramos demonstrar anteriormente, suscita inúmeras indagações e permite ser tratado sob diversas perspectivas, razão pela qual optamos por destrincha-lo a partir dos seus vários personagens, ou pelo menos daqueles que estiveram mais diretamente envolvidos com a sua efetivação. Contudo, agora que é chegado o momento de arrematarmos essa discussão e, tendo em vista as múltiplas veredas por ela abertas, convém apresentarmos um esquema que nos permita chegar o mais próximo possível de um desfecho satisfatório. Para tanto, buscamos nos orientar pelas questões surgidas por ocasião da qualificação do projeto de pesquisa, quando então o trabalho foi submetido a uma primeira discussão. Diante do debate suscitado e das muitas indagações levantadas, decidimos expor as principais particularidades que o evento guarda, aqui tomadas como mote para finalizar esta tese, já que permitem cercar de uma certa unidade lógica, a quantidade de questões que o tema sugere, bem como a variedade de perspectivas que ele franqueia. Vale lembrar que são essas singularidades que concorrem para que esse episódio figure no rol das maiores truculências contra aquele tipo de manifestação religiosa no Brasil.

[262] Becker, Howard *apud* Velho, Gilberto.(org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A primeira dessas particularidades diz respeito ao fato da perseguição aos terreiros de Xangô em Maceió e cidades circunvizinhas ter resultado de querelas políticas entre famílias oligárquicas do Estado, ainda mais aguçadas ao término do período que se convencionou chamar de “Era dos Maltas’. Procuramos analisar esse período a partir de noção de “tempo da política”, fornecida por Palmeira & Heredia, como categoria propícia ao enquadramento do conjunto de ações desenvolvidas por Euclides Malta durante esse longo intervalo temporal que ficou timbrado pelo seu jaez e as quais concorreram para sua própria derrocada política. Contudo, a utilização dessa categoria adotada daqueles dois autores, no sentido de liminaridade, é aqui extrapolada, uma vez que o período por nós analisado, envolve uma faixa de temporalidade bastante ampla, para além dos contornos rituais convencionais com passagens muitas bem definidas entre início e fim.

Com relação a “Era dos Maltas” também é possível fixar os marcos para o seu começo e desfecho, embora a idéia de ruptura do cotidiano só possa ser utilizada, se considerarmos os modos de fazer política antes e depois do domínio dessa família naquele contexto político. Como se sabe, o “tempo da política” que antecede o período em tela, ficou marcado pelo grande número de sucessões de políticos à frente do executivo alagoano, sendo a longa “Era dos Maltas” uma espécie de ruptura da fase tempestuoso de fundação da política republicana no Estado, além de servir de paradigma para o estilo de administração que se armaria após sua derrocada. Fica, portanto, a idéia “de um outro ‘cotidiano’ dentro do cotidiano” que apesar de demasiadamente longo, guarda todos os elementos que caracterizariam a interdição, tais como: explicitação de conflitos, hostilidade entre facções, reforço de solidariedades, contaminação das esferas comuns, boatos, entre outros.

Tivemos oportunidade de acompanhar ao longo deste trabalho as diversas

manobras políticas desenvolvidas por Euclides Malta que lhe possibilitaram obter êxitos sucessivos nas várias campanhas eleitorais a que se submeteu, juntamente com seu irmão, contando para isso, com o apoio de representantes da classe agrária açucareira, segmento econômico hegemônico no estado, sem que a oposição, ainda incipiente pudesse esboçar qualquer tipo de reação. Somente ao final do seu último mandato como governador é que aquele político enfrentou uma reação mais consistente, que fez repercutir em Alagoas o movimento das "salvações" que emanavam da Capital Federal. Neste contexto, o grupo concorrente responsável pela campanha persecutória inaugurada contra o "soba de Mata Grande", já se encontrava mais fortalecido, graças à conjunção de forças que na composição do amplo pacto antioligárquico, reuniu desde os coronéis do interior, até as camadas mais pobres da população, constituídas por canoeiros, pescadores, estivadores, caixeiros e ferroviários, recrutando também importantes elementos dos setores médios, entre os quais, jornalistas, estudantes, comerciantes, bancários e artistas, que foram os responsáveis mais diretos pela criação dos Centros Cívicos de apoio à candidatura de Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima, do Partido Democrático.

Nessa extensa faixa de tempo em que a gerência dos negócios públicos esteve a cargo de Euclides Malta, uma série de manobras políticas e medidas administrativas concorreu para que mais tarde a população revoltada o privasse do poder. Entre as diversas ações desenvolvidas por esse governante, favorecidas inclusive por uma série de medidas implantadas a partir da Capital Federal, como a "política dos governadores" instituída por Campos Sales e que implicou no fortalecimento do poder das elites agrárias estaduais, constam as sucessivas reformas constitucionais que possibilitaram a substituição daquele governante pelo seu irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta e, depois, seu próprio retorno ao posto em que permaneceria até ser destituído em 1912; além das negociações em torno do

empréstimo externo, tão cercadas de mistério e de suspeição.

O movimento que culminou com a retirada do Governador de Alagoas do poder, portanto, era parte de um descontentamento mais generalizado entre a população dos diversos estados que se beneficiaram do projeto político de favorecimento das oligarquias no Brasil, e que no plano local refletiu a corrosão do sistema federativo e no esfacelamento do familismo regional, no que se convencionou chamar de o movimento das "salvações". Assim sendo, a queda de Euclides Malta encontra sua razão de ser em fatos concretos e justifica-se a partir de um movimento histórico que extrapola as fronteiras do Estado, sendo até previsível seu desfecho a um observador mais atento que acompanhasse de perto as ações políticas desenvolvidas no país de um modo geral e em Alagoas, em particular.

Contudo, o sopro "salvacionista" proveniente do Rio de Janeiro que se abate com toda força sobre Alagoas, culminando, como já se verificara em outros Estados vizinhos, com a derrubada do governante, encontra aí um outro elemento de reforço à indignação popular que se apresentava, no caso as acusações de que Euclides Malta mantinha com as casas de Xangô estreita relação. Esse fato, *per si* já justificaria um estudo sobre o tema, haja vista tratar-se de um caso explícito de acusação de associação entre integrantes do campo da política com o espaço religioso, a partir da qual, conflitos comuns entre vertentes oposicionistas convertem-se em revoltas contra as casas onde se efetivava esse trânsito e a sua conseqüente destruição.

Embora grande parte da literatura produzida no estado sobre o período, procedesse da lavra de autores que buscaram contradizer essa suspeita, sem dar crédito às acusações que contra aquele governante recaíam, optando por destacar o grande surto de desenvolvimento alcançado pela capital durante a sua administração, o fato é que a

oposição nos últimos anos desse período explorou a mancheias essa suspeição, num esforço de demonização do chefe do Partido Republicano e dos seus acólitos[263].

A veracidade das informações contidas nos órgãos oposicionistas, bem como os boatos que se espalham na cidade a partir dessas e de outras fontes, não merece ser aqui questionada já que, como afirma Le Goff, a verdade de um documento está quase toda nas suas intenções. Embora devamos desconfiar dos recortes estabelecidos não dá para relegar a soma do material coletado nos jornais à mera condição de campanha difamatória e especulativa. A suposta ligação do governador Euclides Malta com as casas de culto foi um dos motes adotados pela oposição para acionar a revolta popular que emergiu durante a disputa política de 1912. Esse tema foi bastante explorado pelos jornais na campanha que se desencadeou contra ele e seus correligionários. A alcunha de "leba" e outros epítetos depreciativos com que se costumava designar aquele governante e seus seguidores, ainda que resultado de pura conjectura, como afirmam os apologistas da sua administração, não deve ser de todo desconsiderado, haja vista a recorrência com que aparece no discurso oposicionista.

Ademais, a célebre ligação da elite política e dos demais setores da sociedade brasileira como um todo, com aquele tipo de prática religiosa nem sempre foi negligenciada pelos estudiosos do assunto, haja vista a contribuição de autores como João do Rio e Nina Rodrigues, só para citar dois dos mais expressivos trabalhos sobre o tema. "Nós dependemos do feitiço", conforme as assertivas do primeiro desses autores; e "todas

[263] Vide referências às obras dos seguintes autores alagoanos mencionados ao longo deste trabalho: Lima Júnior, Félix. *Episódios da história de Alagoas.* Maceió: Imprensa Oficial, 1975; *Maceió de outrora*. *Obras póstuma.* Maceió: Edufal, 2001; Miranda, Guedes de. *Eu e o tempo*. Maceió: DAC/SENEC, 1967; Maya, Pedrosa J. F. *Alfredo de Maya e seu Tempo*. Maceió: Gráfica S. Pedro, 1969; Duarte, Abelardo. "Sobrevivências do culto da serpente (Dãnh-gbi) nas Alagoas" **in *Revista do Instituto Histórico de A**lagoas.* Maceió: IHA. Vol. XXVI, ano 1940/1950 (1950); Blygher, Edu. *Alagoas Pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951 e Bivar, Costa. *A virgem da barraca*. Maceió: Casa Ramalho, 1924.

as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras", como diz o segundo deles, para se referir à grande freqüência com que os negros africanos na Bahia eram procurados[264].

Neste último trabalho em particular, vamos encontrar a referência à figura do Ogã, que segundo o próprio Nina Rodrigues, seria o responsável e protetor dos terreiros de candomblé, sobretudo nas situações em que essas casas sofriam algum tipo de represália. Embora o iniciador dos estudos científicos sobre o negro no Brasil não se refira à investidura de políticos nesse cargo, seu discípulo mais fiel, Arthur Ramos, chega a sugerir a participação de integrantes desse segmento nas cerimônias de iniciação de "Ogans", com fins eleitoreiros[265].

Em Alagoas, não encontramos qualquer alusão à atuação de Euclides Malta como Ogã dos terreiros de Xangô da capital ou de outras localidades do interior, apesar dessa atribuição tenha recaído sobre outras autoridades políticas locais e sobre altos funcionários do Estado, como foi o caso do Dr. José Tavares, que durante um certo período teve seu nome veiculado em várias matérias publicadas no jornal *Correio de Alagoas*, em razão de suas sigilosas visitas ao terreiro do mestre Félix no bairro do Jaraguá. Inevitavelmente o nome do governador seria arrastado junto ao de seus correligionários pela onda de difamação propagada pela imprensa oposicionista, que insistia com veemência sobre a sua ligação com àquelas casas, na condição de protetor.

Some-se a isso o fato indubitável de que Euclides Malta habitualmente se fazia acompanhar de indivíduos que integravam aquelas práticas religiosas ditas reprováveis, como foi o caso do servente da Recebedoria, Manoel Inglês, mencionado entre os

[264] Cf. Rio, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976. p. 34 e; Rodrigues e Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; p.186.
[265] Ramos, Arthur. *O Negro Brasileiro: Etnografia Religiosa e Psicanálise*. Recife: Massangana, 1988.

principais donos de terreiros da época do Quebra, na relação fornecida por Félix Lima Júnior e; Japyassu, irmão do afamado babalorixá Chico Foguinho, um dos mais dedicados partidários da causa maltista e um dos poucos a se manter fiel ao governador mesmo quando sua expulsão já estava prevista. Isso para não falar das várias acusações feitas pelo *Jornal de Alagoas* com base em "provas irrefutáveis", das constantes visitas feitas por Euclides Malta ao terreiro de tia Marcelina, o mais freqüentado por ele e seus amigos.

Um último dado revelador dessa ligação do Governador de Alagoas com as casas de Xangô de Maceió diz respeito ao fato de que, durante o longo período da administração Maltina, em apenas duas situações encontramos referências nos jornais à prisão de pessoas ligadas àquela modalidade religiosa, uma delas inclusive ocorrida no Alto do Jacutinga, local para onde dias antes o próprio Euclides Malta havia se mudado. No geral, porém, a atitude das autoridades policiais para com aquelas práticas foi de aparente tolerância, reforçada pelo fato de não verificar-se em qualquer das fontes consultadas, a existência em Alagoas de uma Delegacia de Costumes voltada para o serviço de repressão ao baixo espiritismo, tão comum em outras localidades onde se registraram perseguições parecidas.

Essa atitude ambígua do governador de Alagoas com relação às casas de Xangô, em termos da proteção de algumas delas em detrimento de outras, exprime um modo de proceder da sociedade brasileira como um todo, pautado no estabelecimento de rede de oposições que demanda do examinador ou espectador uma classificação em termos hierárquicos. Beatriz Góis Dantas, na análise do modo como nos estudos das chamadas religiões afro-brasileiras, verificou-se uma certa obstinação da intelectualidade nacional na glorificação da tradição mais pura dos candomblés, irá afirmar que tal posicionamento, que se irradia do campo intelectual para outros setores da sociedade, sobretudo entre a elite, reveste-se de um aspecto fiscalizador que distingue as modalidades religiosas

aceitáveis daquelas que precisam ser descartadas. Do mesmo modo, Yvonne Maggie, que também adota a perspectiva metodológica de relativização da hipótese repressiva, debruça-se sobre os processos de acusação de feitiçaria no Brasil, analisando-os pela via da hierarquização das diferenças. Ou seja, na análise que faz das peças processuais essa autora observa uma certa ordem subjacente, que se funda na classificação de grupos, pessoas e segmentos, a partir de juízos, que selecionam e separam o que é tido por benéfico, daquilo que é prejudicial ou, em seus próprios termos, "enfatizam uma diferença claramente definida entre magia maléfica e magia benéfica"[266].

Por fim, caso tivéssemos condições de confirmar a veracidade das acusações contra Euclides Malta, teríamos também oportunidade de patentear uma prática que não se restringiu nos meios políticos a um período específico. Conforme tivemos ocasião de demonstrar, as visitas de políticos aos terreiros de Xangô em Maceió, eram práticas correntes ali, inclusive, nos períodos de maior represália, como aquele representado pelo Governador Silvestre Péricles (1947/1951), quando os terreiros da capital sofreram maior controle. Paradoxalmente, foi nesse período que uma de nossas informantes, D. Pastora, pôde usufruir de maior liberdade na execução de suas obrigações religiosas, algumas das quais, realizadas no interior do próprio Palácio do Governo, o que vem demonstrar que, em casos como esse, não é a magia, feitiçaria, bruxaria ou outro nome que se queira dar a tais práticas, que está em questão, mas a qualidade do "servicinho" que é feito. Em tempos mais recentes, a adjetivação considerava apropriada a liturgia mais discreta, contra a ostentação exagerada e a exibição espaventosa.

O segundo traço a destacar-se diz respeito ao fato de que, enquanto que em outros

[266] Maggie, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 1992. p. 24.

casos apresentados pela historiografia ou etnografia brasileiras, as perseguições referem-se a iniciativas isoladas, contra indivíduos específicos, acusados de curandeirismo ou baixo espiritismo, em Maceió, a campanha deflagrada contra os referidos cultos implicou, num curto espaço de dias, na destruição e imposição do silêncio por um tempo considerável de quase todas as manifestações religiosas dessa natureza, pelo menos no que se refere aos rituais públicos.

Em lugares como a Bahia e o Rio de Janeiro, só para citar dois dos mais ilustrativos casos estudados por antropólogos e historiadores brasileiros, a repressão aos terreiros, tendo se restringido a algumas casas específicas e em períodos esparsos, não se revestiu de aspecto tão extremado como o que se verificou em Maceió. Naqueles estados, a notícia que se tem sobre as devassas realizadas pela polícia, demonstram que, além delas terem se dado em cumprimento a determinações legais para apurarem denúncias, verifica-se também que a invasão das casas de culto culminou com a prisão dos seus responsáveis e seu posterior julgamento. A violência observada naqueles contextos estava associada a um "esforço de diabolização" dessas práticas, evidenciado durante a instauração do inquérito e do desenvolvimento dos processos criminais. Em Maceió, por sua vez, o que se observa é uma invasão repentina dos terreiros e o desbaratamento das práticas desenvolvidas em seu interior, conservando dessa tradição religiosa, apenas uns poucos despojos recolhidos naquelas casas, os quais foram objeto de uma exposição zombeteira, que conserva na sua escolha, uma intenção de usa-los como um tipo de punição exemplar.

A singularidade nesse caso, portanto, consiste em que, a usurpação de que foram vítimas os terreiros alagoanos, foi resultado de um empreendimento do qual o estado esteve totalmente ausente o que concorre para acentuar ainda mais a arbitrariedade do acontecido. Embora o *Jornal de Alagoas*, responsável pela publicação da série de matérias

intituladas “Bruxaria”, nas quais se expõe o sucedido, tenha assinalado a presença de alguns praças de guarnição entre os revoltosos que invadiram os terreiros, podemos afirmar com segurança que a responsabilidade principal pelos ataques esteve sob o comando da Liga dos Republicanos Combatentes. Conforme já visto, a Liga era uma espécie de guarda revolucionária popular, criada com a finalidade de exercer a força e espalhar o terror entre os simpatizantes do governo maltista. Na ocasião, não havia entre esse agrupamento e as instituições públicas oficiais qualquer vinculação, nem mesmo os soldados de polícia que engrossavam as fileiras dos insurgentes, uma vez que o Batalhão Policial havia sido dissolvido oficialmente por decreto, no mesmo dia em que têm início as invasões dos terreiros, ficando o serviço de policiamento da capital e de algumas localidades do interior, a cargo de uma guarnição federal e de alguns homens de confiança do governador interino, Macário Lessa.

A situação política em Alagoas naquele momento era bastante delicada, agravada ainda mais com o afastamento do chefe do executivo por pressão dos populares que invadiram a sede do Governo. Sua substituição pelo Presidente da Câmara dos Deputados, também do Partido Republicano, em nada contribuiu para apaziguar os ânimos dos revoltos que, reunidos em torno da Liga dos Republicanos Combatentes, formavam uma espécie de poder paralelo. Nesse período ainda realizaram-se as eleições do dia 30 de janeiro daquele mesmo ano para a Câmara Federal e a renovação do terço do Senado da República, além do tão aguardado sufrágio para a escolha do próximo Governador, ocorrido a 12 de março. Enquanto a disputa nos dois pleitos atualizava antigas contendas e conflitos entre inimigos políticos, a Liga executava seu repertório de truculências, cujas principais vítimas foram os pais e mães de santo dos terreiros de Maceió.

Trata-se de um caso exemplar de acusação relacionado à bruxaria como tantos

verificados no país, sendo que ao contrário do que ocorreu em outros estados, onde a campanha persecutória desenvolveu-se sob o olhar complacente do Estado, o qual se imiscuiu nos assuntos da magia com a finalidade de regular os processos acusatórios, em Alagoas, a acusação e vingança associadas à feitiçaria, desenrola-se com o consentimento da sociedade abrangente, embora à revelia do Estado e dos órgãos oficiais da justiça que naquelas circunstâncias encontravam-se totalmente desordenados. Esta talvez seja a maior particularidade do caso alagoano, qual seja, o processo de perseguição desencadeada pela Liga dos Republicanos Combatentes, embora com a anuência da população que aquela altura engrossava os centros cívicos de apoio à candidatura oponente, contando entre os descontentes com alguns praças da guarnição policial, acontece de forma totalmente autônoma, o que radicaliza a arbitrariedade da ação por eles desenvolvida.

Esse procedimento emancipado coloca na mesma arena indivíduos que procedem das mesmas condições sociais de existência, evocando elementos que extrapolam as questões políticas subjacentes ao episódio e resultando numa disputa entre vizinhos como soe acontecer em contextos onde as relações de contigüidade incompatibilizam indivíduos obrigados a dividir o mesmo espaço de convivência em condições de contato intenso e de extrema tensão, circunstância tão bem apreendida por Evans-Pritchard em seu estudo sobre os processos de acusação de bruxaria entre os azande.

A “Operação Xangô” atingiu de forma marcante os cultos afro-brasileiros em Alagoas, mas não de modo definitivo. Poucos meses depois desse episódio, mais especificamente no dia quatro de agosto do respectivo ano, o mesmo jornal que narrou o Quebra, noticiou a existência de um terreiro lá para as bandas do Trapiche da Barra, uma das áreas mais afastadas da cidade realizando cerimônias religiosas, embora sem o aparato de tempos passados. Anos mais tarde, em fins dos anos trinta do século passado, o

estudioso pernambucano, Gonçalves Fernandes, em visita aos terreiros de Xangô de Alagoas, mais especificamente a casa do babalorixá "Padre Nosso", identifica a realização de uma modalidade exclusiva de culto, o "Xangô-rezado-baixo", descrita no primeiro capítulo do seu livro *O Sincretismo religioso no Brasil* como uma liturgia fechada, sem danças, cantos e sem a exaltação dos toques dos tambores. As cerimônias de então, estavam cercadas de mistério e segredo, prevalecendo o cochicho e as atitudes pouco extravagantes, que concorreram para o episódio do quebra com uma terceira particularidade que cerca o episódio estudado[267].

Esse fato parece ter repercutido sobre a crônica local, pois o silêncio que paira sobre ele e sobre seus desdobramentos chega a ser constrangedor. Esta seria, então, a quarta e última particularidade que destacaríamos nesse episódio. A ausência quase que total de estudos voltados para o registro dessas práticas religiosas em Alagoas, denota a atenção que elas estimam no meio. Tendo sido um tema bastante explorado em estados vizinhos como Pernambuco, Bahia e Sergipe, sem também deixar de ser analisado em localidades como Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, locais em que uma vasta produção etnográfica foi obtida no acompanhamento de candomblés, xangôs, tambores-de-mina, umbandas, macumbas, batuques – a designação se relaciona à tradição a que pertence o pesquisador -, causa espanto que em Alagoas, local em que as manifestações religiosas de tradição africana foram tão intensas, pouquíssimos autores tenha lhe dedicado atenção. Aliás, essa atitude da intelectualidade alagoana, como vimos antes, parece recorrente na consideração de outros episódios da história do Estado, onde se fez sentir a participação de segmentos marginalizados ou das classes perigosas, para usar

[267] É certo que, como já vimos acima, a obrigação de dissimular as práticas religiosas deu margem a que se utilizassem ou se improvisassem instrumentos mais silenciosos como o que foi anotado por Reis (1987/99) no calundu do Pasto de Cachoeira, em 1785.

um termo que nos foi muito útil na compreensão do Quebra-quebra. Segundo Dirceu Lindoso, cuja contribuição contida no magnífico estudo sobre a guerra dos Cabanos, utilizamos fartamente ao longo dessa pesquisa, o "esquecimento" dos fatos, por parte da historiografia da dominação concorre para a formação de uma intelectualidade que adota a canonização operada no discurso tradicional. Isso quando não incorre diretamente num discurso de difamação histórica, de conteúdo criminal, cujo efeito é a redução do poder de oralidade dos grupos perseguidos. Essa *desconsideração,* termo que se aplica sobremaneira à compreensão da atitude dessa intelectualidade alagoana, vem incrementar o repertório de agressões a que se viram sujeitos os atores sociais envolvidos com essas práticas religiosas tidas por periféricas, para não dizer marginais.

FONTES

Impressos

Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Cel. Macário das Chagas Rocha Lessa, Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Governador do Estado. Maceió, 15/04/1912.

Relatório com que ao mesmo vice-Governador passou a administração o Dr. Euclides Vieira Malta, Governador em 3 de março de 1909. Jaraguá, Tavares Irmão & Cia. 1909.

Tavares, Bráulio Fernandes. *Relatório que sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao illustre Snr. Intendente desta capital, Dr. Luiz de Mascarenhas.* Maceió: Typographia Commercial, 1911.

Jornais

A Tribuna. Maceió, 1900/1911

Correio de Alagoas. Maceió, 1904/1906

Correio de Maceió, Maceió, 1908/1911.

Diário de Alagoas. Maceió, 1907.

Jornal de Alagoas. Maceió, 1912 e 1959.

O Combatente, Maceió, 1914.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLI, Luiz. *Biographia do Dr. Bráulio Cavalcante*. Maceió: Lithografia Trigueiros, 1912.

ALMEIDA, Sávio. "Uma lembrança de amor para tia Marcelina" **in** ***Revista de Letras***. Maceió: Edufal, 1980.

ALTAVILLA, Jayme. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988 [1933].

ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares.*Rio de Janeiro: Xenon, s/d.

AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. Livraria Martins, s/d.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. "Carnaval do Recife: a alegria guerreira" **in** *Estudos Avançados*. São Paulo, 11 (29), 203-216, 1997.

BASTIDE, Roger, *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira/ EDUSP. 1971.

BIVAR, Costa. *A virgem da barraca*. Maceió: Casa Ramalho, 1924.

BLYGHER, Edu. *Alagoas pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951.

BRANDÃO, Alfredo. *Os negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988.

BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa das Alagoas: notas históricas, geográficas e arqueológicas*. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1981 [1909].

BRANDÃO, Théo. *Folguedos natalinos*. Maceió. Sergasa. 1973.

_____. *Folclore de Alagoas II*. Maceió: SECULT, 1982.

CÂNDIDO, Antônio. "Dialética da malandragem" **in** *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. pp. 19/54.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales" **in** Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. vol III. São Paulo: Difel, 1977.

CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares.* São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

CAROATÁ, Próspero da Silva. *Crônica do Penedo.* Maceió: DEC, 1962.

CARONE, Edgar. *A Primeira República*. São Paulo: Difel, 1973.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.

_____. *Machado de Assis: historiador.* São Paulo: Companhia das letras, 2003.

COSTA, Craveiro. Costa, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Sergasa, 1981.

_____.*História das Alagoas: Resumo didático.* Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramento/Sergasa, 1983 [1929].

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *A Casa e a Rua.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1991.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho do açúcar na vida e na cultura regional*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1980.

DUARTE, Abelardo. Duarte, Abelardo. “Sobre o panteão afro-brasileiro” **In** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió, 1950.

_____. “A sobrevivência do culto da serpente (Dahn-Gbi) nas Alagoas” **In** *Revista do Instituto Histórico de Alagoas.* Vol. XXVI, anos 48/50. Maceió. 1950.

_____. “Aspectos da mestiçagem nas Alagoas” **In** Separata da *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Maceió. n. 37, anos 1951/1953. 1955.

_____. *Os negros muçulmanos nas Alagoas(Os Malês)*. Maceió: Caeté, 1958.

_____. *Catalogo ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

_____. *O folclore negro das Alagoas [Áreas de Cana-de-Açúcar*]: Pesquisa e Interpretação. Maceió: DAC/SENEC/MEC, 1974.

_____. “Histórico da Coleção Perseverança” **in** *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano.* Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 957, vol. I.

ENNES, Ernesto. *A Guerra dos Palmares.* São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. *A geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento: 2001 [1871].

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Gonçalves, *Xangôs do Nordeste: Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *Sincretismo religioso no Brasil*. São Paulo: Guairá, 1941.

FONSECA, Pedro Paulino da. "Testamento político" **in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*.** Maceió: IHGAL, s/d, nº 36.

FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Ecos da violência: Narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. *Sobrados & mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FRY, Peter. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. "Prefácio" **in** Dantas, Beatriz Góis. *Vovó nagô, papai branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". *Revista USP*. São Paulo , 28: 122/135, Dez/Fev 95/96.

_____. "As religiões africanas fora da África: O caso do Brasil". Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 439/471. Separata de *Povos e Culturas* Nº 6, 1998, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998.

FRY, Peter, CARRARA, Sérgio e MARTINS-COSTA, Ana Luiza. "Negros e brancos no carnaval da Velha República" **in** Reis, João José (org.) *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOLANDA, Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*.Versão 1.0. 5ª.

Rio de Janeiro: Objetiva, novembro/2002.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1971.

KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LE GOFF. Jacques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa, Edições 70, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia". **In** *Antropologia estrutural I*. Rio de janeiro: Tempo e presença, 1985.

LIMA JÚNIOR, Alfredo de Barros. *Alguns homens do meu tempo (Evocações e reminiscências)*. Maceió, DEC, 1963.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Episódios da história de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1975.

_____. *Maceió de Outrora.* Maceió: Sergasa, 1976.

_____. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001.

LIMA, Pedro Motta. *Fábrica de pedra*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia armada: Rebelião de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LODY, Raul. *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano.* Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985.

MACIEL, Pedro Nolasco. *A filha do Barão*. Maceió: SENEC/MEC, 1976 [1886].

_____. *Crônicas Vermelhas: Traças e troças. Crônica vermelha (Leitura quente)*. Maceió: DEC, [1899] 1964.

MAGGIE, Yvonne, *Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

_____. *Arte ou magia negra*? Relatório apresentado à Funarte, Rio de Janeiro,

(mimeo.), 1979.

_____. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*.Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira" **in** Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CNBB, 1996.

MENDONÇA JÚNIOR, A. S. *Jornal de Alagoas.* Maceió: Casa Ramalho, 1966. pp. 76/78.

MENDONÇA SOBRINHO, Bernardo Antônio de. "Em nome da legítima verdade" **in** Mendonça Neto. *Os Mendonças no Império e na República*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

MIRANDA, Guedes de. *Eu e o tempo*. Maceió: DECA, 1967.

MORAIS FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz, "Política ambígua" **in** NOVAES, Regina et. Alii (orgs.) *O Mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

PALMEIRA, Moacir. "Política e tempo: Nota exploratória" **in** PEIRANO, Mariza (org.) ***O dito e o feito: Ensaios de Antropologia dos rituais.*** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PEDROSA, João Fernando de Maya. *Alfredo de Maya e seu tempo*. Maceió: Gráfica S. Pedro, 1969.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros.* Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Regina Pahim. “Os problemas subjacentes ao processo de classificação da cor da população no Brasil”. Trabalho apresentado na XIX Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1995, (mimeo).

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989.

PORTO, Ilza do Espírito Santo. *Major Bonifácio Magalhães da Silveira: O homem do governo e o homem do povo*. (anotações de sua neta). Maceió. S/d. [mimeo.].

RAMOS, Arthur. *O Folclore negro brasileiro*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1954.

_____. *O negro brasileiro*. *Etnografia religiosa e psicanálise*. Recife: Massangana, 1988.

REIS, João José. “Magia Jeje na Bahia: A Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8 no. 16, pp. 71-72, mar. 88/ago/88).

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravagista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976 [1906].

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. SALIBA, Elias Tomé. “A dimensão cômica da vida privada na República” **in** SEVCENKO, Nicolau *História da vida privada no Brasil – República: Da belle époque à era do radio*. São Paulo: Cia. das Letras,1998.

SANTANA, Moacir M. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do

Açúcar, 1970.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. "Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz". *Novos Estudos*. Cebrap, nº 29, março de 1991.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: Tensões Sociais e Criação na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" **in** *História da vida privada*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

SHERIFF, Robin E. "Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca" **in** REZENDE, Claudia Barcellos & MAGGIE, Yvonne. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TAYLOR, Charles. "The politics of recognition" **in** A. Gutmann (org.) *Multiculturalism and the politics of recognition.* Nova Jersey: Princeton University Press.1994.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das* oligarquias. Curitiba: HD Livros, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Uma Tragédia Francesa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VEENA, Das. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: Alguns temas wittgensteinianos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n. 40. São Paulo. Jun. 1999.

VELHO, Gilberto.(org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns*. São Paulo: Edusp, 2000.

VIANA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1995.